



Ricardo Coração de Leão

الدين صلاح

Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida

RICARDO CORAÇÃO DE LEÃO E SALADINO ASCENSÃO E CONFRONTO ENTRE OS DOIS MAIORES CHEFES MILITARES DA ÉPOCA DAS CRUZADAS

Dissertação de Mestrado em História, na área de especialização em História Militar, orientada pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

RICARDO CORAÇÃO DE LEÃO E SALADINO
ASCENSÃO E CONFRONTO ENTRE OS DOIS MAIORES CHEFES
MILITARES DA ÉPOCA DAS CRUZADAS

Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida

Dissertação de Mestrado em História, na área de especialização em História Militar, orientada pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2015



ÍNDICE GERAL

RESUMO	vi
ABSTRACT	vi
PREFÁCIO	vii

PARTE I

O TEMPO DE RICARDO E SALADINO

CAPÍTULO 1: VIVÊNCIA NOS SÉC. XI e XII	1
a) SÓCIO-ECONÓMICA	1
b) CULTURAL	4
c) IMAGINÁRIO	5
d) RELIGIOSA	7
e) MILITAR	8
I. GUERRA	9
II. CAVALARIA	11
III. ORDENS MILITARES	14
IV. “TECNOLOGIA”	18
CAPÍTULO 2: RICARDO “CORÇÃO DE LEÃO” (1157 – 1190)	19
a) FAMÍLIA	19
b) EDUCAÇÃO	22
c) CAMPANHAS MILITARES (1173 – 1190)	23
I. JUVENTUDE (1173 – 1183, dos 16 aos 25 anos)	23
II. JOVEM ADULTO (1184 – 1189, dos 26 aos 31 anos)	25
III. DUQUE DA NORMANDIA E REI DE INGLATERRA (7/1189 – 7/1190, dos 31 aos 32 anos)	27
IV. PREPARAÇÃO DA 3ª CRUZADA (1189 – 1190, entre os 31 e os 32 anos)	28
V. PARTIDA PARA A TERCEIRA CRUZADA	31
CAPÍTULO 3: ŞALĀḤ AL-DĪN (1137 – 1190)	37
a) FAMÍLIA	37
b) EDUCAÇÃO	39
c) CAMPANHAS MILITARES	41
I. INICIAÇÃO MILITAR NO EGÍPTO (1164 – 1171)	41

II. SULTÃO UNIFICADOR DO ISLAMISMO (1172 – 1176)	44
III. ASSALTO A MOSSUL, ALEPO E AOS REINOS FRANCOS (1177 – 1186)	46
IV. BATALHA DE HATTIN (1187)	48
V. DA CONQUISTA DE JERUSALÉM A ACRE (1187 – 1191)	50

PARTE II

TERCEIRA CRUZADA

O DESAFIO DE RICARDO A SALADINO

CAPÍTULO 4: ESPADA VERSUS CIMITARRA (1191 – 1192)	55
a) SÍNTESE PRÉVIA À CHEGADA DE RICARDO A ACRE	56
b) OS LONGOS DIAS PARA A TOMADA DE ACRE	56
c) PLANOS DOS OPOSITORES	60
d) COMANDANTES DAS FORÇAS EM PRESENÇA	62
e) MARCHA PARA ARSUF	64
f) A BATALHA DE ARSUF	68
g) ACORDO POR JERUSALÉM	75
 CAPÍTULO 5: OCASO	 79
a) RICARDO	79
I. CATIVEIRO	79
II. ÚLTIMAS INTERVENÇÕES MILITARES (1194-1198)	80
III. MORTE (1199)	84
b) SALADINO	86
I. MORTE (1193)	86

PARTE III

QUEM FORAM ESTES SOLDADOS DE DEUS?

CAPÍTULO 6: FIGURAS HISTÓRICAS E LENDÁRIAS	87
a) IDEAL VISIONÁRIO	88
b) ESTRATÉGIA	93
c) GUERRA SANTIFICADA?	100

ANEXOS

ÍNDICE DE GENEALOGIAS, MAPAS, ESQUEMAS E QUADROS

GENEALOGIA PLANTAGENETA

MAPA 1 – IMPÉRIO PLANTAGENETA (Reinado de Ricardo I)

MAPA 2 – NORMANDIA ORIENTAL (Reinado de Henrique II)

MAPA 3 – IMPÉRIO PLANTAGENETA (Regiões de “Angoumois” e “Limousin”)

Movimento i

Movimento ii

Movimento iii

Movimento iv

Movimento v

– IMPÉRIO PLANTAGENETA (Região do baixo Vale do Loire)

MAPA 4 – ITINERÁRIO DE RICARDO I RUMO À PALESTINA

GENEALOGIA AIÚBIDA

MAPA 5 – OS ESTADOS DE *OUTREMER*

MAPA 6 – A ASCENSÃO DE SALADINO (1163 – 1171)

MAPA 7 – AL BABAYN

MAPA 8 – CAMPANHAS DE SALADINO (1174 – 1187)

ESQUEMA 1 – BATALHA DE MONTGISARD

MAPA 9 – CAMPANHAS DE SALADINO (1187 – 1190)

ESQUEMA 2 – O CERCO DE ACRE

MAPA 10 – O CERCO DE ACRE

MAPA 11 – A MARCHA PARA ARSUF (14-07-1191 – 06-09-1191)

MAPA 12 – BATALHA DE ARSUF. PRIMEIROS MOVIMENTOS

ESQUEMA 3 – BATALHA DE ARSUF

MAPA 13 – BATALHA DE ARSUF. SEGUNDOS MOVIMENTOS

MAPA 14 – BATALHA DE ARSUF. TERCEIROS E ÚLTIMOS MOVIMENTOS

QUADRO I – MODELO A

QUADRO II – MODELO B

MAPA 15 – BATALHA DE ARSUF. MOVIMENTOS DAS TROPAS EM FUNÇÃO DAS
HORAS DO DIA E DA EXPOSIÇÃO SOLAR

RESUMO

A presente dissertação procura identificar os vectores que se encontram na raiz da formação do pensamento e, conseqüentemente, da actuação de Ricardo “Coração de Leão” e de Saladino, dois dos maiores líderes militares da época medieval.

Nesse sentido falaremos, inicialmente, da vivência humana nos sécs. XI e XII que consideramos ter influenciado os dois líderes, assim como o percurso militar até à confrontação entre si no *Outremer*. Seguidamente, focar-nos-emos no período entre 1191 e 1192, desde a origem da campanha até ao acordo sobre Jerusalém, passando pela batalha de Arsuf. Por fim, procuraremos confirmar a hipótese de que a sua genialidade militar assentou numa visão ideal ao redor de uma cidade e de um território, numa capacidade estratégica ímpar e numa crença construída para o efeito por filósofos das religiões, denominada guerra santa para os cristãos e *jihad* para os muçulmanos.

ABSTRACT

The purpose of this essay is to identify the reasons which have formed the thought and consequently the actions of both Richard Lion Heart and Saladin, two of the world's greatest military leaders from the medieval period.

We will first approach their human experience and life in the XI and XII centuries, which we believe have strongly influenced the two leaders, along with their military journey, until the *Outremer* confrontation.

We will then focus on the period between 1191 and 1192, from the origin of the campaign until the Jerusalem agreement, and in particular the Arsuf Battle.

Finally we will seek to confirm the hypothesis according to which their military genius was based on an ideal vision surrounding a city and a territory, in a unique strategic capacity and a strong belief, tailor made for such purpose by religion philosophers, which the Christians call Holy War and the Muslims *Jihad*.

PREFÁCIO

O trabalho apresentado nasce de uma reflexão sobre um fenómeno que tem assolado a humanidade e se encontra especialmente associado às religiões do livro: a chamada “guerra santa”. Sendo uma temática vastíssima, envolvendo temporalmente mais de um milénio e, geograficamente, quase todo o planeta, resolvemos focar-nos num período em que emergiram em simultâneo duas grandes figuras guerreiras – Ricardo, apelidado de “Coração de Leão”, e Saladino, o nobre sultão – que evoluíram na segunda metade do séc. XII, varrendo geografias que vão de Inglaterra ao Império Angevino ou do Nilo ao Eufrates, passando pela Terra Santa. Fizemos esta escolha por a considerarmos paradigmática quanto ao assunto em questão, desde logo pelo conjunto de ferramentas e de materiais envolvidos e, depois, sobretudo, pela problemática militar e religiosa, o que nos permitirá debruçar-nos sobre as campanhas militares dos dois grandes líderes dos reinos cristão e muçulmano terrenos e, um pouco, sobre os seus reinos celestes.

Parecendo muito pouco sofisticada quando comparada com problemáticas actuais em que a *cyber war* e os *drones* pontificam, a ideia foi-nos conquistando à medida que íamos escavando, camada por camada, o meio envolvente que permitiu esculpir o carácter dos dois homens. Certos de que só se pode entender o presente ancorando-o no passado e este na sua multiplicidade histórica, assumimos indagar as fontes primárias que os descrevessem de forma não anacrónica e as secundárias que as interpretaram para, no seu conjunto, retirar as nossas próprias conclusões, eventualmente, num ou noutra caso de forma temerária e criativa, mas sempre balizada pelo rigor académico próprio das metodologias aprendidas enquanto estudante de mestrado. Complementarmente, socorremo-nos de alguns autores reconhecidamente especializados nestes assuntos. De uns e de outros damos conhecimento nos dois tópicos apelidados de Fontes Primárias e Secundárias, remetidos para anexo. Por facilidade, fizemos acompanhar, sempre que possível, o texto de mapas e de esquemas gráficos, para além das árvores genealógicas das famílias envolvidas. Do resultado cruzado destes elementos nasceu o trabalho agora proposto, que se organizou em três corpos principais e em seis capítulos, conforme se descreve:

- Numa primeira parte, subdividida em três capítulos, falaremos da vivência humana nos sécs. XI e XII enquanto enquadramento dos dois líderes, nomeadamente no que aos aspectos sócio-económico, científico-imaginário, religioso e, sobretudo, militar diz respeito; falaremos de Ricardo “Coração de Leão” e de Saladino ou Yusuf Najm al-Din Ibn Ayyub Şalāḥ al-Din,

respectivamente, através do que foi a sua família, educação e carreiras militares até ao ano de 1191, momento em que se irão confrontar.

- Numa segunda parte, composta por dois capítulos e, porventura a mais importante, abordaremos a confrontação entre os dois oponentes naquela que foi a Terceira Cruzada, desde as origens da campanha, em 1191, até ao acordo sobre Jerusalém em 1192, passando pela descrição das forças da espada e da cimitarra, das suas estratégias, do cerco a Acre, da marcha para Jafa com paragem em Arsuf (e consequente batalha que imortalizará o líder cruzado), para terminarmos falando, de forma resumida, do ocaso que se precipitou sobre os dois ilustres líderes do séc. XII.

- A finalizar, uma terceira parte onde se confirmará a hipótese inicial de que estes dois soldados de Deus devem a sua imortalidade a três características muito acentuadas: (i) a de projectarem a sua missão através de uma visão ideal ao redor de uma cidade e de um território santos, (ii) pondo ao seu serviço uma genialidade estratégica inequívoca sustentada numa (iii) doutrina, crença, construída para o efeito por filósofos das religiões, denominada de guerra santa pelos cristãos e de *jihad* pelos muçulmanos.

Mas, nestes processos de escrita de uma tese, há sempre inúmeros caminhos que se podem percorrer, cada um deles facilmente nos levando muitas vezes por labirintos e seus minotauros, havendo necessidade de nos socorrermos dos seus Teseus para que possamos sobreviver ao longo caminho. Como não poderia deixar de ser, queríamos agradecer a todos os Professores que nos guiaram, motivando, ensinando, orientando e, acima de tudo, sem nos deixarem sair dos trilhos e veredas seguras, próprias de um caminho com um final feliz. Referimo-nos, sobretudo, ao Professor Doutor João Gouveia Monteiro, que orientou este estudo de forma científica, pedagógica e sempre tranquila, expressando todo o seu enorme saber acompanhado de uma disponibilidade sempre total para a clarificação de ideias e eliminação de dificuldades, alicerçada numa verdadeira amizade só ao alcance de um ser humano superior. Os seus estímulos, a sua confiança no trabalho que fomos construindo ao longo destes dois anos são disso a prova insofismável. Depois, não poderíamos deixar de nos referir ao Professor Doutor José Varandas, a pessoa que congregou os esforços necessários no sentido de concretizar este ambicioso projecto de plano de estudos e aos General Adelino Matos Coelho e Professor Doutor Pedro Barbosa pelas incursões nos sécs. XX e XXI e à Professora Catarina Belo pela ajuda na escrita árabe. Uma palavra também para todos os meus colegas, pioneiros por estas andanças, nomeadamente a Elise, a Carla, a Luísa e o Paulo Santos, e ainda à Manuela, ao Sebastião e ao Gil pelas ajudas que me foram dando aqui e ali e à Marina pelo seu enorme apoio.

Por fim, mas não por último, à minha família pelas muitas ausências e realizações adiadas, e cito a minha mãe Mimila, a Catarina, a Madalena, o Gonçalo e o Manuel, em benefício do egocêntrico projecto agora concretizado, a par da memória do meu pai José António, oficial do Exército, que muito me influenciou na decisão tomada de participar no 1º Mestrado Integrado em História Militar, pois sem ele, este estudo não passaria de uma quimera.

PARTE I
O TEMPO DE RICARDO E SALADINO

CAPÍTULO 1
VIVÊNCIA NOS SÉCULOS XI e XII

Como quaisquer seres humanos, Ricardo e Saladino são produto da matriz geográfico-temporal em que nasceram e viveram. Nesse sentido, não pode ser considerada uma perda de tempo olharmos de perto, embora de forma compacta mas separada, para os aspectos sócio-económico, científico, “imaginário” religioso e, sobretudo militar que, necessariamente, influenciaram a vivência nos séculos XI e XII.

a) SÓCIO-ECONÓMICA

No dealbar do séc. XI, assistiu-se a um elevado crescimento demográfico e correspondente concentração urbana, alavancado num aumento de terras cultivadas e conquistadas à floresta, mercê de novas técnicas agrícolas associadas a melhores condições climáticas que acabariam por gerar excedentes trocados em novos locais apropriados para o efeito, as chamadas feiras, espalhadas pelo mundo conhecido na altura, à criação de novas redes de distribuição necessárias ao escoamento dos produtos, à invenção do conceito de crédito e ao aumento da massa monetária em circulação.

Na realidade, e após uma queda nos primeiros séculos da idade medieval e estagnação nos três últimos do primeiro milénio, condições climatéricas favoráveis emergiram entre 1000 e 1300, originando o aumento da superfície de terras aráveis e da respectiva produção. Fruto disso e de melhores condições alimentares, as populações dedicadas à agricultura cresceram. Melhores condições implicaram uma maior taxa de natalidade e uma menor taxa de mortalidade, nomeadamente infantil. Em paralelo, dadas as circunstâncias descritas, assistiu-se a uma dupla tendência: a fragmentação da propriedade fundiária e, por isso mesmo, o interesse dos senhores na procura e utilização de zonas desabitadas com o intuito de atraírem colonos. Este movimento, que se generalizou por toda a Europa central e do sul, originou, a partir do séc. XI, um surto citadino de que são exemplos Paris, Amalfi, Bari, Salerno, Veneza, Pisa, Génova e, sobretudo, Milão. Este fenómeno também se deu ao longo do Reno e dos seus afluentes navegáveis; às antigas Colónia, Estrasburgo e Basileia, de entre outras, juntam-se as novas Frankfurt, Nuremberga e, já para lá do Elba, Hamburgo e Bremen. Por razões óbvias, estes burgos, nascidos da vontade de um senhor feudal, foram, na maior parte das vezes,

acompanhados de um centro fortificado que defendia os encontros entre comerciantes nas célebres feiras. Com o passar dos anos, as primeiras muralhas viram-se circundadas por segundas e, em alguns casos, mesmo terceiras linhas defensivas, englobando já os diversos grupos sociais, constituindo-se como cidades com várias expressões dimensionais.

A alavanca foi a expansão agrícola, associada a um conjunto de inovações técnicas que conduziram a alterações radicais no método produtivo. Graças aos arquivos cistercienses, sabemos hoje como as iniciativas eclesiásticas impulsionaram estes movimentos. Novos mercados nacionais e internacionais interligados por novas vias de comunicação surgiram, fazendo substituir a troca directa pela troca em espécie e criando a nova figura social do comerciante. Este, talvez surgido pela sua robustez física, necessária à temeridade de quem cruzava terras e mares defendendo as suas mercadorias dos ataques de meliantes, tornou-se alguém que necessitava de um novo estatuto, que lhe permitisse movimentar-se em liberdade.

As cidades que se encontravam nos cruzamentos das vias de comunicação ou nos portos dos rios ou dos mares detinham locais próprios para as trocas. Os mercados e feiras, locais inter-regionais ou mesmo internacionais, eram instituídos pelos senhores dos burgos, que concediam privilégios aos comerciantes a troco de determinadas quantias. Mas não foram só os comerciantes que surgiram deste movimento urbano. Para que houvesse materiais para arrear os cavalos e forjar os arados era necessário que existissem minas e mineiros, ferro e ferreiros. Para cortar as árvores e prosseguir a conquista da floresta, eram necessários machados e lenhadores. Se há madeira há carpinteiros, se há cereais há padeiros, se há animais há talhantes, alfaiates e sapateiros. O casamento entre o campo e a cidade estava consumado.

Mas, como se disse, interessa-nos espreitar as relações entre cristãos e muçulmanos. As primeiras cruzadas tiveram um relevante papel nas rotas marítimas do Mediterrâneo. Com o aparecimento dos novos estados cristãos em território do Oriente Médio, surgiram vários movimentos migratórios e, conseqüentemente, novas colónias mercantes e circulação de riquezas, estimulando a criação de moeda e estabelecendo ou recreando o conceito de crédito entre estas e as cidades costeiras de Veneza, Pisa, Génova e Amalfi. Paralelamente, na Síria e na Palestina foram negociados acordos com os reis de Jerusalém e os senhores dos Estados Latinos para o estabelecimento de bases de sustentação do comércio, assim como para a manutenção de determinadas rotas em troca de protecção marítima. Mesmo após a tomada de Jerusalém por Saladino, Pisa e Génova conseguiram obter dos novos portos privilégios para as suas comunidades, junto dos antigos portos de Tiro, Acre e Jafa.

Em suma, este relacionamento, empreendido de forma bilateral e que se consumou através de privilégios jurídicos e económicos, permitiu a chegada ao Oriente de madeira e ferro, produtos estratégicos para a construção de barcos, fabrico de armas (apesar das interdições papais à venda destas) e roupas, em contrapartida de mercadorias preciosas, algodão, seda em bruto e produtos para extracção de tintas tão necessárias à indústria têxtil. Um bom exemplo disso foi o tratado fiscal de 'al-Makhzumi, efectuado em 1172¹.

Este desenvolvimento económico foi essencial para o florescimento urbano no Oriente muçulmano. Como se disse, no Iraque foi Bagdade assim como Harran e, sobretudo, Mossul que levantaram a bandeira do Islão, intelectualmente falando. Na Síria e no Egipto, foram Damasco, Alepo e o Cairo que então conheceram um crescimento espacial e militar. As fortificações foram reforçadas e, em cada uma delas, foi (re)construída uma cidade própria para assegurar a defesa ou servir de morada ao soberano. Palácios, centros administrativos, mesquitas ou mesmo banhos foram edificadas nesses espaços. Devido ao fervor religioso, foram erguidos vários edifícios de culto para sunitas – Iraque e Síria –, incluindo *madrastas* em função das diferentes escolas jurídicas e também sufis. À semelhança do Ocidente, no Médio Oriente, embora mais cedo, também os mercados, os bairros de comerciantes e as zonas administrativas foram ganhando espaço próprio e com isso dotando as cidades de uma maior população e, nas mais importantes, de magnificência. Bagdade, mandada construir por al-Mansur (terminou em 765 d.C.), já existia há quatro séculos quando Saladino por lá passou. Edificada de acordo com as linhas euclidianas e com o patrocínio dos melhores astrólogos, albergou a famosa Casa da Sabedoria, o mais importante centro cultural coevo.

Não se consegue atingir um desenvolvimento deste cariz sem uma contrapartida a nível da moeda e do crédito. O recurso em massa às moedas vindas de Bizâncio, assim como aos lingotes, às barras de ouro e às joias vindas do mundo islâmico para a Europa Ocidental – são conhecidas moedas árabes na Escandinávia – provam a inferioridade do nosso mundo quando comparado com o do Médio Oriente. Se lhe somarmos as instituições bancárias que por lá proliferavam em contradição com a sua quase inexistência no Ocidente, com as suas práticas de créditos e os seus instrumentos monetários, alguns eventualmente importados do império chinês através dos contactos que havia nos dois sentidos, fica suprimida qualquer dúvida. Estas interações entre cristãos e muçulmanos permitiam ainda um outro tipo de intercâmbios: o das ideias, dos hábitos e das culturas, sendo decisivas no domínio das “ciências”, ajudando a que, mais tarde, o movimento renascentista catapultasse a Europa para a liderança do conhecimento.

b) CULTURAL

Quando procuramos vislumbrar a vivência científica do séc. XI pelas terras do Ocidente e do Médio Oriente, confirmamos o que já sabíamos: a clara supremacia muçulmana. São várias as razões que o podem explicar e, ainda em maior número, os exemplos que o corroboram. Se a poente se discute, ao nível monástico, se se deve orar ou estudar (início do séc. XI), a nascente, um século antes, são criadas, na grande maioria das cidades muçulmanas, instituições aparentadas com as universidades. Enquanto Pedro Damiano e Bernardo de Claraval se congratulam pela ausência de escolas em Monte Cassino e pela não contaminação laica com os ideais ascéticos escolásticos, al-Ma'mun, o sétimo califa abássida, é o grande impulsionador no séc. IX da *Falsafa*, a filosofia natural. Quando Gerberto d'Aurillac (950-1003), o papa Silvestre II, introduz a numeração árabe no ensino europeu, já o segundo califa abássida al-Mansur a tinha “descoberto” em Arim, na Índia, mais de um século antes! Quando já Saladino, no Oriente, conhecia a Bagdade que era descrita por al-Yaqubi, ainda Ricardo assistia (em 1176) à chegada de estudantes e docentes vindos de Paris a mando de seu pai, com a intenção de criar na sua terra natal, Oxford, a primeira universidade inglesa.

Regressando às razões que poderão ter estado neste desenvolvimento assimétrico, encontramos, acima de todas, a dialética religião-ciência. Desde o cálculo da Páscoa ou das horas a que o *muezin* chama os crentes para a oração até às datas mais propícias para a sementeira, passando pela consagração de datas assumidas contratualmente, tudo exige uma ordenação que se pretende imaculada. Sem conhecimentos astronómicos e/ou matemáticos, isso não era possível. Mas, se assim é, qual a razão para esta assimetria? Na verdade, enquanto para a cristandade o calendário juliano era suficiente, no início, para os padres da Igreja definirem as festividades da Páscoa (só vindo a ser posto em causa no séc. XI), para os muçulmanos era necessário para algo mais sofisticado: estabelecer as horas da reza (cinco vezes ao dia) e fazê-lo, simultaneamente, virado para Meca. Adicionalmente, a descoberta, pelos árabes, do *Tetrabiblos*, obra de Cláudio Ptolomeu (séc. II d.C.) dedicada à astrologia, leva-os a desenvolver cálculos ainda mais elaborados, uma vez que acreditavam estar o destino das batalhas ou as próprias vidas escritos nas estrelas, ao contrário dos cristãos, que o consideravam contrário ao lema por si defendido do livre arbítrio. O condicionamento das questões humanas pelos astros seria, assim, impossível; quanto muito, poderia ajudar a definir, em caso de doença, os momentos mais favoráveis, mas nunca com carácter definitivo.

c) IMAGINÁRIO

De acordo com Jacques Le Goff², o imaginário é importante, em particular na história da Idade Média, na medida em que, por um lado, maravilha e faz sonhar quem lê ou quem ouve ler os contos dos seus heróis e, por outro, sublima as realidades sociais e materiais da época, nomeadamente as catedrais, a cavalaria (Rei Artur e cavaleiros da Távola Redonda), o amor (Tristão e Isolda), os jogos e os espectáculos (os torneios, os trovadores), as mulheres extraordinárias (Melusina e Walkiria), a fortaleza (castelo, torre), os homens com poderes (Merlin), os animais fantásticos, os bestiários e a heráldica. É sob este prisma que reflectiremos acerca do imaginário e da sua simbologia.

Neste ponto olharemos para alguns autores e obras que se terão cruzado com Ricardo, uma vez que este tipo de materiais não era particularmente desenvolvido entre os contemporâneos de Saladino. Foi na corte de Henrique II que o gaulês Walter Map (1135-1209/1210) escreveu *De Nugis Curialium (As Distracções dos Cortesãos)*. Nestes contos, repletos de dimensões do prodigioso, que o autor afirma ter recolhido para se divertir e para ensinar os bons comportamentos, são narrados acontecimentos sobrenaturais ocorridos a pessoas reais num determinado momento no tempo e no espaço geográfico. Uma outra temática tipicamente de meados do séc. XII prende-se com as fadas ou *fatum*, as mulheres do destino, ou *fauni*, as da natureza, que o folclore celta denomina de ninfas. Os contos de fadas eram de dois géneros: o das fadas madrinhas, herdeiras das Parcas e que hoje originaram contos como o da Bela Adormecida e o das fadas que buscam o amor dos homens, através de pactos ou de raptos. No primeiro caso, cruzamo-nos com Melusina, a fada que se humaniza casando com um mortal, mas que desaparece quando o pacto secreto é quebrado. Como veremos, Ricardo estará directamente ligado a esta lenda através de sua mãe, Leonor da Aquitânia.

No domínio do romance, haverá mais um conjunto de autores e de temas que gravitaram ao redor da corte de Leonor da Aquitânia, influenciando o adolescente e futuro rei de Inglaterra. Desde logo, a obra de Mestre Wace (m. depois de 1174), *Romam de Brut*, apresentada à rainha de Inglaterra em 1155, pouco antes do nascimento de Ricardo, que, misturando factos históricos e romanescos, celebra os seus antepassados bretões elevando-os a uma linhagem mítica, já que Brut, o fundador da dinastia, fora neto do herói troiano Eneias. Dessa forma, legitimava-se o poder do Anjou sobre a Inglaterra. Mas não se ficava por aqui a sua influência. Ao celebrar e reelaborar, ao longo de mais de 15 000 versos, a *História Regum Britanniae*, Godofredo de Monmouth, evocando igualmente o mítico rei e caudilho Artur na sua demanda contra os arqui-rivais saxões, justifica o eterno choque entre as duas linhas de força. Até que ponto a trama do adultério de Guinevere e a sua implicação no poder de Artur

podem ter influenciado Ricardo nas suas relações amorosas é matéria em aberto, de acordo com o nosso ponto de vista. Para além deste, outros três romances surgem entre 1160 e 1165 na corte dos Plantagenetas: *Eneas*, *Roman de Troie* e *Roman d' Alexandre*. Se o primeiro, escrito por um anónimo, não acrescenta grande coisa no domínio da *translatio*, já o segundo, atribuído a Benôit de Saint-Maurice (séc. XII), um clérigo da região de Tours, é aproveitado para suportar o poder mítico plantageneta através de uma representação idealizada de Tróia, em que se associa a duração das linhagens ao sentido da História. Quanto ao terceiro, da autoria de Albéric de Pisançon (séc. XII) e adaptado por um rimador do Poitou, está dividido em quatro partes e aborda a infância e primeiras conquistas do herói, a pilhagem de Gaza, a derrota de Dario e a conspiração para o envenenamento do guerreiro e, por fim, a sua morte e divisão do império. Se fizermos uma segmentação da vida de Ricardo, somos capazes de encontrar semelhanças; acaso ou coincidência forçada pelo próprio? Qualquer tentativa para descrever as influências romanescas do príncipe e rei de Inglaterra ficaria amputada se não se falasse daquele que foi um dos mais importantes escritores em língua vulgar da Idade Média ocidental: Chrétien de Troyes (séc. XII). A corte de Maria de Champagne, onde Chrétien era presença assídua, pode ser considerada como um dos espaços literários de excelência da época. Sempre rodeada de poetas, trovadores, escritores e todos aqueles que falavam dos grandes mitos históricos do amor cortês, ela própria perita na matéria e destinatária de algumas obras, Maria constituiu-se como uma protectora da escrita vulgar. Casada com Henrique I, o “Liberal”, (1127-1181), esta filha de Luís VII de França (1120-1180) e de Leonor da Aquitânia (1122-1204) convidava amiúde vários escritores para a sua corte, de entre os quais Walter Map e Chrétien de Troyes. São da autoria deste último os romances *Marc e Isolda*, *Eric e Enide*, *Chevalier de la Charrette*, *Chevalier au Lion* e *Conte du Graal*, os quais reflectem o ciclo arturiano com todas as aventuras conhecidas, mas sempre sobre as temáticas já referidas da *translatio studi* (a ideia de que a valentia e o valor da cavalaria se fazem passar da Grécia para Roma e desta para França), do amor (a alegria espiritual de se possuir um coração e não um corpo) e da demanda de um objecto sagrado (o *Graal*).

Mas, como se acabou de afirmar, toda a corte da família de Leonor fervilhava em temas literários. Leonor protegia uma série de trovadores e Alice de França (1150-1191), meia-irmã de Ricardo, protegia o poeta Gautier de Arras (séc. XII). Ricardo, por sua vez, escreve mesmo algumas canções cortesãs a Maria.

Um outro tipo de literatura incendiava as cabeças de quem lia ou ouvia “cantar”: a literatura de viagens. Personificando o herói errante que não se contenta em nascer e ficar preso à sua aldeia, este género dá também por esta altura os primeiros passos. Seja porque lhe

é cometida uma missão política, económica ou religiosa, seja porque se deixa alimentar pelo espírito da descoberta, o *homo viator* é o produto destes sécs. XI e XII. O peregrino e os seus *itineraria* a Jerusalém, Roma e Santiago ganham um espaço nunca antes visto. Com a cristianização do mundo ocidental após Constantino (285-337) e com a descoberta de Jerusalém por sua mãe Helena (e, conseqüentemente, de um conjunto de relíquias e locais associados à morte de Jesus, de entre os quais a Vera Cruz e a Gólgota) surgem as primeiras *descriptiones* da Terra Santa e respectivos *itineraria* para a alcançar. Incluem-se neste grupo o *Itinerarium Burdigalense* (descrevendo como se lá chega partindo de Bordéus e passando, à ida, por Constantinopla e, à vinda, por Roma, para terminar em Milão) e o *Itinerarium Egeriae*, escrito por uma mulher, presumivelmente no séc. IV ou V, na abadia de Monte Cassino, por onde passaria Ricardo a caminho da Terceira Cruzada.

Toda esta dinâmica do imaginário terá influenciado Ricardo, tornando-se um referencial de vida, pois é importante ter-se presente que aquilo a que hoje chamamos de “ciência”, amanhã será apelidado de “visões ingénuas” pelos intelectuais vindouros. Uma última palavra para sinalizar que, no Médio Oriente, as viagens, nomeadamente às duas cidades santas (Meca e Medina, a cidade do Profeta), assim como as fábulas de Esopo e a obra das *Mil e Uma Noites* (diz-se que dedicada a Harum al-Rashid, o quinto califa abássida), se fizeram e leram muito antes do descrito no Ocidente europeu, e sempre com um carácter mais filosófico-racional.

d) RELIGIOSA

Associada a esta mudança, assiste-se a uma alteração nas estruturas da Igreja, conducente a uma profunda modificação da vida religiosa, comandada pelo mosteiro de Cluny, em França³. A chamada *libertas Ecclesiae*, isto é, a libertação da igreja da dependência e da investidura dos laicos e da jurisdição episcopal, apossa-se de muitos monásticos e das hierarquias religiosas, sob a liderança de Gregório VII (1030-1085), um ex-monge de Cluny, outrora Hildebrando de Sovana e redactor do *Dictatus Papae*⁴. Havia que adaptar a visão estática própria de cinco séculos em que o povo era composto por uma amálgama indiferenciada de gentes que prestava obediência ao nobre e ao clérigo por uma outra, dinâmica, em que estes mesmos populares se começavam a especializar em agricultores, ferreiros, comerciantes, pedreiros e outros mesteres surgidos da revolução urbana. Agora, com o surgimento das escolas urbanas e mesmo com as primeiras universidades no final do séc. XII, a população passa a ter hipóteses de se instruir, já sem necessitar de vestir o hábito. Inclusive, a pobreza, até aí desprezada, começa a ser reanalisada à luz da pureza cristã que anseia viver de acordo com os princípios evangélicos. Os reis e os imperadores, face à decrepitude dos grandes senhores feudais, aliam-

se aos pequenos donos dos novos senhorios, transformando-os numa nova classe de pequenos mas poderosos nobres, assim como à burguesia ascendente. Se Gregório VII reivindicava a vassalagem de reis e príncipes (quando afirmava que o papa era o único homem a quem todos estes beijavam os pés) e alegava que lhe era permitido depor os imperadores (querendo com isso colocar a Igreja no topo de todas hierarquias e “proteger” o seu património, assegurar a sua independência e afirmar o seu magistério sobre o conjunto da sociedade⁵), Urbano II acrescentou-lhe mais duas frentes: uma interna, contra o nicolaísmo⁶ e a simonia⁷; e outra externa, como seja traduzir a reforma gregoriana numa prática útil à Igreja. Conjugar as duas exigia-lhe reforçar a atenção dos leigos e dos clérigos num novo paradigma. Por um lado, retirar pressão a uma nobreza e a um povo cada vez mais numeroso e belicista e, por outro, reorganizar a mentalidade dos seus clérigos. Se, no primeiro caso, teve sucesso ao desenvolver conceptualmente o princípio da “guerra justa” ou da “guerra santa”, por outras palavras uma “teologia de cruzada” de que falaremos mais à frente, no segundo – apesar da constituição de uma nova estrutura hierárquica, encabeçada pelo papa seguido de uma regionalização em dioceses supervisionadas por um bispo poderoso – a verdade é que, no curto prazo, devido a esta autoridade local absoluta, suscitou inúmeros movimentos heréticos, de entre os quais o dos Cátaros, com a sua visão maniqueísta do mundo e que se espalhou entre a Provença e a Itália. Mas a história reconhecer-lhe-á ter acabado com a cultura platónico-agostiniana, em que o ideal monástico marginalizava a mulher enquanto fonte de pecado e as classes comerciantes enquanto detentoras do vil metal. É neste contexto que Bernardo de Claraval (1090-1153), um monge cisterciense, diz-se que sobrinho do conde de Champagne que integrou o grupo dos 9 pobres cavaleiros de Cristo na sua peregrinação a Jerusalém em 1119, irá pregar o ideal de uma Igreja reformada e de um laicado a ela submetido, estabelecendo assim o argumentário para a sustentação das ordens militares, nomeadamente a dos Templários⁸. Do outro lado do Mediterrâneo, passava-se um processo completamente diferente que, por questões de espaço, apenas será tratado no capítulo VI, quando se falar da guerra santa.

e) MILITAR

Sabe-se que, de forma simplista, a sociedade europeia assentou o seu desenvolvimento em três pilares: o conhecimento greco-romano, a religião cristã e o *ethos* guerreiro herdado dos povos bárbaros, da mesma forma que os povos árabes do Médio Oriente o fizeram, acrescentando àquele o conhecimento hindu e substituindo a cruz pelo crescente muçulmano e a espada pela cimitarra turca, curda ou mameluca. Já tendo falado sobre os dois primeiros

pilares, concentremo-nos no terceiro, essencial para o entendimento da forma de pensar e de agir de Ricardo e de Saladino.

I - GUERRA

No Ocidente, são dois os aspectos que influenciaram a arte da guerra entre o final do primeiro milénio (sécs. IX/XI) e o termo do séc. XII. Referimo-nos à disputa interna entre os vassallos maiores (*capitanei*) e os vassallos menores (*militari secundi*), por um lado, e, por outro, às invasões, desencadeadas a norte pelos *vikings* e, a sul, pelos omíadas. Se, no primeiro caso, esse antagonismo foi aproveitado pelos soberanos para regularem o seu próprio poder através do *Edictum de beneficiis* (início do séc. XI), até aí feito a pretexto da violência gerada pelo enfraquecimento do poder central em prol do local (por obra de senhores que tinham alargado o seu controlo a pessoas e coisas para além dos seus feudos), no segundo, provocou o recrudescimento de uma velha forma de dinâmica de ataque – a cavalaria –, assim como de defesa estática – a fortificação castelã.

Nas novas regras, são acentuados os juramentos entre senhor e vassallos, devendo estes praticar só o bem (através do *auxilium* e do *consilium*) e nunca o mal, em troca de uma remuneração (cf. a carta do bispo Fulberto de Chartres ao duque Guilherme de Aquitânia⁹). A par destas “submissões” militarizadas, surgem os ritos do cavaleiro: o *immixtui mannum* (mãos do vassallo entre as do senhor), o *volo* (declaração de vontade) e o *osculum* (beijo na boca ou na espada do senhor). Como veremos adiante, estes juramentos serão importantes. Entretanto, detenhamo-nos nos castelos e na conseqüente poliorcética.

O castelo, sendo a resposta aos ataques exteriores, foi simultaneamente um edifício reorganizador do espaço que ocupa e um símbolo de poder. É essencial perceber a sua função, o desenho, a construção, a tipologia e os seus elementos característicos. Enquanto função militar, os castelos detinham componentes sobretudo defensivas. Enquanto função residencial, reflectiam a importância do aristocrata que o habitava. Genericamente, era composto por uma torre central capaz de suportar tanto o impacto dos projecteis como os efeitos da minagem, pelo que a sua construção era crucial. Tecnicamente, foi possível construí-los com a forma cilíndrica – os cubelos – a partir do séc. XII, o que possibilitou aumentar a sua solidez e eliminar os ângulos mortos de tiro. À sua volta, era cercado por uma muralha, estendendo-se por esta um conjunto contínuo de elementos (torreões e passadiços para rondar) de anexos, de complementos tácticos (remates, seteiras, ameias, manteletes e alguns barbacãs), para além de um fosso, com ou sem água. Os torreões, muito poucos ainda no séc. XII, tinham por objectivo obter posições vantajosas de observação e defender o castelo dos ataques pelos

flancos, para além de poderem servir para armazenamento ou para habitação. Mas, como se viu, com a expansão urbanística, à volta do castelo estendiam-se as casas da população e, por isso, construíam-se por vezes segundas muralhas similares às primeiras, da mesma forma que as havia em redor de alguns mosteiros. Se esta era uma componente táctica, rapidamente evoluiu para uma parceria estratégica, na medida em que estas fortificações, a par das pontes, foram colocadas em rede, de tal forma que controlavam os territórios, complementando as chamadas defesas naturais, nomeadamente elevações, vales, rios e florestas. Foi, aliás, assim que os grandes senhores construíram, politicamente, os condados, os ducados e os reinos.

A contrapartida da fortificação castelã que se vai desenvolvendo é a poliorcética, isto é, a arte dos cercos¹⁰. Algo esquecida desde o Império Romano do Ocidente, foi reavivada na sequência de alguns ataques normandos. Como qualquer tarefa, não só exigia um planeamento por parte dos sitiadores, mas também dos sitiados, que ia desde a sua instalação e respectiva logística até à resistência de parte a parte e eventual rendição e respectivas condições, passando pelo assédio e suas componentes, como sejam: a aproximação às muralhas, a utilização de engenhos, a abertura de cavas ou minas e o recurso a estratagemas ou ardis.

Cercar, antes do mais, significava estudar o terreno circundante à fortificação, cortando-lhe o acesso ao exterior, bloqueando, para isso, as suas vias de comunicação, fossem elas terrestres ou marítimas, ao mesmo tempo que as mantinha para si. Os períodos da Primavera e do Verão seriam os preferidos, uma vez que os cercos podiam durar semanas ou meses e as guarnições eram numerosas e experientes, ao mesmo tempo que se encontravam por vezes bem nutridas. Mas cercar era, fundamentalmente, procurar dismantelar as fortificações, via engenhos neurobalísticos e de contrapeso – onagros, trabucos –, aproximar-se através de torres de assalto, usar aríetes revestidos de matérias resistentes ao fogo, ao mesmo tempo que os arqueiros fustigavam os soldados colocados nas ameias com chuvas de setas emboscados em “gatas”, enquanto outros assaltavam os muros através de hárpagos (pontes móveis) ou construindo túneis subterrâneos, com o intuito de fazer soçobrar as muralhas ou, ultrapassando-as, abrir as portas da cidade pela calada da noite. Por fim, as condições da rendição eram essenciais para a preservação de vidas e do próprio castelo, podendo este ser demolido, como o fizeram Ricardo nas suas lutas intestinas e Saladino nas terras de além-mar.

Se os castelos são o aspecto passivo da nova ordem militar, a cavalaria personifica o princípio activo da época, constituindo-se como a sua peça chave.

II – CAVALARIA

A cavalaria pode e deve ser olhada através de, pelo menos, três grupos de ideias: elite combatente com os seus códigos sociais, tipologias de combate e modelos literários. Este último, por já ter sido debatido atrás, não será objecto de mais referência.

Independentemente da origem da cavalaria e dos autores que a analisam, é importante entender que o seu aparecimento resultou da necessidade de melhorar a qualidade dos grupos armados existentes nos grandes feudos, nos senhorios territoriais e nos castelos e centros urbanos associados. Nesse sentido, criaram-se elites cuja actividade, a tempo inteiro, era guerrear a cavalo. Todas liam pela mesma cartilha, fosse através dos jogos de guerra que praticavam – justas, torneios – do comportamento ético seguido – *Athleta Christi* – ou mesmo na sua dieta alimentar. Para isso, muito importava o ritual de imposição da espada ao jovem *miles* ou *knight*, que assim via consagrada a passagem a adulto, com a responsabilidade que isso implicava. A cerimónia iniciática, que se assemelhava à da época carolíngia, era, de acordo com Marc Bloch¹¹, composta pela confissão e velada de armas, a comunhão e a entrega da arma por um cavaleiro mais velho, logo seguida pela *collata* (palmada) dada na face ou na nuca do iniciado com a palma da mão, significando a passagem do conhecimento, o *adoubement*, para terminar numa manifestação festiva em que o jovem neófito saltava para cima do cavalo e, de lança no braço, esporeando-o, arremetia a toda a brida sobre a quintana fixada no cimo de um pau. Se a palmada do bispo na cara do novo “sacerdote” transmitia o sopro espiritual, esta última componente activava a marcialidade do novo cavaleiro. Foi da conjugação das duas ideias que nasceram as ordens militares de que falaremos mais adiante.

Entretanto, os princípios da vassalagem casaram-se, através das mesnadas (recrutamento de tropas particulares), com a necessidade de engrossar esta tropa ao serviço dos senhores feudais e eclesiásticos. Mas, mesmo assim, era necessário continuar a alimentar, por questões de poder político, este recrutamento, já não sendo suficiente o vínculo de vassalagem. A reserva de recrutamento seguinte será a dos servos agrícolas, que disponibilizarão os seus filhos mais robustos, os *fideles*, ao respetivo senhor.

Ainda assim, a quantidade nem sempre era suficiente para impor um poder efectivo. Havia que ajustar a essa deficiente quantidade uma qualidade extra. Foi desse modo que surgiu uma nova técnica, uma nova tipologia de combate, que distinguirá a cavalaria europeia e que dirá respeito ao manejo da lança¹². Referimo-nos ao novo posicionamento desta arma, que, se até ao séc. XI se tinha utilizado com o braço erguido, à semelhança do que se fazia na caça, obrigando o cavaleiro a parar, virar e tentar rodear o adversário para depois o ferir ou matar, agora, fixando a lança na horizontal e colocando-a debaixo da axila direita, como se de um

prolongamento do braço se tratasse, investia directamente sobre o inimigo com o intuito de provocar o choque frontal e, com isso, de o trespassar mortalmente ou, no mínimo, de o derrubar. O volteio era substituído pelo golpe directo, em que a força cinética do par composto pelo cavaleiro e pela sua montada lançada a galope se constituíam como uma nova e poderosa forma de choque ou carga pesada.

Desde já, ressaltam dois aspectos: a dificuldade de recrutamento e a especificidade do treino dos poucos eleitos, por um lado e, o custo elevado desta actividade, por outro. A consequência é evidente, pois bastará dizer que só um cavalo próprio para este tipo de elite, por volta do ano 1200, custava 5000 libras esterlinas, isto é, o equivalente a 6000€ ou 80 xelins, quando comparado com os 10 xelins, 600 libras ou 700 €, respectivamente, de um cavalo normal¹³. Dessa forma, a elite reproduziu-se apenas nos níveis mais elevados da sociedade. A guerra, profissionalmente falando, era exclusiva de uma minoria dentro dos *bellatores*, conforme foram apelidados pelo bispo Adalberão de Laon (947-1030), por oposição aos *oratores* e aos *laboratores*, na sua estratificação ideal. Mesmo a cavalaria não constituía uma classe homogénea, pois nem todos os que montavam eram cavaleiros, no sentido social do termo. Além destes, uma minoria, havia os sargentos de armas, que podiam ascender à cavalaria excepcionalmente, devido a feitos extraordinários em combate, para além de alguns soldados montados. A distinção fazia-se pelo nível de equipamento exibido: enquanto o cavaleiro usava uma arma de cinto, quase sempre uma espada, uma lança e toda a panóplia de protecção pessoal, nomeadamente um escudo e uma armadura, os outros detinham um menor número de peças, quer ofensivas quer defensivas. Face a estas limitações, devia acrescentar-se à cavalaria a infantaria dos *pédites*, isto é, arqueiros, besteiros, lanceiros e atiradores, que normalmente, flanqueavam ou fechavam à retaguarda as formações a cavalo. Os exércitos eram comandados, ainda que de forma algo simplificada, pelo cavaleiro mais velho ou por um condestável (herdeiro do velho *comes stabuli* carolíngio), um título que conferia o comando das tropas na ausência do rei.

Se esta era a forma ocidental de fazer a guerra, à qual Ricardo se habituara, como é que ela era praticada no Médio Oriente, ao tempo de Saladino? Do lado muçulmano, as coisas não eram muito diferentes. Com a sedentarização e o desarmamento, acontecimentos passados no séc. IX e próprios das tribos árabes, os exércitos omíadas foram-se enfraquecendo, dando lugar à dinastia abássida que, entretanto, se assenhoreara do *asabiya* (espírito de corpo) outrora decisivo daqueles. O golpe definitivo concretizou-se quando o califa abássida al-Mu'tasim (833-843) transferiu para Samarrâ (836) o seu governo e a guarda pretoriana constituída por turcos, deixando gradualmente de recorrer ao recrutamento árabe¹⁴. Esta

prática de mobilização em que os autóctones perdem o seu peso a favor de outros vai prolongar-se, com os *bouwayhides* e os seljúcidas a fazerem-se rodear de *daylamitas* e de turcos, respectivamente, provocando a desagregação dos califados em poderes regionais. Sucessivamente, *zenguidas* com turcos e curdos e, mesmo mais tarde, Nur al-Din e Saladino com a cavalaria turcomana, ou fatimidas que se suportam em arménios para dominar o Egipto, são exemplos do que se afirmou.

Um outro aspecto importante é o que diz respeito ao *iqṭā'* (atribuição de uma parte do rendimento fiscal a um militar, com o intuito de o manter assim como aos seus homens)¹⁵. Se os abássidas distribuem aos turcos do seu exército importantes *iqṭā'*, em substituição do soldo, devido à penúria dos cofres do Estado, com os *zenguidas* esta prática estende-se a todas as províncias que dominam, tornando-se gradualmente uma concessão hereditária, princípio que os aiúbidas de Saladino adoptarão, assim como as dinastias mamelucas o farão mais tarde.

Quanto à forma de combaterem, sabe-se que os exércitos islâmicos se encontravam familiarizados com a guerra de assédio e com as suas máquinas, nomeadamente o trabuco, por eles transmitido ao Ocidente, após a importação da China. De mesma forma, a arma de cavalaria era por si explorada, sendo os turcos excelentes cavaleiros, advindo essa prática do facto de se dedicarem à pastorícia e à caça e manterem manadas de cavalos que deviam conduzir. Quando montados, desenvolviam movimentos largos e rápidos de envolvimento, armados de arcos compostos cuja estrutura de madeira, alicerçada por tiras de tendões, desenvolvia uma enorme força mecânica com grande poder de penetração. O seu fogo de flechas fustigava o adversário primeiro, para depois o empurrar e combater numa luta corpo a corpo¹⁶.

A infantaria, por seu lado, estava equipada com espada (curva ou não) e com escudo, e em determinadas alturas com uma armadura ligeira. Desde que bem treinada e face ao pouco peso do seu equipamento, facilmente se tornava um inimigo irredutível, capaz de efectuar movimentos de ruptura junto dos inimigos, deles resultando o caos. Face a movimentos de menor alcance eram, em batalha, muitas vezes usados como chamariz do adversário. Nestes casos, a infantaria ocupava a frente das forças distribuídas no terreno, atraindo o inimigo e permitindo que as tropas de elite fossem poupadas no início das refregas¹⁷.

Por fim, olhemos para a marinha, habitualmente, esquecida pelos investigadores militares. Consultando Christophe Picard¹⁸, percebemos que houve uma política de defesa da costa síria, desde os califas de Medina até aos abássidas, passando pelos omíadas. Nessa época, anterior a Saladino, o propósito era levar a guerra e encorajar a *jihad* contra o Império Bizantino. A prática do *ribāṭ* (doutrina militar em que os voluntários, em retiro, se dispõem, através da

função religiosa e mística, a participar na *jihad*) incrementou o voluntariado e apelou à construção de barcos através do financiamento privado.

No tempo de Saladino, os aiúbidas continuaram a dar importância ao papel que a marinha e as respectivas frotas de guerra deviam cumprir na defesa das suas fronteiras marítimas, sobretudo no contexto das cruzadas, em que o perigo advinha muitas vezes do mar. Saladino viveu consciente desta fraqueza, devida à falta de materiais de construção, nomeadamente de madeira e ferro, para além do pouco conhecimento da construção naval. Mesmo assim, envidou esforços para melhorar a marinha egípcia, como lhe aconselhou em 1175 o califa abássida Hassan al-Mustadi' Ibn Yusuf al-Mustanjid (1170-1180). Antes de Arsuf, escreve ao califa almóada Abu Yusuf Ya'qub al-Mansur (1184-1199) pedindo-lhe reforços e a intervenção da sua frota contra os cruzados que chegavam massivamente à Terra Santa para reconquistarem Jerusalém¹⁹. A falta de resposta do seu correligionário almóada, que se encontrava absorvido em várias frentes de combate no Magrebe e na Península Ibérica, num momento incerto quanto a quem sairia vencedor, viria a pagar-se caro aquando da caminhada de Ricardo em direcção a Jafa.

III – ORDENS MILITARES

Se existe matéria capaz de sintetizar o modo de pensar da época sobre a qual nos estamos a debruçar ela é, sem dúvida, a das ordens militares. Neste ponto, estamos em dívida para com Carlos de Ayala Martínez e a sua obra *Las Ordens Militares en la Edad Média*²⁰. Enquanto aspectos relevantes, falaremos sobre a sua tipologia, origem, organização interna, funções e actividades militares, deixando outros aspectos, como sejam os económicos, de lado.

De acordo com Carlos Ayala, as ordens militares podem ser divididas em universais, territoriais e nacionais. Relativamente às primeiras, as únicas que interessam para os nossos propósitos, são de destacar a do Templo, ou dos Pobres Cavaleiros de Cristo, e a dos Hospitalários, ou do Hospital de S. João de Jerusalém, nascidas na Terra Santa. Na sua essência, qualquer delas se baseia no “universalismo próprio de qualquer instituição religiosa de carácter regular” e na “vocação cavaleiresca, santificada no espírito da cruzada”²¹. Se a primeira foi o resultado da conversão de uns cavaleiros em religiosos e a segunda de uns religiosos em cavaleiros, a verdade é que ambas encontraram o seu adubo na Terra Santa e no recém-criado reino de Jerusalém.

Os Templários nascem de um pequeno grupo de cavaleiros comandado por Hugo de Payns (1070-1133), dono de um feudo próximo de Troyes, que fundou uma confraria militar por volta de 1120, no tempo do rei Balduino II, fazendo votos de defesa dos peregrinos em

viagem relativamente aos ataques dos muçulmanos e devendo o seu nome ao facto de terem habitado uma ala do palácio situado junto a umas ruínas no pátio da mesquita de al-Aqsa, que se julga ser a base do divino templo de Salomão. Daí a chamarem-lhes *militēs Templi*, e depois *Templarii*, foi um breve passo. Após treze anos por terras do ultramar, Hugo regressa a França, procurando legitimar a confraria ao abrigo de três objectivos: (1) fortalecer a religiosidade consagrada pela reforma pontifícia e desejosa de ultrapassar os limites territoriais europeus; (2) criar um monacato militante radicado no serviço de Deus, de acordo com o movimento cisterciense; (3) desenvolver uma nova cavalaria defensora do ideal cristão, por troca com a velha, eivada de princípios mundanos. Mas, para isso, havia a necessidade de justificar o derramamento de sangue por parte dos monges armados de espadas. Escrevendo a Bernardo de Claraval (1090-1153), o teólogo mais influente da época, Balduino II pede-lhe que interceda junto da cúria romana. Após reflexão, Bernardo apaixonou-se pela causa, defendendo que, para o frade guerreiro, o combate é uma forma de humilhação. Ele luta contra o inimigo para expiar os próprios pecados, assim como no seu íntimo luta contra o mal e as tentações. Em 1129, em Troyes, nasce a regra pela qual os monges se vão guiar. Um misto de bases beneditinas e princípios agostinianos obrigá-los-á a cumprir votos de pobreza, obediência e castidade. Já em 1136, Bernardo escreve o opúsculo *De Laude Novae Militiae* (“Elogio da Nova Cavalaria”), onde exalta a figura do monge guerreiro templário e a sua importância para a cristandade. Com o privilégio *Omne Datum Optimum* (Dom Todo Perfeito) concedido por Inocêncio II em 1139, que consistia na independência da ordem relativamente a qualquer autoridade religiosa, com excepção do papa, e na possibilidade de usarem uma cruz vermelha no ombro esquerdo como símbolo do sangue derramado em defesa da cristandade, concedida em 1147 pelo papa Eugénio III, selava-se a sua constituição.

A Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, de bases mais agostinianas, surge na sequência de alguns mercadores amalfitanos terem fundado um hospital em Jerusalém, com o objectivo de cuidarem dos viajantes doentes. Em 1113, Pascoal II (1053-1055), através da carta *Pie postulatio voluntis*, concede a graça da ordem se tornar uma entidade religiosa autónoma para, em 1154, a Santa Sé lhe conceder, através do documento *Christianae fidei religio*, a completa separação da hierarquia eclesiástica secular. A partir dessa altura, estava reconhecida a sua missão a favor dos pobres, peregrinos e doentes. Com a jornada de Hattin, em 1187, e a perda de Jerusalém, irá consumir-se o processo de militarização da ordem.

Falemos agora da organização das ordens e das suas funções e actividades militares, até ao final do séc. XII. Diz-nos Carlos de Ayala que as ordens militares, na sua dupla função de instituições religiosas e de cavalaria, exibem uma hierarquia dividida, genericamente, em

quatro ou mesmo cinco classes: monges cavaleiros, monges clérigos, monges sargentos de armas, monges de ofício e, quando as há (como é o caso dos hospitalários), monjas. Se o mestre era a figura tutelar, também ao capítulo competia zelar pelas boas práticas da ordem, incluindo as do mestre. Para além deles, quer no Templo quer no Hospital, mais duas figuras apresentavam dignidade pessoal: o senescal, uma espécie de número dois governativo, e o marechal, que detinha amplas competências em matéria militar, conforme descrito por Gouveia Monteiro no seu estudo sobre a Ordem do Templo²².

Para completar este segundo ponto, olhemos para as actividades bélicas através dos cenários regionais (climatológicos, ideológicos e políticos), dos objectivos das campanhas (guerra contra os muçulmanos, pagãos e mesmo cristãos considerados heréticos) e da valorização daquelas (estruturação do exército, papel das fortalezas e qualificação das tropas). Em relação aos cenários, as diferenças de latitude/longitude decompõem a actividade em três zonas: Terra Santa (TS, libertação dos locais sagrados), Península Ibérica (PI, Reconquista) e Báltico (B, combate aos pagãos), representativos das fronteiras da cristandade. Se no plano geográfico não é a mesma coisa combater-se em terrenos montanhosos e de densa floresta ou em terrenos planos e desertos batidos por um sol inclemente, também no plano ideológico não é a mesma coisa combater-se um inimigo da fé, seja para o desalojar de uma terra que é considerada nossa (TS e PI), seja para expandir a fé (B); de igual modo, no plano político é bastante diferente lutar-se condicionado pelas monarquias ibéricas (com o que isso tinha de bom e de menos bom), ou gozar-se de grande liberdade de actuação, como era o caso na TS.

No que respeita aos objectivos, a participação dos templários e dos hospitalários na guerra contra os muçulmanos, na Terra Santa, fez-se de uma forma directa e representando quase sempre a parte maioritária dos exércitos (e da cavalaria em particular). Ascalon (baptismo de fogo dos hospitalários), Hattin ou Arsuf são apenas alguns locais de referência. Não nos interessando a sua actividade contra pagãos e hereges, concentremo-nos na valorização desta.

Em primeiro lugar, temos a estrutura do exército. No caso das duas ordens que mais nos interessam, cavaleiros e sargentos combatiam a cavalo, embora com pequenas diferenças de equipamento. Os cavaleiros levavam uma cota de malha que lhes cobria todo o corpo, enquanto os sargentos não a vestiam nos braços, nem a mesma lhes chegava até aos pés ou ao elmo, que era mais ligeiro. Quanto ao número de cavalos, a diferença era bem maior: enquanto os primeiros tinham três montadas e dispunham do apoio de escudeiros, os segundos detinham apenas uma, e sem qualquer tipo de apoio, o que os obrigava, ocasionalmente, a combater a pé. A cavalaria, como um todo, representava a elite do exército e, como tal, configurava a fracção menor do mesmo. Havia ainda, por vezes, um terceiro grupo de

cavaleiros, os “freires clientes”, um conjunto de indivíduos que, por um período de um ou dois anos, integrava as ordens com o compromisso de lhes serem retirados os pecados em contrapartida do seu envolvimento nos conflitos armados. A par da cavalaria pesada, havia a cavalaria ligeira constituída pelos mercenários, que assim se juntavam aos cavaleiros propriamente ditos, aos sargentos e aos *milicianus*. De entre estes mercenários, destacavam-se os turcopolos, geralmente de origem muçulmana e convertidos ao cristianismo, que combatiam a cavalo e com arco, apresentando características similares às dos cavaleiros turcos. A sua importância advinha do seu grande número, uma vez que, por cada cavaleiro ocidental, podia haver três a quatro turcopolos, que revelavam grande destreza. A par destes combatentes, havia ainda os vassallos, recrutados de acordo com as regras do feudalismo, por um período limitado e que tanto podiam usar a espada como os arcos, combatendo a pé.

Do ponto de vista quantitativo, há muito pouca informação. Sabe-se, por exemplo, que em Hattin teriam estado entre 500 e 600 cavaleiros das ordens, divididos entre templários e hospitalários. No que concerne aos aspectos qualitativos, as hostes das ordens baseavam-se numa grande disciplina, no elevado nível de especialização e na força dos ideais cristãos, que funcionava como uma motivação adicional; isso resulta claro da leitura dos cronistas orientais, que apregoavam a bravura e até alguma ferocidade, dos cavaleiros das ordens.

Por fim, falemos um pouco do papel das fortalezas na TS. Como elementos defensivos, locais de reagrupamento ofensivo e núcleos de armazenamento logístico, constituíam-se como elementos chave na estratégia militar. Até ao desastre de Hattin, em 1187, as ordens chegaram a controlar mais de uma dezena e meia de fortalezas, entre castelos e torres fortes. A metade norte do condado de Trípoli estava repleta de fortificações. A oeste, dominava o castelo costeiro de Tortosa e, a leste, o poderoso *Krak des Chevaliers*, controlado pelos hospitalários. A sul, dominavam as fortalezas templárias, como Safed e *Château Pèlerin*. A maior parte destes castelos encontrava-se erigida sobre construções bizantinas ou muçulmanas e, à imagem do que se passava no Ocidente, configuravam um amplo espaço murado dentro do qual se encontrava a cidade e, em alguns casos, à maneira normanda, a torre central (*keep* ou *donjon*). Para se ter ideia da sua dimensão, podemos reproduzir a informação de Ayala Martínez de que no castelo de Safed se abrigava uma guarnição de 50 monges cavaleiros, 30 sargentos, 50 turcopolos e 300 arqueiros, para além de centenas de trabalhadores e escravos, enquanto em *Krak des Chevaliers* havia 60 cavaleiros²³.

Mas sempre que se fala de fortificações fala-se também de máquinas de guerra e suas características. É disso que falaremos no ponto seguinte.

IV – “TECNOLOGIA”

Falar de “tecnologia” na Idade Média é uma ousadia; nesse sentido, utilizaremos aqui a palavra apenas como sinónimo de técnicas empregues, ou equipamentos usados, pelos exércitos coevos. Logo que os cruzados chegaram ao Médio Oriente, iniciando o descarregamento dos seus equipamentos, aperceberam-se de que os engenhos muçulmanos eram bastante melhores do que os seus. De acordo com diversas fontes referidas por Renaud Beffeyte²⁴, as máquinas de contrapeso muçulmanas arremessavam objectos esféricos de 45 a 125 kg a 200 m de distância. Citando Joinville, um cronista que escreveu no séc. XIII e que foi o biógrafo do rei São Luís, “as nossas máquinas atiravam contra as deles e as deles contra as nossas, mas nunca poderei dizer que as nossas fizessem grande coisa”²⁵. A justificação para esta situação prende-se com o facto de os muçulmanos saberem aplicar regras de cálculo e usar a geometria grega (Euclides, Arquimedes). Guilherme de Tiro²⁶, também citado por Beffeyte, diz que “em 1124, durante o cerco de Tiro, a artilharia de defesa, sendo melhor do que a dos cruzados, obrigou a que estes fossem buscar a Antioquia um arménio de nome Havédia, reputado na construção e regulação de engenhos”. Desta forma, os engenheiros cruzados puderam aprender com os muçulmanos.

De entre essas máquinas, podemos inventariar os “lança pedras”, a chamada “catapulta de correias”, a manganela e o trabuco, todas características desta época. A primeira terá aparecido pelo séc. XI e lançava, com a ajuda de 8 a 16 homens, pedras de 3 a 12 kg a uma distância de 40 a 60 m e à cadência de 1 tiro por minuto. A segunda já lançava engenhos de 10 a 30 kg até 80 m, à mesma cadência e com a mesma mão-de-obra. Já a manganela, maior e podendo ser deslocada através do par de rodas que possuía, lançava engenhos até 100 kg de peso a uma distância de 150 m, mas a uma cadência de 2 tiros por hora, sem grande precisão, para além de exigir 12 homens não especializados e artesãos capazes de equilibrar a máquina. Por fim, o trabuco; este engenho, com um braço de 11,5 m de comprimento e com um contrapeso de 5,6 toneladas, conseguia lançar uma pedra de 56 kg a 212 m, com muito maior precisão do que a manganela, a uma cadência igual mas com o auxílio de muito mais homens.

Chegados aqui, cremos estar na posse de um conjunto de informações capaz de nos fazer entender melhor a personalidade dos nossos heróis. Será que, sem esta vivência, Ricardo teria decidido avançar para a Palestina? Será que teria escolhido aquele caminho, em vez de outro, para combater o seu rival Saladino? E este, ter-se-ia deixado conquistar pelo sonho de unificar os diversos territórios muçulmanos? Parece-nos bem que não.

CAPÍTULO 2

RICARDO “CORAÇÃO DE LEÃO” (1157-1190)

O príncipe Ricardo, que para a história ficaria com o epíteto de “Coração de Leão”, nasceu a 8 de Setembro de 1157, na cidade de Oxford, sede da administração régia e eclesiástica de Inglaterra a partir de 1180. Filho de Henrique II, rei de Inglaterra, e de Leonor da Aquitânia, muito provavelmente o casal mais famoso do séc. XII, herdou do pai a ferosidade guerreira forjada no espírito cavaleiresco e, da mãe, a sensibilidade artística própria da sua corte. Como veremos, a vida de Ricardo só se conhece com alguma profundidade a partir de 1174, quando perfaz 17 anos; até lá, são muito poucas as citações, podendo apenas, de forma indirecta, retirar-se algumas ilações. Por isso mesmo, preferimos subdividir o período em três sub-blocos: família, educação e campanhas militares (1174-1199).

a) FAMÍLIA

Por questões de nomenclatura, convém, previamente, entender que o termo Plantageneta foi retirado do apelido de Godofredo (Geoffroi), conde de Anjou e pai de Henrique II, parece que devido ao facto de ele ornamentar com um *genêt* (uma giesta) o seu chapéu, conforme passou a ser referido a partir do séc. XI. Terá sido, contudo, só a partir do séc. XV que a designação ganhou “carta de alforria”, passando a designar os reis que governaram desde Henrique II (1154-1189) até Ricardo II (1377-1399), inclusive.

Se “Plantageneta” é a designação preferida pelos historiadores franceses, é a de “Angevinos” que os seus pares ingleses consagrarão no séc. XIX, quando Kate Norgate publica a obra *England under the Angevin Empire* (1887). Neste caso, porém, o período em causa seria em especial o do apogeu do império construído por Henrique II; nesta tradição, por “angevino” entende-se, pois, o período que abarcou os reinados de Henrique II e de seus filhos Ricardo I e João “Sem Terra” (1199-1216), para os distinguir dos outros que remeteram o império a um encolhimento espacial.

O cronista Giraud de Barri (n. 1147), na sua obra *De principis instructione*²⁷ (1199-1216), por seu turno, elenca sete reis normandos (“homens do norte”) que dirigiram a Inglaterra: Guilherme o “Conquistador”, Guilherme o “Ruivo” e Henrique “Beauclerc” (ambos filhos do vencedor de Hastings), Étienne de Blois, Henrique II, Ricardo I e João “Sem Terra” (ver genealogia Plantageneta). Diga-se que a Normandia (com o seu estatuto de condado, primeiro, e de ducado, depois) remonta ao ano de 911, quando o rei de França, Carlos o “Simples” concede ao chefe *viking* Rolf Ganger (um norueguês), através do Tratado de Saint-Claire-sur-

Epte, um território a oeste do rio Sena que não parará de crescer até 1059, altura em que confina com o Monte de Saint-Michel.

Se esta era a herança paterna, do lado da sua mãe o poder era, igualmente, imenso. Nascida em 1124, da união do duque da Aquitânia, Guilherme X de Poitiers, com Leonor de Châtellerauld, Leonor torna-se, por falecimento de seu pai em 1137, quando se dirigia em peregrinação a Santiago de Compostela, duquesa e, com isso, um excelente partido matrimonial. Com a morte, no mesmo ano, de Luís VI de França, sucede-lhe Luís VII, o primeiro marido de Leonor, que lhe dará duas filhas. Por razões que se prendem com desavenças ocorridas durante a Segunda Cruzada e com o facto de não haver perspectivas de nascimento de um herdeiro varão, decorridos quinze anos de matrimónio a ligação é rompida por decisão de uma assembleia de bispos reunida em Beaugency. Livre para escolher o seu futuro, Leonor escreve a Henrique II dizendo-lhe que o considera digno dela e obtendo como resposta um “sim”, materializado numa união celebrada a 18 de Maio de 1152, em Poitiers. Dois anos e meio decorridos (Dezembro de 1154), Henrique II sobe ao trono de Inglaterra por morte de Estêvão de Blois – sendo coroado na abadia de Westminster e consagrando Leonor como sua rainha. Desta relação nascerão cinco rapazes e três raparigas, de entre os quais Ricardo, o quarto fruto desse casamento (sendo o terceiro varão, logo depois de Guilherme, que morreu com quatro anos de idade, e de Henrique). Ricardo acabaria por suceder ao seu pai em 1189, com 32 anos de idade. Leonor, que contrariamente ao seu segundo marido não considerava Henrique o “Jovem” e, após a morte deste, João “Sem Terra” como favoritos na sucessão ao trono, defendeu sempre Ricardo nesta ascensão. Tal como sucedera a seu pai, esperavam-no o reino de Inglaterra e o ducado da Aquitânia, que só por si representava em extensão quase tanto como o reino de França e os condados de Anjou, do Maine, da Bretanha, da Irlanda e do País de Gales. Se lhe adicionarmos o facto de os senhores da Aquitânia considerarem ser dever dos condes de Auvergne e de Toulouse, e do visconde de Limoges, prestarem-lhes vassalagem, percebe-se o seu verdadeiro poder e potencial. Mas até lá muita coisa haveria de acontecer (ver mapa 1 do Império Plantageneta).

Dada a dimensão do império, que se estendia do Norte da Escócia até aos Pirenéus, Henrique tinha de viajar bastante e de forma prolongada, sendo inevitável que se transformasse num pai ausente para Ricardo e os seus irmãos. Um testemunho disso é-nos dado pelo Arcebispo Teobaldo de Canterbury, que numa carta enviada no Verão de 1160 solicita ao rei que regresse a Inglaterra para que não deixe de ver os seus filhos, tendo obtido como resposta um regresso em 1164, ou seja, quatro anos depois²⁸. No ano seguinte, Leonor leva Ricardo e Matilde (sua irmã, um ano mais velha) para a Normandia, ao mesmo tempo

que o pai regressava a Inglaterra, com o intuito de preparar uma campanha contra os Galeses. Se é certo que Ricardo esteve sempre mais perto da mãe do que do pai, não é menos verdade que esta também se ausentava por alguns períodos; talvez por isso Hodierna, a sua ama, tenha sido presenteada com uma generosa pensão, tendo o seu nome baptizado até uma paróquia!

Antes de falarmos na educação do príncipe, interessa-nos introduzir um tema que o poderá ter influenciado quando, mais tarde, se vai mantendo celibatário, ao mesmo tempo que um convicto defensor dos territórios da família, mesmo daqueles a que considerava ter direito, como o condado de Toulouse. A diplomacia coeva centrava-se em torno das relações familiares, seladas por casamentos de conveniência. Foi assim que Henrique o “Jovem” ficou comprometido, aos três anos, com Margarida, uma criança de um ano, filha de Luís VII da França e da sua segunda mulher (Constança de Castela). Através deste compromisso, um território conhecido como o Vexin – na zona entre os rios Sena, Epte e Andelle – passaria para as mãos de Henrique II. Foi também assim, que Ricardo, com apenas dois anos, foi proposto para marido de uma das filhas de Raimundo de Berenguer IV (conde de Barcelona) e da rainha de Aragão. No momento da consagração do casamento, seria dado ao príncipe o ducado da Aquitânia e, como contrapartida, Raimundo de Aragão, que já disputava com o seu homónimo de Toulouse as fronteiras territoriais, aceitaria apoiar Henrique II na sua tentativa de conquista do condado.

Com estas duas investidas diplomáticas, aprendeu Ricardo a arte da geopolítica. Com o primeiro exemplo, aprendeu a manter uma fronteira através de uma posição defensiva dominante e, com ela, o domínio de uma zona: Rouen, capital da Normandia, onde Henrique II permaneceu durante 13 dos seus quase 35 anos de reinado. Rouen era um importante centro urbano (num cotovelo do Sena, a 100 km de Paris e a 80 km do mar), religioso (sede do episcopado da região) e comercial (centro de trocas entre o mundo escandinavo, os Países Baixos e a Inglaterra), sendo dona de um dos últimos mercados europeus de escravos, isento de direitos aduaneiros. Com o segundo exemplo, entendeu como adquirir uma posição comercial estrategicamente bem mais interessante do que a que detinha em La Rochelle, Bayonne ou Bordéus. Sendo o Mediterrâneo o local ideal para o acesso aos principais entrepostos comerciais do mundo, seria bem mais vantajoso aceder-lhe directamente, através do condado de Toulouse (rota mais curta e menos dispendiosa), do que cruzando o Atlântico, contornando a Península Ibérica e entrando naquela via pelas Colunas de Hércules.

Haverá mais quatro momentos importantes, política e familiarmente falando. Com 11 anos, a promessa de novo casamento, agora com Alcía, filha do rei de França. Por volta dos 12 anos, Ricardo presta novamente homenagem a Luís VII, em nome da Aquitânia e recebendo o

citado *adoubement*, ao mesmo tempo que o seu pai o fazia pela Normandia, pelo Anjou e pelo Maine. Aos 14 anos, Ricardo é entronizado como duque de Aquitânia. Por fim, aos 16 anos, revolta-se contra o seu pai, instigado pela mãe, aliando-se a ... Luís VII de França!

b) EDUCAÇÃO

Tivemos já oportunidade de abordar uma série de aspectos relativos à vivência do mundo ocidental nos sécs. XI e XII, por isso procuraremos agora ser breves. Antes dos aspectos militares próprios de qualquer rapaz com sangue nobre, terão sido as artes a impregnar Ricardo. Seu bisavô por parte da mãe, Guilherme IX (1071-1126), fora não só um cruzado célebre pela sua generosidade, valor e postura, mas também o primeiro trovador conhecido na Europa²⁹ e aquele que viria a inspirar a geração seguinte de poetas. A Aquitânia era tão desenvolvida para a altura que por ela ecoava o canto gregoriano que, de acordo com John Gillingham³⁰, para grande desgosto dos intelectuais conservadores como João de Salisbúria, era uma forma lasciva e efeminada de cantar, difundida pela abadia de São Marcial, em Limoges; do mesmo modo, era possível observar as esculturas góticas das fachadas da Igreja de Notre Dame de Poitiers e da Catedral de Angoulême, ou as talhas que adornavam várias igrejas romanas de Saintonge. A par deste desenvolvimento artístico, que há-de ter tocado Ricardo, outro houve que moldou o seu carácter: o imaginário das peregrinações e dos mitos ancestrais contados em gestas por homens como Chrétien de Troyes, que reforçavam o espírito da cavalaria. Por essa altura, Glastonbury e a sua abadia eram cenários quase míticos que falavam de histórias mescladas das lendárias visitas de José de Arimateia e do cálice sagrado, objecto da demanda dos cavaleiros da Távola Redonda liderados pelo Rei Artur, cujo túmulo, diz-se, iria ser descoberto em 1191 nas suas ruínas, após um incêndio devastador.

Diz-nos também Gillingham³¹ que, em Junho de 1172, aos catorze anos, Ricardo foi entronizado duque da Aquitânia: “Na igreja da abadia de Santo Hilário, em Poitiers, onde quatro anos antes o conde Patrício de Salisbúria havia sido enterrado, tomou assento na cadeira do abade para receber das mãos do arcebispo de Bordéus e do bispo de Poitiers a sagrada lança e o estandarte, símbolos da sua dignidade ducal”. Logo de seguida, Ricardo dirigiu-se a Limoges, onde foi novamente proclamado duque. O ponto alto produziu-se quando lhe colocaram no dedo o anel de Santa Valéria, a santa martirizada que simbolizava a Aquitânia. Significava essa imposição que, a partir dessa altura, ele tinha passado a deter uma dupla e indissolúvel união com o ducado: com as suas gentes e com os seus santos guardiões.

Embora não haja um conhecimento testemunhal, é razoável pensar-se que Ricardo tenha aprendido igualmente, do lado do seu pai, alguma “ciência”, em particular medicina, assim

como terá ouvido falar das teses messiânicas sobre o fim do mundo. O seu percurso de Vézelay a São João de Acre, com passagens por Monte Cassino e por Messina, não deve ter sido feito por acaso, e a sua conversa com Joaquim de Flora muito menos.

c) CAMPANHAS MILITARES (1173-1190)

Com a passagem à idade adulta, que no séc. XII se fazia aproximadamente aos 14/15 anos, Ricardo vai iniciar todo um percurso militar que só terminará com a sua morte. Iremos, seguidamente, recordar a sua actividade até 1190.

I – JUVENTUDE (1173-1183, dos 16 aos 25 anos)

Este largo período, rico em dissensões entre Henrique II e os seus filhos em geral (e com Ricardo em particular), deve-se essencialmente a um par de razões entrecruzadas: à falta de vontade do pai em partilhar o poder com os seus filhos, somava-se alguma ausência de empatia para com o seu segundo varão sobrevivente. Este constante mau estar era partilhado pelos outros filhos, que não morriam de amores pelo pai. Benito de Peterborough (m. 1193), o abade de Canterbury que mandou copiar em latim a *Gesta Regis Henrici Secundi et Gesta Regis Ricardi Benedicti abbatis* deixou-nos essa ideia, ao sugerir que uma profecia atribuída a Merlin se havia cumprido: “As crias de Leão despertaram e, abandonando os bosques, irão caçar junto aos muros da cidade e farão uma terrível mortandade nos que se cruzem no seu caminho, e cortar-lhes-ão a língua aos bocados...”³². A esse propósito, talvez 1173 tenha sido um ano de mudança, sugerindo Walter Map³³ que o rei já não era tão vigoroso e agressivo como anteriormente, isto é, já não era exemplarmente violento para quem o contestasse. Efectivamente, dos 16 aos 24 anos, são várias as acções bem sucedidas do futuro rei Ricardo, das quais se conhecem algumas descritas por Roger of Howden na sua *Gesta Henrici II et Ricardi I*³⁴. Vejamo-las muito resumidamente, com a ajuda de Jonh Gillingham³⁵.

Em 1173, ainda com 16 anos, instigado por sua mãe, junta-se a Luís VII de França e, com a ajuda dos seus irmãos Henrique o “Jovem” e Godofredo, desafia o rei de Inglaterra, dando início à chamada “guerra sem amor”. Esta guerra, abrindo feridas que nunca sarariam (uma vez que fez germinar a desconfiança entre todos os familiares), acabaria por justificar quase todos os passos ocorridos até 1189, altura em que Ricardo ocupou o lugar do pai no trono angevino. A primeira acção, ocorrida em 1173, foi facilmente rechaçada por Henrique II na Normandia, ao vencer sem dificuldade os “jovens turcos” em Drincourt (ver mapa 2), na sequência da morte do comandante das forças revoltosas, que era o irmão de Filipe da Flandres... Chamados pela Inglaterra a Gisors, os filhos não aceitam as condições propostas,

tendo visto a sua mãe, Leonor, ser presa! Desesperado, Ricardo procura liderar uma rebelião, que fracassa no Poitou (ver mapa 1), ao mesmo tempo que o seu aliado Guilherme de Leão, rei da Escócia, é preso em Alnwick, no Verão de 1174, e o pretense amigo rei de França o abandona. Não lhe restando outra solução, humilha-se chorando junto de seu pai, pedindo perdão. A partir desse momento, Ricardo irá esforçar-se por ganhar a confiança do velho rei, embora sem um particular sucesso, uma vez que, não sendo o mais velho dos irmãos, não seria o herdeiro da Coroa; além disso, tendo-se insurgido contra o pai, estaria em desvantagem perante o irmão mais novo (João, o único dos irmãos que se mantivera leal ao seu progenitor) quando Henrique o “Jovem” morresse (o que viria a suceder em 1183). E isto apesar da demonstração cabal de que Ricardo possuía o espírito mais indomável de entre todos os filhos de Henrique II e Leonor, tal como os factos demonstrariam.

No Verão de 1175, já como comandante das forças armadas dos ducados e por escolha de seu pai, Ricardo assedia durante dois meses, com a ajuda da artilharia neurobalística, a fortaleza de Castillon-sur-Agen, submetendo os seus 30 cavaleiros (ver mapa 3, região de “Angoumois” e do “Limousin”, movimento i); na Primavera de 1176, com a ajuda de mercenários e de tropas paternas, vence, naquilo a que Jonh Gillingham³⁶ considera já uma batalha, Vulgrino de Angoulême e os seus Brabanções, entre Saint Maigrin e Bouteville (*idem*, movimento ii) e, depois, Aimerico, visconde de Limoges, tomando o castelo de Aix, no Limousin, e Limoges propriamente dita (*idem*, movimento iii); Ricardo derrota também Guilherme, conde de Angoulême (pai de Vulgrino), ocupando os castelos de Taillebourg e Chateaufort, que defendiam a ponte que atravessava o rio Charante, que se interpunha na ligação entre Poitiers e Bordéus (*idem*, movimento iv). Por último, quando se esperava uma confrontação mais renhida com os senhores de Angoulême, estes abdicam de a fazer, entregando-lhe os castelos de Bouteville, Archiac, Montignac, Lachaise e Merpins (*idem*, movimento v).

No Inverno de 1177, Ricardo inicia um movimento para sul, em direcção aos Pirenéus, com o intuito de agradar a seu pai, preparando uma rota segura até à Península Ibérica, a terra do chamado “caminho de Santiago”. Neste contexto, Dax e Bayonne são conquistadas aos seus visconde e conde, respectivamente. Já em 1178, conhecem-se dois eventos relativos a Ricardo. O primeiro terá ocorrido em Setembro, quando os seus companheiros de armas expulsaram de Santo Estêvão os padres que tinham elegido um bispo à revelia de Henrique II. O segundo quando, antes do final do ano, conduz um poderoso exército a Dax, com o provável intuito de mostrar a Afonso II de Aragão, o “rei Trovador”, que, apesar do seu

poderio, seria mais avisado estabilizar as suas fronteiras, uma vez que qualquer aventura mais a norte poderia terminar de forma muito negativa para as suas hostes.

Em 1179, Ricardo volta a confrontar Vulgrino e os seus apoiantes, mas desta feita de uma forma mais dura. Desencadeando uma manobra rapidíssima, toma os castelos de Gonzac, Marcillac, Grouville e Anville em pouco mais de três semanas para, de seguida, avançar sobre a inexpugnável fortaleza de Taillebourg (Maio de 1179), às portas da qual já tinha estado cinco anos antes. O assédio a esta fortaleza foi uma lição táctica para todos, uma vez que envolveu artilharia numa muralha estratégica, fustigação de campos agrícolas limítrofes através de fogos destruidores (para inferiorizar psicologicamente os sitiados, de molde a atraí-los ao exterior) e, após obtido o efeito pretendido – raide punitivo de dentro para fora –, contra-atacar ferozmente as portas da cidade, com o líder na vanguarda. Rendido à genialidade do príncipe, Vulgrino entrega-lhe as chaves de Angoulême e de Montignac, mesmo sabendo que o jovem plantageneta tinha mandado arrasar o castelo de Pons. Quando Henrique II tomou conhecimento destas acções, diz-nos Diceto que saudou o filho *cum honore maximo*³⁷. Decorrido o ano de 1181, Ricardo participa, a pedido de seu pai, numa campanha contra Estêvão, o conde de Sancerra; em 1182, está na tomada do castelo de Perigueux e, em 1183, na reconquista de Aix, vencendo uma força de mercenários afecta a Godofredo de Limoges e a Aimerico de Angoulême. Será neste local que o primogénito plantageneta, Henrique o “Jovem”, adoece gravemente, vindo a morrer a 11 de Junho desse ano, em Martel, com isso deixando a sucessão angevina em aberto.

II – JOVEM ADULTO (1184-1189, dos 26 aos 30 anos)

Após a morte de Henrique o “Jovem”, seria natural que Ricardo fosse visto pelo pai como o seu sucessor, mas isso nunca aconteceu, apesar de, com esse argumento, o velho Henrique II ter tentado afastá-lo da Aquitânia. Como o agora filho mais velho não acedesse, o rei, irado, anunciou que o ducado seria para quem o conquistasse; por essa altura, Mercadier, o mais famoso guerreiro do seu tempo, juntar-se-á às tropas do rei. Não satisfeito com a tentativa falhada, Henrique II volta à carga sobre a Aquitânia, mas agora (Abril 1185) com um argumento bem mais convincente: libertar Leonor. Para isso pergunta ao filho se ele se importa de devolver a Aquitânia à sua mãe, para a pode soltar. Este prontamente acede³⁸. Em contrapartida, o rei financia Ricardo no conflito que este mantinha com Raimundo de Toulouse, um antigo apoiante de Henrique o “Jovem”.

Mas uma nova situação ocorre que irá desgastar as relações anglo-francesas, conforme Gillingham nos diz³⁹: Godofredo, ao não ter tido apoio do pai na partilha do Anjou, virara-se

para Filipe II de França, ao ponto de se ter estabelecido entre eles uma profunda amizade. Quando, numa infeliz intervenção em Agosto de 1186, o primeiro morre ao serviço do rei da flor-de-lis, este reage de forma muito dura para com o rei de Inglaterra, exigindo-lhe a custódia das filhas do amigo e, com ela, o direito às terras da Bretanha. Simultaneamente, Filipe Augusto, ameaça invadir a Normandia, caso Ricardo não cesse de atacar Raimundo de Toulouse; mas Ricardo não se demove e Filipe assedia Châteauroux (ver mapa 3, Baixo Vale do Loire).

A escalada está prestes a culminar quando os dois exércitos se encontram frente a frente. Vinte e três de Junho será a chave para o conflito e, ao mesmo tempo, selará de vez a desconfiança do novo primogénito para com o pai. Ao ser escolhido pelo arcebispo de Reims para intermediar a contenda, Ricardo julga estar a fazer um favor a seu pai que só poderá ser reconhecido com a promessa de ascensão ao trono; ao invés, verifica, ao longo de 1187 e 1188, que assim não será. Já depois de ter decidido ir combater para a Terra Santa no final de 1187, na sequência das notícias sobre a derrota cristã em Hattin e a perda de Jerusalém às mãos de Saladino, e depois de se manter ao lado do pai nas disputas contra Filipe, sabe que o velho rei só tinha convidado o irmão mais novo, João, para a consoada de 1188, em Saumur, para além de que contrapusera ao rei francês que fosse o filho mais novo a casar com Alícia (filha de Filipe II). De cabeça perdida e espada em punho, Ricardo lançar-se-á contra o cardeal de Anagni quando ele o pretende obrigar a aceitar a decisão paterna, ao mesmo tempo que o ameaçava com a perda de terras, valendo a pronta intervenção de vários senhores.

O reinado de Henrique II, de quase 35 longos anos, entrava no seu estertor final. Aproveitando o refúgio do velho rei em Le Mans, uma coluna composta, entre outros, por Filipe e Ricardo, fingindo dirigir-se a Tours, sitia aquela praça. Preparando-se para o assalto, os defensores dão ordens no sentido de incendiar os burgos vizinhos. Medidas de risco como esta podem ter consequências negativas, tal como foi o caso. O fogo, ultrapassando as muralhas, incendeia a própria vila, obrigando Henrique e a sua enorme escolta de cavaleiros a fugirem para a Normandia perseguidos pelo primogénito, que rapidamente se aproxima da sua retaguarda. É então que o cavalo de Ricardo é atingido por uma lança que, segundo Jean Flori⁴⁰ citando a *Histoire de Guillaume le Marechal* (v. 8836 ss), terá sido lançada por Guilherme o “Marechal” (o célebre torneador inglês), com o intuito de salvar o velho e o futuro rei de Inglaterra. Retirado em Chinon e abandonado por todos (com excepção do Marechal), inclusivamente pelo filho mais novo (João), Henrique II assiste à vitória de Filipe e do seu filho em Tours. Vencido e doente, a Henrique só lhe resta aceitar condições de submissão consideradas vergonhosas, ou talvez não. Tudo o que tinha sido tomado ao rei de

Inglaterra é-lhe devolvido, nomeadamente, Châteauroux e a região de Bourges, ficando Filipe com tudo o que os seus antepassados possuíam na Auvergne, para além de receber a vassalagem de Henrique II, assim como 20 mil marcos de indemnização por gastos vários. Ricardo, por seu turno, receberá a vassalagem dos senhores de todas as terras continentais do seu pai e deverá casar-se com Alicia quando regressar da Terra Santa. Pouco tempo após ser vencido pelo desânimo, Henrique II morre em Chinon, a 6 de Julho de 1189, deixando a coroa de Inglaterra nas mãos de Ricardo.

III – DUQUE DA NORMANDIA E REI DA INGLATERRA (7/1189-7/1190, dos 31 aos 32 anos)

O ano que mediará entre a morte de seu pai e a partida para a cruzada é, essencialmente, rico em acontecimentos políticos. O primeiro acto político de Ricardo corresponde à libertação da sua mãe, Leonor, a quem oferece um dote e alguns donativos, recebendo em troca, apesar dos seus 67 anos, o seu apoio enquanto rainha de Inglaterra⁴¹. O segundo acto foi a avaliação dos barões do reino, julgando-os em função da sua maior ou menor lealdade para com o seu pai, ou de acordo com o facto de terem sido particularmente odiosos relativamente à sua pessoa⁴². No primeiro caso, encontravam-se, entre outros, Guilherme o “Marechal” (a quem Ricardo perdoará o episódio atrás citado), Maurice de Craon e Baudouin de Béthune. Guilherme, um mestre de cavalaria de quase 50 anos, foi inclusivamente agraciado com o casamento com a condessa de Striguil e Pembroke, uma das mais ricas herdeiras de Inglaterra, selando para a vida a sua dívida de gratidão para com Ricardo. No segundo caso, o exemplo foi dado através do senescal de Anjou, Étienne de Marçai: o herdeiro da coroa inglesa, para além de lhe exigir todos os tesouros do rei defunto, mandou-o prender, de nada valendo o seu pedido de perdão, acompanhado de uma soma avultada.

Tranquilizados uns e amedrontados outros, Ricardo pôde, a partir daqui, libertar-se dos segundos e obter a lealdade dos primeiros. Acrescentou ao título que já possuía (o de conde de Poitou) o título de duque da Normandia, numa grandiosa cerimónia conduzida pelo arcebispo de Rouen, no decurso da qual lhe foi imposta a espada ducal⁴³. Preparou-se para dialogar com o rei de França e com ele fechar um acordo a seu favor, o que viria a acontecer a 22 de Julho de 1189. Assim, para além de recuperar praticamente todas as terras que tinha conquistado a seu pai, nomeadamente a estratégica Tours, Le Mans e Châteauroux, manteve ainda Vexin e Gisors. Com a problemática das suas terras continentais resolvida, Ricardo embarca, finalmente, para Inglaterra, para ser solenemente coroado⁴⁴.

Já na grande ilha britânica, conforme afirma Howden⁴⁵ e conclui Flori⁴⁶, o futuro rei torna-se generoso com o seu irmão mais novo, talvez até excessivamente, uma vez que lhe oferece a mão da herdeira do condado de Gloucester e, com isso, a herança das suas terras, que irão somar-se à manutenção de outras quatro já detidas e prometidas pelo pai: Cornualha, Devon, Dorset e Somerset, para além da Irlanda. Os críticos de Ricardo procuraram demonstrar que este tomara uma decisão errada, na medida em que o seu irmão João, ao mudar de campo – abandono do pai e junção a Filipe – tinha mostrado a sua falta de carácter. Hoje, talvez se possa dizer que Ricardo disso teria noção, uma vez que nenhuma das terras oferecidas eram de valor estratégico, ou sequer militar, para além de o ter obrigado a jurar, aquando da partida para a Terra Santa, que João não visitaria a Inglaterra.

A 13 de Setembro de 1189, Ricardo parte para Londres, onde é recebido com bastante satisfação pelas diversas classes sociais, face ao esforço financeiro que as últimas medidas fiscais de seu pai, acompanhadas por regulamentos cruéis contra clérigos e contra caçadores, tinham provocado. Em Outubro, finalmente, é coroado na abadia de Westminster pelo arcebispo Baudoin de Canterbury, numa cerimónia com pompa e circunstância descrita pelo cronista Roger of Howden⁴⁷; desta, será importante referir só um “pormenor”: os festejos tinham sido proibidos a mulheres e a judeus. Porquê? Se, relativamente às mulheres, poderão fazer-se juízos de valor quanto às inclinações sexuais de Ricardo, pondo-se em dúvida a sua heterossexualidade – John Gillingham é totalmente contrário a esta interpretação, considerando normal a interdição –, já quanto aos judeus não há qualquer dúvida: todos os judeus (porventura ex-protegidos de Henrique II) que tentaram entrar na cerimónia, mesmo que com oferendas, foram rechaçados e até ofendidos fisicamente. Aproveitando o ambiente hostil, a população fez dessa noite e do período subsequente uma autêntica “caça ao judeu”, saqueando, incendiando e mesmo obrigando muitos deles a converterem-se, sob pena de serem mortos. A comunidade judaica inglesa, que já havia sido maltratada cem anos antes, vê-se de novo amaldiçoada; a violência foi tal que Ricardo se viu forçado, em algumas localidades, a intervir; York é disso exemplo, tendo Guilherme Longchamp sido enviado pelo novo rei para repor a ordem pública posta em causa (3 de Maio de 1190).

IV – PREPARAÇÃO DA 3ª CRUZADA (1189-1190, entre os 31 e os 32 anos)

A preparação da cruzada fez-se a dois grandes níveis: o financeiro e o político-administrativo, quer em Inglaterra, quer no continente. O seu início centra-se no último mês de 1189 e Ricardo vai preocupar-se com o financiamento da campanha, em especial com os navios necessários ao transporte dos homens e do armamento. Por isso, começa por procurar

convencer todos os seus barões da importância transcendente do combate aos “infiéis”. Persuadidos, terão agora que entender como necessária a participação material em mais de 66% dos custos, já que o “dízimo de Saladino” era insuficiente. Custear cavaleiros, montadas, infantas, arqueiros, técnicos de assédios e respectivos equipamentos e manutenção, para além dos soldos, dos bens alimentares e da restante logística, obrigava a somas avultadas, mas as recompensas, na outra vida, seriam mais do que vantajosas. Mesmo assim, e apesar das críticas clericais quanto aos excessos, a verdade é que havia que garantir, ainda, as indemnizações que o tratado assinado por Henrique II obrigava a pagar à França. A que fontes recorreu Ricardo? O Tesouro Real, estimado em mais de 100 mil marcos de prata, a venda de ofícios e a venda de indulgências são a resposta. Os exemplos referidos por cronistas elencados por Flori na obra já citada⁴⁸ são variados: Guilherme Longchamp paga mais de 3000 marcos de prata para ser bispo de Ely, e Guilherme da Escócia paga 10 mil marcos de prata para libertar-se da prestação de vassalagem; outros ofícios, como os de *sheriff*, também foram “comprados”. No que se refere às indulgências, temos, de entre outros, o já referido Étienne de Marçai, antigo senescal de Anjou no tempo de velho rei, que, após ter sido aprisionado, compra a sua liberdade por 30 mil libras angevinas, e Ranulf de Glanville, o carcereiro de Leonor, que o faz por 15 mil libras.

Resolvida a questão financeira, deve tratar-se da questão político-administrativa, isto é, de como manter os territórios pacificados enquanto o poder real se encontrasse a milhares de quilómetros de distância. A forma de a abordar, em Inglaterra, era diferente da do Império Angevino; havia que assegurar um administrador leal de entre os membros da família; para esse efeito, quatro hipóteses se colocavam: o irmão João, o sobrinho Artur (um filho, com apenas dois anos, do meio-irmão Godofredo), a mãe Leonor, ou ainda, eventualmente, um tutor de um varão ricardino que entretanto viesse a nascer. Estando fora de causa a última hipótese, por falta de tempo, e a antepenúltima (Artur), por poder gerar novas querelas dinásticas, restavam as outras duas. Mas João, pela falta de carácter demonstrada desde que o seu pai o protegera, acabara por deixar Ricardo e os seus fiéis servidores cheios de dúvidas, ao ponto de o novo rei não o querer em Inglaterra enquanto andasse por “além-mar”. Por exclusão de partes, restava a rainha-mãe. Apesar da idade, Leonor mantinha-se activa e capaz de impor respeito e, mais do que isso, era claramente uma defensora de Ricardo. Assim, estava decidido e a Ricardo competia criar as condições para que tal acontecesse. Depois de aumentar o seu dote e de fazê-la ser reconhecida após juramento por todo o baronato como uma espécie de rainha regente, Ricardo coloca ao serviço de Leonor dois indefectíveis: Guilherme Longchamp, já nosso conhecido, homem de uma cultura e de uma respeitabilidade

elevadas, foi nomeado chanceler (e, por essa via, tornou-se o homem mais poderoso do reino); e Hugo de Puiset, pertencente a uma velha família aristocrata, completou a dupla.

Resolvida a questão inglesa, havia que solucionar a continental. Se, em Inglaterra, o desafio era não deixar que lhe usurpassem o trono, no continente tratava-se de salvaguardar a integridade territorial relativamente às investidas francesas, ao mesmo tempo que a paz interna era mantida. Tendo conseguido assinar com Filipe um acordo de interesses, a 30 de Dezembro de 1189⁴⁹, em Nonancourt, em que ambos se comprometiam a defender os territórios um do outro em caso de agressão de terceiros, ou mesmo a deixarem os exércitos de cada um ao serviço do outro caso apenas sobrevivesse um dos dois, Ricardo parte para a Aquitânia, a sua terra de eleição. Aí, com receio de que Raimundo de Toulouse não lhe seja leal, convoca os principais senhores da região antes do final de 1190, exigindo-lhes vassalagem e confidenciando-lhes ter a intenção de se casar com Berenguela, filha de Sancho VI de Navarra. Dessa forma, assegurava um aliado no apoio à Aquitânia na luta contra o conde de Toulouse, ao mesmo tempo que mantinha Filipe Augusto desconhecedor da sua definitiva decisão de não se casar com a irmã Alicia, que, de acordo com a suspeição da época, teria sido amante de Henrique II. Este compromisso seria, assim, similar ao que ocorrera entre Afonso VIII de Castela e a sua irmã Leonor, isto é, não poderia ser do conhecimento de Filipe Augusto. Em simultâneo, e antes de abandonar o ducado, o novo rei procura dar o exemplo do que aconteceria a quem o traísse, através de uma campanha punitiva na Gasconha, conhecida por se encontrar infestada de salteadores (conforme explicitava o *Guia dos Peregrinos* de Santiago de Compostela). Complementarmente, Ricardo deixa ainda Raimundo de sobreaviso, através de alianças com os reis Sancho VI de Navarra e Afonso de Aragão, dois grandes senhores que viviam nas imediações de Toulouse.

Após esta manifestação de força, Ricardo parte para Chinon, onde proclama as ordenações relativas aos cruzados, as quais especificam os castigos de amputação (ou mesmo de morte) para quem cometer homicídios, violações, insultos, injúrias, blasfémias ou roubos. Já em Tours, em Junho desse ano, recebe das mãos do arcebispo as insígnias tradicionais dos peregrinos – o bastão e a bolsa – que exhibirá em Vézelay, a 2 de Julho de 1190, agora na companhia do rei de França. Ali, combinam dividir em partes iguais os gastos, os ganhos e as glórias conquistadas na sua jornada na Terra Santa. A grande partida realizar-se-á a 4 de Julho, de Vézelay – precisamente o lugar onde São Bernardo havia pregado a Segunda Cruzada –, fazendo caminho por Lyon, onde chegam 10 dias depois, para a seguir se separarem, seguindo percursos diferentes. Comportando mais de 100.000 homens, os exércitos dividem-se, seguindo Filipe para Génova e Ricardo para Marselha, contando

embarcar para Messina, na Sicília. A Terceira Cruzada estava em marcha, e essa marcha decorrerá em três etapas: i) de Lyon a Marselha, por terra, e desta até à Sicília, por mar; ii) da Sicília a Chipre; iii) e de Chipre a Acre (ver mapa 4).

V – PARTIDA PARA A 3ª CRUZADA

A fase inicial da primeira etapa da viagem foi feita por Ricardo, de Lyon a Marselha, por terra, e pelo seu exército de barco (107 navios, mais propriamente)⁵⁰. Nesta rota marítima, houve várias paragens, uma das quais em Lisboa, onde, segundo rezam as crónicas, os cruzados aportaram a 12 de Julho, ajudando depois D. Sancho I na guerra contra os almóadas⁵¹. A 24 de Julho, partem rumo a Marselha, onde chegam a 22 de Agosto sem se encontrarem com Ricardo: este partira já para Messina, preocupado, não sem antes aportar em Génova, uma vez que sabia lá estar Filipe Augusto a passar por dificuldades de saúde⁵².

Há um pormenor interessante nesta viagem, uma vez que ilustra bem o ambiente da época. Após sair de Génova rumo à foz do Tibre, Ricardo não aceita o pedido de Filipe para lhe emprestar cinco navios (só lhe concede três), nem se digna visitar o papa Clemente III, uma vez que o via como o anticristo retratado por Joaquim de Flora, monge calabrês, nas suas visões sobre as idades do mundo e o fim deste. Não obstante, o mesmo Ricardo não teve qualquer problema em parar cinco dias em Palermo, célebre devido a uma escola de medicina, onde recebeu notícias tranquilizadoras relativas à sua frota, na medida em que não se tinha registado a perda de qualquer navio, estando a esquadra a aportar em Messina. Ainda um outro exemplo mostra o seu lado menos agradável, passado já no dia em que chegou ao porto de destino: numa altura em que procurava “roubar” um falcão a uns camponeses, teve de fugir dos mesmos de forma a não ser agredido⁵³.

Se Filipe tinha chegado a Messina a 16 de Setembro, de forma discreta, Ricardo vai fazê-lo com pompa e circunstância, seis dias depois, à frente dos “seus” navios e abrindo desde logo algumas clivagens junto das tropas. Filipe ainda tenta, a 23 de Setembro, partir para a Terra Santa, mas, face aos ventos contrários, tem de voltar para trás. A convivência na Sicília não vai ser das melhores, e os soldados de Ricardo – que já tinham demonstrado a sua falta de ética – voltam a fazê-lo, suscitando o ódio dos autóctones. A somar a estas atitudes, vai juntar-se a do aumento dos preços dos produtos, imposta pelos burgueses face ao acréscimo da procura sem o correspondente acompanhamento da oferta. Por esta altura, perguntar-se-á: como reagiam os comandantes? A resposta é objectiva. Segundo Richard de Devizes⁵⁴, os sicilianos chamaram a um dos reis o “Leão” e ao outro o “Cordeiro”: enquanto Ricardo impôs

a ordem e a justiça a todos os habitantes da ilha, escorado nas já faladas ordenações das cruzadas, Filipe mostrou um perfil próprio daqueles que não nasceram para liderar.

Entretanto, uma nova ameaça estava em vias de apartar ainda mais os dois reis; uma passional e outra política, articuladas entre si. De acordo com Flori⁵⁵, Joana, a irmã de Ricardo, era casada com o rei da Sicília, Guilherme o “Bom”; aquando da morte deste, e uma vez que não tinha deixado descendência, dois sucessores se perfilavam: Tancredo, primo do rei, e Constança, sua tia. Se o primeiro era bem visto pela população, uma vez que era siciliano e o poder permaneceria autóctone, a segunda, devido ao seu casamento com Henrique VI de Hohenstaufen (filho de Frederico I “Barbaruiva”), era vista com temor pela nobreza. Na realidade, temia-se que o reino, material e culturalmente rico, e evoluído social e militarmente, caísse de um momento para o outro nas mãos do poder germânico.

Ora, é aqui que entram em cena os dois reis ocidentais. Ricardo estava contra Tancredo, uma vez que este não só tinha Joana cativa como se tinha apoderado do seu dote; já Filipe, que tinha sido recebido no palácio, estava contra Henrique VI, tanto mais que temia o poderoso reino vizinho. Se a questão da libertação da viúva é imediata, já a questão do dote prometido por Guilherme a Henrique II estava ainda por realizar. Simultaneamente, dá-se a parte sentimental: os dois recém-viúvos, Joana e Filipe, começam a prender-se por coisas ditas do coração... Ricardo, irritadíssimo, até porque queria libertar-se da promessa de casamento com Alicia, ocupa o mosteiro de S. Salvador e mantém sobre a sua guarda o depósito das provisões dos seus navios, dando a entender que pretende conquistar a ilha. Reagindo, os habitantes de Messina fecham as portas da cidade, preparando-se para lutar. Ricardo responde e propõe um entendimento entre todos, incluindo Filipe, a 4 de Outubro, mas, ao aperceber-se de que não consegue fazer vingar o seu ponto de vista, encoleriza-se, regressa ao seu acampamento, arma os seus homens e toma a cidade pela força, içando as suas bandeiras. Filipe, que vê nisso uma proclamação pública de um verdadeiro direito de propriedade adquirido pela conquista, exige que as suas bandeiras também sejam hasteadas. Ricardo, que não pretende potenciar negativamente a sua relação com o rei de França, aceita que a cidade retorne a mãos neutras “entregando-a” às duas ordens religiosas militares que não se encontravam na ilha, isto é, aos Templários e aos Hospitalários. Mas a superioridade militar de Ricardo é tão evidente que consegue o que quer. Tancredo cede, a 6 de Outubro, propondo um acordo que será ratificado em Novembro. Dá a Ricardo 2000 onças em ouro e outro tanto que será devolvido se o seu sobrinho Artur não desposar uma das filhas de Tancredo, conforme assumido. Filipe acaba por receber menos de um terço, apesar de ter direito a 50%, na medida em que admite nada ter feito, nem ser parte interessada na querela.

Com isto, Tancredo passava a ter Ricardo como aliado contra o imperador Henrique VI, e o rei inglês recebia uma quantia fundamental para a sua campanha por terras do Médio Oriente. Aproveitando este pacto, também os dois reis se reconciliam, a 8 de Outubro, acordando um conjunto de regras de convivência a estabelecer entre os sicilianos e os soldados dos seus exércitos, tendentes a manter a ordem durante o Inverno, uma vez que não fazia sentido fazerem-se ao mar nesta altura do ano, em que as tempestades eram repentinas e recorrentes.

No período que mediará entre Outubro de 1190 e Fevereiro de 1191, dois factos próprios da vivência religiosa e imaginária da época são narrados por Roger of Howden⁵⁶. Prendem-se eles com aspectos relacionados com os temas escatológicos, isto é, com a ideia de fim dos tempos, ancorada primeiro nos textos bíblicos⁵⁷ – profecias de Daniel, cartas de Paulo, de João e de Pedro, leituras espirituais de Santo Agostinho – e depois associada ao Islão, quer devido ao seu domínio sobre o Ocidente – doutrina de Jacob – quer à necessidade de o derrotar – interpretações de João de Damasco, profecias do Pseudo Atanásio e de Arethas de Cesareia, crónicas moçárabes de Liébana e de Oviedo, entre outras. Por fim, essas ideias surgiam ainda suportadas no milenarismo e nos seus falsos terrores – Abbon de Fleury (940-1004), Achon de Monteir-en-Der (910-992) –, assim como na necessidade de reconquista cristã: libertação de lugares santos (Gólgota, Santo Sepulcro), a cidade santa e o imperador dos últimos dias, sinais celestes, pregações de Urbano II, e desilusões e esperanças novas histerisantes de Joaquim de Flora. Referimo-nos em especial a uma cerimónia de penitência e a um encontro, exactamente, com o monge calabrês.

No que toca à cerimónia, Ricardo foi tocado pelo arrependimento relativo à sua conduta anterior. “Por inspiração divina, acordou para as ignomínias da sua vida: as silvas espinhosas do desejo tinham invadido todo o seu ser até então, mas Deus não pretende a morte do pecador, mas sim a sua conversão em vida. Abriu os seus olhos à Sua Misericórdia e deu-lhe um coração de penitência. Perante os seus bispos e arcebispos, confessou publicamente, as suas ignomínias”⁵⁸. Referir-se-ia Ricardo ao pecado da sodomia? Quereria o monarca virar uma página na sua vida, face aos temores de um eventual fim do mundo? A verdade é que Ricardo, tendo resistido tanto ao casamento, em breve desposará Berenguela de Navarra.

Se esta é a componente emocional por excelência, já o encontro com Joaquim de Flora terá sido mais racional, embora seja também ele de carácter filosófico e espiritual. Joaquim era um monge que, por essa altura, teria uns oitenta anos e a quem atribuíam poderes proféticos adquiridos, nomeadamente, por ter sido capaz de abrir com as chaves da sua sabedoria o conhecimento oculto do *Apocalipse de João*. Ricardo, como qualquer cristão daquela época, encontrava-se imbuído de todo um imaginário propício a deixar-se maravilhar por tão

carismática figura. A *Bíblia* era o “Livro” por excelência, onde tudo se resumia de acordo com a visão linear da história imposta pela tradição patrística dos últimos 1000 anos. Para Joaquim, os acontecimentos dos últimos dias, o tempo do fim, anterior ao juízo final, marcado pelo aparecimento do anticristo, estava a chegar; o monge da Calábria arrogava-se de ter feito uma interpretação correcta do cap. XII do *Apocalipse*, no qual João descreve as tribulações de uma mulher coroada de 12 estrelas e ameaçada por um dragão de 7 cabeças, 10 cornos e 7 diademas, enquanto representativas, de forma alegórica, da luta entre a madre igreja (o bem) e o diabo (a encarnação do mal). Para si, as sete cabeças eram príncipes muçulmanos, correspondendo a sexta (a penúltima antes do anticristo) à de Saladino! “Uma dessas cabeças é a de Saladino, que hoje oprime a Igreja de Deus e a reduz à escravidão, assim como o sepulcro do Senhor e a santa cidade de Jerusalém e, também, a terra pisada outrora pelos pés de Cristo. Mas este Saladino perderá muito cedo o seu reino de Jerusalém e receberá a morte; e terminará também a codícia dos abutres e se fará um grande massacre neles, como não houve desde o princípio dos tempos. E o lugar ficará deserto e as suas cidades desoladas; e os cristãos regressarão a esses campos perdidos e se estabelecerão neles”⁵⁹.

Diz-nos Flori⁶⁰ que assim se percebe o interesse de Ricardo em querer interrogar o profeta ancião sobre se se podia entender ser ele, o rei de Inglaterra, a mão de Deus. A esse propósito, esclarece-nos Roger of Howden⁶¹ que Joaquim, virando-se para o monarca, lhe respondeu: “O Senhor destinou-te a realização de todas estas profecias e permite que se cumpram por ti. Te dará a vitória sobre todos os teus inimigos e Ele mesmo glorificará o teu nome para a eternidade”. Noutra versão, Howden vai mais longe, dando o ano preciso de 1194 para a morte de Saladino (sabe-se hoje que errou por pouco). “Então, o rei de Inglaterra perguntou-lhe: “Quando sucederá?”. Joaquim respondeu: “Quando passarem sete anos após a perda de Jerusalém”. Então, o rei de Inglaterra inquiriu: ‘Viemos cedo de mais?’, mas Joaquim replicou: “Pelo contrário, a tua vinda é absolutamente necessária, pois é a ti que Deus concederá a vitória sobre os seus inimigos e exaltará o teu nome por cima de todos os príncipes da terra”⁶².

A missão de Ricardo fica, assim, bem identificada. Após a morte de Saladino surgirá o anticristo, que, para Joaquim, já nasceu em Roma e se apoderará da sede apostólica, sendo vencido por Jesus aquando da sua segunda vinda à terra (cf. Paulo); para Ricardo (de acordo com a tradição veiculada por Adso de Montier-en-Der, monge do séc. X), o anticristo devia nascer em Antioquia ou na Babilónia, pertencer à estirpe de Dan, reinando no templo do Senhor em Jerusalém, caminhar pela terra em que Jesus andou, e reinar por três anos e meio, após o que morreria, não sem antes vencer Elias e Henoc. Após a sua morte, Deus daria 60

dias para que os pecadores se arrependessem, fazendo penitência. Estaria aqui a justificação para o arrependimento público e a respectiva penitência do rei, descrita anteriormente? Se sim, então é porque o encontro entre os dois teria sido anterior ao arrependimento. Mas então, por que é que Howden lhe dá exactamente a ordem inversa? Não havendo resposta, não podemos passar da especulação. Uma coisa, porém, é certa: os bispos preferiram a interpretação de Ricardo, pois era mais consentânea com a sua postura. Para além disso, a parte mais interessante era ser ele, rei inglês, o escolhido para antecipar a derrota do dragão.

Depois de algumas peripécias em que a tensão entre os dois monarcas aumentou, desde a passada com Guillaume des Barres (súbdito de Filipe Augusto) até aos atritos com Tancredo (que se opõe ao desembarque da rainha Leonor em Nápoles), passando por um conjunto de cartas escritas a este por Filipe e demonstrativas da traição do rei de França, Ricardo resolve avançar para Chipre. Filipe zarpou em 30 de Março, quando Leonor chegava a Messina com Berenguela de Navarra, aportando em Acre no dia 20 de Abril.

Entre 10 de Abril e 5 de Junho de 1191, desenrolou-se aquela que, para muitos, foi um bom testemunho das capacidades estratégicas de Ricardo: a conquista de Chipre. Exactamente a 10 de Abril, nas vésperas de Pentecostes, o rei faz-se ao mar, à frente de uma imponente frota de mais de 200 navios, com o objectivo de chegar a Acre, fazendo escala em Creta um mês depois. Mas um incidente meteorológico, ou uma ideia premeditada, vai conduzi-lo a Chipre e vai, em paralelo, ampliar as tensões já existentes. Tudo decorria tranquilamente quando numa quinta-feira, dia 12 de Abril, se abate uma tempestade sobre a frota, impossibilitando vinte cinco dos seus barcos de aportarem em Creta, incluindo aqueles que transportavam o tesouro do rei e as duas donzelas que acompanhavam Ricardo: Berenguela, sua futura mulher, e Joana, a rainha da Sicília. Dados como perdidos, Ricardo dá ordem, a 18 de Abril, para que os procurem. Para sua tristeza, toma conhecimento de que a maior parte, ou naufragou com todos os seus tripulantes, ou encalhou, tendo os sobreviventes sido presos e saqueados por Isaac Comneno⁶³, com excepção do barco onde se encontravam as duas senhoras, que haviam sido convidadas a desembarcar, com tudo o que de perigoso isso representava. Isaac era uma personagem pouco fiável, pois, após ter sido nomeado governador da ilha pelo imperador bizantino, tinha-o traído, ao ter-se auto-nomeado imperador com a ajuda, dizia-se, de alianças efectuadas com os “infiéis”, nomeadamente com Saladino. Consciente disso, Ricardo procura negociar e envia mensageiros, os quais regressam transmitindo a recusa sistemática e até provocatória de Isaac. Ambroise, na sua *L'Estoire de la guerre sainte*, diz-nos que Isaac terá respondido ao mensageiro grunhindo⁶⁴... Posta a situação nestes termos, Ricardo decide-se pelo confronto. À frente dos seus soldados,

desembarca em Limassol, varrendo tudo à sua frente. Após o saque da cidade, procura o combate homem a homem com Isaac, mas este foge num cavalo que os cronistas apelidaram de “Fauvel” e que se tornou notado pela sua velocidade. Ricardo, não desistindo do confronto aguarda pelo dia seguinte, 8 de Maio. Na madrugada desse dia, ataca, vencendo as tropas do imperador e assistindo à passagem de um grande número de senhores da ilha para o seu lado.

Nesse mesmo dia, chegam a Limassol, Guy de Lusignan, rei de Jerusalém (que era muito contestado, face à sua derrota em Hattin), o irmão Godofredo (de quem já falámos e que se rebelara na Aquitânia contra Ricardo), Raimundo de Antioquia, Boemundo de Tripoli e Onfroy de Toron, casado com Isabel (uma suposta irmã de Sibila e, como tal, irmã do falecido Balduíno IV). O seu objectivo era o de pedir ajuda a Ricardo na sua saga contra Conrad de Montferrat, apelidado de marquês e aspirante ao título de rei de Jerusalém, suportado no crédito de ter sido o único senhor do ultramar não vencido pelos muçulmanos – resistira sempre, em Tiro, aos assédios de Saladino – e num casamento forçado com Isabel, após uma rocambolesca anulação deste com o seu anterior marido, Onfroy de Toron. Ao receber esta delegação, o rei de Inglaterra percebeu que poderia estar perante a justificação de que precisava para confrontar Filipe II, que entretanto chegara a Acre. Além disso, aliando-se a estes barões do Poitou, poderia antecipar um poder menos contestado quando regressasse à Aquitânia. Se bem o pensou, melhor o fez. Logo nesse dia, dá o acordo à petição de Guy, aceitando a sua vassalagem e dando-lhe 2000 marcos e vinte “copas”, duas delas de ouro fino.

No dia seguinte, (12 de Maio), um novo passo estratégico é dado. Por um lado, Ricardo casa-se com Berenguela de Navarra, afastando-se ainda mais do rei de França (que, recorde-se, sempre procurou que Ricardo o fizesse com Alícia, obtendo assim a sua vassalagem na Aquitânia) e, por outro, aceita uma proposta de paz avançada por Isaac, que se consubstanciaria numa submissão política. Ao procurar fugir, à última hora, ao compromisso, este assina a sua sentença; Ricardo, delegando em Guy de Lusignan as tropas terrestres e encabeçando ele próprio as tropas navais, apodera-se rapidamente de toda a ilha, aprisionando Isaac, ao mesmo tempo que toma como refém a sua jovem filha, que ficará à guarda de Berenguela. Diz-nos Flori que a conquista de Chipre foi mais importante do que parece, pois a ilha, ao ocupar uma posição estratégica (no que às rotas entre a Europa e o Médio Oriente diz respeito) proporcionou uma escala segura, um porto franco, uma plataforma de retirada, de conquista e de reconquista às tropas cristãs até à data da batalha de Lepanto (1571)⁶⁵. A partir de agora, Acre esperava por Ricardo, e com isso se iniciava o grande confronto!

CAPÍTULO 3

ŞALĀḤ AL-DĪN (1137-1190)

O grande Saladino, tanto para os muçulmanos como para os cristãos de hoje, nasceu no ano 532 da Hégira, o mesmo é dizer-se, entre 19 de Setembro de 1137 e 7 de Setembro de 1138, em Takrit ⁶⁶. Neto de Shadhi, governador de Takrit, era o quarto dos sete filhos de uma mãe de quem se desconhece o nome e de Ayyub Najm al-Din (?-1173). Este foi governador, igualmente, de Takrit e, depois, de Baalbek, a mando do sultão Zengi (1085-1146), de quem herdará um perfil político. De forma semelhante à que se adoptou com o seu adversário, olharemos para Saladino de acordo com três momentos: a família, a educação e as campanhas militares até 1190, de forma a entendermos como se formou a sua personalidade e o seu carácter militar, que viria a ser admirado e seguido como um modelo do guerreiro ideal.

a) FAMÍLIA

Para se entender o pensamento de Saladino, é importante regressar aos primórdios do Islão. Após a morte de Muhammad, em 632 d.C., os denominados quatro califas bem guiados (representantes do profeta) – Abu Bakr (573-634), Umar (577-644), Uthman (570-656) e ‘Ali (601-661), seu primo e casado com Fátima, filha do profeta – originaram uma cisão no seio do islamismo que perdura até hoje: os sunitas, maioritários, seguidores do seu tio, al-‘Abbas; e os xiita, minoritários, seguidores de ‘Ali. Após a queda da primeira família de califas, a Omíada, sucedeu-lhe a dos Abássidas sunitas, que tinha transferido a capital de Damasco para Bagdade⁶⁷ e cuja autoridade se estendia desde a parte noroeste da actual Índia até às margens do Mediterrâneo. Em pleno séc. X, uma outra poderosa família xiita, a Fatimida, instalou-se no Egipto, fundando a cidade do Cairo (em 969) e estendendo-se do Norte de África à costa ocidental da Arábia e a uma parte costeira da Síria Palestina. Um século depois, o califa abássida acolhe a chegada de uma nova dinastia, a dos Seljúcidas, de origem turca e cuja filiação religiosa, diziam, era sunita; tendo assumido o compromisso de combater os fatimidias, são bem recebidos. É por essa altura que surge na região o título de sultão. Ao califa, competia a orientação religiosa e mesmo política, ficando para o sultão a responsabilidade da defesa do território, embora, na verdade, esta subdivisão fosse sobretudo teórica; por exemplo, os seljúcidas, com o intuito de propagarem o sunismo, desenvolveram certas instituições jurídico-religiosas como as *madradas*.

Ao mesmo tempo, este espaço, que albergava outras populações não muçulmanas (como as dos judeus e dos cristãos), foi absorvendo outras línguas, como o siríaco, o copta, o grego e o

arménio, para além, claro está, do árabe, que alastrava a ambos os califados. Os curdos, por exemplo, embora islamizados, continuaram a usar a sua língua de origem, trazida dos planaltos do Irão, ao passo que os turcos, oriundos das estepes asiáticas, se foram mesclando com as populações autóctones da Síria, da Palestina e da Anatólia. É neste mosaico étnico que Saladino nasce, não sendo estranho que os nomes dos seus irmãos o reflitam: persas para os mais velhos (Shahanshah e Turanshah), árabes para si e al-‘Adil (Şalāh e Muhammad) e turcos para os outros (Tughtegin e Buri) (ver Genealogia Aiúbida).

Para além disso, Saladino absorveu outra característica, ao crescer num sistema político herdeiro de uma longa tradição islamo-persa, assente no poder absoluto de um monarca único, ao qual se adicionava o das próprias tradições turcas da Ásia Central, onde a liderança era distribuída colectivamente pelos membros da família reinante. Um sistema deste tipo era rico na conflitualidade entre os membros da família, e só assim se compreende a facilidade com que os francos fundaram, sucessivamente, o condado de Edessa, o principado de Antioquia, o reino de Jerusalém e o condado de Trípoli (ver mapa 5).

Em 1137, por exemplo, o sultanato seljúcida encontrava-se dividido entre Sanjar (1118-1157), que controlava a parte oriental do Irão, e o seu sobrinho Mas‘ud (1134-1152), que reinava sobre a parte restante do império, ou seja, o Iraque. Entre si, a rivalidade era enorme, e entre ambos e o califa também, ao ponto de este ter perdido a vida em 1135. É neste clima de violência que Saladino nasce e vai crescer. O seu pai Ayyub e o seu tio Shirkuh trabalhavam ao serviço do turco Zengi, o qual, enquanto emir (comandante) superintendia Mossul e Alepo desde 1127. O emir não se coibira de garantir o seu próprio espaço, afastando o filho do seu antecessor assassinado, argumentando que o jovem não se encontrava preparado para tão complexa missão. Habitado a dirimir as acções militares e políticas entre o califa e o sultão Mas‘ud e entre este e o seu irmão, Zengi chega em 1132 a Takrit, após ter sido ferido. Recuperado e ajudado a fugir por Ayyub, nunca mais se esquecerá disso, ao ponto de o colocar, assim como a Shirkuh, ao seu serviço. Mais tarde, na Síria (1128), composta pelos actuais territórios dela própria, do Líbano, da Palestina, de Israel e da Jordânia, as lutas fratricidas e as dirimidas com os francos são também aproveitadas por Zengi para tentar ocupar Damasco, o que só conseguirá em 1138, após a capitulação da guarnição de Baalbek, praça que entregou ao pai de Saladino. Em 1146, dois anos após ter reconquistado Edessa aos Cruzados, Zengi é assassinado por um escravo franco da sua “corte”.

Não se pense que apenas do lado abássida aconteciam estes actos de violência. Do lado fatimida, no Egipto a panorâmica era igual. Esta situação só se pode explicar, por um lado, devido à fragmentação do poder e, por outro, devido à organização dos exércitos

muçulmanos. Já no séc. IX, a sua composição era suportada por escravos e por mercenários que aspiravam ascender socialmente. Todos sonhavam em um dia poderem ser emires chegados ao califa. Sabendo que não era através da hereditariedade, mas sim da violência, que se subia na hierarquia, e com ela se teria acesso a territórios e à *iqṭā'* (rendimento fiscal), valia a pena arriscar o tudo ou nada em intontonas. E o filho de Ayyub aprendeu-o, como se verá.

Se Zengi tinha iniciado a lenta marcha rumo a um poder unificado, é com seu filho Nur al-Din⁶⁸ (1146-1174) que se irá dar o passo seguinte, uma vez que é com ele que a conquista de Jerusalém ganha a dimensão de desígnio para os muçulmanos. Em 1168-1169, para marcar indelevelmente esse objectivo, Nur al-Din manda esculpir em Alepo uma cadeira com dizeres religiosos, destinada à mesquita de al-Aqsa. De uma forma cirúrgica, mantém Damasco nas mãos dos muçulmanos, apesar de nem ter combatido, uma vez que os sitiadores, compostos pelas tropas da recém-chegada Segunda Cruzada, desistem ao saber da sua aproximação. De seguida, ataca o principado de Antioquia, em Junho de 1149, vencendo o príncipe Raimundo, a quem corta a cabeça, que envia como um presente ao califa de Bagdade; depois, desmantela de vez o condado de Edessa. Já em 1154, impõe o seu poder em Damasco. A reunificação da Síria, e desta com o Egipto, está em marcha. A seu lado, marchavam Shirkuh e Saladino. Olhemos agora para a educação deste e para a sua chegada às primeiras campanhas militares.

b) EDUCAÇÃO

Segundo Anne-Marie Eddé⁶⁹, a família de Saladino viveu em Dvin, capital da Arménia, na altura do domínio árabe. A cidade, encostada a um afluente do rio Aroxe, perto do monte Ararat (onde, segundo rezam os escritos bíblicos, pousou a arca de Noé no fim do dilúvio), encontrava-se já habitada por curdos, por árabes e, obviamente, por arménios. Seu pai e seu tio lá viveram, servindo a pequena dinastia curda dos *shaddadidas*, que se expandia por Mossul e pelo Azerbaijão. Foi num contexto agitado que Shadhi, o seu avô paterno, decidiu emigrar em 1130 com a família para o Iraque, muito provavelmente incentivado pelo emir Mugahid Bihruz, seu amigo, já que entre os turcos seljúcidas e os príncipes da região havia sistemáticos desentendimentos. Conta-se que, sendo acusado de ter seduzido a esposa de outro emir, este o terá forçado a deixar a vila. Tendo obtido guarida enquanto educador dos filhos do sultão seljúcida Mas'ud, Bihruz é posteriormente nomeado governador de Bagdade⁷⁰, chamando então Shadhi para governador de Takrit, uma vila que confinava com o rio Tigre e que se situava a norte da capital abássida. Quando Shadhi morre, o filho mais velho ocupa o seu lugar. É aqui, como já se disse, que Saladino nasce, embora pouco depois vá para Mossul, na sequência da expulsão de seu tio Shirkuh, por ter morto um secretário

cristão após uma altercação. Sabe-se, igualmente, que cresceu com Taqi al-Din, um seu sobrinho com apenas dois anos a menos e do qual Saladino não mais se afastará, até à idade adulta.

Entretanto, o seu pai ficará pouco tempo nesta cidade, pois já sabemos que, em 1139, foi chamado por Zengi para governar Baalbek, uma vila situada a noroeste de Damasco. Em 1146, após a morte de Zengi (tinha Saladino nove anos), acaba por ir para Damasco, após esta se ter rendido na sequência de um cerco lançado contra o senhor da velha capital omíada. Com Nur al-Din em guerra com os francos e o primogénito de Zengi ainda em Mossul, não lhe restava alternativa se não obedecer às ordens que lhe foram impostas nesse sentido.

Como prémio pela sua submissão, o pai de Saladino recebeu um *iqṭā'*, assim como a propriedade de várias vilas nos arredores de Damasco. Saladino rapidamente se afeiçoou à bela cidade, crescendo à sombra da sua mesquita e dos muezins e, com apenas 11 anos, vê morrer o seu irmão mais velho durante o cerco efectuado pelos francos, em 1148.

Contrariamente a Ayyub, Shirkuh preferiu ficar em Alepo, perto de Nur al-Din, a quem já tinha servido durante o tempo de Zengi. Shirkuh era um excelente militar, tendo dado nas vistas ao ponto de se tornar um comandante de exército respeitado. Em 1149, após ter recebido uma *iqṭā'* – Palmira e Rahba, nas margens do Eufrates, e Homs, na Síria Central – destacou-se na vitória contra Raimundo de Antioquia, na batalha de Inab. A partir daqui, o seu prestígio vai sempre crescendo, e Guilherme de Tiro descreve-o como um emir muito corajoso, enérgico e de grande experiência militar⁷¹. Em 1151-1152, com 15 anos, Saladino vai ter com o tio a Alepo, sendo apresentado a Nur al-Din. É natural que tenha então participado em caçadas e em jogos de polo, que podia agora juntar à educação literária e religiosa recebida quer em árabe, quer em curdo, e mesmo em persa, como o testemunha 'Imad al-Din, que diz ter-lhe sussurrado ao ouvido um conselho⁷². Diz-nos Anne-Marie Eddé⁷³ que, no que se refere à componente religiosa, Saladino terá recebido instrução de um jurista reputado, originário do Irão. Em 1145, quer em Damasco, quer em Alepo, e, no que diz respeito ao *hobby* dos cavalos, a terá aprendido na obra de Abu Tamman⁷⁴, poeta árabe do séc. IX.

Desta dupla influência – um bom governo, generosidade, religiosidade, honestidade e respeito, aprendidos com o pai e, desenvoltura, energia e conhecimentos militares, com o tio – nascerão os dotes de liderança que Saladino irá revelar nas suas funções de sultão. Em suma, ele foi um homem letrado, embora de forma alguma um sábio (como vários outros príncipes aiúbidas); em contrapartida, nunca houve outro igual a Saladino no plano militar.

c) CAMPANHAS MILITARES

À semelhança de Ricardo olharemos, através de um voo rasante, para os anos que antecederam o seu envolvimento na Terceira Cruzada, de acordo com Eddé e, também de Hannes Möhring. Dividiremos para o efeito este período, que decorre entre 1164 e 1191, em cinco sub-períodos: (I) a iniciação militar no Egipto, onde se falará das três campanhas ocorridas em 64, 67 e 69; (II) o sultão unificador do Islamismo, onde se abordará a forma da gradual junção dos territórios do califado fatimida com os sírios, debaixo da bandeira aiúbida; (III) o assalto aos reinos francos e (IV) a batalha de Hattin, em que se mostrará como se desenvolveram as contendas entre a cruz e o quarto crescente; e (V) às Portas de Tiro, onde se faz um ponto de situação sobre o que antecedeu a confrontação com o seu rival cristão.

I – INICIAÇÃO MILITAR NO EGIPTO (1164-1171)

Os conflitos internos que minavam o califado fatimida no Egipto foram a razão para a existência de um conjunto de acções militares entre os anos 1164 e 1171, envolvendo os cruzados de Amalrico de Jerusalém, os seljúcidas de Nur al-Din (comandados por Shirkuh e Saladino) e o vizir fatimida Shawar, as quais garantiriam o crescimento guerreiro do aiúbida e a sua ascensão até governador deste país (cf. mapa 6).

De uma forma telegráfica, podemos afirmar que este período assenta num conjunto de disputas entre estes três blocos de forças que, ora aliando-se entre si ora digladiando-se, procuraram levar por diante os seus intentos, que eram os seguintes:

- i) Do lado cruzado, impedir os muçulmanos de unificar os territórios que iam do Egipto à Síria;
- ii) Do lado fatimida (xiita), manter a independência relativamente aos abássidas (sunitas);
- iii) Da parte de Nur al-Din, conseguir unificar territorialmente o Egipto e a Síria, com o intuito de juntar as diversas facções muçulmanas debaixo do seu estandarte.

No que respeita a Saladino, importa realçar que teve o seu baptismo de fogo ao lado de seu tio Shirkuh, em 1164, embora sem quaisquer consequências práticas, quando Amalrico e Shawar ensaiaram um cerco a Bilbays, onde eles se encontravam. Já em Abril de 1167 (ou em Março, segundo outros historiadores), surge uma campanha de grande dimensão em al Babayn, na qual Saladino, tendo tomado parte activa (ver mapa 7), sai vencedor na luta travada contra o vizir Shawar⁷⁵. Logo de seguida, Shirkuh entrega ao seu sobrinho a responsabilidade das tropas acantonadas em Alexandria, tendo este mostrado as suas capacidades de liderança quando os aliados de conveniência (Amalrico e Shawar) cercam a cidade outrora famosa pelo seu farol e biblioteca, durante três meses, ao longo dos quais

Saladino resiste a todos os ataques, apesar das condições difíceis no que ao abastecimento de víveres diz respeito⁷⁶. Após negociações havidas em Agosto de 1167, em que se acorda que os comandados por Saladino abandonariam a cidade e os cidadãos de Alexandria, na sua maioria apoiantes seus, eram poupados, diz-nos Hannes Möhring⁷⁷ que terá havido alguma aproximação do ponto de vista humano entre o aiúbida e o rei de Jerusalém: “A convite de Amalrico, Saladino passou alguns dias no acampamento dos francos. O rei satisfez o pedido de Saladino para que os soldados doentes ou feridos não tivessem que suportar uma mudança por terra e que o fizessem por barco até Acre, e daí para Damasco”.

Até 1169, pouco ou nada de relevante há a relatar⁷⁸. Nesse ano, contudo, vai-se assistir a uma ascensão do nosso aiúbida, através de dois eventos:

i) na sequência de um convite efectuado por Nur al-Din a Shirkuh para intervirem no Egipto, é feita a captura de Shawar (a 18 Janeiro) por Saladino, seguida da sua execução, a mando do califa⁷⁹;

ii) quando parecia que, finalmente, Shirkuh iria ascender a vizir, morre inesperadamente a 23 de Março, devido à sua tendência para a gula⁸⁰.

Com o caminho aberto, a 26 de Março de 1169, Saladino é nomeado vizir no Cairo pelo califa e emires sírios⁸¹, e passa a ser apelidado de al-Malik al-Nasir (“o rei que trouxe o socorro”), um título que ostentará até morrer. No decreto que assinala a sua nomeação, é explicitado que a escolha foi feita na sequência das qualidades do tio Shirkuh, do qual será herdeiro. No mesmo texto, são enumeradas em detalhe as responsabilidades – comandar os exércitos, levar a *jihad* aos “infiéis”, administrar as finanças e governar o povo – e os direitos – passava a ostentar um turbante branco por oposição ao negro abássida (o *taylasan* que cobria a nuca, simbolizando o poder religioso) e dois luxuosos fatos confeccionados em tecidos preciosos bordados a ouro⁸²... De acordo com as fontes citadas por Eddé, existe alguma ambiguidade quanto à forma como Nur al-Din interpretou esta nomeação. Abu Shama⁸³ diz-nos que o chefe de Saladino se encontrava “muito, muito, muito reconhecido”, mas outros há que afirmam ter Nur ficado fúrioso. Seja como for, o que se sabe é que Saladino nunca deixou de ser o *isfahsalār* (chefe do exército), pelo menos até 1171, enquanto o nome de Nur al-Din era pronunciado depois do califa fatimida no sermão de sexta-feira, ao mesmo tempo que figurava nas moedas egípcias da época⁸⁴.

À questão de saber como é que Saladino era visto pelos egípcios, a resposta é simples: com desconfiança. Os egípcios viam nele um usurpador, e ele via os egípcios como traidores e desertores. Aproveitando uma conspiração perpetrada pelas tropas negras e arménias, resolve destituir todos os eunucos negros, substituindo-os por eunucos brancos⁸⁵. Revoltadas, as

tropas negras juntas, aproximadamente, 50 000 soldados e, durante dois dias, desafiam as tropas leais a Saladino, que saem vencedoras. Estava-se a 23 de Agosto de 1169.

Numa carta datada de 1170, dirigida ao califa, em que solicita a sua investidura, Saladino justifica-se escrevendo que os soldados negros, não árabes e pouco islamizados, não conheciam senão um mestre, o califa e uma *qibla*, o pilar do palácio para onde se viravam para rezar à sua ordem docilmente, não passando de bestas, isto é, de incrédulos citados no Corão (VII, 179 e XXV, 44). Quanto aos arménios, se foram combatidos, isso deve-se ao facto de servirem no exército e estarem isentos de capitação, contrariando o que se encontrava prescrito para os não muçulmanos. Tornava-se pois claro que Saladino pretendia restabelecer o sunismo no Egipto, assim como impor uma *jihad* que, estava mais do que visto, os fatimidas não eram capazes de adoptar, nem pretendiam ter.

Convencido de que as sementes sunitas estavam lançadas e dariam o seu fruto, o que viria em breve a ser confirmado, Saladino virou-se para a frente externa: a guerra santa contra os francos. Quando regressa ao Cairo, a 4 de Fevereiro de 1171, tinha atingido três dos quatro objectivos que se propusera alcançar:

- i) Eliminar os oponentes – soldados negros e arménios – no seio do exército egípcio de linha xiita;
- ii) Eliminar a ameaça franca no Egipto, ao conquistar Ayla;
- iii) Assegurar as rotas dos peregrinos muçulmanos para as cidades santas (Meca e Medina) e os seus lugares sagrados em condições de relativa segurança, uma vez que controlava o Mar Vermelho e a faixa costeira da península arábica, até ao Iémen.

Faltava apenas o quarto objectivo: extinguir a dinastia fatimida e, com ela assumir o controlo sunita da região, conforme era desejo seu e de Nur al-Din.

Para um muçulmano, ir à sexta-feira à *khuṭba* (sermão) conduzida pelo *Khātib* a partir do *minbar* (púlpito situado à direita do *mihrab*, nicho em forma de abside) é muito importante. Se acrescentarmos que o *Khātib* inicia a sua prática pelo louvor a Deus, aos profetas e a Muhammad e, de seguida, aos califas bem guiados (os quatro califas que sucederam a Maomé), com predominância a Ali para os xiita e aos outros três para os sunitas, compreendemos que seria doloroso para estes assistirem à *khuṭba* efectuada pelos fatimidas. Saladino, não fugindo a essa “dor” impôs que se falasse na *khuṭba* dos três *rashidun*. Para isso o vizir colocou ao lado do *cadi* xiita o jurista da sua confiança Diya’ al-Din al-Hakkari que passou a controlar a fundação fatimida de al-Qāhira⁸⁶. Simultaneamente, nomeou *cadis* safitas nas cidades de província da sua confiança. Por fim, aproveitou a morte do chefe de “chancelaria” fatimida para nomear al-Fadil, em quem depositava grande confiança. Além

disso, fundou duas *madrasas*, com a finalidade de formar elites religiosas sunitas. Se, do ponto de vista religioso, estas foram as medidas, faltava actuar politicamente.

Assim, procedeu-se a mais um conjunto de purgas no exército, entre 1171 e 1174, com a expulsão de emires e o confisco de bens. Para além disso, Saladino foi sempre exigindo mais apoios financeiros ao califa, no sentido de dotar o seu exército de melhores meios. Sem capacidade para lhe dizer que não, o califa fatimida foi ficando arruinado e, despidido da autoridade religiosa de outrora e sem os meios necessários à sua sustentação, viu desvanecer-se a possibilidade de se manter no poder. O golpe final foi dado quando Saladino pediu aos juristas uma *fatwa* (parecer legal emitido por um ou mais especialistas na lei religiosa) com a finalidade de legitimar a aplicação da *khuṭba* sunita, obtendo um mais que esperado “sim”. Com a *khuṭba* abássida instaurada a 12 de Setembro de 1171, o califado fatimida chega ao fim; o nome do califa al-Adid é suprimido⁸⁷ e este, já muito doente, morre a 13 de Setembro de 1171, com apenas 21 anos, conforme nos relata Ibn Shaddad⁸⁸.

II – SULTÃO UNIFICADOR DO ISLAMISMO (1172- 1176)

Diz-se que, à hora da morte de al-Adid, Saladino terá dito que, se ele recuperasse, aprenderia o suficiente em breve, caso contrário deixá-lo-ia morrer em paz. Estas palavras, caso tenham sido proferidas, expressam aquilo que os cronistas muçulmanos da época consideram ser a alteração da personalidade de Saladino, de um perfil ligado aos prazeres terrenos para um outro mais próprio de um homem de Deus. A partir desse momento, ele passa a informar o califa abássida em Bagdade de tudo o que se passa e, simultaneamente, manifesta dessa forma o seu compromisso total para com a religião e a *jiḥad*. Se Nur al-Din percebe a mesma coisa ou se, pelo contrário, considera a atitude de Saladino como a de mais um ambicioso conquistador, nunca saberemos. O que se sabe é que, entre 1171/72 e 1174, esteve sempre muito próxima a deflagração de uma guerra entre a Síria e o Egipto⁸⁹.

Para Nur al-Din, Saladino continuava a ser bastante útil, e é com esse pensamento que o líder sírio se fina, a 15 de Maio de 1174, deixando ao homem guerreiro, agora com 37 anos, o grande objectivo, iniciado por Zengi, de unificar o mundo muçulmano⁹⁰. Poucos meses depois, Saladino vê o seu caminho facilitado com a morte de Amalrico, pois o sucessor, Balduíno IV, era mais diplomata com os sírios órfãos do seu líder e os cristãos estavam agora chefiados por um rei menos aguerrido. Estavam, portanto, criadas as condições para a ascensão político-militar dos aiúbidas. Para Saladino, o futuro reescrevia-se em 1174, um ano chave para si, uma vez que também o seu pai morre, deixando-o à frente da família, que como vimos era uma peça fulcral para os muçulmanos.

O herdeiro de Nur al-Din era o seu filho único e menor de idade, al-Salih Isma'il, que, por essa razão, necessitava de um regente. Kumushtikin, um eunuco que detinha a autoridade sobre Mossul no tempo de seu pai, foge para Alepo com o jovem, com esse intuito, ao mesmo tempo que o tio, Saif al-Din's, desenvolve esforços no sentido de se assenhorear de parte do reino de seu irmão, situado na margem esquerda do Eufrates. Entretanto, Saladino, que havia reconhecido o jovem al-Salih como sucessor de seu pai, é chamado por Ibn al-Muqaddami a Damasco, com o fim de o ajudar a restabelecer a ordem. Deixando al-Adil no Cairo, avança sem qualquer oposição até à cidade, acompanhado das suas tropas e de alguns vizires que se lhe tinham juntado durante a viagem, chegando a Damasco a 23 de Outubro de 1174. Como primeira medida, acaba com os impostos contrários à "lei" muçulmana que tinham sido introduzidos após a morte de Nur al-Din. Com excepção de Mossul, que se tinha aliado ao reino de Jerusalém, todas as outras cidades importantes, como Hamah, Hims e Baalbek, se rendem a Saladino, após combates contra as tropas de Alepo e de Mossul a 13 de Abril de 1175, nos chamados cornos de Hamah muçulmanos⁹¹.

À medida que o tempo passava, foram sendo dados sinais de que Saladino caminhava a passos largos para o poder absoluto. Primeiro, foram as *khuṭba* que substituíram o nome de al-Salih pelo de Saladino, depois a cunhagem de moeda, no Egipto, com a sua cara, e finalmente a resposta dada pelo califa de Bagdade a uma petição do aiúbida no sentido de obter a jurisdição de todo o império de Nur al-Din, na qual se enumeravam todos os méritos que justificavam a entrega do governo do Egipto, do Iémen e da Síria, com excepção de Alepo. A resposta a esta última petição, quase inteiramente favorável às suas pretensões, abria-lhe a porta ao sultanato. Apesar disso, Alepo e Mossul mantinham o propósito de resistir a Saladino. Consequentemente, já em 23 de Abril 1176, nova batalha se desenrolou, em Tall al-Sultan, um local situado a sul de Alepo⁹² (ver mapa 8); Ibn Shaddad refere também o combate⁹³. Como quase sempre, o sucessor de Nur al-Din venceu os seguidores de Zengi, manifestando a sua habitual indulgência ao deixar as tropas inimigas fugir e libertando emires que, entretanto, tinham sido feitos prisioneiros. De novo, deu um exemplo do seu carácter, ao mostrar às suas tropas as condições luxuosas em que os seus adversários se encontravam e que mais pareciam uma casa de prazer, dada a amoralidade em que viviam.

Mas estava escrito que, antes de 1180, Saladino não se conseguiria apoderar de Alepo. Apesar de ter conquistado as fortalezas de Buaza'a, Manbij e A'zaz – esta última entregue a al-Salih após (Saladino) ter escapado a um atentado desencadeado pela terrível seita dos Assassinos, aliados de al-Salih – aquela manteve-se inviolável.

No princípio de Setembro de 1176, numa tentativa de legitimação como sucessor de Nur al-Din, o aiúbida casa-se com 'Ismat al-Din Kathun, viúva deste e madrasta de al-Salih, após o que regressa ao Egipto, que já não pisava há dois anos. Ainda em 1176, assume três propósitos, com o objectivo de assegurar que o Egipto não só não constituirá um problema como servirá de base estratégica para o seu sultanato⁹⁴: i) reconstrói a frota egípcia; ii) melhora as fortalezas portuárias de Alexandria, Damietta e Tinnis; iii) assegura, internamente, que os pró-fatimidas se encontram sem capacidade de contra-atacar, ordenando para o efeito que se construam muralhas ao redor do Cairo e de Fustat, para além de um bastião ao pé das montanhas rochosas de Muqaltam, que dominavam o Vale do Nilo por onde poderiam subir os núbios. Dessa forma, estava convencido, restava-lhe a conquista de Alepo e de Mossul, pró-zenguidas, e dos “reinos” francos, para Saladino se tornar o grande líder dos muçulmanos.

III - ASSALTO A MOSSUL, ALEPO E AOS “REINOS” FRANCOS (1177-1186)

A estratégia de Saladino passava por alargar a sua influência aos territórios ainda dominados pelos zenguidas, necessitando para isso de conquistar Mossul e Alepo, que se encontravam nas mãos de Saif al-Din e al-Salih (o sobrinho e o filho de Nur al-Din), ao mesmo tempo que saqueava as regiões debaixo do controlo cristão por forma a enfraquecê-las. Se fosse bem sucedido, eliminaria em primeiro lugar as constantes alianças de ocasião entre uns e outros contra si e, em segundo, enfraquecendo os “infiéis” através da *jihād*, desalojá-los-ia da costa mediterrânica e obteria como corolário o domínio absoluto da região do Médio Oriente, desde a Cirenaica até à Mesopotâmia, passando pelo Egipto, parte da Península Arábica, Palestina e Síria (ver mapa 8).

Já no Verão de 1177, aproveitando o facto de uma frota normanda da Sicília ter arrasado Tinnis, Saladino saqueia alguns territórios a sul de Jerusalém que se encontravam quase sem tropas (devido a um raide efectuado mais a norte), decapitando de imediato os prisioneiros. Apesar disso, foi surpreendido a 25 de Novembro por um ataque em Ramla⁹⁵ (Montgisard, (ver esquema 1), desencadeado por Balduíno IV, que tinha retrocedido para proteger Ascalon com os poucos homens que lhe restavam. Encontrando-se as suas tropas divididas, situação própria de quem efectua acções de saque, Saladino, apesar da superioridade numérica, vê-se derrotado em toda a linha, comprometendo a sua imagem imaculada de guerreiro invencível. Não fora al-Qadi al-Fadil, que saiu ao seu encontro, e talvez tivesse mesmo perecido.

Recomposto, o sultão aproveita o ramadão de Março de 1178 para marchar em direcção a Damasco, onde chega um mês depois. Apesar de uma forte seca ocorrida nesse ano, perto de Hamah, vê-se confrontado por um pequeno grupo armado franco, que é de imediato

desmantelado e feito prisioneiro. Como anteriormente, Saladino dá ordens para que sejam decapitados. 'Imad al-Din, seu secretário, mostrou nessa altura desagrado pela decisão⁹⁶.

Mas Saladino não tinha esquecido Ramla. Na sequência de mais um saque, agora perto de Sidónia, acerca-se de Marj al-'Uyum e vence os francos, capturando 270 cavaleiros, incluindo Odo de Saint Armand, mestre da Ordem dos Templários. Aproveitando a situação, exige, para os poupar, que se proceda à troca de prisioneiros e a um pagamento elevado, o que acontece com uma única excepção: Odo, negando-se a ser resgatado, é morto nesta situação. No final de Agosto, na sequência desta vitória, Saladino assalta uma estratégica fortaleza templária em construção a norte do lago Genesaret, no vale Jacob do rio Jordão, destruindo-a. Mais uma vez, os templários, dando provas de uma enorme valentia, lutam até ao fim das suas forças. Nesta ocasião foi o seu comandante a preferir uma morte no caldeirão das chamas entretanto ateadas pelos muçulmanos, em vez de uma capitulação desonrosa⁹⁷. Quanto aos prisioneiros cristãos, foram novamente massacrados e atirados para o fosso da fortaleza, onde apodreceram. Acredita-se ter sido essa a razão para uma epidemia contraída, em Setembro, pelas tropas apeadas muçulmanas, aquando do regresso a Damasco. Há a registar, ainda, em Outubro de 1179, um assalto nocturno efectuado pela marinha de Saladino a Acre, que é ocupada durante dois dias com o objectivo (alcançado) de destruir os navios cristãos que lá se encontrassem. Pisanos, genoveses e venezianos viram nesse momento que o perigo muçulmano também tinha chegado por mar.

Os anos de 1180 assistiram a avanços significativos na estratégia de Saladino, uns mais por sorte, outros devido a acções concretas. Em 1180, Saladino, através do seu sobrinho Taqi al-Din, vence Kilij Arslan II de Konia, sogro de um dos grandes vassalos de Mossul, Hisn Kaifa, que lhe havia pedido ajuda num diferendo familiar. Quase simultaneamente, morria, em Mossul, Saif al-Din e, em Dezembro de 1181, em Alepo, o herdeiro al-Salih, com apenas 19 anos. Como responsável por estas duas cidades fica Izz al-Din Mas'ud, irmão de Saif, que entretanto, para reforçar a sua posição, se casa com a mãe de al-Salih. Esta junção de poder nas mãos de Izz al-Din Mas'ud obrigou Saladino a reagir, acusando-o de ser aliado dos francos e dos Assassinos. Para o demonstrar, envia ao califa cartas trocadas entre o zenguida e aqueles, onde se espelhava o que afirmava⁹⁸.

Apostado em fazer valer as suas ideias, Saladino, que entretanto tinha regressado ao Egipto, deixa este território em Maio de 1182, para nunca mais lá regressar. Após ter atacado Beirute por terra e por mar, em Agosto desse ano, mas sem resultados práticos, dirigiu-se a Alepo a 19 de Setembro, mas acabou por a não assediar, dado que o governador de Harran, um vassalo de Mossul, lhe pediu ajuda no controlo dos territórios a leste do Eufrates outrora

pertencentes a Nur al-Din. Por essa altura Saladino, volta a insistir junto do califa de Bagdade sobre a conduta que considerava imprópria do senhor de Mossul, dando como exemplo o saque por ele efectuado no sul da Síria com a ajuda do sultão seljúcida, inimigo declarado do califado abássida. Contrariamente ao que o aiúbida esperava, Izz al-Din vai defender-se tenazmente, aquando do assédio movido contra Mossul durante quatro semanas. Descontente, Saladino avança sobre Sindgar, um ponto de apoio estratégico para quem pretendesse ter êxito num assalto a Mossul, conseguindo a sua rendição em Janeiro de 1183, sem derramamento de sangue⁹⁹. Tendo alcançado este objectivo, volta a insistir junto de Bagdade e do seu califa na ideia de as tropas de Mossul serem essenciais ao sucesso de uma campanha contra os francos.

Sem qualquer resposta, Saladino resolve conceder uma licença aos seus soldados, em Fevereiro de 1183, perto de Nisibin. Reagrupadas as tropas, ataca então a fortaleza de Amid, em Abril desse ano, cercando-a durante duas semanas, ao fim das quais vê o seu mal-amado comandante, capitular. Num gesto diplomático entrega-a a Nur al-Din de Hisn Haifa. Durante os meses seguintes, Saladino continuou a tentar apoderar-se de Mossul, voltando por uma última vez a fazer sentir ao califa que, se tivesse obtido o seu apoio, já poderia ter facilmente procurado conquistar Constantinopla e Jerusalém. A partir deste momento, Saladino encarniçou-se definitivamente. No mês seguinte, ataca Alepo. Ao fim de vários combates em que a guarda que pertencera a Nur al-Din se defendeu valorosamente às portas da cidade, ‘Imad al-Din, irmão do governador de Mossul, rende-se. O compromisso da rendição passou pela entrega de Sinjar, Khobur, Nisibin, Raqqa Raa e Sarudj, por troca com Alepo, ao que se juntava o apoio dos zenguidas no propósito de levar a *jihad* ao campo dos francos. Assim aconteceu e, finalmente, os estandartes amarelos de Saladino passaram a ondular ao vento nas torres de Alepo¹⁰⁰. Concretizada a obsessão por Alepo, restava-lhe tomar Mossul.

Cada vez com mais emires a seu lado, assediou esta cidade em Maio de 1185, após ataques empreendidos contra a estratégica fortaleza cruzada de Kerak, situada a leste do Mar Morto, mas sem qualquer sucesso¹⁰¹. Em Novembro desse ano, volta a aproximar-se de Mossul, mas, acometido por uma doença grave que durou aproximadamente três meses, nada fez até ao início de Março. Dia 4 desse mês, porém, consegue obter de Izz al-Din o tão almejado compromisso de apoio na luta contra o reino de Jerusalém. Agora, havia que enfrentar os francos com toda a energia!

IV – BATALHA DE HATTIN (1187)

Com a unificação ambiciosa, mas segura, da Síria, do Egipto, do Iémen e de uma boa parte do Iraque, um poderoso sultanato envolvia Jerusalém. A morte de Balduino IV, o único

cristão que na realidade alguma vez vencera Saladino (Batalha de Montgisard) e, pouco depois (em 1186), do seu sobrinho e sucessor de apenas nove anos (Balduino V), vieram ajustar-se na perfeição aos intentos de Saladino: resgatar a cidade santa. Se somarmos a isto a incapacidade de os senhores dos territórios francos se entenderem entre si, então compreendemos que seria tudo uma questão de tempo. Os prelúdios aconteceram, primeiro, em Cresson, onde Gokböri, cunhado de Saladino, ataca os cavaleiros do Templo e do Hospital massacrando-os (apenas se tendo salvo o Grão-mestre dos primeiros e três outros cavaleiros) e, depois, em Hattin, onde Saladino provoca e vence aquela que, muito provavelmente, terá sido a maior batalha que alguma vez se realizou no Médio Oriente no séc. XII. Ao lado de Taqi al-Din, Muzafar al Din Gökboeri e Hajib al Din Lu'Lu's e à frente de 45 000 homens, dos quais 12 000 a cavalo, confronta o rei de Jerusalém, Guy de Lusignan, Raimundo III de Trípoli, Reinaldo de Chatillon e Balian d'Ibelin, que encabeçam 20 a 23 mil homens repartidos por 1200 cavaleiros, 4000 sargentos de cavalaria ligeira e turcopolos e 11 a 18 mil peões de qualidade muito heterogénea. Para a visão aqui apresentada, seguiu-se D. Nicole¹⁰², que nos explica como são várias as lições que podemos aprender com as tropas muçulmanas nos dias 3 e 4 de Julho de 1187, altura em que se desenrolaram os combates:

- A excelência do planeamento executado por Saladino, próprio de um líder carismático, contra um conjunto de ideias aplicadas por alguém desprovido de capacidade de comando.

- A antecipação dos movimentos adversários através de uma rota particularmente conhecida pelos muçulmanos, contra uma total falta de vontade própria do seu adversário.

- O aproveitamento das condições atmosféricas sufocantes (calor e secura) e dos terrenos impróprios para cavalos e homens vestidos com armaduras e equipados com armamento pesado, típico dos exércitos cruzados. Em contrapartida, os muçulmanos dispunham de vestimentas e equipamentos que pesariam menos de metade, permitindo maior mobilidade.

- A falta de bens essenciais, nomeadamente de água, o que enfraquece as forças e quebra o ânimo cristão, ao mesmo tempo que anima os muçulmanos. A noite de 3 para 4 de Julho é paradigmática disso, assim como a manhã deste último dia. No primeiro caso, estando as hostes lado a lado nos respectivos acampamentos, podiam aperceber-se mutuamente do que se passava: do lado cristão, um conjunto de homens de qualidade desigual, anémicos, sedentos e vencidos por antecipação; do outro, um exército uno, convicto da vitória e orando a Deus para serem protegidos das forças do mal, dos “infiéis”. Na manhã de dia 4, os cristãos viram o terreno molhado pela água que escorria das cisternas usadas pelos seus inimigos durante a noite. A chamada desmotivação confrontava-se com a motivação.

Quanto às táticas utilizadas pelos muçulmanos, eram as habituais, isto é:

- lançar fogo aos arbustos secos de noroeste com a ajuda dos *mutawiya* (voluntários), aproveitando os ventos da região que sopravam nesse sentido, e com isso tornar irrespirável o ar das hostes cruzadas. Na manhã de 4 de Julho, há evidências disso;
- aproveitar o terreno de tal forma que as tropas combatessem perpendicularmente ao flanco dos adversários e, por serem em maior número e mais móveis, os envolvessem pela frente e pela retaguarda, desarticulando a sua estrutura organizativa. Há igualmente relatos que o confirmam, na zona da Lubia e de Nimrin;
- investir constantemente sobre o adversário franco, recuando de imediato num vaivém repetido até à exaustão, como se de uma chuva de insectos se tratasse. Estes movimentos procuravam fazer a separação entre os cavaleiros e a peonagem, e terão ocorrido sobretudo ao longo do dia 4 de Julho;
- atacar com o sol pelas costas, sempre que possível.

Para lá destes aspectos, deve-se realçar, do lado cristão, que tanto Raimundo como Ibelin escaparam de forma que nos deixa bastantes dúvidas sobre se estariam ou não comprometidos com Saladino, principalmente o primeiro, uma vez que escapa pela zona frontal da coluna de marcha, parecendo-nos que Taqi al-Din, se o tivesse querido fazer, poderia ter-lhe barrado a passagem. Já quanto a Ibelin, a sua retirada à retaguarda parece a de alguém que não se queria expor ao massacre que se adivinhava. Qualquer das situações demonstra a falta de coesão dos “senhores do ultramar”.

No fim da batalha, que se desenrolou nos chamados “cornos de Hattin”, o balanço era trágico para os francos. Os turcopolos serão mortos enquanto apóstatas. Templários e Hospitalários serão massacrados (aproximadamente 230), após não terem aceite o convite para se reconverterem. Dos restantes, cerca de 3000 sobreviventes no campo de batalha, a maioria terá fugido e retomado as suas vidas nos territórios latinos da Síria-Palestina. Naquele sábado sangrento, os muçulmanos não tinham ganho somente uma batalha, mas a Segunda Cruzada por inteiro, e Saladino irá daí retirar enorme proveito (leia-se Ibn Shaddad)¹⁰³.

V – DA CONQUISTA DE JERUSALÉM A ACRE (1187-1191)

Após Hattin e até ao início do confronto entre Saladino e Ricardo, quatro situações são de realçar: a conquista de Jerusalém; a derrota às portas de Tiro; o assalto a Antioquia; e o reforço da praça de Acre.

Diz-nos Amin Maalouf¹⁰⁴ que, tendo Saladino estimado que os *franj* já não tinham exército, conviria tirar, sem demora, partido disso para lhes reconquistar as terras que, injustamente, eles lhes tinham subtraído. Se bem o pensou, melhor o fez, dado que, com exceção de Tiro, numa sucessão vertiginosa de conquistas, Saladino irá ocupar estrategicamente uma série de praças, incluindo a cidade triplamente santa. “Estrategicamente” porque essa ocupação não será aleatória, nem no espaço nem no tempo. No espaço, porque:

- i) Sendo o território essencialmente uma faixa de terra encostada ao Mediterrâneo, de Antioquia a Gaza, seria importante truncá-lo de forma a enfraquecer os movimentos cristãos;
- ii) Sendo esse mesmo território constituído por alguns portos que funcionavam como entreposto comercial, tornar-se-ia fundamental abrir uma rota marítima de Gaza a Antioquia que funcionasse como um bloqueio ao apoio logístico, fosse ele alimentar ou de armas.

No tempo, porque:

- i) De acordo com a lei muçulmana, qualquer homem que deixasse a sua mulher mais de quatro meses sozinha poderia sujeitar-se a um divórcio e à perda de direitos associados;
- ii) A época para o combate deveria estar terminada antes de Outubro, devido à escassez alimentar para os cavalos, entre outras razões;
- iii) Conviria ocupar a maior parte do terreno antes que se formasse um movimento como aquele que veio constituir a Terceira Cruzada.

É, pois, jogando com essas premissas que se assiste às quedas de Tiberíades, logo a 5 de Julho (e, logo a seguir, de Nazaré), a 10 de Julho de Acre, a 26 e 29 do mesmo mês de Toron e Sídon, a 4 e 6 de Agosto de Gibelet e Beirute, e depois, a 5 de Setembro, de Ascalon, seguida de Gaza e de Belém, antecedendo o cerco à cidade de Jerusalém. A estratégia de Saladino mostrou-se vencedora no momento em que, simbolicamente, uma caravana de mercadores percorre o caminho costeiro entre Damasco e o Cairo, sem pagamento de qualquer tributo. A última vez que tinha acontecido algo de semelhante fora em 1100...

Saladino iniciou o cerco à cidade, três vezes santa, a 20 de Setembro de 1187. Após cinco dias de sucessivas tentativas de assalto, conseguiu, com a ajuda das suas máquinas de assédio, derrubar os muros, precisamente no local em que, 88 anos antes, os cruzados tinham sido felizes. Apesar de terem conseguido colmatar as brechas, os cristãos perceberam que se encontravam perdidos. Saladino de pronto se disponibilizou a negociar uma transição pacífica do poder, pois não gostaria de ser visto como um impiedoso líder muçulmano tornado vencedor à custa de um mar de sangue – os cristãos ameaçaram matar as suas mulheres e filhos, se não fossem respeitados –, da destruição das relíquias e dos lugares sagrados

islâmicos da cidade, e do massacre de 5000 dos seus irmãos muçulmanos, tantos quantos os que viviam dentro das muralhas de Jerusalém. Das, aproximadamente, 33 000 pessoas, apenas metade conseguiu pagar o exigido pelo sultão sunita, tendo os restantes ficado prisioneiros. Contra a opinião dos seguidores do profeta, Saladino deixou os cristãos saírem, encabeçados pelo patriarca de Jerusalém e acompanhados pelos tesouros retirados das igrejas, assim como cumpriu o prometido de não destruir o Santo Sepulcro. Após, praticamente, 27 dias de cerco, numa sexta-feira, 2 de Outubro de 1187, 27 Rajab do ano 587 da Hégira, dia em que os muçulmanos festejam o início do calendário islâmico (consagrando com isso a fuga de Maomé de Meca para Medina), Saladino fez a sua entrada solene na cidade santa. Para os cristãos, foi a humilhação total, pois, para além dos que tinham pago o resgate – mais de 10 mil dinares, a somar ao imposto de capitação (*jizya*) – terem sido enviados, debaixo de escolta, para Alexandria, Trípoli, Antioquia e mesmo para a Arménia, eles viram, novamente, ocupado o Jardim das Oliveiras, local da traição perpetrada por Judas. Além disso, também ouviam dizer que os locais da Anunciação e do Nascimento de Jesus tinham sido profanados e, agora, acabavam de assistir à perda dos lugares da crucificação, da morte e da respectiva ressurreição. Que cicatrizes psicológicas mais profundas seriam passíveis de serem deixadas? A Europa Ocidental estava em estado de choque. Para a situação ser mais calamitosa, à morte de Urbano III (20 de Outubro) sucede-se a de Gregório VIII (19 de Dezembro), os homónimos sucessores daqueles que tinham estado na origem da Primeira Cruzada. Este último ainda teve tempo para dirigir algumas cartas que terão estado na origem da Terceira Cruzada, influenciando Ricardo “Coração de Leão”, o que inauguraria um conjunto de novos pressupostos, indicadores de um diferente paradigma político-militar: a Europa ocidental passaria a interferir na governação dos seus territórios latinos sírio-palestinos; e a estrutura feudal, que ali era dominante, suportando o poder real, iniciaria o seu ocaso nessa região.

Para o embate final, faltavam a Saladino dois anos, durante os quais sairia derrotado em Tiro, vitorioso em Antioquia e veria reforçada a sua posição em Acre. Um mês após ter tomado Jerusalém, Saladino avançou sobre a cidade portuária de Tiro, que desde Junho era alvo do assédio do seu sobrinho Taqi al-Din, embora sem sucesso. Com a ajuda da sua frota e, também, do exército fresco do seu filho favorito, al-Zahir, vindo de Alepo, procuraram entrar pelo espaço de uma das três muralhas que defendiam a cidade e que se encontrava meio derrubada. Tendo resistido até onde podiam, os cristãos encontravam-se numa má situação quando Conrad de Monferrat conseguiu, a 30 de Dezembro, surpreender a frota aiúbida, através de uma incursão naval nocturna, tendo destruído quase todas as embarcações adversárias quando as respectivas tripulações descansavam. A 1 de Janeiro de 1188, Saladino

ainda tenta um último ataque, mas ao não obter o resultado pretendido, vê-se semi-abandonado pelos seus emires. Estes, (mal) habituados a vitórias rápidas, não queriam continuar longe de casa por mais tempo e, assim, comportaram-se de forma contrária aos interesses do sultão. Saladino, que ambicionava aniquilar a resistência dos cruzados, pretendia conquistar os últimos bastiões do reino de Jerusalém: Belvoir (pertencente à Ordem do Hospital), o condado de Trípoli e o principado de Antioquia. Para isso, era fundamental, ou reforçar as defesas de Acre, ou destruí-la não deixando aos francos nada que pudessem utilizar para as suas intenções de contra-ataque. Optando pela primeira hipótese, Saladino começou a trabalhar nela, já que, escolhendo a segunda possibilidade, teria de fazer o mesmo a todas as cidades costeiras, o que era logisticamente inexecutável. Além disso, se queria conquistar Tiro, Saladino necessitava de deter uma base sólida de apoio perto daquele porto, e Acre era a melhor hipótese. Paralelamente, assumiu que 1188 seria o ano da reconquista de Antioquia (ver mapa 9).

Em Maio, sai de Damasco, instruindo os seus emires para concentrarem as suas tropas na tomada de Belvoir (ver mapa 9). Tendo sabido que os francos avançavam para Jubail, saiu-lhes ao caminho, abortando as suas intenções para logo de seguida agrupar, à volta de Hims, os efectivos que viriam a atacar o famoso *Krak des Chevaliers* (ver mapa 9), tarefa, aliás, adiada já em Junho, por ter sido considerada de elevada dificuldade de execução. Trípoli, outro dos seus desejos, foi igualmente deixada para mais tarde, na sequência da chegada de uma frota de normandos da Sicília e das promessas do senhor de Djabala, cidade portuária mais a norte, de se colocar como vassalo do sultão, o que se concretizou a 15 de Julho. Continuando a sua marcha, Saladino chega a Latakia (ver mapa 9) no dia 21 deste mês, cidade que rapidamente se rende. Com o intuito de abrir uma linha de força até Alepo, procura conquistar as fortalezas francas do principado (de Antioquia) a partir de 24 de Agosto. Dessa forma, manteria o controlo logístico da região, nomeadamente o abastecimento necessário. Homa e o vale de Oronte tornam-se assim vitais para conquistar as fortalezas de Sah-yun, Bakar-Shughr e Burzaih. Cercado o principado, havia que esperar até à sua capitulação. Após vários dias de cerco, as tropas aiúbidas conquistam Darbasak e Baghras aos templários. Boemundo III de Antioquia procurou assinar uma trégua, o que Saladino aceitou fazer por oito meses, tantos quantos pensou serem necessários para que os seus homens descansassem e, simultaneamente, se defendessem da chegada de eventuais reforços cristãos provenientes da Europa. No regresso das suas tropas do sul, toma Safed aos templários (que se retiram para Tiro) e, finalmente, conquista Belvoir aos hospitalários, em 5 de Janeiro de 1189, apesar das condições atmosféricas adversas. Até Maio, mais algumas fortalezas a sul do Mar Morto lhe

caem nas mãos, nomeadamente Karac e Shawbac. Uma marcha triunfal, a que só faltaram Tiro, Trípoli e Antioquia (com o seu porto), assim como um número muito reduzido de fortalezas.

Mas Saladino tinha cometido um erro. Do alto da sua grandeza, mas também esperteza (imaginava que o rei cristão se confrontasse com Conrad de Montferrat, que o não reconhecia, abrindo com isso uma ferida irreparável entre os francos), tinha libertado Guy de Lusignan. Ora, este, em Agosto de 1189, cercou o porto de Acre, que o sultão tinha procurado (meio ano antes) reforçar, quer em tropas quer em defesas muralhadas. Embora, em número e em qualidade, as tropas de Guy não valessem muito, a verdade é que, semana após semana, as ia vendo aumentar, mercê dos contingentes sucessivos que iam chegando provenientes da Europa. Em Setembro de 1189, inicia-se o combate por Acre, que duraria quase dois anos e que seria considerado um dos mais duros das cruzadas. Amin Maaloufe¹⁰⁵ diz-nos que “Acre está edificada sobre uma península em forma de apêndice nasal: a sul, o porto; a oeste, o mar; a norte e a leste, duas sólidas muralhas que formam um ângulo recto (ver esquema 2). A urbe está duplamente cercada. Em torno do recinto, solidamente guardado pela guarnição muçulmana, os *franjs* compõem um arco de círculo cada vez mais espesso, mas têm de contar, nas suas costas, com o exército de Saladino. Nos primeiros tempos, este tentou apanhar o inimigo em tenaz, na esperança de o dizimar. Mas rapidamente se apercebe de que o não jugulará. Na realidade, se o exército muçulmano alcança várias vitórias sucessivas, os *franjs* compensam, imediatamente, as suas perdas. De Tiro ou de além-mar, cada dia que nasce lhes traz o seu lote de combatentes”.

Um mês decorrido e Saladino recebe, via Alepo, informações de que Frederico Barba Roxa, imperador romano-germânico, se aproxima via Constantinopla com mais de 200 000 homens. Saladino solicita apoio aos seus correligionários Sinjar e Ibril, além de pedir ao “Príncipe dos Crentes”, o Califa em pessoa, que reaja contra os “infiéis”. Os muçulmanos estavam animicamente receosos. Entre si, o medo de que os francos provocassem um mar de sangue, como vingança pela perda de Jerusalém, grassava. Mas a sorte estava, uma vez mais, do lado do sultão, uma vez que, a 10 de Junho de 1190, Barba Roxa se afoga “com água pela cintura” quando se banhava num pequeno rio perto dos montes Tauro, muito provavelmente, devido a um ataque cardíaco. Mitigado o perigo alemão que tinha paralisado durante meses Saladino, outro de imediato se aproxima perturbando o equilíbrio de forças que, entretanto, se havia estabelecido entre as duas correntes religiosas do Livro. Esse perigo chamava-se Filipe Augusto, rei de França, o qual acabara de desembarcar em Abril de 1191, conjuntamente com

as suas tropas nas redondezas de Acre. Mas, como o ditado popular augura, “um azar nunca vem só” e, logo no início de Junho, chega Ricardo “Coração de Leão”...

“Este rei de Inglaterra, Malek al-Inkitar – diz-nos Ibn Shaddad –, era um homem corajoso, enérgico, arrojado em combate. Embora inferior ao rei de França em categoria, era mais rico e mais afamado como guerreiro. Na sua rota, parou em Chipre, da qual se apoderou, e, quando surgiu diante de Acre, acompanhado de vinte e cinco galeras a abarrotar de homens e material de guerra, os *franj* soltaram brados de alegria, acendendo grandes fogueiras para celebrar a sua vinda. Quanto aos muçulmanos, este acontecimento encheu-lhes os corações de terror e de apreensão”¹⁰⁶.

Aos trinta e três anos, o “gigante ruivo”, nas palavras de Amin Maalouf, cavaleiro belicoso e carismático na plenitude das suas forças, vai, finalmente, ficar cara a cara com o nobre e valente Saladino, este último já na sua curva descendente, devido aos seus 54 anos.

PARTE II

TERCEIRA CRUZADA

O DESAFIO DE RICARDO A SALADINO

CAPÍTULO 4

ESPADA *VERSUS* CIMITARRA (1191 – 1192)

Às portas de Acre, as tropas cruzadas coligadas vão forçar a sua rendição sabendo que, sem esta massiva fortaleza que defendia a cidade-porto, seria impossível, de forma sólida, empreender a marcha para Arsuf através da costa e, assim, reconquistar Jerusalém. Se Ricardo estava consciente do caminho estratégico a tomar, Saladino encontrava-se pronto a barrar-lhe o caminho. Olhar, pois, dos seus navios e com olhos conquistadores, para as muralhas de Acre, ao mesmo tempo que a costa para sul se perdia no horizonte em direcção a Jafa, era o que competia a Ricardo. Aguardar pelo inimigo e sair depois no seu encaço era a tarefa de Saladino. Como tudo aconteceu, incluindo perceber quais as forças e planos dos dois antagonistas, é o propósito deste capítulo. Antes, porém, façamos uma síntese do que muçulmanos e cristãos fizeram antes da tomada de Acre.

a) SÍNTESE PRÉVIA À CHEGADA DE RICARDO A ACRE

Após a marcha de Guy de Lusignan, a 28 de Agosto de 1189, contra a guarnição muçulmana, e do contra ataque de Saladino (em Setembro), inicia-se a chegada de frotas de navios cruzados provenientes do norte da Europa, nomeadamente, germanos, a Tiro e Acre, ao mesmo tempo que os contingentes regionais muçulmanos regressam a casa para passar o Inverno. Como contrapartida, Saladino recebe reforços, através de al-Adil, a 22 de Outubro, e das suas frotas provenientes do Egipto e da Síria (Beirute), que conseguem fazer chegar mantimentos a Acre, apesar do cerco. Já em 1190, na Primavera, vindos de Aleppo e Harran, chegam novos contingentes de tropas muçulmanas. Do lado cristão, apesar da já referida morte de Frederico I, as forças que iam consigo alcançam a cidade-porto para se juntar aos sitiantes, ao mesmo tempo que Muwahhid se recusa a ajudar Saladino. Depois, sucessivamente, o apelo para a Terceira Cruzada é consubstanciado através da chegada das tropas dos (nem sempre) aliados: as forças avançadas de Ricardo aportam a Tiro em 16 de Setembro, e as de Leopoldo da Áustria e de Filipe Augusto em Março de 1191. Ricardo, *himself*, chegaria a 8 de Junho de 1191, após atingir um dia antes a costa síria.

b) OS LONGOS DIAS PARA A TOMADA DE ACRE

Saído de Farmagusta a 5 de Junho rumo à costa síria, passando por Margal, Tortonor, Trípoli, Nephin e Botron e evoluindo depois para Sidónia, Ricardo intercepta uma galera inimiga saída de Beirute carregada de tropas e respectivas munições, assim como de víveres, obtendo a sua primeira vitória. Se este barco tivesse entrado em Acre, esta jamais teria sido tomada, conforme referem Ambroise¹⁰⁷ e o *Itinerarium*¹⁰⁸.

Após esta primeira façanha, o rei inglês chega a Acre ainda na manhã de 8 de Junho, sendo acolhido com grande alegria pelos cristãos, já conhecedores das suas vitórias em Chipre e no mar. Na obra citada de Ambroise, é-nos relatado que “a noite estava clara e a alegria era grande. Tocavam os timbres, as trompetas e as trompas. Pelas ruas, os escanções serviam vinhos em belas taças aos mais e menos poderosos. Todos se encontravam cheios de esperança”¹⁰⁹. Mas faltavam ainda longos dias de intenso guerrear até que, realmente, a cidade fosse tomada de forma objectiva.

No dia 14 de Junho, os cristãos desferem um primeiro ataque, o qual é rechaçado pelas tropas muçulmanas orientadas por Saladino desde al-Kharruba, onde se encontrava acantonado. A 17 do mesmo mês, uma nova acção tirada a papel químico acontece, pois, a um segundo ataque desencadeado pelo rei de França (que aproveitara um estado febril por parte do rei inglês) respondem os muçulmanos com um novo contra-ataque o qual só não é mais

devastador, atingindo o acampamento cristão, devido ao heroísmo de Godofredo de Lusignan. Para se ter uma ideia gráfica, havia uma linha de cerco terrestre a oriente e uma linha naval a ocidente por parte dos cristãos, a qual era, ela própria, no que à componente terrestre diz respeito, cercada pelos soldados do sultão. Ora, foi exactamente esta linha que respondeu ao ataque e queimou boa parte das máquinas de guerra de Filipe Augusto (ver mapa 10). O francês, talvez pouco habituado ao clima da região, adoece, por sua vez. Dadas as operações do cerco não estarem a resultar, os cristãos, que até aí tinham atacado as muralhas, optam por uma nova estratégia e procuram vencer as tropas inimigas infligindo-lhes um ataque a norte. Tal como anteriormente, o ataque ao acampamento de Saladino é votado ao insucesso. Vinte e quatro horas sucedidas e voltam a hostilizar as tropas que os cercavam, desta vez a sul, onde se encontrava Nahr al-Na'mein, mas com o mesmo resultado negativo. Tendo recuperado de forma mais lenta do que o seu aliado angevino, Filipe, a 2 de Julho, toma a iniciativa tendente a destruir a “torre maldita” – torre que deveu o seu nome à dificuldade em ser derrubada face à sua dimensão e robustez, e às tropas que a defendiam –, colocada a leste das suas muralhas e que sustentava com sucesso a resistência dos sitiados. Fazendo-se valer de um poderoso engenho denominado *Malvoisine*, que arremessava pedras volumosas e pesadas, Filipe procura destacar-se enquanto líder. Ajudado por máquinas de guerra do mesmo tipo, pertencentes a templários e a hospitalários, acaba por conseguir parte dos seus objectivos ao ver ruir um dos lados da torre. Aproveitando o momento, lançavam-se já contra a zona em ruínas quando, avisados por sinais, Saladino e al-Adil irromperam em contra-ataque, gorando-lhes os intentos. Estes sabiam que o fim da resistência de Acre estava muito próximo. Procurando atrasar o mais possível esse momento, Saladino precipita-se a 3 de Julho sobre o acampamento cristão, num esforço desesperado próprio da sua generosidade. Ibn Shaddad conta-nos como os chefes militares se encontravam extremamente tristes face à derrota eminente, assim como, inversamente, os francos se defendiam e contra-atacavam com a maior das bravuras e desapego às suas vidas¹¹⁰.

Aubri Clément, líder militar francês que tinha jurado tomar Acre ou morrer, ao mesmo tempo que Saladino lutava desesperadamente, lança-se pelas frechas derrubadas da “torre maldita”, mas é derrubado e morre quando as suas tropas se encontravam à beira da vitória. A partir de 3 de Julho, o destino estava traçado: Acre seria dos cristãos¹¹¹. Ricardo, a 11 de Julho, ainda não recuperado, desencadeia o ataque final, demonstrando como sempre a sua coragem ao manipular um arco com o qual matou inúmeros sarracenos. Apoiado pelos condes de Leicester (André de Chavigny) e de Marche (Hugues le Brun) e ainda pelo bispo de Salisbury, aliados às tropas pisanas, forçam a entrada em Acre através das frestas abertas na já

nossa conhecida “torre maldita”, levando os sitiados à rendição, que se oficializa a 12 de Julho de 1191. Esta, por sua vez, suscitou três momentos de tensão: i) a questão da propriedade em Acre; ii) a disputa pelo reino, entre Guy de Lusignan e Conrad de Montferrat; iii) e o massacre dos prisioneiros de Acre. A tensão latente entre Ricardo e Filipe que tinham por “protegidos”, respectivamente, Guy e Conrad, era conhecida e quase diariamente alimentada por ambos, uma vez que o primeiro era um militar de excepção mas um fraco político, e o segundo exactamente o inverso. Para que haja justiça na análise da rendição, há que dizer, sem rodeios, que Saladino tudo fez para que não houvesse lugar a uma assimetria nas condições e, se não o conseguiu, isso deveu-se sobretudo ao facto de os seus correligionários, primeiro, e do “povo”, depois, não terem assumido as suas responsabilidades. As tropas, obedecendo ao que já se afirmou, assumiram-se mais uma vez como militares sazonais que não aceitavam guerrear para além de períodos curtos, e o povo, preferindo ficar em vez de fugir seguindo um plano de evasão nocturna ao longo da costa devidamente protegida pelos soldados muçulmanos, mostrou pouca “motivação/convicção” religiosa. Ilibado Saladino do que se viria a seguir, vejamos o que se passou.

A entrada dos francos em Acre começou por suscitar o habitual clamor por parte dos vencidos. De acordo com Abu Shama, foi pelo meio-dia que os cruzados içaram as suas bandeiras e a cruz. “Foi um espectáculo odioso quando o marquês (Conrad de Montferrat), entrando em Acre com quatro bandeiras dos reis cristãos, colocou uma sobre a cidadela, outra sobre o minarete da grande mesquita – e era sexta-feira! – e uma terceira sobre a Torre de Combate... (Borj al-Qital), em substituição das bandeiras do Islão”¹¹². Ambroise¹¹³ diz-nos, por sua vez, que se lembrava do que tinha acontecido, quatro anos antes, aquando da festa de São Bento. As igrejas tinham sido mutiladas através do apagar das suas pinturas, da destruição dos altares, do bater nas cruzes e crucifixos, e tudo isto para humilhar a fé cristã e satisfazer as suas “más crenças”, substituindo-as pelos seus *mahometismos*.

Depois do assumir do poder, havia que resolver as duas primeiras questões. A questão da propriedade foi decidida por Filipe e sem oposição. Ficou claro que os colonos que desde há quatro anos eram donos de determinado património, tinham o direito de o recuperar. A problemática da entrega da liderança foi discutida entre 27 e 28 de Julho, numa assembleia envolvendo o baronato e os senhores do reino de Jerusalém. A segunda questão acabou por ter uma má decisão política, em que se tentou agradar às duas partes envolvidas. Nesta decisão, convenhamos, Ricardo defendeu a facção errada, uma vez que se colocou ao lado de Guy de Lusignan. Mas qual foi a decisão? Entregou-se a coroa a Guy, dado ter sido consagrado rei em Jerusalém, mas apenas durante a sua vida, uma vez que Sibila já não era sua mulher e não

lhe tinha deixado herdeiro. Por sua vez, Conrad seria o seu sucessor, dado ser casado com Isabel, irmã de Sibila, embora em terceiras núpcias. Enquanto isso não acontecesse, Conrad ficava com a praça de Tiro, que valentemente tinha defendido, e ainda teria direito a Beirute e a Sídon, quando as conquistasse a Saladino.

Esta solução, como se afirmou, viria a ter repercussões no futuro, pois acabaria por impossibilitar a unidade das hostes cruzadas. Conrad, apoiado pelos franceses, pelos colonos, pelos nobres sírios (pertencentes a famílias europeias que, entretanto, se tinham estabelecido no ultramar) e pela família Ibelin, era a figura político-militar que se impunha naquele momento face à sua liderança incontestável. Naquela altura, foi subjugado pelos interesses angevinos representados por Ricardo, por Robert de Sablé (que era não só grão-mestre templário mas, também, vassalo do império plantageneta) e por alguns nobres ingleses. O próprio Ambroise, nos seus versos, estigmatiza Conrad. Mais uma vez, a voz da razão era abafada pela da emoção, com elevados custos futuros.

Por fim, o destino dos prisioneiros de Acre. Com a partida de Filipe para a Europa, a 2 ou 3 de Agosto, embora deixando as suas tropas (dizia-se que mais de 10 000 cavaleiros), Ricardo fica sozinho à frente dos destinos da Terceira Cruzada e, desta forma, o político moderado que temperava algumas decisões deixa o intrépido guerreiro dar asas à sua força. Na sequência do combinado entre cruzados e muçulmanos, os prisioneiros do lado destes deveriam ser entregues contra somas avultadas, assim como a “Vera Cruz” e os prisioneiros cristãos. A data para a realização da troca era 9 de Agosto, mas face à solicitação de Saladino para a prorrogar, invocando a enormidade dos montantes, passou por mútuo acordo para 20 desse mês. Nessa altura, Ricardo exige a Conrad que os prisioneiros à sua guarda lhe sejam entregues de imediato. Após algumas reticências por parte do aliado do rei de França, os prisioneiros são-lhe entregues. Depois, iniciam-se as desconfianças de parte a parte entre os dois líderes das religiões do Livro. Ricardo duvida da entrega do dinheiro e, Saladino, desconfia que aquele não deixaria partir os prisioneiros e que, inclusivamente, estaria a preparar um ataque às suas tropas... Especule-se o que se quiser, o que acontecerá a seguir são factos: a 20 de Agosto, Ricardo manda degolar os presos muçulmanos, conforme é dito por Ambroise¹¹⁴, pelo *Itinerarium*¹¹⁵ e por Ibn Shaddad¹¹⁶. Como brutalidade com brutalidade se paga, os prisioneiros cristãos foram igualmente mortos, com excepção das figuras mais importantes e dos que estivessem fisicamente aptos para trabalhar. Não resistimos a comentar que este tipo de posturas, que atrapalham a evolução humana, continuam hoje a ser postas em prática, tal como o foram e sempre têm sido ao longo dos milénios; Saladino e Ricardo fizeram-no, da mesma forma que o Estado Islâmico e Guantánamo o continuam a efetuar.

c) PLANOS DOS OPOSITORES

A estratégia seguida a partir daquele momento parece ser muito clara para ambas as partes. Ricardo pensou que, se queria eliminar Saladino, a “sexta cabeça do mal” (conforme lhe tinha sido explicado por Joaquim de Flora), tinha de o confrontar directamente. Ao fazê-lo, abriria caminho aos objectivos da Terceira Cruzada, isto é, recuperar a cidade santa de Jerusalém, com todos os seus pertences e relíquias aclamadas pela cristandade. Saladino, pela sua parte, percebeu que o seu adversário era temível e, se pretendia repor os níveis de confiança dos maometanos, tinha de vencer o seu enérgico adversário. Para que se consumassem os desígnios de ambos, havia que estabelecer planos tácticos de actuação.

i) Planos Cruzados

Ricardo sabia que desafiar Saladino numa batalha de grandes dimensões poderia ser fatal. Embora não o enjeitasse, preferia suportar-se na experiência adquirida em solo angevino.

Vencer uma batalha não significava ganhar a guerra, tal como Pirro aprendera. Era prática só a desencadear quando tudo o resto tivesse falhado. Era preferível assenhorear-se gradualmente de castelos e cidades fortificadas, de molde a ocupar o espaço e, com isso, ir expandindo o seu poder. Reconquistada Acre, havia que estabelecer uma táctica que lhe permitisse chegar à cidade santa. De acordo com os seus conhecimentos, Ricardo escolheu o que lhe parecia ser mais favorável. Primeiro, havia que escolher um terreno plano, em que as emboscadas não pudessem desencadear-se a coberto do factor surpresa. Segundo, esse mesmo terreno deveria possibilitar o apoio logístico, nomeadamente em víveres e água, ao mesmo tempo que circunscrevia a área em que poderia ser atacado. Terceiro, o espaço amplo à volta deveria permitir, se a isso fosse obrigado, desencadear cargas massivas por parte da sua poderosa e temida cavalaria pesada, o que, simultaneamente, serviria de dissuasão ao inimigo. Hattin encontrava-se ainda no subconsciente dos cristãos.

Consideradas estas condições, Ricardo opta por fazer o caminho costeiro até Jafa, via Cesareia e Arsuf, após o qual inflectiria em direcção àquela que já fora a capital do reino e, mais do que isso, deslocando-se através da chamada “marcha de combate”. É provável que os comandantes cristãos estivessem familiarizados com esta táctica, pois a mesma tinha sido dominada pelos tratadistas bizantinos, nomeadamente Maurício (539-602), conforme exposto no *Strategikon*, e pelos muçulmanos. Se assim não fosse, não a teriam usado até chegarem a Hattin. Os próprios árabes e persas, nos seus escritos militares dos sécs. IX-XII falavam dela. Esta modalidade exigia uma estreita cooperação entre as armas de cavalaria e de infantaria, incluindo os arqueiros. Deslocando-se em formato rectangular, com a cavalaria ao centro

rodeada pela infantaria, deveria permitir que, a qualquer momento, aquela pudesse sair do espartilho desta com facilidade, assim como efectuar o movimento inverso, recolhendo-se após qualquer acção que tivesse ocorrido. É certo que Ricardo usou esta táctica a caminho de Arsuf, tendo a sorte de dispor das forças de elite das Ordens Militares, as quais, ocupando a vanguarda e a retaguarda da coluna de marcha, executavam bem os movimentos descritos.

ii) Planos Muçulmanos

A estratégia dos muçulmanos era a de conter as tropas cristãs. Perdida Acre, sabiam que tinham de expulsar os invasores antes de estes chegarem a Jafa, a sua base logística. Para isso, deveriam fustigar o inimigo ao longo da costa, já que não tinham conseguido atraí-lo para zonas mais rochosas e adaptadas às características das suas tropas mais ágeis e móveis. Todos os manuais coevos diziam que uma coluna militar capaz de combater em marcha só pode ser derrotada se for atacada na forma de uma emboscada, ao fim do dia, altura, como anteriormente se disse, em que as tropas estão cansadas e em desmobilização organizacional. Chamava-se *nuzul* a este tipo de ataque. As emboscadas e as operações de fustigação deveriam ser aplicadas com uma mais-valia.

A esse propósito, diz-nos Gouveia Monteiro¹¹⁷ que as valências militares de que o inimigo dispunha eram “diferentes para a maioria dos ocidentais (nada habituados à cavalaria ligeira)” e que “arqueiros a cavalo (sobretudo turcos), tropa muito ligeira e móvel, com uma capacidade de manobra desconhecida no Ocidente e combatendo no modelo de ataque e retirada” (um verdadeiro “bate e foge”), praticando estratagemas – em especial a fuga simulada – concebidos para desorganizar a pesada cavalaria cristã e quebrar assim o ímpeto da sua carga, tentando sistematicamente envolver o adversário pelos flancos e atacá-lo depois pela retaguarda, “configuravam uma dor de cabeça táctica” para os cruzados. Também David Nicolle¹¹⁸ acrescenta algo neste sentido, ao dizer que os cavaleiros protegiam as tropas a pé, principalmente os arqueiros, independentemente de estarem ou não montados e de executarem movimentos ofensivos ou defensivos. Igualmente central, diz-nos ainda Nicolle, na táctica islâmica do séc. XII era o esforço desenvolvido no sentido de separar a cavalaria da infantaria inimiga. Como se verá, Saladino procurou aplicar este princípio em Arsuf, mas sem sucesso. Al-Harawi¹¹⁹, cujos conselhos foram seguidos em Arsuf, refere ainda que a infantaria, incluindo nesta os diversos tipos de arqueiros, deve ser enviada num ataque à frente da cavalaria, assim como as tropas devem ser divididas em classes, de acordo com a sua qualidade e a do inimigo, de tal forma que as melhores devem enfrentar as melhores, e assim sucessivamente.

d) COMANDANTES DAS FORÇAS EM PRESENÇA

i) Comandantes cristãos

Os exércitos cristãos, ao constituírem (como sempre) um somatório de forças multinacionais, apresentavam um comando dividido. Excepcionalmente, porém, a morte súbita do imperador Frederico Barba Roxa e o regresso apressado e porventura interesseiro de Filipe Augusto a França deixaram o *Lionheart* na liderança dos cruzados, circunstância que consideramos importante para o sucesso em Arsuf.

Ricardo era o protótipo do cavaleiro imbuído dos ideais do “soldado de Cristo”, convicto de ter sido escolhido para um desígnio escatológico envolvendo Saladino; e era também o rei admirado pela cristandade, na esperança de vingar a humilhação que os “infiéis” tinham infligido ao apoderarem-se dos locais e das relíquias sagradas: Nazaré (Anunciação), Tiberíades (escolha dos Apóstolos), Hattin (Sermão da Montanha?), Tabor (transfiguração), Jerusalém (Gólgota) e a “Vera Cruz” (pedaço da cruz onde Jesus morreu). Campeão da causa, via ele próprio nesta sua participação uma forma de se redimir de uma vida “cheia de pecados” (homossexualidade?), ao mesmo tempo que, exercitando os seus dotes militares e expressando o seu carisma temporal ao lado dos seus vassallos (em particular) e do povo (em geral) se identificaria, para a eternidade, como o líder dos líderes no chão sagrado da Palestina. Mas Ricardo não estava sozinho nesta empreitada: acompanhavam-no o duque Hugo III da Borgonha, o conde de Troyes e o nosso já conhecido rei Guy de Lusignan.

Hugo III (1162-1191), embora primo de Filipe II e, simultaneamente, seu cunhado, não seguiu as pegadas do seu rei, preferindo ficar no comando das tropas francesas e gerindo os 5000 marcos em ouro e prata destinados ao seu pagamento e para os quais contribuiu, da mesma forma que o tinha feito aquando da construção de uma das manganelas utilizadas na destruição da muralha de Acre. Rival de Ricardo em Arsuf, com quem supostamente comandava as hostes cruzadas, destacou-se a 30 de Agosto na marcha para a actual Jafa, ao rechaçar uma investida de Saladino quando fechava a retaguarda da coluna militar. Como seria de esperar, manteve algumas quezílias com o angevino, contando-se que as suas tropas entoavam uma canção da sua autoria que era ofensiva para Ricardo. Sabe-se também que, anteriormente, o rei inglês ajudara o duque a manter salarialmente as suas tropas. Quando estas se separaram, após Arsuf, regressou a Acre, onde morreu ainda nesse ano.

Henrique II, conde de Troyes, era o líder da poderosa casa de Champagne. À semelhança dos seus antecessores, veio para a Terra Santa com o propósito de vingar a humilhação cristã, tendo chegado no Verão de 1190. Até à chegada dos suseranos inglês e francês, ele era o comandante das tropas cruzadas, tendo financiado em 1500 dinares a construção de uma

manganela, à semelhança do duque de Borgonha. Durante a batalha de Arsuf, comandou a infantaria e a coluna de transporte logístico. Contrariamente ao duque, Henrique foi escolhido para rei de Jerusalém na condição de se casar com Isabel, meia-irmã de Balduíno IV e ex-mulher de Conrad, o que viria a acontecer. Apesar disso, nunca quis usar o título, por razões óbvias, optando pela designação de “rei da costa” até à sua morte, ocorrida em 1197.

O rei de Jerusalém, Guy de Lusignan tinha a protecção de Ricardo e chegara ao título através do casamento com Sibila, irmã do rei leproso. Muito contestado já antes de Hattin, acabaria a sua vida política em Chipre. Em Arsuf, nem mesmo comandante de uma força foi, mas sim co-comandante (ao lado do seu irmão Geoffroy) dos homens de Poitou e de Guienne.

Mais duas figuras ocuparam lugar de destaque ao lado de Ricardo: Garnier de Nablus, o 10.º Grão-mestre da Ordem dos Hospitalários (1190-1192), e Robert de Sable, o 11.º Grão-mestre da Ordem dos Templários (1191-1193), que foi senhor de Chipre entre 1191 e 1192.

ii) Comandantes muçulmanos

Do lado muçulmano combateram, obviamente, Saladino ou al-Malik al-Nasir Yusuf Ibn Najan al-Din Ayyub Ibn Shahdi Abu al-Muzaffar Salāh al-Din de seu nome completo, seu irmão al-Malik al-Adil Abu Bakr Muhammad Ibn Ayyub Sayf al-Din mais conhecido como Saphadino, seu filho mais velho de entre os 17 que teve, al-Malik al-Afdal ‘Ali Ibn al-Nasir Yusuf e, por fim, o oficial Sarim al-Din Qaymaz al-Najmi.

Saladino corporizava (incluindo na Europa), o herói virtuoso por excelência, mas também o político ambicioso. Sunita através da sua família de origem curda, aproveitou sempre este aspecto como ponta de lança para o seu objectivo máximo, aliás cumprido: unificar as diversas correntes do Islão, do Egipto à Síria e, dessa maneira, adquirir a legitimidade suficiente para expulsar os cristãos do que considerava serem as terras do Profeta. Guardaremos para o capítulo final uma análise mais profunda da sua figura.

Al-Adil era o seu grande conselheiro e filósofo, para além de herdeiro político. Nascido em Damasco ou em Baalbek, entre 1143 e 1145, al-Adil acompanhou Saladino ao Egipto em 1169. O seu primeiro cargo foi o de governador do Egipto, quando Saladino desenvolveu campanhas na Síria. Dada a sua enorme lealdade e capacidade de governação, conseguiu que Saladino o deixasse mandar no Egipto com total independência, ao ponto de alguns cronistas o terem tratado por sultão daquele país durante a sua vida. Já depois de ter sido governador de Alepo, regressa ao Egipto, tendo sido encarregado da regência de al-Aziz, o filho mais novo do sultão. Foi importante na batalha de Arsuf e quando, depois da morte do seu irmão mais velho, mediou as rivalidades entre os seus sobrinhos, tendo-se mesmo oposto aos interesses de

al-Aziz, a quem venceu, após o que sucedeu na governação aiúbida a seu irmão. Manteve-se como sultão até à sua morte em 1225, tendo sido visto pelos seus pares como um dos melhores governadores da dinastia.

O mais velho dos filhos do sultão, conhecido como al-Afdal, começou a acompanhar o pai a partir de 1177, apenas com 7 anos. Treinado para ser governante e comandante militar, foi nomeado governador do Egipto debaixo da tutela de Taqi al-Din, seu primo. Tendo havido divergência total entre os dois, Taqi al-Din comunicou não poder exercer a sua função, uma vez que não podia dizer que não a al-Afdal, por este ser obsessivo no que à sua vontade dizia respeito. Estas características foram logo em Hattin manifestadas pelo jovem, quando considerou estarem os cruzados vencidos mesmo antes do fim da batalha (tendo ouvido uma advertência paterna para que fosse mais prudente). Também em Arsuf, como se verá de seguida, veio a demonstrar fragilidades emocionais relativamente às quais Saladino terá estado atento. Na verdade, ao nomeá-lo governador de Damasco em vez do Egipto, entretanto, entregue a al-Aziz quando pela ordem natural deveria ter sido o inverso, reflecte o juízo de valor que se fazia dele. Também pelo seu comportamento após a morte do sultão, acabou por ser esquecido e por morrer em 1225, sem glória.

Sarim al-Din foi um emir de Saladino que ‘Imad al-Din considerava um valente guerreiro manipulador de espada, um leão em combate quando se tratava de perseguir um alvo, alguém capaz de arriscar e o mais capaz a encabeçar com vigor, coragem e energia “500 cavaleiros”, expressão que significava elevado perfil de comando. Esse comportamento ganhou-o, por exemplo, em Maio de 1187, no início da campanha de Hattin, quando conjuntamente com outro emir, Gokböri (governador de Harram e Edessa), e com al-Afdal, numa acção de destruição em Seforia se destacou, ao ajudar a vencer e eliminar o grande mestre dos hospitalários, Roger de Moulins, na batalha de Fontes de Cresson. Em função do seu destacado desempenho, recebeu uma missiva do próprio sultão exaltando o valoroso comportamento do “nosso mameluco Sarim al-Din Qaymas”. Este epíteto, devido a ser líder dos mamelucos baseados em Damasco, alicerçado na opinião que Saladino fazia dele, tornou-o governador de Tiberíades e de Beaufort, após Hattin. Participou, ainda, nas diversas frentes de batalha havidas durante o cerco de Acre e em Arsuf, sendo-lhe dada a “asa direita” das tropas em muitas ocasiões, o que só era concedido aos melhores oficiais seniores (*tawashi*).

e) MARCHA PARA ARSUF

Quando Ricardo toma a decisão de avançar para Jafa, passando por Arsuf, já Saladino o teria antecipado, esperando dessa forma retirar vantagem da escolha do local de combate, do

momento para o fazer e da forma de o pôr em prática. Na sequência de uma reunião com os seus principais emires, na zona de al-Kharruba, a 23 de Agosto de 1191, Saladino solicita que se identifiquem dois locais favoráveis ao ataque à coluna de marcha (cf. ponto “e” com o mapa 11). Nesse mesmo dia, ou no dia anterior, embora não haja certezas absolutas quanto a datas face à escassa informação que Ambroise nos presta neste particular, os cruzados partem de Acre encostados à costa e sempre apoiados pela frota que lhes guardava o flanco direito; a anulação da frota egípcia garantia este acompanhamento pacífico. No grupo, vinham, para além dos homens devidamente organizados em três divisões e com o flanco esquerdo protegido pela infantaria, “velhos peregrinos, operários e lavadeiras que lhes lavavam a roupa e a cabeça e que, para catar as pulgas, faziam as vezes dos macacos”¹²⁰. À maneira da época, Ambroise¹²¹ descreve em forma de gesta a partida de uma imensa tropa de valentes guerreiros revestidos das suas armas resplandcentes, reagrupados em batalhas (esquadrões) às ordens dos chefes das hostes, que os dispõem de acordo com os seus interesses num impressionante desfile. Face às duríssimas condições climatéricas, Ricardo exigia-lhes disciplina, obediência, não reacção a qualquer provocação muçulmana, organização, movimentação à mesma cadência (com alternância de flancos: os soldados do flanco esquerdo, mais sujeitos a escaramuças, deveriam ir alternando com os posicionados no flanco oposto) e solidariedade.

Saladino, por seu turno, decide acompanhar as tropas cruzadas seguindo uma rota paralela a uma distância suficiente para ir importunando aquelas, quer através do envio de chuvas sucessivas de setas quer através da incursão de tropas turcas provocadoras de escaramuças, tal como tinha sido antecipado por Ricardo. O aproveitamento de qualquer vantagem proveniente do terreno rochoso era exaustivo. O primeiro ataque dá-se logo à saída de Acre, com pouco menos de 10 km percorridos, antes da actual cidade de Haifa, onde se encontra o Monte Carmelo. Malik al-Adil lançou sobre a coluna um poderoso assalto, a custo rechaçado devido à pronta e heróica defesa de Jacques de Averno e de Hugo de Tiberíades, que protegiam a retaguarda, mas também de Guilherme de Barres¹²². O heroísmo deste último valer-lhe-ia a reconciliação com Ricardo, com o qual tinha pelejado na Sicília¹²³.

Após esta experiência, os comandantes assumem uma nova disposição das tropas, baseada num encurtar de linhas dos seus homens, ao mesmo tempo que os mais experientes se colocavam à retaguarda, nomeadamente hospitalários e também templários. Os historiadores árabes e os cronistas latinos contam-nos o que se passava nessa altura: “A infantaria formava como que um cordão à volta do exército, os homens estavam vestidos de camisas de feltro (*kabur*) e de cotas de malha tão apertadas que as flechas não entravam. Armados de fortes bestas (*zanbûurak*) eles feriam os nossos cavaleiros”¹²⁴; ou, mais adiante: “Vi vários de entre

os francos com dez flechas cravadas nas cotas e avançando desta forma sem que se importassem... considere-se a integridade destas gentes, suportando trabalhos esgotantes sem receber pagamentos ou (outros) ganhos materiais¹²⁵; ou ainda: “A luta não parava entre os dois exércitos, mas era em vão que os muçulmanos crivavam de flechas os flancos do inimigo e o provocavam para o combate: ele permanecia impassível e perseguia o seu caminho por esta ordem, num andamento moderado¹²⁶... Uma fonte cristã acrescenta: “Ao centro do seu exército, via-se um carro transportando uma torre alta como um grande minarete, sobre a qual se encontrava plantado o seu estandarte¹²⁷. E Ambroise completa: “Os turcos, as gentes dos diabos, enraiveciam-se. Eles chamavam-nos as gentes de ferro, porque nós tínhamos armaduras que davam confiança às nossas gentes, de tal forma que tínhamos menos os seus ataques¹²⁸. Se a superioridade dos francos residia nas suas armaduras, disciplina, organização e solidariedade, os muçulmanos contrapunham-lhe a mobilidade, como refere o mesmo autor: “Os turcos atirando ao arco... vinham a toda a brida abater-se sobre as hostes envolvendo-as, montados sobre cavalos velozes como o raio, levantando nuvens de poeira...”¹²⁹; e “os sarracenos hediondos e mais negros que a fuligem, gentes extremamente ágeis e velozes, indo a pé, levando arcos e ligeiros escudos, atormentavam as nossas hostes sem lhes dar um momento de repouso¹³⁰.

Mas os primeiros haveriam de triunfar sobre os segundos nesta fase, como nos diz Ibn Shaddad: “Em vão... o nosso exército envolvia os francos crivando-os de flechas. Logo que uma das suas divisões enfraquecia, a divisão seguinte vinha em seu socorro e eles protegiam-se assim, mutuamente, cercados pela frente, por detrás e pelo flanco esquerdo... Apesar dos gritos “não há Deus senão Deus!”, que reverberavam de todos os lados, os francos guardavam uma solidez perfeita nas posições em que marchavam, sem manifestar qualquer problema, e a infantaria respondia às nossas cargas incessantes ferindo a nossa cavalaria a golpes de besta e de flecha¹³¹. Vejamos, passo a passo, dia a dia, o que se passou até chegarem a Arsuf.

Admite-se que, a 24 de Agosto, uma parte das tropas de Saladino terá ido abastecer-se e pernoitar em Caymont, a cerca de 20 km de Haifa (Caifa) onde terão chegado as tropas cristãs vinte e quatro horas depois, isto é, a 25 de Agosto, após terem passado o Wadi Qata' ou Nahr al-Muqatta (Kishon) junto à sua foz. Saladino anteciparia que Cesareia era um local indicado para desferir o seu ataque. Nesse mesmo dia, al-Afdal aproxima-se de Haifa com o intuito de se aperceber do estado psíquico e físico em que se encontrariam as hostes “infiéis”, concluindo poder ser um bom momento para as atacarem, devido ao facto de se encontrarem dispersas no terreno. Havia, efectivamente, três divisões separadas no terreno, mas as tropas muçulmanas já avançavam para Caymont, gorando-se a hipótese. A 26 de Agosto, Saladino

envia a sua coluna de marcha para perto de Merle, ao mesmo tempo que as tropas de al-Adil, constituídas fundamentalmente por corpos egípcios, se dirigem para o chamado Vale de Ferro, a caminho de Cesareia.

Após este repouso de quarenta e oito horas, os francos partem a 27 de Agosto em direcção a Cesareia, devendo passar antes por Cafarnaum (onde se encontrava a fortaleza destruída por Saladino, apelidada de “Ruína”¹³²), onde acampam a 28 de Agosto, e ainda por Melre. Diz-nos David Nicolle que, por essa altura, as tropas muçulmanas procuravam usar a tática de separar as três divisões cristãs, mas sem sucesso face à lentidão e à forma compacta como se moviam. Nesse sentido, Saladino manda a sua coluna de apoio regressar a Caymont. Curiosamente, eram os cristãos que melhor se abasteciam devido à frota que os acompanhava, embora nesse dia ela se encontrasse atrasada, provavelmente devido a correntes apanhadas em Haifa. Talvez por isso, também, tenham permanecido em Merle por mais um dia (29 de Agosto). À necessidade de se movimentarem lentamente face ao meio envolvente – calor e rios para atravessar – e à falta de abastecimento, poderão ter optado por atrasar a chegada a Cesareia. Por esta altura, já com os hospitalários e alguns templários à retaguarda, com o intuito de a reforçarem por se ter concluído que o duque de Borgonha sozinho não resistiria aos embates com os turcos, já tinham repellido e contra-atacado, com Ricardo à cabeça.

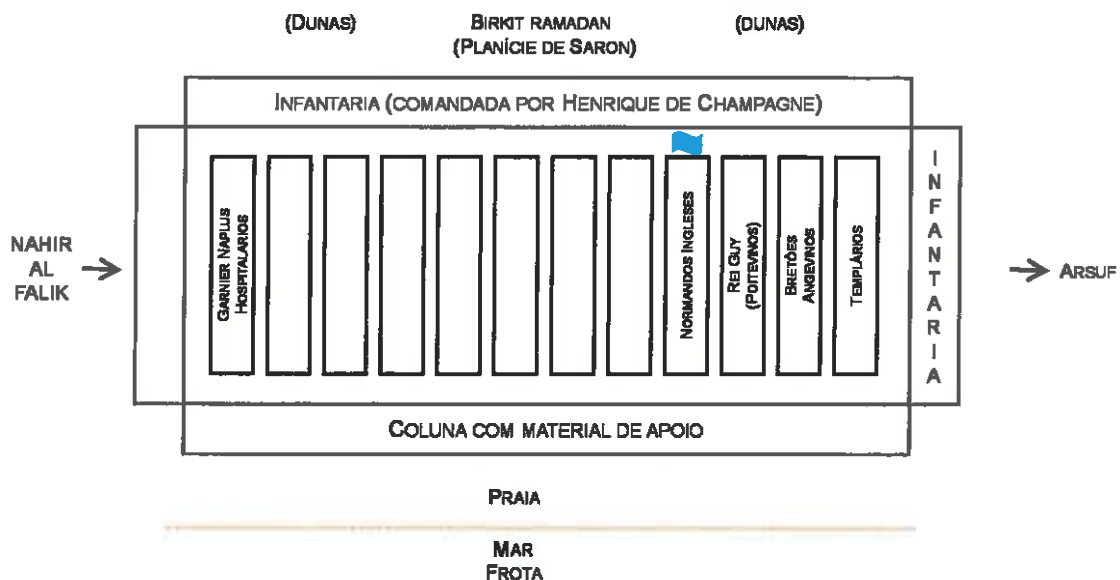
A 30 de Agosto, é retomada a marcha para Cesareia, que, de acordo com o *Itinerarium*¹³³ e com Ambroise¹³⁴, foi muito dura. Devido ao calor, muitos morreram e o próprio Ricardo intercedeu para que os mais enfermos fossem levados para os barcos da frota que os acompanhava. Tendo passado a foz do rio Zarka, ou Rio dos Crocodilos – onde pernoitaram de 30 para 31 e onde pereceram dois peregrinos cristãos, de acordo com Ambroise – chegam a uma Cesareia destruída. Por esta altura, começava a estar claro para Ricardo que Saladino adoptara aquilo a que hoje se chama política de terra queimada, isto é, decidira destruir os locais onde, habitualmente, as tropas cristãs aquartelavam ou se abasteciam. Provavelmente a 1 de Setembro, o exército cruzado encontrava-se acampado perto do Wadi al-Maffir, um rio a sul de Cesareia, não havendo nota de ataques. No dia seguinte, é retomada a marcha e, debaixo de fortes ataques, os cruzados eliminam Ayaz al-Tawil, um mameluco por quem Saladino tinha bastante consideração, devido ao seu valor guerreiro; o próprio Ricardo é ferido ao de leve; estes ataques são relatados por Ibn Shaddad¹³⁵ e por Ambroise.¹³⁶ Pernoitando perto de Wadi al-Qasab, recebem, a 3 e 4 de Setembro, abastecimentos provenientes da frota que os continuava a acompanhar. Ricardo encabeçava as suas tropas, ao mesmo tempo que Saladino avançava para a floresta que envolvia Arsuf.

A 5 de Setembro, os cruzados progredem conjuntamente com a frota mais 14 km para sul, atingindo o Wadi al-Falik. Nesse dia, por interesse mútuo, os dois adversários falam entre si através de al-Adil (irmão de Saladino), tendo-se concluído não haver outra saída a não ser o confronto. As horas de espera que al-Adil pede para obter uma resposta mais não são do que um expediente para ganhar tempo, uma vez que os muçulmanos aguardavam por reforços. A 6 de Setembro, os cruzados e a sua frota mantinham-se no mesmo local, assim como Saladino, que dedicou o dia a organizar as suas tropas – reenvia a componente logística da sua coluna para Majdal Yaba (provavelmente) – e a encomendar preces a *Allah*, antecipando o que se tornara inevitável: a batalha de Arsuf.

f) A BATALHA DE ARSUF

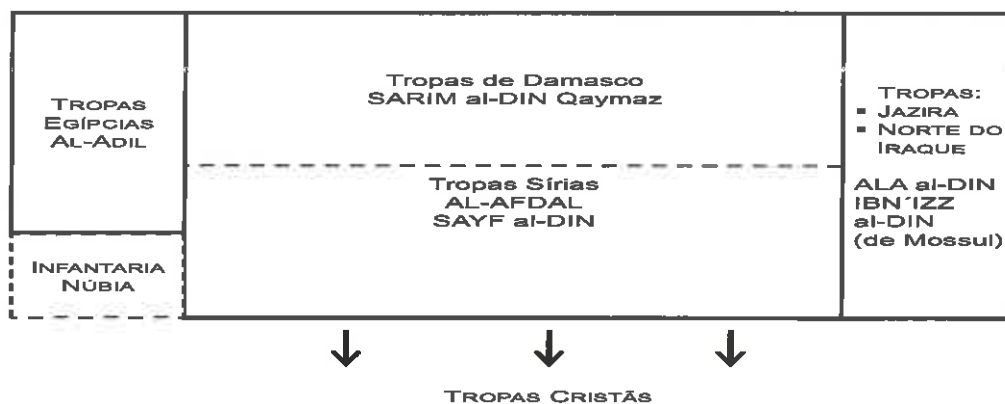
Considerada por historiadores como a mais importante de toda a Terceira Cruzada, a batalha de Arsuf deu-se ao longo do dia 7 de Setembro (sábado, véspera do nascimento da Santíssima Virgem Maria) do ano de 1191, encontrando-se descrita, do lado cristão, por Ambroise¹³⁷, que a terá presenciado, pelo autor anónimo do *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*¹³⁸, pelo próprio Ricardo, numa carta dirigida ao abade de Claraval e referida por Roger of Howden¹³⁹ (mas em menor detalhe) e, do lado muçulmano, por Ibn Shaddad¹⁴⁰, o biógrafo do sultão que acompanhou as tropas de Saladino nesse dia.

Numa típica manhã escura e abafada de Verão, a coluna cristã, saída do seu acampamento na margem esquerda do Wadi al-Falik, a coberto de um pântano na orla da floresta de Arsuf, iniciou a sua marcha, partindo de uma zona a sul de Nahr al-Falik (cf. mapa 12 e esquema 3). Face às obras citadas e ao número de forças envolvidas, é natural que, nessa manhã, as tropas cristãs se estendessem por uma distância razoável, embora de uma forma compacta (uma maçã que fosse atirada não poderia cair se não em cima de um homem ou de um cavalo, de acordo com Ambroise¹⁴¹). O mesmo autor¹⁴² diz-nos que as tropas se encontravam divididas em 12 batalhões, por sua vez agrupados em 5 blocos, com os infantes cobrindo a frente e os flancos e a cavalaria ao meio, assim distribuída:



- O Templo à frente e o Hospital atrás. Após o Templo, os Bretões e os Angevinos. Logo depois, os Poitevinos comandados pelo rei Guy. A seguir, os Normandos e os Ingleses. Conjuntamente com os Hospitalários, e no meio das suas tropas, encontravam-se vários barões com as suas bandeiras, nomeadamente, o conde de Leicester, Hugo de Gournai, Guilherme de Borriz, Gauquelin de Ferrières, Roger de Toéni, Robert de Dreux, Jacques de Avenes, o senhor de Garlande, Guilherme e Droon de Mello, para além de Ricardo e do duque de Borgonha. Henrique de Champagne comandava as suas tropas na ala esquerda.

Por seu turno, de acordo com Ibn Shaddad¹⁴³, quando a coluna cristã se pôs em marcha, as forças muçulmanas deslocaram-se para a orla da floresta, prontas para batalhar. Embora Ambroise diga que os “infieis” eram comandados por Taqi al-Din, talvez por haver confundido a cor (amarela) e o brasão da sua bandeira, dificilmente este terá participado na contenda. Embora não haja qualquer descrição sobre o dispositivo muçulmano, David Nicolle¹⁴⁴, admite que este poderia ter a seguinte configuração:



Saladino teria ainda tropas na zona fortificada de Arsuf, entretanto abandonada. Por volta das 9 horas da manhã, os cristãos encontrar-se-iam perto dos chamados jardins de Arsuf, uma zona vizinha e arborizada. Podemos especular que Saladino terá pensado, de acordo com as táticas da altura, em dividir ao meio o exército cristão. Como? Optando pelo “toca e foge” – envio de cavalaria ligeira que ataca à distância, através de sucessivas chuvas de setas –, próprio de quem fustiga o adversário lateralmente, ao mesmo tempo que o atacava pela retaguarda. Com isso, esperava que a frente procurasse acelerar o passo, enquanto a retaguarda pararia para se defender, cavando-se assim um fosso entre as duas partes. Mas, se esta forma de combater surtira efeito em Hattin, agora esteve longe de resultar. Isso mesmo nos é contado pela pena de Ibn Shaddad: “Eles enviaram à frente um corpo escolhido de escaramuçadores de cada divisão. O inimigo marchou até às proximidades dos bosques e plantações de Arsuf. Os escaramuçadores lançaram as suas flechas contra eles e, em seguida, as divisões pressionaram-nos em todas as direcções. O sultão ordenou-lhes que se envolvessem de perto, mas manteve alguns na reserva... Entre o inimigo, havia mortos e feridos, pelo que acelerou a marcha na esperança de chegar ao local onde iriam acampar. A sua situação tornou-se séria e o cerco apertou-se em volta deles, enquanto o sultão se movia entre a esquerda e a direita, exortando os homens à *jihad*. Várias vezes me deparei com ele, quando foi assistido por dois pagãos com duas montadas de reserva, e isso foi tudo. Encontrei o seu irmão num estado semelhante, enquanto as setas voavam sobre ambos”¹⁴⁵.

Do lado cristão, o mesmo movimento é assim descrito no *Itinerarium*: “Com o aproximar da terceira hora [c. 9 h], uma enorme multidão de turcos – à volta de 10 mil deles – carregou sobre os nossos num galope rápido! No meio de gritos ininteligíveis, lançaram dardos e flechas, dispararam violentamente, fazendo um barulho terrível. Após estes, correu uma raça demoníaca, de cor muito preta, que por esta razão tem um nome apropriado; porque são pretos (*nigri*) chamam-lhes negros. Também havia os sarracenos que viajavam no deserto, popularmente chamados de beduínos; os soldados de infantaria mais temíveis e mais escuros do que fuligem, carregando arcos, coldres e escudos redondos. Eles são um povo muito enérgico e ágil. Ameaçavam constantemente o nosso exército, sem ceder. Além destes, deviam ter visto as fileiras cerradas de turcos que se aproximavam por todos os lados em campo aberto. Eles estavam bem engalanados, com tantos emblemas nas suas lanças, tantos estandartes, tantas bandeiras com vários detalhes, tantas linhas devidamente divididas em tropas e as tropas dispostas em companhias, que pareciam, assim à primeira vista, mais de 20 mil turcos armados aproximando-se organizadamente... Alguns deles foram incumbidos de ir à frente dos emires, fazendo soar trombetas e clarins; outros tinham chifres, outros flautas,

pandeiros, chocalhos ou címbalos, outros tinham outros instrumentos para fazer barulho. Eles foram escolhidos unicamente para gritar e fazer um barulho horrível”¹⁴⁶.

Com esta pressão, é natural que quase tivesse acontecido o que Saladino perspectivara; mas nem sempre o que se planeia acontece. Seriam, aproximadamente, 11 horas da manhã quando, cansado de aguentar estoicamente, o Grão-Mestre dos Hospitalários envia mensagens a Ricardo. Ambroise conta-nos que terá mesmo chegado à fala directa com ele, dizendo-lhe que não era possível resistir mais: “Senhor, isto vai-nos causar muito mal e muita vergonha: perdemos todos os nossos cavalos. O rei disse-lhe: - Paciência, mestre. Nós não podemos estar em toda a parte”¹⁴⁷. Ricardo estaria a preparar-se para contra-atacar, isso parece certo, uma vez que Ambroise nos diz ter sido acordado que, “antes de passarem à carga, colocaríamos em três lugares seis trombetas, que soariam no momento em que nos deveríamos voltar para os turcos, duas na frente e duas atrás e duas no meio. Se o tivéssemos feito assim, os turcos não teriam escapado”¹⁴⁸. Mas era impossível aguentar mais, e um conjunto de barões contra-atacou pela primeira vez. O Marechal dos Hospitalários e Baudouin le Caron, um companheiro inglês de Ricardo, terão sido dois de entre eles. Ao som de gritos louvando São Jorge, perseguiram os Turcos. Como que impulsionados por esta reacção, foram seguidos por outros senhores. Ricardo, apercebendo-se que o óptimo é inimigo do bom, seguiu-os: “O valente rei da Inglaterra perseguiu-os. Ele fez, neste dia, tais proezas que, em torno dele, dos dois lados, à frente e atrás, havia um grande espaço repleto de sarracenos mortos, e de que os outros se afastavam, e a fila dos mortos ocupava perto de meia milha”¹⁴⁹.

O próprio Ricardo dá nota do que se passou, numa missiva endereçada ao abade de Claraval: “Quando a nossa vanguarda, que estava muito à frente, montava o acampamento perto de Arsuf, Saladino, no comando dos seus sarracenos, lançou uma carga violenta contra a nossa retaguarda. Graças à divina Misericórdia, foi posto em fuga pela acção de apenas quatro esquadrões, que o atacaram pela frente e o perseguiram cerca de uma légua”¹⁵⁰.

É razoável admitir, face a estas descrições, que o ataque dos turcos tenha provocado um movimento, por parte da infantaria, que consistiu na passagem de alguns soldados da esquerda para a direita dos batalhões, contornando para o efeito a retaguarda dos cavaleiros hospitalários, ao mesmo tempo que a coluna da logística terá avançado para Arsuf. Os turcos que, eventualmente, se encontravam já a atacar o flanco direito da retaguarda dos cruzados, foram golpeados pelo batalhão do *earl* de Leicester – infantaria e arqueiros muçulmanos –, empurrados primeiro para o mar e, depois, obrigados a retirar em debandada para a floresta (cf. mapa 13). Durante este primeiro contra-ataque, é verosímil que os cavaleiros normandos e os ingleses, que guardavam o estandarte do rei, não tivessem tomado parte na carga.

Ibn Shaddad, nas páginas já citadas da *Rara e excelente história de Saladino*, parece confirmar o que se passou. Diz-nos ele que a situação dos cristãos ia piorando e que os muçulmanos acreditavam estar próximos da vitória: “Em seguida, a sua cavalaria reuniu-se e, juntos, chegaram a acordo sobre fazerem a carga, uma vez que temiam pelas suas gentes e pensavam que apenas uma carga poderia salvá-los. Vi-os agrupados no meio dos soldados de infantaria. Eles pegaram nas suas lanças e carregaram como se fossem um só homem. A infantaria abriu brechas para eles e eles carregaram como um todo ao longo de toda a linha”. Uma parte das tropas de Saladino confrontava-se com o flanco esquerdo dos cruzados. Por toda a parte, muitos cavaleiros desmontaram para confrontar os cruzados. Como resultado, foram severamente castigados pela súbita carga da cavalaria “infiel”, daí resultando uma retirada precipitada. Abu Shama, citado por Nicolle, e Ibn Shaddad confirmam, respectivamente, o acabado de afirmar: “Os francos carregaram furiosamente em massa, derrubando e fazendo voar as tropas que estavam à sua frente”¹⁵¹; e “um grupo carregou à nossa direita, outro à nossa esquerda e o terceiro ao centro. Os nossos homens cederam diante deles. Aconteceu que eu estava no centro, o qual sofreu com o grosso da luta. A minha intenção era entrar para a ala esquerda, já que era a que estava mais perto de mim. Cheguei lá depois de ela ter sido quebrada completamente, então pensei em juntar-me à direita, mas depois vi que ela tinha sido destruída calamitosamente, mais do que tudo o resto. Decidi então juntar-me à guarda do sultão, que estava de reserva para apoiar todos os outros, como era costume. Fui para lá, mas o sultão tinha ficado com não mais de 17 combatentes, tendo enviado o resto para a batalha, mas os estandartes ainda esvoaçavam ao vento e o tambor rufava sem interrupção. Quando o sultão viu este revés que se abatera sobre os muçulmanos, voltou para a sua guarda e encontrou lá este número escasso. Ele permaneceu entre eles, enquanto os homens fugiam por todos os lados, mas ele continuava a comandar os bateristas, fazendo-os rufar os tambores sem parar. Ele mandou-me reunir todos aqueles que viu a fugir. No entanto, os muçulmanos estavam, na verdade, completamente derrotados”¹⁵².

Sabemos, também, que nos locais onde as tropas muçulmanas acampavam se estabeleciam os típicos “bazares militares”, constituídos por comerciantes que vendiam e trocavam alguns produtos com a soldadesca. Essas referências são-nos dadas, quer por Ibn al-Athir, quer por Abu'l-Fida – membro da dinastia aiúbida no séc. XIV – ambos citados por Nicolle¹⁵³, quando se diz que as tropas cruzadas entraram pelo acampamento dos comerciantes eliminando-os.

Não se sabe até onde se estendeu a carga dos cruzados, mas, como é dito no *Itinerarium*¹⁵⁴, havia tanta poeira no ar que se tornava perigoso combater, dado não ser possível distinguir as tropas amigas das inimigas. Temiam, porventura, ser emboscados na floresta (de acordo com

Ambroise, v. 647-648, “se não os tivéssemos parado, teria havido ali um desastre”) e terão regressado à praia. Mas, a realidade era outra. A fazer fé em Ibn al-Athir, se os francos tivessem acreditado nas suas possibilidades, talvez tivessem feito tombar definitivamente para o seu lado o desfecho da batalha: “Se [eles] tivessem percebido que se tratava de uma verdadeira derrota, teriam prosseguido em frente, o colapso teria continuado e os muçulmanos teriam sido abatidos. Mas havia nas imediações uma floresta muito densa, na qual eles entraram. Os francos, imaginando que se tratava de um ardil de guerra, retiraram, e a angústia em que os muçulmanos se encontravam terminou”¹⁵⁵.

Entretanto, as tropas de Saladino, aproveitando o facto de os cruzados se encontrarem numa fase de reagrupamento com o objectivo de se reorganizarem, reergueram-se, prontas para voltarem a atacar. Embora os cristãos insistam em que o ataque fora comandado por Taqi al-Din, é mais provável que o tenha sido por al-Adil, ou mesmo por este e por Qaymaz al-Najmi, a quem Abu Shama e ‘Imad al-Din se referem muito, e de forma favorável, assim como o *Itinerarium*.

Então, “sem demora, mais de 20 mil deles partiram em perseguição e correram para baixo em direcção à sua retaguarda, brandindo maças muito pesadas nas suas mãos, a fim de libertarem aqueles a quem o nosso povo tinha deitado abaixo. Então, teriam visto o nosso povo a ser horrivelmente esmagado! Eles também atiraram dardos e flechas, à medida que eles iam fugindo”¹⁵⁶.

Por essa altura, a cavalaria cruzada já se encontrava de novo pronta (cf. esquema 3) para atacar e Ricardo, acompanhado de Guilherme de Barres, carrega naquele que se convencionou chamar de “segundo contra-ataque”. É nesse momento que Jacques de Avenes perde a vida; Ricardo, na referida carta ao abade de Claraval, confirma-o: “E quanto a nós, pudemos dar graças a Deus por não termos tido nenhuma baixa de monta naquele dia, com excepção do valente Jacques de Avenes”¹⁵⁷. Ambroise descreve este segundo contra-ataque: “O valente Guilherme de Barres fez uma carga que todos elogiaram. Ele lançou-se com os seus contra os inimigos que os pressionavam, e feriu-os tão violentamente que derrubou não sei quantos turcos, que nunca mais fizeram guerra contra nós. Do lado da montanha, Ricardo, o rei de Inglaterra, com os seus corajosos companheiros, montado no seu Fauvel de Chipre, o melhor cavalo que se possa imaginar, carregou por seu lado contra o inimigo, e fez tamanhas proezas que era uma maravilha de ver como ele e os seus atacavam os turcos”¹⁵⁸.

Mais uma vez, os cristãos terão chegado à orla da floresta, pois Ibn Shaddad e Ibn al-Athir assim o dizem. Nessa orla, Saladino manteve-se firme, rodeado pelas suas tropas, e os cristãos, não querendo continuar a peleja, regressam ao acampamento de Arsuf, de acordo

com Ambroise: “Eles empurraram-nos e detiveram-nos tão bem que as nossas gentes se juntaram à bandeira e se recompuseram ordenadamente. Eles retomaram o seu caminho e desceram até Arsuf, onde armaram as suas tendas, pois já era tempo para descansar”¹⁵⁹.

A partir desta fase, as informações recolhidas das fontes primárias já não são tão precisas. O *Itinerarium* fala-nos de um novo ataque perpetrado por Saladino, aproveitando o *nuzul*, o qual foi novamente repellido por Ricardo (o terceiro contra-ataque, de acordo com os historiadores), que persegue os adversários até ao planalto. Com isso, encontrava-se encerrada a batalha de Arsuf (cf. mapa 14). Do rescaldo da mesma, é-nos dito por Ricardo: “Naquele dia, que era sábado, véspera da Natividade da Santíssima Virgem Maria, Saladino perdeu num só dia mais nobres sarracenos do seu exército do que os que havia perdido nos 40 anos precedentes”¹⁶⁰. Ambroise, procurando quantificar as perdas para ambos os lados, diz-nos terem morrido 32 emires e 700 turcos do lado muçulmano e menos de um décimo deste número entre os cristãos¹⁶¹. Já do lado muçulmano, Ibn Shaddad afirma que houve perdas elevadas para ambos os lados e que houve uma boa prestação por parte de alguns emires¹⁶². Por fim, Ibn Shaddad escreve sobre o bom desempenho de alguns emires, nomeadamente, al-Adil, Qaymaz al-Najmi e al-Afdal: “Naquele dia, muitos soldados foram mortos e de ambos os lados houve muitos feridos. Entre aqueles que permaneceram firmes, estavam al-Adil, Tawashi Qaymaz al-Najmi e al-Afdal, o filho do sultão, que ficou abalado com o dia. Um furúnculo que tinha no rosto rebentou e muito sangue fluiu pelo seu rosto, mas ele estava firme e confiante de que o futuro o recompensaria por tudo isso. As tropas de Mossul, com o seu comandante Ala al-Din, mantiveram-se firmes neste dia e o sultão agradeceu-lhes por isso. Os nossos homens foram interrogados um após outro, e muitos combatentes encontraram o martírio na morte, de entre os quais estava o notável emir de Hunt, Musak, homem valente e bem conhecido, Qaymaz al'Adili e Buzghush, ambos homens bravos”¹⁶³.

Na madrugada de 7 para 8 de setembro, as tropas de ambos os lados dirigiram-se ao campo de batalha, procurando inteirar-se dos seus companheiros mortos em combate. Lado a lado, fizeram-no sem que tenham sido reportadas quaisquer quezílias. É-nos dito, adicionalmente e de forma dramática por Ambroise, que fora recuperado nessa mesma noite o corpo de Jacques de Avenes, com a cara embebida em sangue e que, pelo número de muçulmanos mortos que o rodeavam, antecipava ter o mesmo vendido cara a derrota. Já no dia 8, os exércitos cruzaram-se a uma curta distância, não tendo havido reacções de parte a parte. Definitivamente, para Saladino, Arsuf ficara para trás, e com um travo amargo a derrota, uma vez que não tinha conseguido vencer os seus adversários, ao contrário do que sucedera em Hattin. Ricardo e os seus viraram também a página sobre o combate de Arsuf, depois de lá

terem pernoitado mais uma vez; entre eles, perpassaria a sensação de que talvez tivessem podido vencer e aniquilar o seu inimigo com feridas bem mais profundas do que as infligidas, impossibilitando-o de reagir nos tempos mais próximos.

g) ACORDO POR JERUSALÉM

Treze meses exactos vão distar entre a partida dos cruzados de Arsuf, a 9 de Setembro de 1191, e o embarque de regresso à Europa de Ricardo, a 9 de Outubro de 1192. Durante estes treze meses, haverá de tudo um pouco. Desde a tentativa de ambas as partes em ganhar superioridade sobre a outra, até um acordo de paz assinado entre os dois grandes senhores da guerra, passando por questões internas comuns às forças antagonistas. Vejamo-las, telegraficamente, seguindo as fontes primárias usadas no ponto anterior, embora sem citações.

Após a saída de Arsuf, o irmão do rei de Jerusalém, Godofredo de Lusignan, dirige-se por mar a Ascalon, trazendo no seu regresso a notícia de que a cidade se encontrava demolida¹⁶⁴. Apercebendo-se de que Saladino continuava com a política da “terra queimada” – a destruição ocorrera em 12 de Setembro¹⁶⁵, na sequência de altos comandos muçulmanos terem percebido que não dispunham de tropas suficientes para assegurarem a defesa simultânea de Ascalon e de Jerusalém, optando por esta – Ricardo procura um acordo junto do irmão do sultão, al-Adil (que se mantivera em Ramla, enquadrando as obras de reconstrução de um novo e importante centro militar que lhes servisse de base), enviando-lhe Humphrey de Toron com as condições para a celebração do mesmo¹⁶⁶. Estava-se a 18 de Outubro e os sarracenos responderam negativamente. Enquanto isso, Saladino dirigiu-se a Ramla a 25 de Setembro, dando ordens para destruir o castelo e a igreja¹⁶⁷; de seguida, reforçou as defesas da cidade santa, movimentou as suas tropas para Latrun e estabeleceu uma base nos arredores de Ascalon. Por seu lado, Ricardo, depois de assegurar Jafa, reconstruía o castelo de Casal Moyen e avançava pela linha estratégica que ligava aquele a Jerusalém¹⁶⁸ obtendo uma vitória militar contra os turcos a nordeste de Yazur, com a ajuda dos templários (6 de Novembro).¹⁶⁹

Já em 5 de Novembro, Conrad de Monferrad, mostrando o seu desalinhamento para com Ricardo, busca um entendimento com o líder muçulmano, enviando, através de Reinaldo de Sídon, seu embaixador, a proposta de ficar com todo o território da Palestina entre o mar e o rio Jordão, para além de exigir a entrega da Vera Cruz¹⁷⁰. A 11 de Novembro, uma assembleia presidida por Saladino, vota contra qualquer acordo¹⁷¹. Nessa altura, dá-se aquela que é considerada a proposta mais romanesca da era das Cruzadas: Ricardo propõe o casamento da rainha Joana da Sicília com al-Adil, procurando dessa forma (ecuménica) obter um acordo que permitisse a cristãos e a muçulmanos governarem a Terra Santa, eliminando assim o

conflito entre as partes. Quando parecia que tudo se encaminhava no sentido pretendido, Joana recusa e faz abortar o projecto¹⁷².

Então, Ricardo marcha sobre Ramla (22 de Novembro) e sobre Lydda (25 de Dezembro), e avança depois para Bayt Nuba (3 de Janeiro de 1192). Enquanto isso, Saladino dispersa o seu exército, vê o seu admirado sobrinho Taqi al-Din morrer na sequência de um ataque não autorizado contra o governador de Khilat (aumentando o mau estar com o Califa de Bagdade), concentra o seu poder em Jerusalém (12 de Dezembro de 1191) e ataca alguns postos avançados cruzados entre 29 de Dezembro e 3 de Janeiro, aproveitando os reforços provenientes do Egipto (a 12 desse mês) que tinham acampado nos arredores da cidade triplamente santa.

Quando se pensava que Ricardo avançaria em direcção a Jerusalém, pois encontrava-se apenas a 20 km desta e as suas gentes animavam-se com o sonho¹⁷³, dá ordens para retroceder (8 de Janeiro). Esta decisão, apadrinhada pelos mestres do Templo e do Hospital e contrária à dos falcões franceses liderados por Hugo de Borgonha, é reafirmada a 20 de Janeiro, tendo por trás um racional suportado pelos seguintes factores: i) temer-se que os reforços muçulmanos atacassem as tropas cristãs pela retaguarda numa altura em que, face à destruição dos castelos, se tornava difícil ter condições para a defesa das praças-fortes; ii) procurar-se consolidar posições junto à costa, para com isso se cortar a capacidade de envolvimento do inimigo, ao mesmo tempo que se assegurava o apoio de eventuais reforços vindos por mar¹⁷⁴.

Não decorrera mais de um mês e Ricardo vê-se obrigado a regressar a Acre para pôr cobro a uma luta intestina que grassava naquela zona, envolvendo pisanos e genoveses¹⁷⁵. Por essa altura, face aos problemas com que se debatia em Chipre, resolve vender a ilha aos seus aliados templários. Desse modo, ultrapassaria também algumas dificuldades financeiras. Com o intuito de não o perder de vista, Saladino instruiu al-Afdal no sentido de se movimentar para a Síria. A 1 de Março, um novo raide muçulmano dá razão a Ricardo ao não ter avançado sobre Jerusalém sem acautelar a faixa costeira. Efectivamente, Faris al-Din Maimun invade Yubna e Jafa, com o fim de não permitir que os cruzados estendam o seu poder para sul, como pretendiam. Ainda assim, a 20 de Março, al-Adil vai a Baisan encontrar-se com emissários de Ricardo, com o objectivo de se voltar a equacionar a paz¹⁷⁶.

No início de Abril, face às sistemáticas querelas entre partidários de um e de outro, Ricardo, através de um plebiscito, coloca à consideração das nobres gentes qual, entre Guy e Conrad, deveria ser o rei de Jerusalém. A resposta é muito clara: Guy deveria dar o seu lugar a Conrad de Monferrad¹⁷⁷. Mais tarde, Ricardo ofereceria a Guy o governo de Chipre, não sendo claro qual a relação imediata e futura entre este e os templários¹⁷⁸. Aproveitando-se da

situação, Saladino manda Izz al-Din atacar os cruzados nos arredores de Ascalon. A 28 de Abril¹⁷⁹ Conrad de Montferrad é assassinado em Tiro, provavelmente por dois elementos da seita dos Assassinos comandada pelo velho da montanha¹⁸⁰. Henrique de Champagne sucede-lhe casando-se com Isabel, viúva de Conrad e meia-irmã de Balduíno IV, como forma de legitimar a sua ascensão a rei de Jerusalém. A morte daquele falcão será sempre suspeita, devido às suas ligações aos capetíngios, e Ricardo não sairá incólume. Quase em simultâneo, e como “um mal nunca vem só”, novas complicações surgem no campo cristão, desta vez provenientes da Europa e veiculadas pelo Prior de Hereford: João “Sem Terra” usurpara o poder a Ricardo, proclamando-se rei de Inglaterra¹⁸¹. A partir desse dia, não mais a cabeça do guerreiro cruzado voltou a ser a mesma. De repente, a Inglaterra ficava longe de mais e urgia tratar dela, obscurecendo aos seus olhos a importância da Palestina.

Mas não era só do lado cruzado que havia problemas. Saladino debatia-se com as já antigas questões de Jazira, situada a norte do Eufrates. Tendo chegado aos cristãos rumores das dificuldades do seu adversário, procuram capitalizá-las¹⁸². Ricardo fá-lo quando toma conhecimento de que al-Adil partira em demanda daquelas paragens, e, a 23 de Maio, desencadeia um ataque fulminante à cidade costeira de Darum¹⁸³ junto à fronteira do Egipto. O castelo é entregue a Henrique de Champagne enquanto rei de Jerusalém¹⁸⁴. As negociações tinham sido novamente quebradas e o mês de Maio encerra-se com a chegada de novos reforços a Jerusalém, desta vez turcomanos. Durante o mês de Junho, novas acções ocorrem. Da parte de Ricardo, assiste-se ao ataque e captura de uma caravana egípcia de grande dimensão, carregada de abastecimentos, que é prontamente desviada do seu destino, Khuwailifa (manhã de 23)¹⁸⁵. A 4 e 5 de Julho, os cruzados retiram-se de Ramla e, quatro dias depois, o líder cruzado solicita ao adversário novas negociações¹⁸⁶, ao mesmo tempo que regressa a Acre, talvez planeando atacar Beirute. Saladino, que voltara a atacar Jafa (28-31 de Julho)¹⁸⁷, aproveitando esse afastamento, vê Ricardo regressar no último dia do mês/princípio de Agosto, inesperadamente, a estas paragens obrigando as forças muçulmanas a recuarem¹⁸⁸.

A 3 de Agosto, mercê do avanço das forças cristãs de Acre para Cesareia, os altos comandos muçulmanos começaram a temer que os seus inimigos estivessem a preparar um cerco a Jerusalém, à semelhança do que haviam feito um ano atrás. Procurando reagir, o sultão vai ao seu encontro com o objectivo de lhes barrar a passagem para sul, mas não é bem sucedido. É ensaiado um novo ataque (o terceiro contra Jafa) na noite de 4 para 5 de Agosto, mas sem resultados positivos¹⁸⁹. Embora Saladino soubesse que Ricardo estava presente, adivinhava que as forças em presença lhe seriam muito favoráveis, quer em número quer na qualidade, independentemente de se tratar de infantaria, de cavalaria, de arqueiros ou de

besteiros. Porém, contrariamente ao que pensava, cada ataque era rechaçado pelos arqueiros e pares de besteiros – armadores e lançadores – que se encontravam atrás das linhas de infantaria, protegidas pelos seus escudos e, talvez, por uma barricada de madeira.

Esta clara vitória de Ricardo em Jafa foi a última entre os dois grandes senhores da guerra. Um dia depois, o sultão retira-se de Latrun, ao mesmo tempo que o contingente de Mossul, proveniente de Marj al-‘Uyum se lhe junta¹⁹⁰. Ainda em meados desse mês, viu engrossado o seu exército com outro contingente, proveniente do Egipto¹⁹¹. Sem sucesso e com os dois líderes exaustos e até doentes, assim como com ambas as forças enfraquecidas – os cruzados franceses, frustrados por considerarem que Ricardo não tinha sido suficientemente corajoso, e os muçulmanos aliviados face à humilhação de Jafa – forçaram-se negociações para uma ansiada paz. A 28 de Agosto, Saladino faz, por fim, uma contra-proposta, cujos termos são assinados a 1 e 2 de Setembro por Henrique de Champagne, Balien II d’Ibelin e Onfroi IV de Toron pelo lado cruzado e Malik al-Afdal e Malik al-Zahir, filhos de Saladino, e Malik al-Adil, seu irmão, pelo lado muçulmano¹⁹². Nesse acordo, ficava consignado que, durante três anos e três meses, os cristãos ficavam com a faixa costeira, desde o norte de Tiro até ao sul de Jafa, mas sem Ascalon, que permaneceria como terra de ninguém. Quanto ao eixo perpendicular à costa, constituído por Ramla-Lyddá e que levava directamente a Jerusalém, seria partilhado pelos fiéis da cruz e do quarto crescente. Acordou-se também que o principado de Antioquia-Tripoli permaneceria do lado cristão, e o domínio ismaelita de Jabel Nosairi do lado muçulmano. Quanto aos lugares santos, o tratado especificava que os cristãos poderiam visitar livremente Jerusalém, sem terem de pagar qualquer taxa ou outro direito aduaneiro. Sabemos também, pelas fontes primárias (Ambroise, *Itinerarium* e Ibn Shaddad¹⁹³), que as populações de um e de outro lado ficaram muito agradadas com os resultados alcançados, para além de se fazer referência à forma generosa como Saladino acolhia os peregrinos e os deixava aceder livremente aos locais mais sagrados da cristandade. Saladino abriu, inclusivamente, as rotas que conduziam à cidade sagrada de Meca, como prova do seu carácter.

O capítulo da Terceira Cruzada estava, assim, fechado. A 10 de Setembro, muitas das tropas regressaram a casa e, a 9 de Outubro, após Berenguela e Joana terem embarcado dias antes (29 de Setembro), Ricardo regressava à Europa com o nome do irmão no pensamento, mas pelos piores motivos¹⁹⁴. A partir deste momento, os dois grandes líderes entrariam no seu ocaso. Faremos um breveíssimo apontamento sobre o mesmo, seguindo as fontes primárias, como Raul de Coggeshall, Raul de Diceto, Roger of Howden e Guilherme de Newburgh, no que a “Coração de Leão” diz respeito, e Ibn Shaddad, no que se toca ao aiúbida¹⁹⁵.

CAPÍTULO 5

OCASO

a) RICARDO

I – CATIVEIRO

Como se acabou de referir, Ricardo deixa a Terra Santa a 9 de Outubro de 1192, meio ano antes do previsto (Páscoa de 1193) e debaixo de um coro de críticas por não se ter aventurado na conquista de Jerusalém e por, ao invés, ter preferido negociar com os “infiéis”. Não tantas mas quase, como as que receberia Frederico II, em 1229, quando, fazendo uso exclusivo da diplomacia, obteve maiores vantagens territoriais. Estas reacções expressam a mentalidade coeva, que privilegiava o esmagamento militar do inimigo da fé em detrimento do diálogo inter-religioso. Ironicamente, tendo morrido Saladino antes da Páscoa de 1193, talvez Ricardo tivesse conseguido as mesmas vantagens de Frederico, mas através de algumas vitórias militares, na medida em que o seu amigo al-Adil não tinha a genialidade guerreira do seu irmão, embora fosse um melhor diplomata. Só que a história não se compadece com “ses” e, mesmo que pensasse em regressar à Terra Santa após meter o seu irmão João na ordem, como é reproduzido (em formato de diálogo com Henrique de Champagne) pelo continuador de Guilherme de Tiro – “Disse ao conde que não se preocupasse em demolir Ascalon. Convém-me ir. Mas, se Deus me der vida, voltarei e trarei tanta gente que recuperarei Ascalon e todo o vosso reino, e serás coroado em Jerusalém”¹⁹⁶ –, a verdade é que a sua vida se alterará dramaticamente. O seu regresso à Europa será a causa disso.

Devido ao facto de ter contra si Henrique VI da Sicília, os muçulmanos em Gibraltar e Filipe Augusto no Vexin (conjuntamente com alguns barões da Aquitânia que se lhe tinham juntado), restava a Ricardo tentar aportar em Marselha. Para ajudar, as tempestades no Mediterrâneo, em Outubro, eram traiçoeiras, e foi exactamente por ser vítima de uma delas que o rei acabou por acostar numa zona sobre a qual os cronistas não se mostram de acordo. Procurando passar despercebido, tentou seguir um caminho terrestre atravessando Veneza, Áustria, Boémia e Morávia, para atingir a Saxónia de Henrique o “Leão” (casado com a sua irmã Matilde) e alcançar um porto de mar de onde chegasse a Inglaterra. Mas o plano correu pessimamente e, de desventura em desventura, Ricardo é feito prisioneiro por Leopoldo da Áustria, que tinha sido humilhado pelo rei inglês (aquando do cerco a Acre em 1191) e era, igualmente, sobrinho de Conrad de Montferrat. Leopoldo procurou retirar proveito da situação não só devido a uma mesquinha vontade de vingança, mas também por querer mostrar importância junto dos soberanos adversários de Ricardo. Estava-lhe reservada, porém, uma “reacção divina” por não ter deixado passar o rei pelo seu território (diríamos hoje, digna de

Ramsés II, ao não deixar sair os judeus do Egípto) e que o conduz à morte a 26 de Dezembro de 1194, após um atroz sofrimento, conforme nos relatam Howden¹⁹⁷ e Coggeshall¹⁹⁸. Pelo seu lado, Newburgh¹⁹⁹ diz-nos que a prisão de Ricardo foi assinalada por sinais celestes e por prodígios ocorridos em diversos lugares, o que o aproximava do modelo do sofredor justo tão caro à Igreja da altura, ávida de competir com as crenças pagãs.

Entretanto, João “Sem Terra”, a coberto de um acordo com Filipe Augusto²⁰⁰, tenta atrair os barões ingleses para a sua órbita, mas estes estavam ao lado de Leonor, que sempre apoiara Ricardo, fazendo abortar a sua tentativa. Entre a notícia de que o rei se encontrava prisioneiro e a data em que foi libertado, decorreria um ano – de Fevereiro de 1193 a Fevereiro de 1194. Durante esse ano, um combate diplomático duríssimo foi protagonizado por Leonor, os seus barões e o papa, de um lado, e por Henrique VI, Filipe Augusto e João “Sem Terra”, do outro. De tudo houve um pouco, envolvendo somas em dinheiro (cem a cento e cinquenta mil marcos), territórios a partilhar (Sicília, Flandres, Normandia, Chipre), ameaças de excomunhão (do papa a Filipe Augusto, à semelhança do que se concretizara com Leopoldo), exigências de vassalagem (de Henrique VI a Ricardo), julgamentos (nos quais Ricardo demonstrou dons superiores de oratória, capazes de convencer os mais cépticos da sua integridade moral) até, por fim, se chegar a um acordo, mercê da grande senhora que foi a sua mãe. À última da hora, mesmo depois do acordo envolvendo um resgate de 150 000 marcos em prata de Colónia e a conversão de Ricardo a vassalo do imperador (enquanto rei de Inglaterra e da Provença), Henrique VI, talvez instigado pelo rei de França e por João “Sem Terra”, procurou voltar atrás, mas o senhor da Aquitânia já tinha partido para o porto de Sandwich, onde chegaria a 13 de Março de 1194. A argumentação, de acordo com Guilherme de Newburgh, plasmando-se mais uma vez nas passagens bíblicas relativas ao *Êxodo*, era a de que o Plantageneta era “um tirano de uma crueldade tão singular e de uma força tão temível que constituía um perigo para o mundo inteiro”²⁰¹. Mas era demasiado tarde, e Filipe Augusto ia tê-lo no seu encalço.

II - ÚLTIMAS INTERVENÇÕES MILITARES (1194-1198)

Os cinco anos que se iam passar seriam mais uma vez avassaladores. De forma sintética, diremos que:

i) Contrariamente às histórias contadas pela Sétima Arte, a simples presença de Ricardo em solo pátrio esmoreceu de imediato toda e qualquer ideia de apoio ao seu irmão. Não houve, portanto, qualquer guerra civil, como nas novelas do *Robin Hood*. Tendo chegado ao epicentro da pretensa revolta, em Nottingham, a 25 de Março de 1194, após um dia de

“passeio” pela floresta de Sherwood, a conquista do seu castelo talvez nem tivesse sido tema se os senhores tivessem sabido que Ricardo os sitiava em pessoa. Só quando o viram, e à sua proverbial raiva incontida em combate, se renderam. A única necessidade que o rei antecipou foi a de substituir sete *sheriffs* nos quais não confiava.

ii) Entre 25 de Março e 4 de Maio de 1194, período em que continua na ilha antes de a deixar para sempre, embora mantendo-a debaixo de controlo efectivo, Ricardo presidiu a uma assembleia em Nottingham, que duraria quatro dias. A 30 de Março, decide-se pela nomeação, em 19 dos 28 condados, de novos *sheriffs* – e pela alteração das regras de pagamento de impostos a que estas circunscrições se encontravam sujeitas. A 31 de Março, iniciaram-se os processos legais contra João e os seus partidários, dando origem a um processo de confisco de terras de grande dimensão. No terceiro dia, dinheiros e tropas foram os temas principais da discussão. Decidiu-se que por cada *hide* (cerca de 48,5 ha) de terra, os seus proprietários teriam de pagar um tributo (*carrucagium*) de 2 xelins (equivalente a 140€) e, por cada feudo, um terço dos seus cavaleiros estavam obrigados a acompanhá-lo na reconquista da Normandia. Quem fosse, não pagaria o *scutagium*, isto é, o montante necessário para manter um soldado. No quarto dia, decidiu-se que Ricardo seria novamente coroado a 17 de Abril, em Westminster, o que aliás viria a acontecer contra sua vontade²⁰². De 24 de Abril a 12 de Maio, o monarca preparou a sua caminhada para a Normandia.

iii) Mostrando bastante mais preocupação com a Inglaterra, o rei tem uma participação muito activa na escolha do seu governador²⁰³, Humberto Walter, bispo de Salisbúria, que tinha servido o seu pai e que o tinha acompanhado à Terra Santa, cumprindo com os votos de cruzado que, anteriormente, tinha assumido. Esta escolha de alguém tão capaz e respeitado demonstra que o rei guerreiro dava mais importância ao seu reino do que muitos historiadores fazem crer. Ricardo sabia perfeitamente que as guerras só se ganham havendo recursos económico-financeiros para isso. De acordo com J. Gillingham, há evidências de que o nosso *belattor* se preocupou com a região entre Londres, Winchester, Southampton e Portsmouth²⁰⁴, a mais ricamente povoada, logo aquela com mais braços para trabalhar e bolsas para cobrar, assim como com a gestão da Igreja (ao colocar homens de confiança nas sedes episcopais), com a gestão territorial (ao impor um conjunto de ordenações relacionadas com as florestas), com a gestão administrativo-fiscal (através do estabelecimento, sempre controverso, de direitos aduaneiros sobre a circulação dos comerciantes e respectivas mercadorias)²⁰⁵ e, como não podia deixar de ser, com a gestão militar (ao reintroduzir na ilha as justas e os torneios proibidos pelo seu pai, devido aos excessos de violência daí resultantes)²⁰⁶. Por fim, há evidências de que se preocupou com a definição das fronteiras dos territórios ingleses²⁰⁷.

iv) Quando “Coração de Leão” está para embarcar no navio que o levará para o continente, leva no seu íntimo a raiva incontida de ter perdido (enquanto combatia os “infiéis” numa tarefa que lhe fora confiada por Deus) para um conjunto de cobardes usurpadores, toda a Normandia situada a leste do Sena (com exceção de Rouen e do seu território), Vaudreuil (Filipe Augusto), Bonsmoulins (conde de Perche), Vendôme (conde de Blois) e várias fortalezas, em particular as que dominavam o acesso à Touraine, como: Tours, Amboise, Montbason, Montrichard e Loches, além de Ademar e de Angoulême e dos portos de Wissant, Saint-Valéry, Le Treport e Dieppe, junto à Mancha.

Acabado de chegar ao solo normando por volta de 2 de Maio de 1194, Ricardo não perde tempo e avança para Lisieux, onde João se submete de imediato, sendo tratado demasiado dignamente face às traições cometidas, de acordo com os apaniguados do rei. Gillingham reproduz mesmo as palavras que este teria pronunciado “Não temas, João, eras um menino. Tiveste más companhias e os que te conduziram pelo mau caminho são quem vai pagar”²⁰⁸.

A partir de dia 21 de Maio e até 1196, assiste-se ao habitual e brutal ataque do “Leão”: Lisieux, Buboeuf, Verneuil (onde manda cortar o acesso aos abastecimentos da cidade por parte de Filipe Augusto), Evreux (onde já teve a ajuda de João, a 28 desse mês) e, novamente, Verneuil onde, mau grado Filipe ter deixado uma parte substancial das suas tropas para resistirem ao assédio, estas se rendem humilhantemente, sem dar luta, a 30 de Maio (Castelo de Fontaine). Dividindo o grande exército reunido em Verneuil entre aqueles que marchariam para a fronteira entre o Maine e Perche (isto é, as tropas do Anjou e do Maine) e aqueles que atacariam a norte, toma os castelos de Montmirail, de Turena e as cidades de Vendôme e de Fréteval, obrigando Filipe a fugir para Châteaudun²⁰⁹. Se em Verneuil perdera as suas máquinas de assédio, agora em Fréteval, apenas pouco mais de um mês decorrido, a 4 de Julho de 1194, apreende uma série de bens logísticos. De Vendôme, o próprio Ricardo, citado por Diceto, numa carta dirigida a Humberto Walter, escreve dizendo ter seguido os caminhos do sul: “Sabei que, pela graça de Deus, que possui o direito de todas as coisas, tomámos Taillebourg e Marçillac e toda a terra de Godofredo de Rancon; também a cidade de Angoulême, Châteauneuf-sur-Charente, Montignac, Lachaise e toda a terra do conde de Angoulême por completo; tomámos a cidade e a cidadela de Angoulême numa só tarde; nas terras que tomámos nessas partes, aprisionámos uns 300 cavaleiros e uns 40 000 soldados. Eu próprio testemunhei, em Angoulême, a 22 de Julho”²¹⁰.

Mas este ritmo, tendo muitas vantagens, não pode contudo ser mantido por muito mais tempo. Aproveitando um pedido de tréguas por parte do rei de França, o “Leão” da Aquitânia aceita, ficando acordado que cada um manteria as terras que garantira até essa altura (23 de

Julho de 1194)²¹¹. Um ano decorreria até que as tréguas fossem esquecidas por ambas as partes. Filipe, aproveitando os rumores de que Henrique VI da Alemanha regressara triunfalmente da Sicília que havia conquistado, pretendendo aliar-se a Ricardo no intuito de conquistar a França, denuncia a trégua adoptando a triste estratégia a que este já tinha assistido em Ascalon: o rei francês resolve demolir todos os castelos que, possivelmente, não conseguiria defender. Os seis meses que decorrerão até uma nova trégua passar-se-ão em escaramuças de parte a parte e com Ricardo ciente de que lhe faltava apenas Vexin e Gisors para reconquistar o que era seu antes de partir para a Terceira Cruzada!

Em Janeiro de 1196, uma nova conferência de paz tem lugar, mas rapidamente é deixada por cumprir. Dado não se ter alcançado o desígnio de paz, Ricardo, sempre com a ajuda de Mercadier, reconquista o Vexin ao bispo de Beauvais, que era sobrinho de Filipe²¹².

v) Durante os dois anos que antecederam a sua morte, Ricardo e os seus apoiantes, acreditamos, verão num conjunto de acontecimentos sinais que muito provavelmente terão contribuído quer para a Igreja os apresentar como prova do apoio divino aos cruzados, quer para os biógrafos os inscreverem no domínio dos prodígios pertencentes ao imaginário da época, o que ajudou a construir à sua volta uma aura de certa forma lendária. Referimo-nos aos acontecimentos ocorridos com Leopoldo da Áustria e Henrique VI da Alemanha. O primeiro vê, a 26 de Dezembro de 1194, tombar-lhe o cavalo sobre um pé que irá gangrenar, traduzindo-se na sua amputação e posterior morte debaixo de um grande sofrimento físico e psicológico (este último devido ao facto de se ter visto excomungado pelo papa Celestino III). O segundo morrerá em Setembro de 1197, sem o perdão de Ricardo e também ele excomungado por Celestino III. Recorde-se que, na altura, atentar contra um rei cruzado que tivesse combatido na Terra Santa era considerado sacrilégio, implicando, face a tamanha perfídia, a excomunhão pela Santa Madre Igreja. Adicionalmente, um outro sinal é colocado perante os crentes: antes de morrer, Henrique VI vira a sua mulher dar à luz o seu legítimo herdeiro, de nome Frederico. Ricardo, porém, pediria ao papa que apoiasse Otão de Brunswick, amigo da corte angevina e de Poitou, o que lhe foi negado.

Ora, com a morte de Celestino III, sobe à cadeira de São Pedro o célebre Inocêncio III, que apoiava Otão (será coroado a 12/07/1198) e estava contra Filipe Augusto, na sequência do repúdio deste a Ingeborg da Dinamarca. Ricardo ganhara um aliado de peso; a graça divina estava consigo. Faltava-lhe o encontro cara a cara com Filipe, como sempre ambicionara.

Não tendo conseguido resgatar Gisors, decide construir um castelo capaz de ombrear e até de o superar no objectivo de defender a Normandia. Esse castelo será o famoso *Château Gaillard*, uma réplica do seu irmão palestiniiano de *Krak des Chevaliers*. Enquanto isso, numa

ocasião em que se encontrava acompanhado pelo formidável capitão Mercadier e por alguns (poucos) cavaleiros, Ricardo vai cruzar-se com um grupo bem maior de gentes comandado por Filipe Augusto, que se dirigia a Gisors. Não perdendo a oportunidade, o nosso herói carrega sobre o grupo que, entretanto, corre a abrigar-se naquela fortaleza, atravessando uma ponte que não estava preparada para tanto peso e alvoroço. Caindo ao rio Epte, Filipe Augusto fica com uma perna presa, ao mesmo tempo que outros vinte cavaleiros e uma centena de soldados é aprisionada por Ricardo e uma trintena por Mercadier²¹³. Fora uma vitória (mesmo para os cronistas franceses, que tudo fizeram para esconder os seus afectos) mas não aquela que Ricardo impunha a si próprio, tanto mais que a sua honra de cavaleiro não lhe permitia atacar directamente o adversário numa situação como aquela; teria sido uma ignomínia aos seus próprios valores. Mal sabia Ricardo que esta tinha sido a última hipótese da sua vida.

III – MORTE (1199)

Na sequência do acontecimento relatado, Filipe procura uma vez mais acordar umas tréguas, mas Ricardo começa por recusar a ideia, acabando por a aceitar em Novembro de 1198, mas por pouquíssimo tempo, uma vez que, a 13 de Janeiro, romperia o acordo. Já depois de 15 de Março, o “Leão” dirige-se à Aquitânia para se reunir com Mercadier, após ter acordado com o soberano francês mais uma trégua. O que se segue é uma súpula do que Raul de Coggeshall e Roger of Howden nos transmitiram no *Chronicon Anglicanum*²¹⁴ e na *Chronica*, respectivamente²¹⁵.

Diz-nos o primeiro que “no ano de 1199 da Encarnação do Senhor, no período da Quaresma, tiveram lugar mais uma vez negociações entre o rei de Inglaterra e o rei de França, e uma trégua temporária entre ambos. Aproveitando a ocasião, durante a Quaresma, o rei Ricardo fez avançar o seu exército até às posições do visconde de Limoges, que em plena guerra se havia rebelado contra o seu soberano, o rei de Inglaterra, assinando um tratado de amizade com o rei Filipe. Segundo alguns, nas terras do visconde havia-se encontrado um tesouro de inestimável valor que o rei tinha reclamado e exigido, ao que o visconde se havia negado, exacerbando o rancor que por ele sentia o Rei”. Continuando, Coggeshall diz-nos que “matando e queimando, o rei arrasou as terras do visconde, como se não soubesse que não era permitido bater-se enquanto durasse aquele tempo sagrado. Finalmente, ao chegar a Chaluz-Chabrol, sitiou o seu castelo e, durante três dias, atacou-o...mas no castelo não havia tropas nem defensores... Não sabiam que quem os atacava era o rei em pessoa...”²¹⁶. Por seu turno, Howden confirmou as afirmações anteriores, relativas ao tesouro: “Foi descoberto um grande tesouro, composto por ouro e prata, nas terras de Guimar, visconde de Limoges, que enviou

ao rei Ricardo de Inglaterra, seu senhor, uma parte nada depreciável; mas o rei negou-se a aceitá-la, dizendo que devia deter o tesouro por inteiro, por direito de soberania”²¹⁷.

Na segunda parte da narrativa, ambos fazem a descrição do que aconteceu, embora com mais detalhe por parte de Coggeshall, que se refere ao assalto feito. A partir daí, entram directamente na descrição da cena que antecede a morte e o período da agonia do rei.

Conta-nos Coggeshall: “Na tarde do segundo dia, que era o que vinha depois da Anunciação da Bem-Aventurada Virgem Maria, ao acabar de comer, o rei acercou-se sem temor do castelo seguido dos seus companheiros; não levava armadura, senão simplesmente um chapéu de ferro... De repente, chegou um homem de armas que havia passado todo o dia até à hora de comer numa das ameias do castelo... chegando de improviso estendeu o seu arco e lançou vigorosamente um dardo sobre o rei, que olhava para ele e o aplaudia, ferindo-lhe o ombro esquerdo, por entre as vértebras do pescoço; a ponta desviou-se do seu corpo, indo alojar-se nas costas do lado esquerdo, uma vez que o rei não se tinha protegido com o escudo quadrado que tinha junto a si”²¹⁸. Por seu turno, Howden relata que “naquele mesmo dia, quando o rei de Inglaterra e Mercadier iam e vinham ao redor do castelo para localizar o local onde seria mais fácil iniciar o assalto, um soldado chamado Beltrão de Gurdun, que estava no castelo, lançou-lhe um dardo que, após o ter atingido num braço, lhe causou uma ferida da qual não mais se recomporia”²¹⁹.

Seguidamente, ambos os cronistas se referem aos últimos momentos. Coggeshall fala da sua bravura e Howden da sua raiva, tendo mandado matar toda a guarnição com excepção de Beltrão. Ambos fazem referência ao médico de Mercadier, que de uma forma carniceira lhe retira a ponta do dardo do corpo, após o retalhamento do braço, embora tarde demais. Com mais ou menos pormenores, dizem (embora o primeiro de uma forma sempre mais respeitosa) que, apercebendo-se da morte iminente, Ricardo se preocupou em perdoar a Beltrão, em tratar do seu testamento (só Howden o refere) – João deveria ficar com o reino de Inglaterra, Otão com 75% do seu tesouro e os seus homens, e os pobres com os restantes 25% – e em mandar chamar a sua mãe (só Coggeshall fala nisso). Por fim, Ricardo confessou-se ao capelão, recebeu o corpo de Cristo e expirou 7 ou 8 dias antes “dos idos de Abril”, uma terça-feira antes do Domingo de Ramos (6 ou 7 de Abril de 1199, de acordo, respectivamente, com Raul ou Roger) isto é, dez dias após ter sido ferido. De acordo com Raul Coggeshall, as monjas de Fontevrault, após retirarem as vísceras do seu corpo, inumaram-no no Domingo de Ramos, ao lado do seu pai, depois duma cerimónia celebrada pelo bispo de Lincoln e onde se lhe renderam as honras régias. Para Howden, o rei deliberou que o seu cérebro, sangue e vísceras fossem sepultados em Charroux de Berry, o seu coração em Roeun e o seu corpo em

Fontevrault, aos pés de seu pai. Encerrava-se assim, aos 41 anos, a vida daquele que, do nosso ponto de vista, foi, de entre os reis do cristianismo, o maior guerreiro do seu tempo e um dos maiores de toda a história ocidental.

b) SALADINO

I – MORTE (1193)

De acordo com Ibn Shaddad e a sua *Al-Nawádir al Sultaniyya wa'l-Mahasin al-Yúsufiyya* (“A Rara e Excelente História de Saladino”), o sultão, depois de lhe ter sido confirmado que o adversário partira na manhã de 10 de Outubro de 1191, planeou a sua vida imediata: primeiro, inspeccionar os castelos da linha costeira, depois, descansar uns dias na sua Damasco; por fim, ir ao Egipto, passando por Jerusalém, onde mandara construir um hospital e uma *madrassa*. Deixando Jerusalém a 15 de Outubro, Saladino revê o seu amigo Qaraqush, manifestando grande alegria por isso e recompensando-o materialmente pelos grandes serviços prestados ao Islão. A 4 de Novembro chega então a Damasco, após dar instruções sobre algumas obras necessárias à manutenção das suas fortalezas, sendo muito bem recebido pela elite intelectual da cidade. Como habitualmente, “estende as asas da sua justiça e derrama a sua benevolência e favores” sobre os que tinham errado até 9 de Novembro.

Após um belo banquete (proporcionado por al-Afdal a al-Zahir, onde Saladino está presente e ouve elogiar o que fez), recebeu o seu irmão al-Adil de forma muito amistosa (com caçadas e repastos onde participaram vários familiares, nomeadamente os seus filhos). Talvez porque estivesse num momento de reconciliação consigo próprio e a saborear um pouco da vida que lhe fora, por culpa própria, subtraída, desiste das intenções de viajar para o Egipto. Ibn Shaddad refere, até, ter sido recebido por um sultão que ele nunca tinha visto, descrevendo quadros da sua vida real que perspectivavam bonomia, sentido de humor, bom pai de família – brincava com os filhos mais novos – e afabilidade para com adversários e peregrinos. As descrições sobre a forma como recebia, quer francos quer os elementos que faziam parte de uma caravana de peregrinos, são disso exemplo. O seu biógrafo repara, contudo, que o sultão tem menos apetite e que se encontra com menos energia e mesmo apático... As suas desconfianças concretizam-se quando, a 20 de Fevereiro de 1193, entra num estado febril. A partir desse momento, serão 12 dias e 12 noites que o cronista nos descreve como dolorosos para todos, pois chegara a hora de se apresentar junto de Deus.

A 3 de Março de 1193, o *shaykh* Ja'far, ao recitar do Corão “Ele é o Deus, como não há qualquer outro, que conhece o que é invisível e o que é visível” ouviu-o ainda dizer: “Verdade”²²⁰. Depois, Ibn Shaddad compraz-se afirmando que, graças a Deus, o sultão estava

desperto no momento muçulmano equivalente ao da extrema-unção católica. Acrescenta, ainda, ter-lhe sido dito que, quando Ja'far pronunciou as palavras “não há nenhum Deus senão Ele e Nele eu confiei”, o sultão sorriu, a sua face iluminou-se com alegria e submeteu a sua alma ao seu Senhor”²²¹. Ocorreu isto à hora de o sol se pôr. Com os habituais exageros de quem foi escolhido para biógrafo, é-nos referido ter sido este um dia tão triste para os muçulmanos e para o Islão como não houvera nenhum outro desde a perda dos califas bem-guiados. E, desta forma poética, como convém, encerra-se a crónica.

PARTE III

QUEM FORAM ESTES SOLDADOS DE DEUS?

CAPÍTULO 6

FIGURAS HISTÓRICAS E LENDÁRIAS

Na Introdução, demos conta de que, entre os motivos para a escolha deste tema, se encontrava o da confrontação entre aqueles que foram consagrados como os dois principais líderes militares do séc. XII, e mesmo dos maiores na galeria das grandes figuras da História. Sobre eles já se debruçaram grandes historiadores, e aos mais diversos níveis, ao ponto de ser difícil encontrar um campo que não tenha sido explorado. Mesmo assim, subsistem ainda algumas sombras; referimo-nos, por exemplo, à ideia de que, na época em apreço, a guerra se improvisava mais do que se planeava, e a de que esta se movia, naquele século, por motivações religiosas. Não deixando de ser verdade, em termos gerais, gostaríamos de acrescentar que não há generais de elite sem um perfil genético e psicológico que lhes permita ver o invisível, isto é, projectar o futuro a prazo de forma muito persistente e disciplinada, e isso de acordo com uma crença, seja ela qual for, religiosa ou não. Em suma, é preciso que exista um bom estratega.

Ora, qual será a receita que permite fabricar um Ricardo ou um Saladino? Procuraremos confirmar que se trata de casar um ideal visionário com uma capacidade de planejar campanhas, alicerçada numa vontade férrea que, por seu turno, tem por base uma crença. Sem esta visão idealizada, alicerçada num planeamento capaz de antecipar os problemas (ver o invisível) suportada numa disciplina férrea (obstinação, vontade inquebrantável, própria de quem nunca desiste, nem deixa os outros fazerem-no), típica de quem acredita estar a cumprir um desígnio divino, que lê em cada prodígio e em cada sinal que se julga interpretar, não se

molda um carácter de excepção, não se esculpe um carisma capaz de motivar os que gravitam nas suas asas, galvanizando-os para as façanhas mais ousadas. Há quem tenha uma ou mesmo duas destas características, mas rezam os livros que só um em cada dez mil carrega as três, e são ainda menos aqueles que têm a coragem ou possibilidade de as pôr em prática. Alexandre Magno teve-a, Carlos Magno igualmente, e, como veremos, Ricardo e Saladino também.

Com essa intenção, procuraremos nas fontes, sucessivamente, exemplos da importância da libertação da mirífica e triplamente santa cidade de Jerusalém: a) ideal visionário (de planeamento das campanhas); b) estratégia (mas sem nos determos naquelas matérias clássicas e já referidas, como a obrigatoriedade do serviço militar, do recrutamento, do financiamento e pagamento do soldo, do armamento, do *ethos* da guerra e da organização das tropas) e sustentação na religião, enquanto justificação; c) crenças (a chamada “guerra santa”).

a) IDEAL VISIONÁRIO

Uru-Shalem (Terra do Sol Completo), a primitiva *Bet-miqdash* (Casa do Santuário) ou *Yerushalaym* (Cidade daquele que é Perfeito), a judaica e cristã, ou a *al-Quds* (a Sagrada ou Santuário) islâmica, a cidade triplamente santa invoca, provavelmente, cinco milénios de história cultural – religiosa – e simbólica.

Para o cristianismo, Jerusalém, assim como toda a Palestina, carrega não apenas a história do Antigo Testamento mas também e, sobretudo, as vivências de Jesus o Profeta, o Messias, o Filho de Deus, desde a visita ao Templo (onde de forma consciente expulsa os vendilhões) até que, após a última ceia no Cenáculo, local do túmulo de David, “seu antepassado” (citado como rei da Idade de Ouro que há-de voltar) e a madrugada passada no Horto das Oliveiras, onde é preso, faz a via-sacra, com a coroa de espinhos, até à Gólgota, onde é pregado na cruz e lancetado, morrendo, para mais tarde ressuscitar e ascender aos Céus para junto do seu Pai. Jerusalém invoca, pois, as figuras de David e do Messias, o Templo, o Cenáculo, o Horto das Oliveiras, a Gólgota, a Ressurreição e a Ascensão, ou seja, todo um ideário carregado de história para os cristãos que importava libertar do jugo infiel. De uma forma breve, havia em Israel um messianismo sacerdotal e profético que Jesus encarnou enquanto descendente da Casa – “filho de David segundo a carne” (Rom 1,3-4) – de David, ele próprio entronizado por Deus. Significa, nesse sentido, que é humano, não veio do céu para, transcendentalmente, realizar uma promessa assumida pelo seu antepassado. Mais do que isso, “Jesus, Filho de David, tem piedade de mim” (Mc 10,47-48) é um Messias misericordioso, que na sua ida para Jerusalém vai procedendo a milagres no caminho de Jericó.

A história subsequente é conhecida e não é preciso contá-la. Importa, sim, perceber que à volta da sua vida se criou toda uma simbólica tão poderosa que impregnou o mundo ocidental cristão, luminosamente, impelindo-o para as Cruzadas. Tamanha carga espiritual necessitava de um ritual igualmente poderoso. É com a mãe de Constantino, Santa Helena, no início do séc. IV, que Jerusalém vai ganhar um novo *pedigree* cristão. Até aí, tinham sido as grandes capitais do Império – Roma, Alexandria, Antioquia e Constantinopla – a transportar o conhecimento religioso através das suas Igrejas. Com a “invenção” da Santa Cruz e com a construção de uma basílica cobrindo o lugar do calvário (326-327 d.C.), os cristãos detiveram, por mais de três séculos, o domínio sobre Jerusalém, mais concretamente, até 638 d.C., data da conquista muçulmana. Durante esse período, encheu-se de igrejas, todas elas representando o ciclo da Páscoa, com todos os rituais inerentes. O texto da peregrinação de Egéria, nobre dama romana de origem ibérica que, entre os anos 381 e 384, visitou a cidade santa, dá-nos disso conta, nomeadamente da simbologia dos seus oito dias.

Relata-nos ele (*Perigrinatio Egeriae*, cap. 39) que no primeiro domingo se vai à Igreja Maior, isto é, ao *Martyrium* (Basílica do Santo Sepulcro lugar do calvário), assim como nos dois dias seguintes. Uma vez celebrada a missa no *Martyrium*, vai-se à Anastásia (basílica onde se deu a Ressurreição). Ao quarto dia (quarta-feira) mudam-se para Eleona (basílica no “monte” das Oliveiras onde, de acordo com a tradição, Jesus ensinava os seus discípulos a orar) e também para o *Imbomom*, lugar de onde o Senhor ascendeu aos céus. Ao quinto dia, regressam a Anastásia, sexta-feira para a Sião (lugar da última ceia ou cenáculo, onde se encontra o túmulo de David), para no sábado se prostrarem junto à Cruz e, por fim, no domingo de Páscoa, o fazerem no *Martyrium*. Nesse Domingo, o da Ressurreição, ainda de acordo com a nobre romana, os peregrinos celebravam já à noite a Ressurreição com hinos celebrados pelo Bispo, no caminho entre Anastásia e Sião, onde Jesus entrou para ver os seus discípulos, atravessando as portas fechadas e com isso demonstrando a sua capacidade para se desmaterializar. Jerusalém constituía-se toda ela um santuário ritualístico para os cristãos.

Mas não era só ela que se encontrava carregada de sacralidade. Um conjunto de outros símbolos associados a Jesus se lhe deviam acrescentar, como eram os locais da sua Anunciação (Nazaret), do seu nascimento (Belém), do recrutamento de parte importante dos seus discípulos (Lago Tiberíades), do sermão da montanha (Cornos de Hattin?), da sua transfiguração (Monte Tabor) e do seu baptismo (rio Jordão). A somar a tudo isto, há que acrescentar as igrejas e as suas torres, onde os sinos repicam e as formas arquitectónicas transmitem as memórias essenciais do cristianismo, quer através da orientação dos seus espaços, quer através da ladainha dos seus oradores, que cantam os salmos ou as partituras da

ascensão aos céus ou à Jerusalém celeste, lugar do absoluto. Se esta representava a caminhada espiritual, o eixo ascensional, vertical, capaz de apontar para a longínqua mas possível de alcançar segunda ressurreição, aquela, a geográfica, o eixo horizontal, contava para a forma como se deviam guiar os homens na terra, na obtenção da primeira ressurreição. A Porta principal, virada a ocidente, onde se encontrava o altar e o santo dos santos, servia para se entrar, de manhã, olhando para a luz nascente, e, à saída, para poente, numa simbólica própria de quem sabe que ao nascer (sol luminoso da manhã) deve levar uma vida espiritual (doutrinal, “dentro” da Igreja), uma vez que terá como certa a sua morte (o sol poente), para assim renascer (ressuscitar) qual astro rei.

Mas as coisas tinham mudado desde a primeira metade do século VII, quando os persas conquistaram Jerusalém e destruíram grande parte dos seus monumentos (614 d.C.). Bizâncio ainda tinha conseguido restabelecer alguma ordem, mas definitivamente, com as conquistas dos turcos seljúcidas convertidos ao Islão (1071 d.C.), a situação tinha-se tornado quase insustentável para os cristãos, que já não conseguiam aceder livremente aos lugares santos. Em 1099, com a Primeira Cruzada, Jerusalém é reconquistada, mas após Hattin, em 1187, é perdida para Saladino e é a vez de Ricardo, empossado de um ideal visionário inculcado primeiro pela sua educação cavaleiresca e, depois por Joaquim de Flora, procurar retomar o centro cósmico, a terra mítica onde os cristãos deviam lutar contra o poder do mal.

Se esta era a simbólica cristã que Ricardo, as ordens de cavalaria e a turba de peregrinos seguia, procedendo aos rituais ensinados pelos padres e textos medievais, quais eram as mentalidades e semântica islâmica equivalentes? Para os muçulmanos, Jerusalém, tomada pelos francos em 1099, foi o epicentro da *jihad* de Saladino, mesmo que os argumentos repetissem os de Nur al-Din. Acrescentou-lhes, porém, uma nota: a de que se justificava a união entre todos contra o inimigo “infiel” que lhes era comum. Através de cartas, de poemas e de sermões compostos – para além dos textos sagrados – podemos perceber essa importância. Não foi uma das primeiras acções de Saladino instalar na mesquita de al-Aqsa o púlpito (*minbar*) esculpido em madeira pelo seu antecessor (o qual durou até 1969, ano em que um australiano fanático o destruiu) aquando da sua reconquista?

Olhemos para os mesmos elementos com que cartografámos a Jerusalém cristã, mas agora para os muçulmanos. Começando por David, convém saber que ele é considerado um dos profetas pelo Corão. Aparecendo como Dawud ou Da’ud, é-nos dito que matou Golias e que Deus lhe deu ‘*ilm* (conhecimento), *hikma* (sabedoria) e *mulk* (reinado) (2:251). Embora seu filho Sulayman (Salomão) seja mais importante, a verdade é que são os únicos reis bíblicos a serem referenciados, o que fala por si. A sua importância talvez lhe adviesse da mercê que

Deus lhe dera, ao ensinar-lhe a arte de produzir cotas de malha em ferro (34:10 e 21:80), indiciando a importância que os judeus da Arábia terão tido para os sassânidas na administração dos seus territórios. No que se refere ao messianismo de Jesus, não haverá assimilação do conteúdo da palavra, a qual surge apenas no contexto nominal, uma vez que antes do Islão já havia este nome atribuído aos cristãos árabes (*Al-masīh al-dajjāl*). No entanto, no séc. VIII, al-Shafi‘i, fundador da escola jurídica sunita à qual deu o nome, considerou que o Mahdi (o bem guiado) seria Jesus, estabelecendo-se dois a três séculos depois que, antes do *Al-ākhirā* (fim do mundo; não esquecer que a revelação de Muhammad se inicia com a visão do fim do mundo), ele apareceria, após o surgimento de *Al-masīh al-dajjāl* (o messias impostor) se ter assenhoreado de toda a terra, aniquilando-o.

Por outras palavras, Jesus seria o Messias mais modesto, na medida em que não há *Buzā‘ā* (Ressurreição), não é filho de Deus, embora também não o seja de pai humano, mas seria suficientemente importante para se aceitar ter feito milagres e voltar a aparecer antes do fim dos tempos. Já no que diz respeito ao Templo, ou melhor dizendo à esplanada onde ele existiu e onde se encontrava a Cúpula do Rochedo, a sua invocação era fundamental, colocando por isso mesmo Jerusalém, definitivamente, no mapa das cidades muito importantes para a terceira religião do Livro, cronologicamente falando. Na realidade, Jerusalém encontra-se estreitamente associada a Meca, a primeira cidade santa mas que só o foi após Jerusalém o ter sido considerada. De que maneira? No Corão (21:82) começa por ser dito que alguns *jinn* (demónios) ajudaram Salomão a construir o seu Templo ou *mihrab* (lugar de oração). Sabemos que esse também foi o local onde Abraão esteve disposto a sacrificar o seu filho Isaac, sendo à última hora proibido de o fazer por Deus através do anjo Gabriel, seu enviado.

Ora, foi exactamente o mesmo Gabriel que, quando Muhammad dormia na *Kaaba* em Meca, o acordou, levando-o inicialmente às águas do poço sagrado de Zamzam para se purificar e, depois, em peregrinação montado num cavalo alado e com cabeça humana de nome *buraq*: primeiro ao local do Templo de Salomé (viagem horizontal), onde se encontrou com Abraão, Moisés, Jesus e os outros grandes profetas, celebrando-lhes uma oração (querendo com isso significar a sua maior importância na hierarquia dos profetas); e depois, através de uma *mi‘raj* (escada dourada), às sete regiões empíreas (17:1), nomeadamente o sétimo Céu, onde visitou o *haykal* (Templo Celestial ao lado do Trono de Deus e dos jardins equivalentes à Árvore da Vida, dos quais emanavam os quatro rios de paraíso que, por vezes, se representavam ao pé das mesquitas), arquétipo de todos os templos, incluindo a *Kaaba* (viagem vertical). Paradoxalmente, na altura não havia nem Templo de Salomão nem a mesquita distante (‘Aqsa), pelo que houve necessidade de construir a Cúpula da Rocha (691)

e a mesquita Al-‘Aqsa (entre 634 e 644) para dar significado ao versículo 1 da Sura 17. Imad al-Din, na *Conquête de la Syrie et de la Palestine* confirma-o, uma vez que há uma herança semita comum às duas culturas. Assim, não é de estranhar que se geminem, também, as águas do poço Zamzam (Meca) e da piscina de Siloé (Jerusalém).

Estas tradições encontravam-se bem estabelecidas na Palestina a partir do séc. X, e com a chegada dos francos mais isso se acentuou, pois, como se afirmava, morrer em Jerusalém era quase como morrer no céu, ou aquele que visitava Jerusalém, impelido pela devoção ao lugar, entraria no paraíso. Naturalmente, em 1187, com a entrada de Saladino em Jerusalém, houve como que uma esfusante alegria, uma vez que se expulsara a simbologia religiosa das cruzes e dos sinos e, com ela, tinha sido vingada a humilhação imposta pelos politeístas.

A humilhação tinha sido dupla, uma vez que, por um lado, o Islão unitário tinha sido vencido pelo cristianismo trinitário, logo politeísta e, por outro, a impureza tinha-se sobreposto à pureza. Na realidade, a pureza islâmica, à semelhança da judaica, encontra-se omnipresente e tinham sido vários os exemplos disso. Desde logo, o facto de os templários terem instalado as estrebarias para os seus cavalos e as latrinas no solo sagrado da mesquita longínqua; depois, a colecção de esfinges com cordeiros a ornamentar as paredes da Cúpula da Rocha, entretanto transformada em igreja, as quais eram associadas à figura do porco, um animal proibido. A esse propósito, conta-nos Eddé que, após ter desembaraçado o monumento de todos estes atributos cristãos, foi ali colocada a seguinte inscrição: “Salāh al-Din purificou este *Bayt al-Maqdis* (lugar santo) dos politeístas”²²². Acrescenta ainda que o Santo Sepulcro era apelidado de *Qumama* (porcaria) e Balduíno IV e a sua mãe de porco e de porca²²³.

Em suma, Saladino, que tinha feito da conquista de Jerusalém o seu objectivo principal – “um interesse que teria feito mover montanhas” – expressa-o, cabalmente, ao se negar, em Outubro de 1191, a negociar com Ricardo a cidade santa. Ibn Shadad, citado por Eddé, dá-nos disso conta na sua forma poética de se exprimir, típica dos cronistas muçulmanos, ao afirmar ter Saladino evitado que os seus seguidores chorassem lágrimas de sangue uma segunda vez. *Fatih Bayt al-Maqdis* (o conquistador do lugar santo / Jerusalém) tinha libertado a “morada dos profetas” das mãos ímpias dos cristãos²²⁴.

Provado que está o ideal visionário que catapultou a vida dos nossos dois soldados confirmemos, agora, que havia uma estratégia na sua forma de abordar as campanhas militares subjacentes. Para isso, construiremos um modelo teórico.

b) ESTRATÉGIA

Começamos por fixar a definição que aqui utilizamos para a palavra em causa, já que a mesma varia de tratadista para tratadista e de época para época. Para este efeito, consideramos “estratégia” como a ciência de pensar a guerra, isto é, a forma de nos movimentarmos entre duas situações, sendo que a primeira é aquela de onde queremos partir e a segunda a que pretendemos alcançar (o objectivo, portanto), sabendo que para o fazermos dispomos de um conjunto de meios – humanos, materiais e financeiros – que devem ser articulados num plano de acção/decisão, envolvendo o espaço, o tempo e, fundamentalmente, antecipando a movimentação do adversário depois de devidamente estudado. Nesta definição, por nós gizada, a “táctica” seria a arte de executar a guerra, em detalhe.

Como afirmámos inicialmente, os nossos “soldados” detinham essa capacidade estratégica, tanto mais que, para além de terem sido educados a guerrear, teriam, eventualmente, lido algum tratadista. Como em tudo, nomeadamente na ciência, convém colocar premissas teóricas que permitam construir um modelo, o qual deverá passar pelo crivo prático, isto é, ser testado com sucesso. No caso presente, dividiremos a nossa análise em dois blocos:

A – Modelo separado para Ricardo e Saladino;

B – Modelo de confrontação entre Ricardo e Saladino.

Modelo A

Quer Ricardo quer Saladino, passaram as suas vidas antes da Terceira Cruzada (e, no caso do *jihadista*, até 1186) sabendo que deviam consolidar primeiro os seus reinos para aderirem depois ao apelo visionário que os chamava. O primeiro tentou retirar proveito das planícies atlânticas, de molde a manter à distância o rei francês, aliando-se quando possível, a sul, aos reinos ibéricos e, a leste, ao reino germânico. O segundo procurou, por um lado, defender o Egipto, interditando aos francos o acesso ao Mar Vermelho (isto é, aos lugares santos do Islão e ao comércio proveniente do Oceano Índico) e, por outro, estabelecer a ligação daquele à Síria, de molde a tentar a unificação dos esforços da comunidade muçulmana no cerco aos reinos cruzados. Ambos sabiam que, para conseguir os seus objectivos, teriam de possuir poderosas máquinas de guerra.

Bastará olhar para Ricardo para entender que assim foi. Ele combate durante quase 25 anos da sua curta vida (morre aos 41 anos), pois começa aos 15 anos, desafiando o seu próprio pai, só não se lhe conhecendo actividade militar em 1180, durante o período em que esteve cativo. Levava, pois, 18 anos de experiência marcial quando chegou a Acre, em 1192. Por seu turno, Saladino, embora tendo (pelo menos pelo que se saiba) debutado apenas aos 26 anos, vai estar envolvido em campanhas militares até ao fim da sua vida, todos os anos, com excepção de

1165, 1166 e, eventualmente, 1168; portanto, teve os mesmos 24 ou 25 anos de experiência guerreira do seu rival. Ambroise descreve Ricardo como alguém que inspirava total confiança aos seus seguidores dado que sabia bem mais da arte da guerra do que a maior parte dos seus inimigos²²⁵. Ibn Shaddad diz-nos que Saladino era um apaixonado pela *jihad*, não falando de outra coisa, não se ocupando de mais nada que não fosse dos preparativos para o combate, e só mostrando simpatia por quem se interessasse por ele²²⁶. Outra coisa não seria de esperar face aos mestres que ambos tiveram: o conde Filipe de Anjou, no caso de Ricardo, e o tio Shirkuh, no caso de Saladino.

Para os podermos avaliar mais à lupa, construímos um modelo simples e que funciona como se de um questionário se tratasse, o que ajudará a classificar os seus feitos. Este modelo, que se apresenta em esquema no quadro I, está desenvolvido num formato sequencial (fluxograma), de tal modo que possibilita ir fazendo perguntas e, em função das respostas, encaixar as diversas campanhas efectuadas pelos soldados de Deus nas respectivas classes pelas quais foi organizado. Assim, inicia-se o mesmo, partindo do princípio de que, através da espionagem, processo que na altura possibilitava a construção dos sistemas de informação dos altos comandos da realeza e do sultanato, se obtinham as chamadas respostas chave. Depois, assumindo que os historiadores militares têm bem estabelecido o princípio de que, quando não há castelos/praças-fortes em número suficiente na região que se pretende ocupar, há que procurar desencadear uma batalha dentro de determinadas condições para alcançar vantagens decisivas (ou, inversamente, nos casos em que existem essas fortificações, adoptar formas menos radicais de fazer a guerra, conforme defendiam os tratadistas como Vegécio), dever-se-á efectuar a pergunta alfa (α) correspondente. Na continuidade desta, percorrer, sequencialmente, as questões numeradas de 1 a 4, isto é, entender qual ou quais das acções militares foram praticadas em função dos objectivos pretendidos. Por fim, entender que os processos de negociação são complexos, exigentes e, sobretudo, suficientemente importantes para colher dividendos decisivos na obtenção desses mesmos objectivos.

Aplicando o modelo A aos períodos 1173-1190 (no caso de Ricardo) e 1167-1190 (no de Saladino), o que é que podemos dizer? No primeiro caso, não há uma única batalha, a menos que façamos fé em John Gillingham, que considera como tal a vitória sobre Vulgrino e os seus aliados Brabanções²²⁷. Já quanto a raides e devastações, existem sérios indícios de alguns e certezas em Taillebourg, em 1179. Neste caso, houve claramente pilhagem de colheitas para obrigar os sitiados a saírem da fortaleza. Todas estas acções se fizeram com o intuito de punir os aliados do rei francês, nomeadamente Vulgrino e o seu irmão Almerico de Angoulême,

Godefredo de Limoges e Raimundo de Toulouse. Ricardo procede igualmente ao bloqueio de algumas pontes, como é o caso da que atravessa o Rio Chorent, perto de Taillebourg.

No que se refere a cercos, que representam a forma privilegiada de Ricardo fazer a guerra, contam-se de entre outros: o assédio à fortaleza de Castillon-sur-Agen (dois meses de cerco), no qual usa a artilharia para submeter uma guarnição de 30 cavaleiros; os ataques aos castelos de Aixe, de Taillefort e de Chateauneuf (os dois últimos em apenas duas semanas), para além dos assédios a Moulineau (10 dias), a Genzac, a Marcillac, a Grouville, a Anville, às cidades de Perigueux, de Bayonne e de Limoges e ainda à ilha de Chipre. Mais uma vez, Taillebourg é invocada por ter sido, provavelmente, durante este período, o cerco mais duro executado pelo rei inglês. Aí foi utilizada artilharia pesada, nomeadamente trabucos, para além de ter havido, como já se disse, combates no exterior depois de Ricardo ter executado uma devastação (como manobra de diversão para atrair os sitiados a uma emboscada), única forma de sair vencedor, pois os senhores da fortaleza tinham preparado exemplarmente a defesa.

Quanto às escaramuças, são igualmente variadas, já que o espírito truculento de Ricardo a isso se proporcionava. Recordamos os conflitos havidos com os seus irmãos em 1184, a escaramuça de Chateauroux, em 1188 (onde cai do cavalo após este ter sido atingido por uma seta) e a de Messina, em 1190. Por fim, uma nota para as destruições das ameias de alguns castelos, uma política que não permitia aos respectivos senhores a sua reocupação, enfraquecendo as suas linhas de força.

Quanto a Saladino, líder dos muçulmanos a partir de 1174, regista-se desde logo um maior número de batalhas em que participou directamente. Por um lado confirma-se que também se pode aplicar a regra da implantação de fortalezas na sua relação inversa com as batalhas (cf. Egipto), mas, por outro, que considerou sempre poder retirar vantagens decisivas, quer contra os seus inimigos muçulmanos (Mossul, nos cornos de Hama (1174) e uma coligação de Zenguidas em Tall al-Sultan (1176)) quer contra os cristãos (Amalrico em al-Babayn (1176), Balduino IV em Montgisard (1177) e Marj al-'Uyun (1179), mestre dos templários em Cresson, Guy de Lusignan em Hattin (1187)). Neste último caso deve-se complementar com o desígnio considerado salvífico da *jihād*, a qual trataremos no ponto seguinte. No que se refere a raides, são igualmente em número elevado aqueles em que tomou parte, como são os casos de Darum, Gaza e Aylah (1170), de Karak (Verão de 1173) e do reino de Jerusalém (Julho-Agosto de 1182, e Janeiro-Fevereiro de 1183).

Uma particularidade importante, neste caso, detecta-se nas terras chamadas do “ultramar”: os raides marítimos. Há pelo menos dois que, pela sua dimensão, apraz registar. O primeiro foi desencadeado pela frota normanda da Sicília, sobre Tinnis, em 1177, o segundo por

Reinaldo de Chatillon, em 1183, no mar Vermelho, mas acabou votado ao insucesso após ter sido vencido junto a Rabigh, quando se preparava para atacar Meca.

Quanto aos cercos envolvendo Saladino, o número cresce. Assim, e só para referir os mais importantes, recordamos Dumyat (contra os Bizantinos em Outubro-Dezembro de 1169), Alepo e cidadela de Hims (1174), Baalbek (1175), Mossul (sem sucesso, 1182), Sinjar (1182), Mayyafariqin, Mardin e Diyabakir (Maio 1183), Acre, Sídon, Beirute, Ascalon e Jerusalém (1187), Tiro (sem sucesso, 1188), Tartus, Latekia (1188) e Belvoir (1189).

Uma última palavra para as escaramuças muçulmanas, para dizer que as houve, à semelhança do mundo ocidental.

Centremo-nos, agora, na confrontação entre Ricardo e Saladino, em particular na campanha de Arsuf, aproveitando, a experiência de Hattin como contraponto ao que se passou de um e de outro lado da contenda, para que seja confirmada a tese de que estávamos perante dois estrategos de eleição.

Modelo B

A confrontação, propriamente dita, implica uma dinâmica de movimento, com tudo o que isso envolve. Há, contudo, um elemento básico em que assenta: a logística e, dentro desta, em lugar de relevo, o abastecimento em água e em víveres. A logística é assim, na Idade Média, a “ciência” que gere a movimentação dos exércitos, zelando pelo fornecimento dos meios necessários aos primeiros, isto é, responsabilizando-se pela transferência, armazenagem e manutenção de todo o material e serviços associados à sua existência, em qualquer lugar ou momento. Inscrever a rota no espaço geográfico, no tempo possível, são os condicionantes estratégicos que estabelecem os tipos de marcha e de formação, de disposição de acampamentos ou acantonamentos, de abastecimento de água e de víveres, de serviços de saúde e de manutenção de material. Um bom comandante deve incorporar nas suas preocupações a componente logística, não lhe bastando ser carismático na hora do combate. Se a logística organizacional – a que se prepara para a guerra – é importante, a operacional – a que tem de funcionar em plena campanha militar – é crucial para se sair vitorioso.

Olhando para o modelo B (função logística), entendemos melhor a planificação a que obedecia. O modelo aplica-se mais ao lado cruzado, uma vez que era este o exército expedicionário, portanto aquele que se encontrava na terra inimiga (cf. quadro II).

Olhemos para Arsuf, comparando-o com Hattin, de modo a que se perceba o que separa comandantes de excepção de chefes normais. Um século de lutas na Terra Santa e, principalmente, a pesada derrota em Hattin permitiram a Ricardo apreender que a geografia física era uma peça central na luta contra os muçulmanos. Do outro lado, os autóctones

muçulmanos só tinham que tentar repetir a última grande experiência. Assim, o clima desértico e o terreno montanhoso inimigo dos primeiros eram amigos dos segundos. Para além disso, aos primeiros competiria manterem-se coesos debaixo dos ataques constantes da cavalaria ligeira turca, conservando intactas as energias para o contragolpe da sua cavalaria pesada a determinadas horas, arriscamos, ao mesmo tempo que deviam não reagir às fugas simuladas daqueles. Aos segundos, competiria fazer exactamente o inverso, de modo a dispersar as forças adversárias, enfraquecendo-as. Mas Ricardo, na sua marcha entre Acre e Jafa, estava atento e, dessa forma, soube escolher uma estrada romana junto à praia, de onde podia, pelo seu lado esquerdo, controlar os movimentos adversários e, pelo direito, ser apoiado pela frota que cuidava dos abastecimentos e dos feridos. Para além disso, usou sempre a infantaria no apoio à saída dos seus cavaleiros (pela esquerda) e no transporte logístico (pela direita), fazendo-os descansar ao alternar as suas posições ao nível dos flancos. Com uma liderança unificada, contrariou todas as falhas de Hattin:

i) Era claro que o seu destino era Jafa para, seguidamente, flectirem para dentro, na direcção de Jerusalém. De Acre a Jafa eram cerca de 130 km e, a um ritmo moderado de um pouco menos de 7 km/dia, percorridos às horas mais perto do nascer e do pôr-do-sol, em dias alternados, demorariam menos de 20 dias. Podia ter escolhido um caminho mais curto, longe da costa, mas a componente logística sobrepôs-se. “Devagar se vai ao longe”, era a máxima.

ii) Sabia-se que o exército de Saladino os acompanhava à distância de cerca de 3 km, embora permanecesse razoavelmente escondido, tal como em Hattin, mas pronto para atacar.

iii) Ricardo soube resistir ao facto de a estrada romana se ir degradando à medida que os cavalos iam passando e libertavam uma enorme nuvem de poeira que, ao atingir a retaguarda da coluna, obrigava os participantes a atrasarem-se, o que começou, logo no primeiro dia, a ser objecto de aproveitamento por parte da cavalaria ligeira turca através de tímidos ataques prontamente rechaçados, quer pelos cavaleiros que tinham sido colocados, com esse objectivo, à ilharga esquerda, quer pelos besteiros cristãos. Em Hattin, Saladino atraíra, literalmente, as tropas cristãs a Maskana através da estrada romana para Tiberíades, sabendo que aí ficaria com a possibilidade de proceder a um ataque em tenaz, o que viria a acontecer.

iv) Havia víveres e água com fartura, carregando cada homem quantidade suficiente para 10 dias, para o caso de a frota ter dificuldades em os acompanhar devido às correntes ou aos ventos desfavoráveis. Não se repetiria a tragédia de Hattin, quando as tropas de Saladino tomaram os poços pelos quais Guy de Lusignan desesperara.

v) Na marcha para Jafa, a adversidade do clima, contudo, começou a fazer vítimas mortais, que prontamente eram enterradas para não despertarem uma imagem de fraqueza.

vi) Os recursos médicos foram particularmente úteis quando surgiu um inimigo adicional, as tarântulas. O efeito de placebo que constituiu a visita que Ricardo fazia às vítimas, também. O próprio Ricardo usufruiu dos mesmos com bons resultados. Em Hattin, os chefes cristãos eram um bando de nobres que não se entendia entre si, comandados por um rei sem carisma. Saladino, pelo contrário, fez nessa altura o papel de Ricardo.

vii) Os acampamentos eram feitos ao pé do mar e da foz dos rios, para permitirem a defesa da retaguarda e de, pelo menos, uma ala, para além de servirem de “casa de banho” (como os tratadistas aconselhavam). Em Hattin, a noite de 3 para 4 de Julho de 1187, foi objecto de uma tortura não só psicológica, já que os soldados cristãos ouviam os muçulmanos a banquetear-se, mas também física, pois estes começaram a atear fogos cujo fumo não os deixava descansar.

viii) Os dias passaram e Saladino não conseguiu quebrar a disciplina dos cruzados através de constantes raides efectuados, como tão bem tinha conseguido em 1187. Nem mesmo o incêndio do bosque, a 6 de Setembro, surtiu efeito. Mais uma vez, Hattin não se repetia. A correria dos cavaleiros cristãos entre a frente e a retaguarda da coluna, ao mesmo tempo que exibiam as cabeças dos turcos penduradas nas selas, servia para ir desmotivando os adversários ao serviço do sultão. Curiosamente, tinha sido em Montgisard (por vezes, injustamente esquecida) que Saladino aprendera que não chega ter forças bem superiores em número para vencer uma batalha, sendo a organização e a coesão que ela gera, a fazê-lo.

ix) A coesão de que tanto se falou só pôde ser alcançada porque, também a infantaria, tantas vezes desprezada por não ser uma tropa de elite, deu positivamente o corpo às flechas, permitindo com isso que as montadas não fossem atingidas. Simultaneamente, os seus escudos cobriam os arqueiros e os besteiros, enquanto carregavam as suas armas. Esta integração entre todas as forças foi um dos segredos do sucesso. A disciplina alcançada foi exemplar, e só possível porque acreditavam que em breve alcançariam Jerusalém. Em Hattin, a infantaria insubordinou-se de forma cobarde, abandonando o flanco direito da coluna.

x) A frota que acompanhou a marcha contribuiu em larga escala para a segurança psicológica das tropas, pois estas sabiam estar ali um apoio notável, ao nível de transporte, para os doentes e feridos, um armazém ambulante de mantimentos, uma verdadeira máquina de manutenção. Este aspecto foi, com toda a certeza, um factor de alta motivação.

xi) Saladino, por seu lado, foi sempre deslocando o seu apoio logístico e comando para a frente da coluna ocidental, o que, igualmente, demonstra ter tentado antecipar a melhor altura para desencadear o golpe fatal.

xii) Por fim, especulamos em torno de um tema relevante. O da posição do sol na fase de contra ataque dos cavaleiros sob o comando do rei de Inglaterra. Utilizando um modelo de cálculo da posição do sol para as coordenadas de Arsuf naquela data, consegue-se perceber que a partir das 17 horas já estaria bem pelas costas de quem se vira para leste e, portanto, pela frente dos muçulmanos no momento do contra ataque dos cristãos, enquanto até as 11 horas, durante o assédio ao flanco esquerdo e retaguarda da coluna de marcha, se passaria exactamente o contrário. Terá havido uma correlação entre os fenómenos? Talvez sim, e acrescentaríamos ainda um outro detalhe: essa hora seria a da quarta das cinco rezas obrigatórias dos muçulmanos. Julgamos que a arqueo-astronomia e a etnografia poderão e deverão dar os seus contributos à ciência militar. Terá Ricardo tirado partido disso? (cf. mapa 15). Saladino controlara essa situação em Hattin, ao combater com o sol pelas costas (atacou vindo de sudeste, pela manhã, e de oeste, à tarde, com a sua cavalaria)

Em suma, à semelhança do que fizemos para o período anterior, utilizámos um modelo B que comprova que os cruzados, soberbamente comandados, resistiram às provocações adversárias, não permitindo que o experiente Saladino levasse a melhor. Por seu turno, este só não foi esmagado porque percebeu, sempre, que só poderia fazer frente a esta disciplina com a cautela que o levou a refugiar-se a partir de 8 de Setembro em Jerusalém. Depois, como vimos antes, dado que era igualmente um bom estratega, nunca permitiu a Ricardo esquecer a sua retaguarda a caminho de Jerusalém. O modo que arranjou foi o de ir destruindo as fortalezas que, antecipava ele, poderiam servir de apoio a Ricardo. Este, por seu turno, bem as tentou reconstruir, mas neste jogo “do gato e do rato” acabou por sofrer as consequências de estar longe da fonte dos seus abastecimentos em Chipre, de não contar com a ajuda de todos os francos e, principalmente, de a partir da Primavera se encontrar com a cabeça na Europa (face às atitudes do seu irmão mais novo). Pelo contrário, Saladino estava no seu *habitat* e, por isso mesmo, via chegar reforços com relativa facilidade. Talvez a grande diferença tivesse sido mesmo a verdadeira cultura familiar muçulmana, ao invés da europeia.

Enquanto al-Adii sempre ajudou Saladino, tal como este tinha ajudado o seu tio, já João e Henrique o “Jovem”, e mesmo o seu pai nunca foram um modelo de apoio familiar para Ricardo. O acabado de descrever é a prova insofismável de que estes soldados de Deus planearam ao pormenor as suas campanhas na Palestina, devendo-se definitivamente assumir que, neste caso, não foi a sorte a decidir o resultado da contenda.

Uma coisa, como se verá já de seguida, é certa: não foi porque as respectivas religiões os incitassem à paz que Jerusalém não foi conquistada e perdida por uns e por outros. Se assim fosse, não teria havido cruzadas e muito dificilmente um Ricardo e um Saladino.

c) GUERRA SANTIFICADA?

Consideramos que a cruzada é uma guerra santa que tem a libertação de Jerusalém por objectivo. Esse ideal visionário possibilitou que fosse sendo estruturada e sacralizada a utilização meritória das armas, ao ponto de se considerar a guerra como santa da mesma forma como foi sendo desenvolvida a *jihad* muçulmana. Da não-violência, apanágio da fé cristã até ao séc. IV, viria a emergir o conceito de guerra santa, na sequência do momento em que Constantino a consagrou como religião oficial do Estado. Primeiro, enquanto justificação para o uso das armas na luta contra os bárbaros e os donatistas na forma que Santo Agostinho lhe deu na *Cidade de Deus* (séc. V) e, depois, como suporte aos carolíngios que procuravam dar asas ao sonho unitário do seu império, à imagem bíblica do reino de Israel. Esfumados esses objectivos com o séc. IX, um novo paradigma surgiu nos dois séculos seguintes: defender os processos de senhorização e feudalização da sociedade de forma a que igrejas e mosteiros arranjassem argumentos para combater aqueles leigos que lhes cobiçavam os bens. Clérigos e monges encontravam assim nos *advocatti* ou *milites ecclesiae* (profissionais da guerra) uma espécie de santos protectores capazes de estabelecer a ambicionada Paz de Deus, nem que para isso tivessem de utilizar a mão de Deus para a estabelecer. A evolução desta lógica eclesiástica, que se afastara da Patrística dos primeiros séculos, conduziu a que a Igreja de Roma e o Papado, de uma forma descarada, fundassem, para defesa do seu património, uma *militia Sancti Petri*, mais tarde integrada na política reformista gregoriana (Gregório VII) apelidada de *libertas Ecclesiae*, milícia essa que encontrava argumentos na luta contra os normandos e os piratas sarracenos (nómadas muçulmanos). Para que o edificio estivesse completo quando as Cruzadas se iniciaram, faltavam a eleição do inimigo, por excelência, o demonizado infiel pagão muçulmano, os *asseclas* (seguidores) do anticristo e a retribuição dos que os combatiam, a remissão e a indulgência dos pecados e penas temporais, ainda em vida ou, no caso de perecerem, a possibilidade de serem considerados mártires ou mesmo santos, para além de um novo conceito de peregrinação.

Ora, quando Urbano II convoca o movimento cruzado, todos esses pressupostos se lhe encontravam inerentes, desde a *fides* ou filiação de uma mesma crença e fidelidade vassálica entre os homens (e, especialmente, entre os guerreiros) até à peregrinação simbolizada pela marcação dos *crucesignati* que partiam para a libertação do Santo Sepulcro, com todas as implicações salvíficas próprias da esperança escatológica.

E tudo isto alicerçado em algumas passagens bíblicas, quer no Antigo Testamento (AT) quer no Novo Testamento (NT), que Ricardo conhecia com certeza. Se no AT há quatro ciclos de guerras santas – as de conquista (séc. XIII-X a.C.), as de defesa do Yahvismo (séc. IX-VI

a.C.), a dos macabeus (177-143 a.C.) e as dos zelotas e dos sicários contra Roma (73-67 e 143-132 a.C.) –, no NT, apesar de este ser essencialmente pacifista (ver Mt 5,44 e Lc 6,36), existem passagens explícitas nuns casos, mas metafóricas noutros, às lutas e combates militares e espirituais. Relembremos Mt 11,12, quando coloca na boca de Jesus que “o Reino de Deus adquire-se pela força, são os violentos que o conquistam”; ou Mt 10,34, quando diz “não julgueis que vim trazer a paz à Terra; não vim trazer a paz, mas a espada”; ou ainda Lc 22, 35-38, quando se dirige aos apóstolos dizendo: “quando eu vos mandei sem bolsa, sem alforge e sem sandálias, porventura faltou-vos alguma coisa? (...) Porém, agora, quem tem bolsa, tome-a, e também o alforge, e quem não tem espada, venda o seu manto e compre uma (...). Eles responderam: Senhor, eis aqui duas espadas: Jesus disse-lhes: É suficiente”.

À semelhança da guerra santa, também a *jihad* evolui desde o tempo de Muhammad até ao de Saladino, mas, para o que nos interessa, a chamada *Jihad* (menor), a única que existia até pelo menos ao séc. XI (quando al-Khâtib al Baghdadi subdivide a *jihad* entre menor ou externa e maior ou interior), de forma muito pouco saudável. Nesse sentido, esta tem por finalidade realizar operações punitivas contra os inimigos do Islão e desencadear ofensivas militares no *Dar al-Harb* (território em guerra) contra quem resista a submeter-se à nova religião. Assim, ou o *Dar-al Islam* (Mundo do Islão) se refere ao mundo inteiro ou, não sendo assim, compete ao Islão levá-lo ao mundo restante, o *Dar al-Harb*. Este princípio remonta ao Profeta e ao período anterior à Hégira, quando no Corão se ameaçava, na S 50:20: “E se soprará na Trompeta. Esse será o dia da Cominação”. Essa conversão forçada para quem o não fizer na paz, inicia-se após a Hégira, em Medina. A partir desse momento, o Corão, que até essa altura apelava aos homens em geral, passa a dirigir-se aos crentes muçulmanos e o Profeta passa a ser um chefe político e religioso cujos actos e palavras correspondem a ordens divinas. Na S 9:24 é dito peremptoriamente “Dentre aqueles (judeus e cristãos), aos quais fora concedido o Livro, combatei os que não crêem em *Allah* nem no derradeiro Dia, e não proibem o que *Allah* e o seu mensageiro proibiram, e não professam a verdadeira religião, combatei-os até que paguem *al jizya*, com as próprias mãos, enquanto humilhados”; ou na S9:29 “Ó Profeta! Luta contra os renegadores da Fé e os hipócritas e sê duro para com eles. E sua morada será a Geena. E que execrável destino!”. E tudo isto porque na S3:110 é afirmado “sois a melhor comunidade que se fez sair para a humanidade...”.

Embora este discurso estivesse dirigido na altura contra os habitantes de Meca e suas caravanas, a verdade é que veio a ser adaptado ao longo dos tempos, uma vez que as “gentes do Livro” não quiseram reconhecer a sua missão profética nem tão pouco a Revelação que os muçulmanos afirmam encontrar-se anunciada na *Torah* e nos Evangelhos. A partir desse

momento, invocando o Corão, os Hadith, a Sira ou os Maghazi (narrativas das expedições do Profeta), os muçulmanos consideraram-se incumbidos de se tornarem um grupo religioso que leve a palavra de *Allah* aos confins do mundo, fazendo-a respeitar através da *jihad*.

Saladino, à semelhança de Ricardo, conhecia muito bem toda esta “liturgia”, como bem nos descreve o biógrafo Ibn Shaddad, pelo que consideramos provada a ideia de que combateu tendo como pano de fundo a crença inquebrantável de que tal era sua obrigação, enquanto servo de Deus.

Podemos, pois, encerrar o capítulo na convicção de que a tese, por muito que possa ser discutida, é no mínimo fortemente credível. Estes “soldados” foram movidos por um ideal visionário – o de Ricardo em libertar Jerusalém do jugo infiel, e o de Saladino em levar à mesma cidade, assim como a toda a Terra Santa, a palavra divina de *Allah* – colocando ao serviço das suas religiões uma genialidade estratégica só ao alcance dos líderes predestinados. Recorde-se, a este propósito, que nenhum deles teria sido líder se não se tivesse prontificado para isso e se não tivesse tido a sorte de sobreviver a ataques nas suas próprias terras (como é próprio dos eleitos). Ambas as ideias assentam na crença de que eram agentes de Deus na terra e que a eles competiria concretizar um desígnio divino salvífico e escatológico.

CONCLUSÃO

Ao finalizarmos este estudo, esperamos ter contribuído, mesmo que modestamente, para a identificação dos traços definidores do perfil de dois grandes líderes políticos e militares do séc. XII e, suplementarmente, ter demonstrado que o planeamento estratégico, conforme o conhecemos hoje, já fazia parte das suas preocupações, tornando-se um elemento destrinçador entre os que nasceram para ser líderes e os que viveram à sombra de um título alcançado nobiliarquicamente, arrogando-se de “chefes”.

Sem a pretensão de termos esgotado o tema, muito longe disso, parece-nos, contudo, ter ficado provado que existem, pelo menos, três pilares sobre os quais assentou a liderança dos dois vultos estudados: i) um ideal visionário que iluminou o seu crer; ii) uma capacidade estratégica de médio e longo prazo; iii) e uma crença arrebatadora, capaz de mover tudo e todos à sua volta.

Independentemente de outras justificações que se poderiam acrescentar, parece-nos claro que foi esse ideal, essa capacidade de antecipar o resultado final, que distinguiu os dois “soldados”, desde logo dos seus familiares. Ricardo teve três irmãos que atingiram a idade adulta, embora nenhum deles tenha chegado aos mesmos níveis de liderança. Da mesma

forma Saladino teve sete irmãos sem que, com excepção de al-Adil, qualquer um deles se tenha aproximado da sua genialidade.

Ricardo acreditou plenamente nas palavras de Joaquim de Flora, para isso muito tendo contribuído a sua educação cavalheiresca, que o levou a fazer-se acompanhar da *Excalibur* empunhada pelo seu mítico antepassado rei Artur, na demanda do cálice sagrado trazido por José de Arimateia da Santa Jerusalém. Por seu lado, Saladino deixou-se enfeitiçar pelas palavras proféticas que falavam da importância da Cúpula do Rochedo (o sítio sob o qual, supostamente, Muhammad teria ascendido ao céu através da escada dourada) passando pelas sete regiões empíreas onde encontrou, entre outros, o arquétipo da *Kaaba* mequense. Tudo isso os imbuíu na direcção da cidade sagrada, justificando só por si o sacrifício de milhares de soldados de Deus. Mas, para que isso fosse possível, foi necessário algo bem terreno: o domínio da grande estratégia, em geral, e da estratégia militar, em particular.

À primeira, englobando a segunda, devia juntar-se-lhe a diplomacia, os serviços de informação e a própria economia. Não é verdade que um e outro líder as geriram de forma magistral? Não foi a diplomacia uma arma que o rei cristão manipulou sistematicamente, quer na Europa quer nos reinos do ultramar, quer ainda na sua viagem entre os dois continentes, nomeadamente na Sicília e em Chipre? Não foi esta, igualmente, uma arma poderosa que o muçulmano esgrimiou no Egipto e na Síria, com os fatímidas e os abássidas, com Zengi e com Nur al-Din? Não nos relatam Ambroise e Ibn Shaddad que ambos se serviam de espões para daí retirarem vantagem sobre o inimigo? E, quanto à economia, não vimos quão essenciais foram as colectas obtidas e sem as quais não teria havido exércitos para combater?

Por fim, quanto à estratégia militar detenhamo-nos um pouco nela. A estratégia militar tem nela embutida as questões operacionais e táticas, isto é, e só para tocar nas mais importantes, a logística, as linhas de comunicação, as movimentações do inimigo, a identificação dos pontos físicos fulcrais do teatro de guerra e os detalhes da confrontação no campo de batalha, respectivamente. Vertentes complexas e não lineares, foram objecto de um planeamento fino, só ao alcance dos melhores. Quer Ricardo quer Saladino as dominaram, cientes de que a complexidade advém no essencial da gestão das emoções e da própria sorte, ao passo que a não linearidade das funções operacional e tática (qualquer acontecimento potencia significativamente os resultados obtidos) exigia a antecipação das mesmas. São provas do que se afirmou:

Grande Estratégia:

- i) A procura da harmonização dos vários ramos das suas forças militares.

Ambos souberam utilizar conjuntamente, a infantaria, a cavalaria, os besteiros e, no caso de Ricardo, o exército com as forças navais, na tremenda marcha para Arsuf.

ii) A identificação dos vários centros de gravidade do inimigo.

Qualquer dos dois soube identificar os locais chave que tinham de ser dominados, por forma a ganharem vantagem territorial e, com isso, atingirem os objectivos propostos.

iii) O controlo dos centros de gravidade.

Foi por demais evidente que ambos sabiam reconhecer a importância dos pontos nevrálgicos e a necessidade do seu controlo. Só para nos centrarmos num caso, lembramos que no eixo Jafa-Jerusalém se lutou muito pelas principais zonas militares, como eram os casos de Lydda, de Ramla, de Latrum e de Bayt Nuba. Nos seus propósitos, Saladino acabou por levar a melhor e, com isso, por salvaguardar o domínio da cidade santa.

Operações Militares

iv) A capacidade de gerir o polimorfismo da guerra.

Raides, cercos, marchas e batalhas, de tudo houve um pouco na vida destes dois líderes e, no entanto, souberam ser suficientemente flexíveis para as encarar e vencer com determinação e mestria. A título de exemplo, recorde-se que, na marcha para Arsuf, Ricardo, antecipando que os seus soldados e cavaleiros seriam fustigados pelas setas inimigas, mandou colocar uma espécie de almofada de feltro entre a roupa destes e a respectiva armadura, de tal forma que possibilitou a sua sobrevivência.

v) Os detalhes são importantes.

Na realidade, a marcha para Arsuf foi um exemplo nesse aspecto. Ao escolherem para locais de acampamento a foz dos rios, os cristãos diminuíram a área para serem atacados durante a noite.

vi) A genialidade do comando das tropas distingue-se no campo de batalha.

É por demais evidente que um homem como Saladino, que num quarto de século apenas perde de forma clara um combate (Montgisard) e não consegue vencer outro (Arsuf), detém a marca indelével do génio. Com Ricardo, passa-se algo de muito similar, uma vez que ao longo de toda a sua vida apenas há memória de vitórias e de não conseguir atingir um objectivo (reconquistar Jerusalém). Hattin e Arsuf são dois marcos dessa capacidade ímpar de conduzir homens que os seguiam motivados, empolgados ou mesmo hipnotizados, tal era a organização e a disciplina impostas.

vii) A aplicabilidade dos princípios da guerra foi inequívoca.

Sendo as obras dos tratadistas sínteses do que a história das batalhas relata, podemos dizer que tanto Ricardo como Saladino nos ensinaram, de entre outros aspectos, a definição clara

dos objectivos das suas campanhas, a sistemática exploração da iniciativa, a concentração do potencial de combate, a economia das forças, os princípios da manobra e da unidade de comando.

Uso da Força

viii) O poder da coacção fere.

Sabemos que tanto Ricardo como Saladino usaram a coacção física e psicológica de forma “superior”. Quer um quer outro, souberam manipular o medo dos seus adversários. São exemplos as mortes infligidas a prisioneiros, assim como as políticas de “terra queimada”.

ix) Os tratados de paz são para cumprir.

Houve sempre a preocupação de, por exemplo, subscrever acordos em que estivesse salvaguardado o acesso aos locais santos por parte dos seguidores das duas religiões, de acordo com a ética da época. Saladino fez disso um princípio sagrado, como se viu, ao apoiar os peregrinos cristãos no acesso aos lugares sagrados em Jerusalém.

x) A gestão da complexidade só está ao alcance de uma minoria.

Os líderes em presença nem sempre se depararam com situações, repetidas ou simples, relatadas pelos tratadistas. Souberam, no entanto, ter o famoso “golpe de asa”, próprio dos génios. Especulamos, como vimos, que o último contra ataque cristão em Arsuf se terá dado com o sol pelas costas e a uma hora de reza para os sarracenos.

Assente a liderança num ideal visionário – simbólico – e numa capacidade estratégica de médio e longo prazo – terrena – resta-nos, para concluir, realçar que a sua existência necessita de uma crença, de um rito que permita, qual cimento agregador, justificar a conduta do seu comandante e dos seus homens. Surgindo dessa necessidade, a guerra santa, de Ricardo, e a *jihad*, de Saladino, mais não são do que o argumentário que legitima a eventual barbárie exigida aos homens.

Dessa forma, consolado pelas estruturas religiosas, o homem podia matar sem temer a Deus, uma vez que os seus actos bestiais encontrariam justificação na luta contra o infiel e seriam, misericordiosamente, perdoados. Quanto mais encarniçada a luta, mais compensadora se tornaria aos olhos da divindade.

Foram, pois, estes três pilares, quais vértices de um triângulo virtuoso, que forjaram Ricardo e Saladino, mitificando-os aos olhos dos seus seguidores e transformando-os até em figuras lendárias, quando vistos à distância de quase mil anos.

NOTAS

- ¹ Al-Makhzumi, Kitab al-Minhadj fī 'ilm Kharadj Muir, ed. C. Cahen e Y. Ragib, Cairo 1986, trad. *Douanes et commerce dans les ports méditerranéens de l'Égypte médiévale d'après le 'Minhādī' d'al-Makhzūmī*, in *Journal of Economic and Social History of the Orient*, VII, 1964, pp. 217-314.
- ² - Le Goff, Jacques, *Héros et merveilles du Moyen Âge*, Editions du Seuil, 2008 (Prefácio).
- ³ - García-Guijarro Ramos, Luis, *Papado, cruzadas y órdenes militares, siglos XI-XIII*, 2ª ed., Cátedra Madrid 2010, p. 20-35.
- ⁴ - O *Dictatus* (1075) resume, em 27 propostas, o pensamento papal que, resumidamente, considera dever a igreja deter a ascendência sobre o poder temporal.
- ⁵ - Demurger, Alain, *Os Templários: uma cavalaria cristã na Idade Média*. Ed. Difel, Rio de Janeiro 2007, *passim*.
- ⁶ - Corrupção dos costumes do clero, como o concubinato ou mesmo o casamento de padres.
- ⁷ - Tráfico de bens sagrados efectuado pelos clérigos.
- ⁸ - Monteiro, João Gouveia, *A Regra do Templo ou o Esplendor da Arte Militar Medieval* in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 11 (2011), p. 13.
- ⁹ - Behrends, Frederik, ed. and trad, *The Letters and Poems of Fulbert of Chartres*. The Clarendon Press, Oxford, 1976.
- ¹⁰ Neste ponto, seguiremos a pequena mas sugestiva e sistemática obra *How to Read Castles*, supervisionada por Caroline Earle e editada pela Ivy Press Limited em 2013.
- ¹¹ Bloch, Marc, *A Sociedade Feudal*, Edições 70, 2015.
- ¹² Monteiro, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Ed. Notícias, 1998, pp. 337-372.
- ¹³ - Dougherty, Martin J., *Weapons & Fighting Techniques of the Medieval Warrior 1000-1500 AD*, Amber Books, Ltd, 2008, pp. 25-35.
- ¹⁴ - Bennett, Matthew *et alii*, *The Medieval World at War*, Londres, Thames & Hudson, 2009, p. 89.
- ¹⁵ - O *iqṭā'* na zona do Magreb implicava a concessão de um domínio ou de um território. Mais a oriente, essa concessão era temporária e sobre um domínio público, mesmo que, em alguns casos, pudesse ser hereditária. O objectivo era preciso: permitir ao califa retirar a concessão e atribuí-la a outro.
- ¹⁶ - Bennett, Matthew *et alii*, *op. cit.*, 2009, pp. 90-91.
- ¹⁷ - Dougherty, Martin, *op. cit.*, p. 95.
- ¹⁸ - Picard, C., *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Âge, VIIIe-XIIIe siècle*, Paris, PUF, 1997.
- ¹⁹ - Ouerfelli, M., *Gouverner en Islam entre le X^e siècle et le XV^e siècle*. Ed. Ellipses, 2014, p. 110.
- ²⁰ - Ayala Martínez, C. de, *Las Órdenes Militares em la Edad Média*. Ed. Arco/Libro S. L., 1998.
- ²¹ - *Op. cit.*, p. 9.
- ²² - *Op. cit.*, pp. 17-19.
- ²³ - *Op. cit.*, p. 44.
- ²⁴ - Befeyte, R., *Les machines de guerre au Moyen Âge*. Editions Ouest-France, Rennes, 2000.
- ²⁵ - Citado por R. Befeyte, *op. cit.*, p. 6.
- ²⁶ - Idem, *ibidem*, pp. 6-7.
- ²⁷ Giraud de Barri, *De Principis Instructione*. Ed. G.F., 1891, *Expugnatio Hibernica. The Conquest of Ireland in Opera*. Editado por J. S. Brewer, J. F. Dimock & G.F. Warner, Longman and Green, 8 Vols, Vol. VIII, Coleção *Rerum Britannicarum Medii Aevi Scriptores*. Londres 1861-1891.
- ²⁸ *Letters of John of Salisbury*. Ed. W. J. Miller & H. E. Buller, Londres 1955.
- ²⁹ Gillingham, J., *Ricardo Corazón de León*, trad. Bernardo Santana Moreno, Cáceres, Ed. Silex, 2002.
- ³⁰ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 85.
- ³¹ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 93.
- ³² *Ricardo Corazón de León. Historia y leyenda*. Introduccion y seleccion de textos de Michele Brossard-Dandré y Gisèle Besson. Traducción del francés de Javier Martin Lalandá, Biblioteca Medieval XXVIII Ediciones Siruela, cap. 2, p. 35.
- ³³ Map, Walter, *De Nugis Curialium. Courtiers, Triffles*. Ed. and transl. By M. R. James, C. N. L. Brock and R. A. B. Mynors, OMT, Oxford, 1983, p. 484.
- ³⁴ Howden, Roger of, *Gesta Henrici secundi benedicti abbatis. The Cronicle of the Reigns of Henry II and Richard I, AD 1169-1192*. Ed. W. Stubbs (2 vols. RS, 1867), Vol I, pp.41-42 e 46-47.
- ³⁵ Gillingham, J., *op. cit.*, caps. IV e V, pp 95-141.
- ³⁶ Gillingham, J., *Richard I and the Science of War in the Middle Ages*, in *War and Government: Essays in honor of J. O. Prestwich*. Ed. by Gillingham, J. & J. C. Hold, p. 197.
- ³⁷ Diceto, *Rudolfi di Diceto Decani Londiniensis Opera Historica*. Ed. W. Stubbs (2 vols., RS, 1876), vol. I, p. 432.

- ³⁸ *Gesta Henrici II*, Livro I, pp. 337-338.
- ³⁹ Gillingham, J., *op. cit.*, cap. VI, p. 150.
- ⁴⁰ Flori, J., *Ricardo Corazon de Leon*. Madrid, Trad. Mari Carmen Llerena, Ed. Edhar 2008, p. 102.
- ⁴¹ *Op. cit.*, p. 110.
- ⁴² *Op. cit.*, pp. 110-111.
- ⁴³ *Gesta Henrici II*, Livro II, pp. 72-73.
- ⁴⁴ Flori, J., *op. cit.*, p. 113.
- ⁴⁵ *Gesta Henrici II*, Livro II, p. 78.
- ⁴⁶ Flori, J., *op. cit.*, p. 114.
- ⁴⁷ *Gesta Henrici II*, Livro II, pp. 79-82.
- ⁴⁸ Flori, J., *op. cit.*, p. 120. Para mais detalhes, ver *Cronicon de Tempore regis Ricardi Primi*. Ed e trad. de J. T. Appleby, Londres, 1963, p. 7 ss in *Ricardo Corazón de León. Historia e Leyenda*, *op. cit.*, pp. 59-60.
- ⁴⁹ *Op. cit.*, p. 123.
- ⁵⁰ *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi, Cruzade Texts in Translation*, by Helen J. Nicholson, cap. II, p. 7; Ambroise, *L'Histoire de la Guerre Saint*, ed. et traduction G. Paris, 1897, v. 306.
- ⁵¹ L. Villegas-Aristizábal, *Revision de las crónicas de Ralph Diceto y de la Gesta regis Ricardi sobre la participación de la flota angevina durante la Tercera Cruzada en Portugal*. *Studia Histórica Medieval* 27 (2009), pp 153-170.
- ⁵² A preocupação de Ricardo talvez se compreenda na medida em que teria ouvido, aquando da sua chegada a 31 de Julho a Marselha, um boato indicando a perda de uma parte da sua frota. Na verdade, a frota vinha em dois grandes grupos, e se o primeiro (constituído por, aproximadamente, dois terços dos barcos) já tinha chegado a Lisboa, o restante, comandado por Guilherme de Fers de Oléron, fora apanhado por uma tempestade e tinha ficado para trás.
- ⁵³ *Gesta Henrici II*. Livro II, p. 125.
- ⁵⁴ Devizes, R., *Cronicon de Tempore regis Richardi Primi*. Ed. y trad. de J. T. Appleby, Londres, 1963, citado por Flori, J., *op. cit.*, p. 136.
- ⁵⁵ Flori, J., *op. cit.*, p. 137.
- ⁵⁶ *Gesta Henrici II*, Livro II, p. 151 ss.
- ⁵⁷ Flori, J., *L'Islam et le Fin du Temps*. Ed. Seuil, 2007.
- ⁵⁸ *Gesta Henrici II*. Livro II, p. 147.
- ⁵⁹ *Gesta Henrici II*. Livro II, p. 152.
- ⁶⁰ Flori, J., *Ricardo Corazon de Leon*. *Op. cit.*, p. 144.
- ⁶¹ *Gesta Henrici II*, Livro II, p. 153.
- ⁶² Howden, *Chronica*. Ed. W. Stubbs, R. S., Londres 1868-1871, 4 Vol. III, pp. 77-78.
- ⁶³ Flori, J., *op. cit.*, p. 158.
- ⁶⁴ Ambroise, 1455ss.
- ⁶⁵ Flori, J., *op. cit.*, p. 158.
- ⁶⁶ Takrit fica hoje em território iraquiano, sendo a terra natal do tristemente célebre Sadam Hussein.
- ⁶⁷ Com os Omíadas, a capital tinha passado de Medina para Damasco.
- ⁶⁸ Zengi deixa Alepo a Nur al-Din e Mossul a seu outro filho, Ghazi.
- ⁶⁹ Eddé, A.M., *Saladin*, Normandia, Ed. Flammarion, 2008
- ⁷⁰ Ibn Khallikan, *Kitab Wafayat al-a'Yan wa anba' abna' al-zaman*. Ed. I'Abbas, 8 vol., Beirute, 1968-1972, trad. M.G. de Slane, Ibn Khallikan's Biographical Dictionary, 4 vols., Paris – Londres, 1843-1871. Cit. Eddé, p. 34.
- ⁷¹ Guillaume de Tyr, Ed. R.B.C. Huygens pp. 972-973 (XXI, 8).
- ⁷² Eddé, A.M. *op. cit.*, p. 37.
- ⁷³ Eddé, A.M., *op. cit.*, p. 37.
- ⁷⁴ Eddé, A.M., *op. cit.*, p. 38.
- ⁷⁵ Ibn Shaddad, *The Rare and Excellent History of Saladin*. Ed. Ashgate, Surrey, p. 42.
- ⁷⁶ Möhring, H., *Saladino. El sultán e su época 1138-1193*. Ed. Original Verlog C.H. Beck, Munich 2005, trad. por Publicaciones de la Universitat de València, 2010, p. 37.
- ⁷⁷ *Op. cit.*, p. 38.
- ⁷⁸ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 43.
- ⁷⁹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 44.
- ⁸⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 45.
- ⁸¹ Anne-Marie Eddé, *op. cit.*, p. 49.
- ⁸² *Op. cit.*, p. 51.
- ⁸³ Citado por Eddé, A. M., *op. cit.*, p. 52.
- ⁸⁴ Eddé, A. M., *op. cit.*, p. 53.

- ⁸⁵ Eddé, A. M., *op. cit.*, p. 55.
- ⁸⁶ Eddé, A.M. *op. cit.*, p. 64.
- ⁸⁷ Möhring, H., *op. cit.*, p. 49.
- ⁸⁸ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 47.
- ⁸⁹ Nicolle, D., *Saladin. Leadership, Strategy, Conflict*. Osprey Publishing Limited, 2011, p. 13.
- ⁹⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 49.
- ⁹¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 52.
- ⁹² Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 24.
- ⁹³ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 53.
- ⁹⁴ Möhring, H. *op. cit.*, p. 66.
- ⁹⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 54.
- ⁹⁶ Möhring, H. *op. cit.*, p. 66.
- ⁹⁷ Möhring, H. *op. cit.*, p. 66.
- ⁹⁸ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 55-56.
- ⁹⁹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 56.
- ¹⁰⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 59.
- ¹⁰¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 62.
- ¹⁰² Nicolle, D., *Hattin*. Oxford, Osprey Publishing, 2011, pp. 58-61.
- ¹⁰³ *Op. cit.*, pp. 72-75.
- ¹⁰⁴ Maalouf, Amin, *As cruzadas vistas pelos árabes*, trad. port. Lisboa, Difel, 15ª Edição, 2008, p. 229.
- ¹⁰⁵ Maalouf, Amin, *op. cit.*, p. 242.
- ¹⁰⁶ Maalouf, Amin, *op. cit.*, p. 245.
- ¹⁰⁷ Ambroise, *L'Estoire de la guerre sainte: Histoire em vers de la Troisième Croisade (1190-1192)*. Primary Source Edition, de Gaston Bruno Paulin Paris, 2014, v. 2163-2288.
- ¹⁰⁸ Nicholson Helen J., *The Chronicle of the third Crusade* tradução de *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi* baseada na edição produzida por William Stubbs, Vol 1, Crusade Texts in translation, Book 2, ch 42. p. 199.
- ¹⁰⁹ Ambroise, *op. cit.*, v. 2335-2386.
- ¹¹⁰ Ibn Shaddad, 229-239 – *Chroniques arabes des Croisades*. Textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli traduit de l'italien par Viviana Pâques, quatrième édition (première publication en langue française Sinbad, 1977), Actes du Sud, 1996, pp. 241-243.
- ¹¹¹ *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi*, *op. cit.*, Livro 3, cap. 12, p. 213.
- ¹¹² Eracles, *Estoire de Eracles Empereur et la Conquete de la Terre d'Outremer*, in *Recueil des Historiens des Croisades: Historiens Occidentaux* (1841-95). Ed. P. Paris, Paris, 1879, 5 Vols., 2º Vol. p. 257.
- ¹¹³ Ambroise, *op. cit.*, v. 5225-5244.
- ¹¹⁴ Ambroise, *op. cit.*, vv. 5507 ss.
- ¹¹⁵ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro IV, cap. 4.
- ¹¹⁶ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 249 ss.
- ¹¹⁷ Monteiro, J. G., *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares, Ensaios de História Militar Antiga e Medieval*. Coimbra, Ed. Salamandra, pp. 266-270.
- ¹¹⁸ Nicolle, D, Oxford, *The Third Crusade 1191*. Osprey Publishing 2005, p. 38.
- ¹¹⁹ Al-Harawi *Les conseils du Sya al Harawi à un Prince Ayyubide*, in *Bulletin d'Études Orientales de l'Institut Français de Damas*, XVII (1961-62), pp. 233-4.
- ¹²⁰ Ambroise, *op. cit.*, v. 5695.
- ¹²¹ Ambroise, *op. cit.*, v. 5733-5748.
- ¹²² Eracles, *op. cit.*, p. 183.
- ¹²³ Ambroise, *op. cit.*, v. 5756-5808.
- ¹²⁴ Ibn Shaddad, D.S. Richards, trad. *The Rare and Excelent History of Saladin of Al-Nawádir al Sultaniyya wa'l-Mahasin al-Yúsufiyya by Baha'al Din Ibn Shaddad*, Aldershoot, 2002, p. 24.
- ¹²⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 170-171.
- ¹²⁶ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 170.
- ¹²⁷ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro IV, cap. 10, p. 237.
- ¹²⁸ Ambroise, *op. cit.*, v. 6329.
- ¹²⁹ Ambroise, *op. cit.*, v. 6201.
- ¹³⁰ Ambroise, *op. cit.*, v. 6201.
- ¹³¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 171.
- ¹³² *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro IV, cap. 12.
- ¹³³ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro IV, cap. 14.

- ¹³⁴ Ambroise, *op. cit.*, v. 5943-6033.
- ¹³⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, v 171.
- ¹³⁶ Ambroise, *op. cit.*, v. 6011-6038.
- ¹³⁷ Ambroise, *op. cit.*, v. 6354-6630.
- ¹³⁸ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro IV, cap. 19.
- ¹³⁹ Howden, Roger of, *Gesta Henrici II e Ricardi I* citado em Michèle Brosard -- Dandré y Gisel Berson *Richard Coeur de Lion. Histoire et legende*, 2007 traduzido por Javier Martin Lalanda, Ed. Sirueta, 2007, pp. 147-150.
- ¹⁴⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 174-177.
- ¹⁴¹ Ambroise, *op. cit.*, v 6138-39.
- ¹⁴² Ambroise, *op. cit.*, v 6126.
- ¹⁴³ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 147-175.
- ¹⁴⁴ Nicolle, David, *op. cit.*, p. 71.
- ¹⁴⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 174-175.
- ¹⁴⁶ *Itinerarium*, *op. cit.*, pp. 247-248.
- ¹⁴⁷ Ambroise, *op. cit.*, v. 6359.
- ¹⁴⁸ Ambroise, *op. cit.*, v. 6359.
- ¹⁴⁹ Ambroise, *op. cit.*, v. 6359.
- ¹⁵⁰ *Richard Coeur de Lion. Histoire et Legende*, *op. cit.*, p. 148.
- ¹⁵¹ Abu Shama, citado por Nicolle, David, *op. cit.*, p. 79.
- ¹⁵² Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 254.
- ¹⁵³ Nicolle, David, *The Third Crusade 1191: Richard the Lionheart, Saladin and the Struggle for Jerusalem*. Ospery Publishing, 2005, p. 79.
- ¹⁵⁴ *Itinerarium*, *op. cit.*, p. 254.
- ¹⁵⁵ Citado por Nicolle, David, *op. cit.* pp. 79-80.
- ¹⁵⁶ *Itinerarium*, *op. cit.*, p. 255.
- ¹⁵⁷ *Richard Coeur de Lion. Histoire et Legende*, *op. cit.*, p. 148.
- ¹⁵⁸ Ambroise, *op. cit.*, v. 6616-6622.
- ¹⁵⁹ Citado por Nicolle, D., *op. cit.*, p. 80.
- ¹⁶⁰ *Richard Coeur de Lion. Histoire et Legende*, *op. cit.*, p. 148.
- ¹⁶¹ Ambroise, *op. cit.*, v. 6625-6630.
- ¹⁶² Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 176.
- ¹⁶³ Ambroise, *op. cit.*, v. 6941.
- ¹⁶⁴ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 178.
- ¹⁶⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 185.
- ¹⁶⁶ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 181.
- ¹⁶⁷ Ambroise, *op. cit.*, v. 7177-7233.
- ¹⁶⁸ Ambroise, *op. cit.*, v. 7233-7366; *Itinerarium*, *op. cit.* Livro IV, cap. 30.
- ¹⁶⁹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 191.
- ¹⁷⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 195.
- ¹⁷¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 195-196.
- ¹⁷² Ambroise, *op. cit.*, v.7605-7673.
- ¹⁷³ Ambroise, *op. cit.*, v. 7673; *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. I-II.
- ¹⁷⁴ Ambroise, *op. cit.*, v. 8157-8234; *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, caps. 9-10.
- ¹⁷⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 198.
- ¹⁷⁶ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. 25.
- ¹⁷⁷ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. 37, Ambroise, v. 9103-9126.
- ¹⁷⁸ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 200; Ralph of Diceto, 2, p. 104.
- ¹⁷⁹ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. 26; Ambroise, v. 8772-878.
- ¹⁸⁰ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. 38; Ambroise, v. 9128-9150.
- ¹⁸¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 202.
- ¹⁸² *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. 39, p. 318.
- ¹⁸³ *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro V, cap. 40, Ambroise, v. 9374-89.
- ¹⁸⁴ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 206.
- ¹⁸⁵ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 213.
- ¹⁸⁶ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 217-221.
- ¹⁸⁷ Ambroise, *op. cit.*, v. 11203-11238.
- ¹⁸⁸ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 225; *Itinerarium*, *op. cit.*, Livro VI, cap. 22; Ambroise, *op. cit.*, 11396-5.
- ¹⁸⁹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 226.

- ¹⁹⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 226.
- ¹⁹¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 230-231.
- ¹⁹² Ambroise, *op. cit.*, v. 11899-12194; *Itinerarium, op. cit.* Livro VI, cap. 27; e Ibn Shaddad *op. cit.*, p. 231.
- ¹⁹³ Ambroise, *op. cit.*, v. 8157-8234; *Itinerarium, op. cit.* Livro VI, cap. 37; e Ibn Shaddah, *op. cit.*, pp. 231-232.
- ¹⁹⁴ *La Continuation de Guilherme de Tyr.* Ed. M. R. Morgan, Paris, 1982, p. 152.
- ¹⁹⁵ *Ricardo Corazon de Leon. Historia y Leyenda, op. cit.*, pp. 177-210; e Ibn Shaddad, *op. cit.*, pp. 233-245.
- ¹⁹⁶ *La Continuation de Guilherme de Tyr.* Ed. M.R. Morgan, Paris, 1982, p. 152.
- ¹⁹⁷ Howden, Roger of, *Chronica.* Ed. W. Stubbs, 4 vols, in collection *Rerum Britannicarum Scriptores Medii Aevi*, London 1868-1871, pp. 276-277.
- ¹⁹⁸ Raul of Coggeshall, *Chronicon Anglicanum.* Ed. W. Stubbs, Londres, 1876, p. 65.
- ¹⁹⁹ Guilherme of Newburgh, *Historia Rerum Anglicanum.* Ed. R. Howlett, in *Chronicles of the Reigns of Stephen, Henry II and Richard I*, vol. III, London 1886, p. 4.
- ²⁰⁰ Howden, Roger of, *op. cit.*, cap. III, p. 204.
- ²⁰¹ Guilherme of Newburgh, *op. cit.* pp. 404-405.
- ²⁰² Gillingham, J., *op. cit.*, pp. 421-421.
- ²⁰³ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 425.
- ²⁰⁴ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 428.
- ²⁰⁵ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 429.
- ²⁰⁶ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 431.
- ²⁰⁷ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 432.
- ²⁰⁸ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 439.
- ²⁰⁹ Gillingham, J., *op. cit.*, pp. 439-440.
- ²¹⁰ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 444.
- ²¹¹ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 446.
- ²¹² Gillingham, J., *op. cit.*, p. 455.
- ²¹³ Gillingham, J., *op. cit.*, p. 481.
- ²¹⁴ Raul of Coggeshall, *op. cit.*, pp. 93-96.
- ²¹⁵ Howden, Roger of, *Chronica.* Ed. By W. Stubbs, 4 vols inseridos no *Rerum Britanniarum Scriptores Medii Aevi*, London, t. 4, pp. 82-85.
- ²¹⁶ Raul of Coggeshall, *op. cit.*, pp. 93-94.
- ²¹⁷ Raul of Coggeshall, *op. cit.*, pp. 82-83.
- ²¹⁸ Raul of Coggeshall, *op. cit.*, p. 96.
- ²¹⁹ Raul of Coggeshall, *op. cit.*, p. 85.
- ²²⁰ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 243.
- ²²¹ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 244.
- ²²² Eddé, A. M., *op. cit.*, p. 215.
- ²²³ Eddé, A. M., *op. cit.*, p. 215.
- ²²⁴ Eddé, A. M., *op. cit.*, p. 215.
- ²²⁵ Ambroise, *op. cit.*, v. 1512.
- ²²⁶ Ibn Shaddad, *op. cit.*, p. 28.
- ²²⁷ John Gillingham, *Richard I and the Science of War in the Middle Ages*, in M. Strickland, *Anglo-Norman Warfare*, Woodbridge. The Boydell Press, 1992, pp. 194-207 (Ed.orig: 1984).

BIBLIOGRAFIA

1. FONTES PRIMÁRIAS

- AAVV, *L'Orient au temps des croisades*. Textes arabes présentés et traduits para Anne-Marie Eddé et Françoise Micheau. Ed. Flammarion, Paris, 2002.
- Al-Harawi, *Les conseils du Sayh al Harawi à un Prince Ayyubid* in Bulletin d'Études Orientales de l'Institut Français de Damas, XVII (1961-62) pág. 233-4.
- Ambroise, *L'Estoire de la Guerre Sainte*. Ed et trad. G.Paris, 1897.
- *Bíblia Sagrada*, Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), Lisboa, 8ª edição, 1978.
- Coggeshall, Raul of, *Chronicon anglicanum*. Ed.de J. Stevenson (RS), Londres, 1875.
- Devizes, Ricardo, *Cronicon de Tempore regis Richardi Primi*, Ed. y trad. de J. T.Appleby, Londres, 1963.
- Diceto, Raul, *Rudolfi di Diceto Decani Londiniensis Opera Histórica*, Ed. W. Stubbs (2 vols., RS, 1876).
- Egéria, *Peregrinação à Terra Santa no séc. IV*, Edição de Alexandra B. Mariano e Alêtheia Editores, Lisboa, 2015.
- Eracles, *Estoire de Eracles Empereur et la Conquete de la Terre d'Outremer, in Recueil des Historiens des Croisades: Historiens Occidentaux (1841-95)*, 5 Vols. Ed. P. Paris, Paris, 1879.
- Giraud de Barri, *De Principis Instructione*, Ed. G.F., 1891, *Expugnatio Hibernica. The Conquest of Ireland in Opera*. Editado por J. S. Brewer, J. F. Dimock & G.F.Warner, Longman and Green, 8 Vols, Vol. VIII, Colecção *Rerum Britannicarum Medii Aevi Scriptores*. Londres 1861-1891.
- Howden, Roger of, *Chronica*, Ed. By W. Stubbs, 4 vols inseridos no *Rerum Britanniarum Scriptores Medii Aevi*, London
- Ibn al-Athir, XI, 351-355 – *Chroniques arabes des croisades, textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli traduit de l'Italien par Viviana Pâques, Quatrième édition, (première publication en langue française Sinba, 1977)*, Actes du Sud, 1966.
- Ibn Shaddad, *The Rare and Excellent History of Saladin, Crusade*. Ed. Ashgate, Surrey, *Text in translation, translated by D.S. Richards*, 2002.
- Imad al-Din, 18-29 - *Chroniques arabes des croisades, textes recueillis et présentés par Francesco Gabrieli traduit de l'Italien par Viviana Pâques, Quatrième édition, (première publication en langue française, Sinba, 1977)*, Actes du Sud, 1966.
- *Itinerarium Peregrinorum et Gesta Regis Ricardi. Crusade Texts in Translation* by Helen J. Nicholson.
- Joinville, *Vie de Saint Louis*. Lettres Gothiques, Paris, 1995.
- *La Continuation de Guilherme de Tyr*, Ed. De M.R. Morgan, Paris, 1982.
- Newburgh, Guilherme, *Historia Rerum Anglicanum*. Ed. R. Howlett, in *Chronicles of the Reigns of Stephen, Henry II and Richard I*, vol. III, London 1886.

- *Nobre Alcorão*. Tradução do sentido para a língua portuguesa, realizado por Nasr, H. com a colaboração da Liga Islâmica Mundial, em Makkah Nobre.
- *Ricardo Corazon de Léon. Historia y leyenda. Introduccion y seleccion de textos* de Michele Brossard-Dandré y Gisèle Besson. *Traduccion del francés* de Javier Martin Lalanda, Biblioteca Medieval XXVIII Ediciones Siruela.

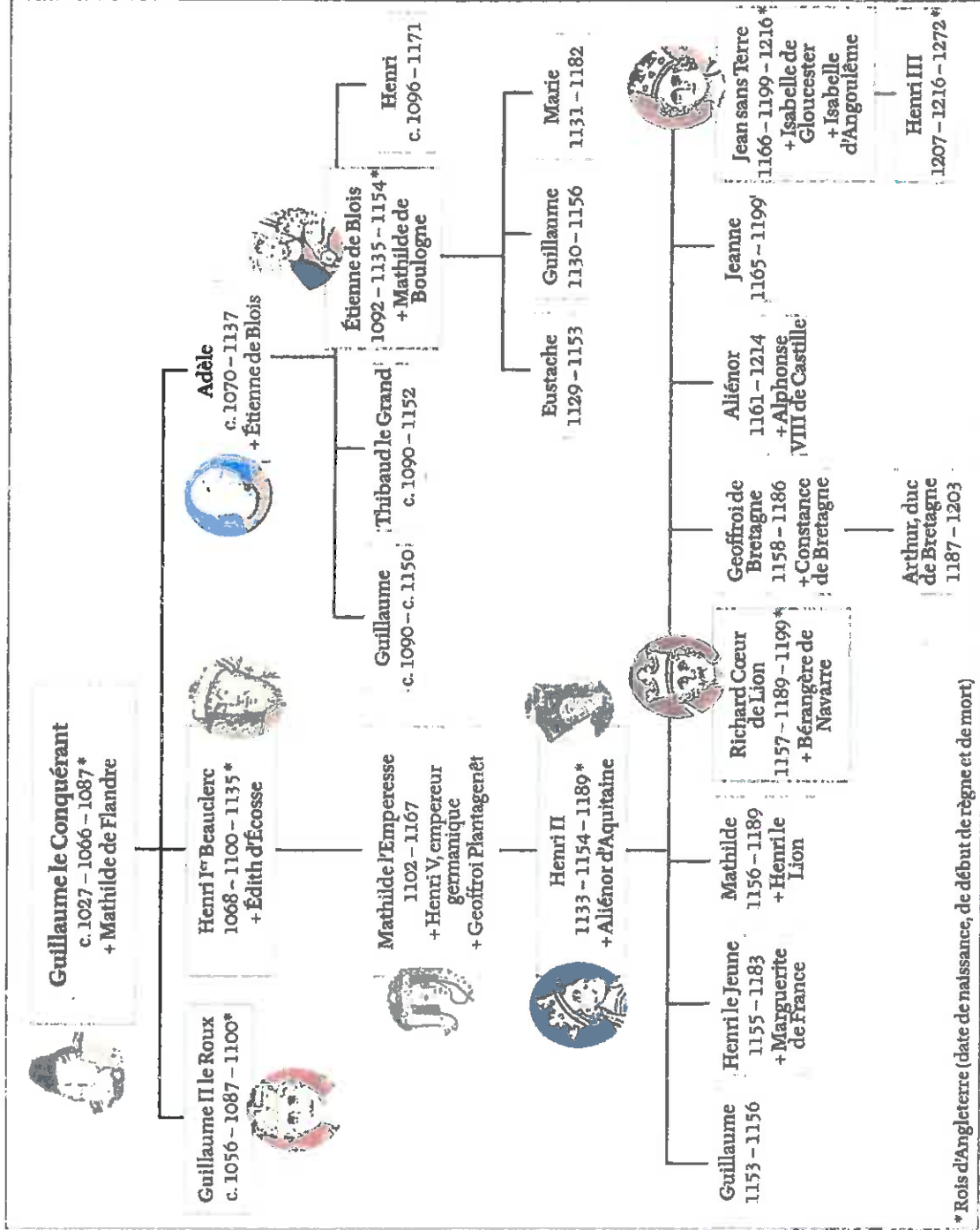
2. FONTES SECUNDÁRIAS

- AAVV, *Batallas de las cruzadas, 1097-1444*. Tikal, Ediciones, s.d..
- AAVV, *Batallas medievales, 1000-1500*. Tikal, Ediciones, s.d..
- AAVV, *L'Empire des Plantagenêts. D'Aliénor à Richard Coeur de Lion*. L'Histoire Editions, s.l., Junho 2013.
- Ayala Martínez, Carlos de, *Las Cruzadas*. Ed. Silex, Madrid, 2014.
- Ayala Martínez, Carlos de, *Las Ordenes Militares en la Edad Media*. Ed. Arco/Libros, SL, nº 57, Madrid, 1998.
- Balard, Michel, *Croisades et Orien Latin 11éme.-14éme siècle*. Ed. Armand Colin, Paris, 2003.
- Bartlett, W.B., *Los asesinos*. Trad. Mercedes Garcia Garmill e António Prometeo Moya. Ed. Critica, Barcelona, 2006.
- Beffeyte, Renaud, *Les machines de guerre au Moyen Âge*. Ed. Ouest-France, Rennes, 2000.
- Bennett, Matthew, *The medieval world at war*. Thames & Hudson, Londres, 2009.
- Bloch, Marc, *La société féodal*. Ed. Albin Michel, Paris, 1994.
- Daugherty, Marin J., *Weapons & fighting techniques of the medieval warrior 1000-1500 Ad..* Amber Books, Ltd., Londres, 2008.
- Demurger, Alain, *Croisades et croisés au Moyen Âge*. Ed. Flammarion, Paris 2006.
- Demurger, Alain, *Os Templários: uma cavalaria cristã na Idade Média*. Ed. Difel, Rio de Janeiro, 2007.
- Duby, Georges, *La chevalerie*. Librairie Académique Perrin, Paris, 1993.
- Durand, Philippe, *L'Armement au Moyen Âge*. T1 et T2, Coll. *Les petits vocabulaires de l'histoire de l'art*. Ed. Confluences, s.l. 2012.
- Earle, Caroline, *How to read castles*. Ed. Ivy Press Limited, s.l., 2013.
- Eddé, Anne-Marie, *Saladin*. Ed. Flammarion, Lonrai, 2008.
- Fernandes, Hermenegildo, *Entre Mouros e Cristãos — a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*, Lisboa dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000.
- Flori, Jean, *L'Islam et la fin des temps*. Editions du Seuil, Paris, 2007.
- Flori, Jean, *La croix, la tiare et l'épée. La croisade confisquée*. Histoire Payot. Éditions Payot & Rivages, Paris, 2010.
- Flori, Jean, *Prêcher la croisade XIéme-Xiiiéme siècle. Communication et propagande*. Ed. Perrin, Paris, 2012.
- Flori, Jean, *Richard coeur de lion*. Éditions Payot et Rivages, Paris, 1999.
- France, J., *Victory in the East. A Military History of the First Crusade*. Cambridge University Press, 1996.

- Garcia-Guijarro Ramos, Luís, *Papado, Cruzadas y Ordenes Militares Militares, Siglos XI-XII*. Ed. Cátedra, Madrid, 2010.
- Gillingham, J., *Richard I and the Science of War in the Middle Ages*, in M. Strickland, *Anglo-Norman Warfare*, Woodbridge. The Boydell Press, 1992 (ed. orig.1984).
- Gillingham, J., *Ricardo Corazón de León*. Trad. Bernardo Santana Moreno, Ed. Silex, Madrid, 2002.
- Grant, R.C., *Battle. A visual journey through 5000 years of combat*. Ed. DK, Nova Iorque, 2005.
- Grousset, René, *Histoire des Croisades III. 1188-1291. L'Anarchie Franque*. Collection Tempus, Ed. Perrin, Paris, 2006.
- Ibanez e Jordan, *La yihad terrorista*, Ed. Sintesis, s.l., 2007.
- Le Goff, Jacques, *Héros et merveilles du Moyen Âge*. Editions du Seuil, 2005.
- Marshall, C., *Warfare in Latin East, 1192-1291*. Cambridge University Press, 1992.
- Marshall, C., *Warfare in the Latin East, 1192-1291*. Cambridge University Press, 1992.
- Möhring, Hannes, *Saladino. El sultan y su epoca 1138-1193*. Universitat de Valencia, 2010.
- Monteiro, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Ed. Notícias, 1998.
- Monteiro, João Gouveia, *A Regra do Templo ou o esplendor da arte militar medieval*, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 11. Coimbra, 2011.
- Monteiro, João Gouveia, *As ordens militares e os modelos tácticos de combate de um e do outro lado do Mediterrâneo* in J.G. Monteiro, Salamandra, Coimbra, 2010.
- Nicolle, David, *Saladin. Leadership, Strategy, Conflict*. Osprey Publishing, Oxford, 2011.
- Nicolle, David, *The Third Crusade 1191. Richard the Lionheart, Saladin and the struggle for Jerusalem*. Osprey Publishing, Oxford, 2005.
- Ouerfelli, Mohamed, *Gouverner en Islam entre le X^{ème} Siècle et le XV^{ème} Siècle*, Ed. Ellipse, Paris, 2014.
- Pastoureau, Michel, *Une histoire symbolique du moyen âge occidental*. Editons du Seuil, Paris, 2004.
- R.C. Smail, *Crusading Warfare, 1097-1193*. Second Edition, Cambridge University Press, 1995.
- Regan, Geoffrey, *Lionhearts. Richard I, Saladin, and the era of the third crusade*. Walker and Company, New York, 1999.
- Richard, Jean, *L'esprit de la croisade*. Textes médiévaux présentés para Jean Richard. Les Editions du Cerf / CNRS Editions, Paris, 2010.
- Imagem da capa - <http://ordendeltemple.faithweb.com/imagenes.htm>

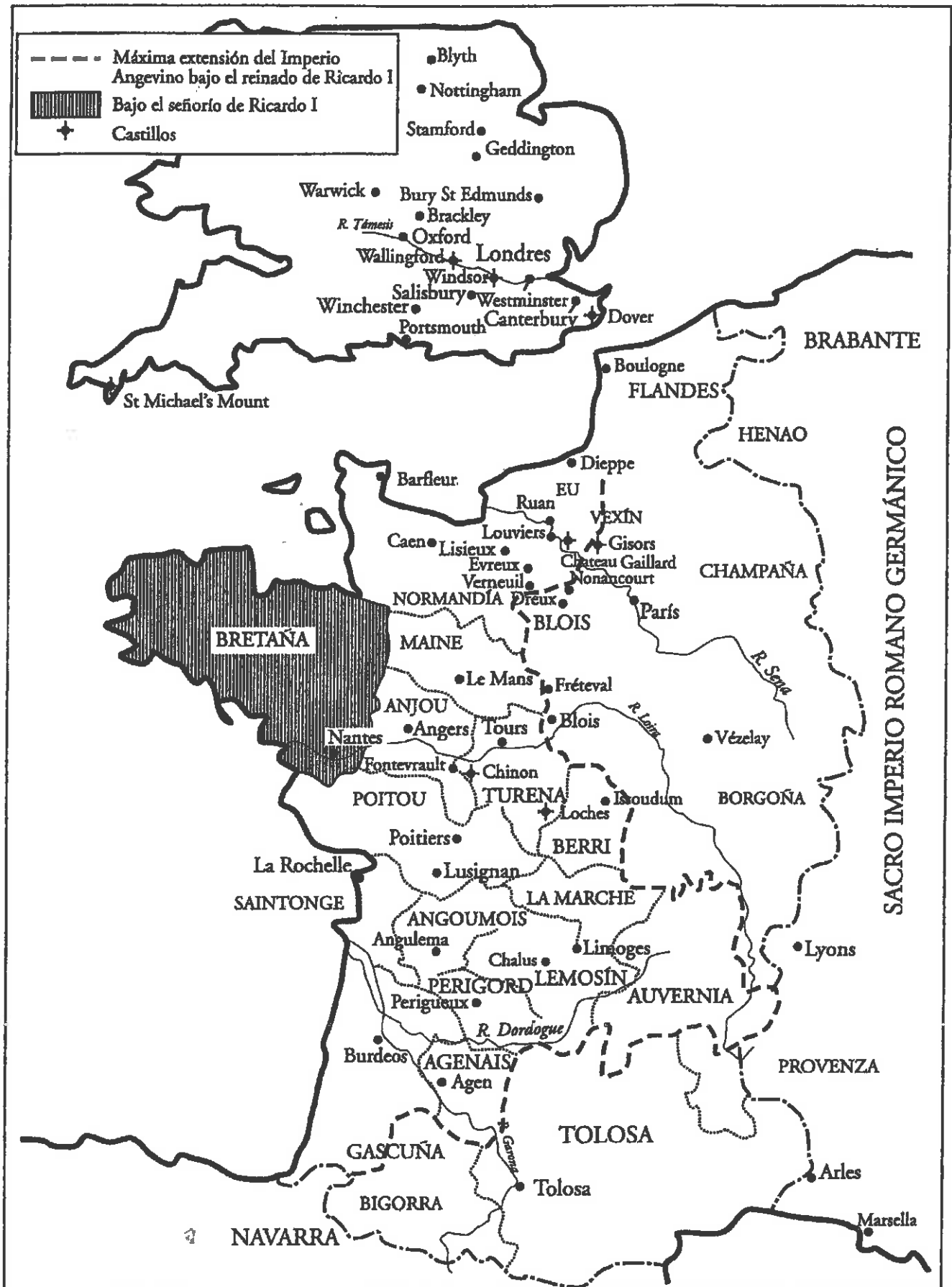
ANEXOS

GENEALOGIA PLANTAGENETA

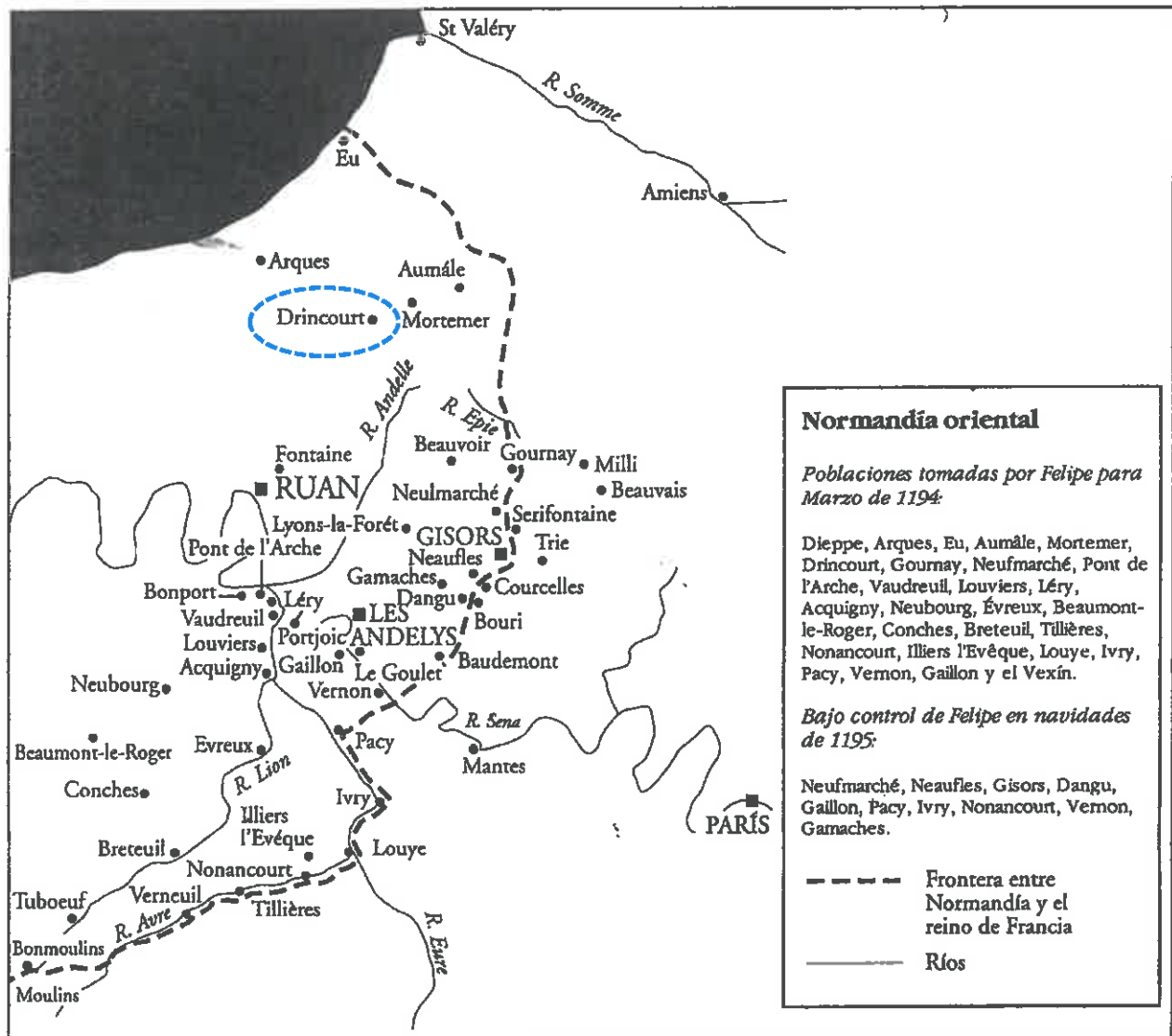


Fonte: AAVV, *L'Empire des Plantagenêts*, 2013, p. 16

Mapa 1 - IMPÉRIO PLANTAGENETA (Reinado de Ricardo I)

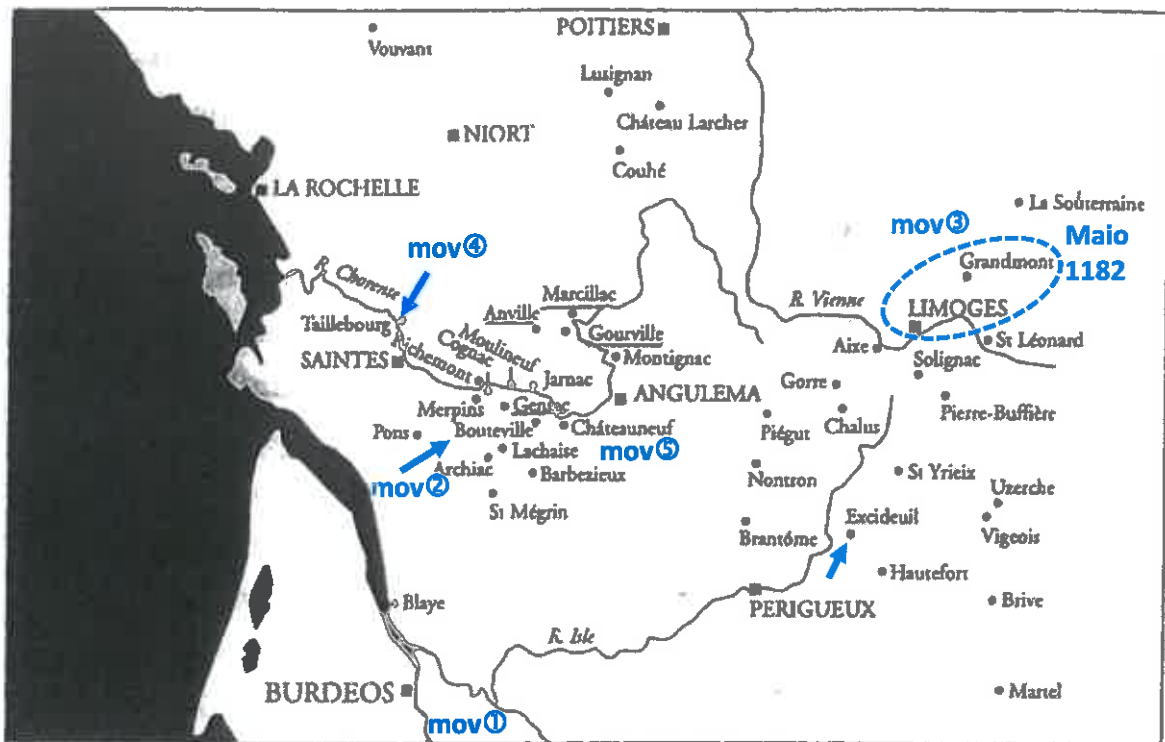


Mapa 2 - NORMANDIA ORIENTAL (Reinado de Henrique II)



Fonte: Gillingham, John., *Ricardo Corazón de León*, p. 527

Mapa 3 - IMPÉRIO PLANTAGENETA

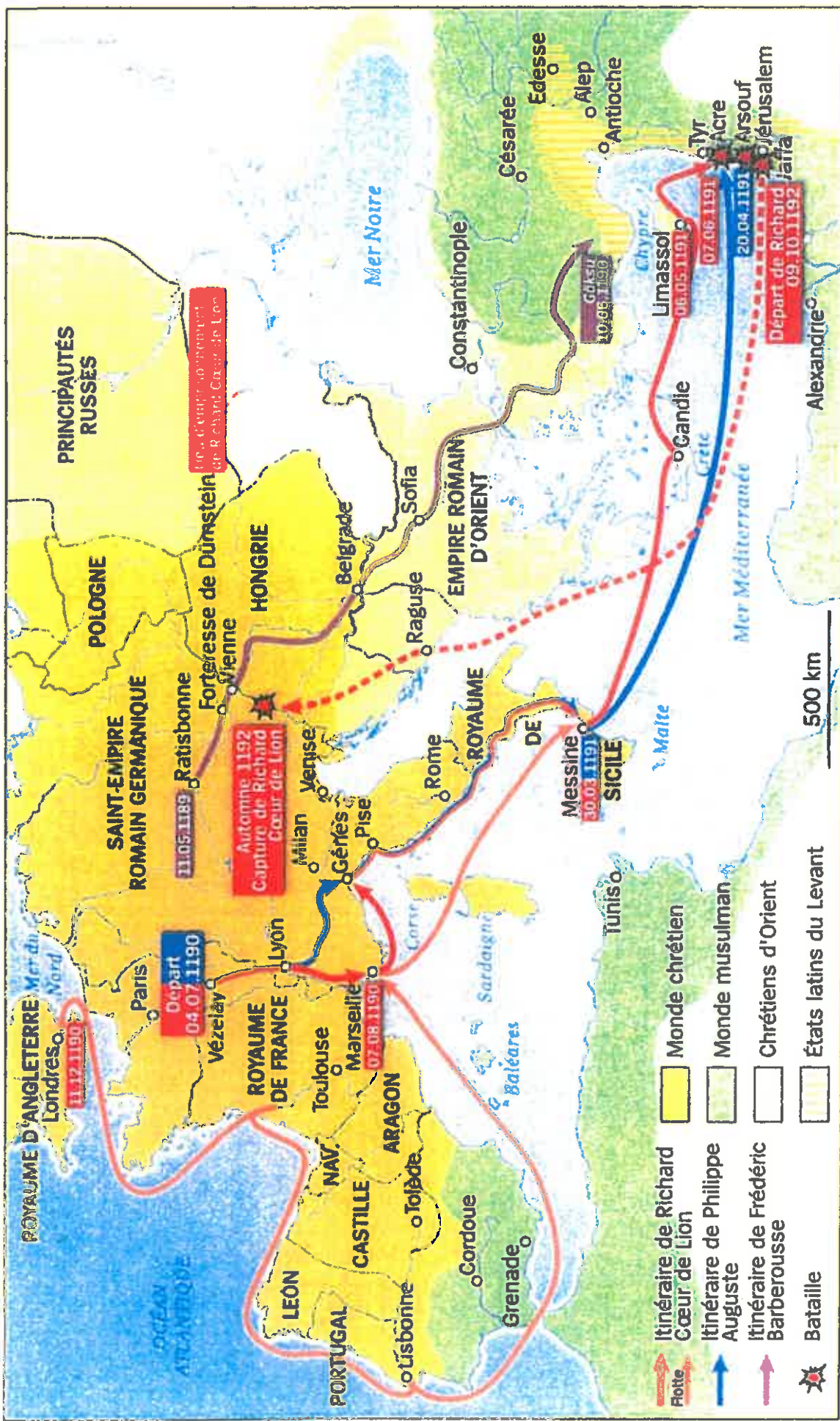


Regiões de “Angoumois” e “Limousin”



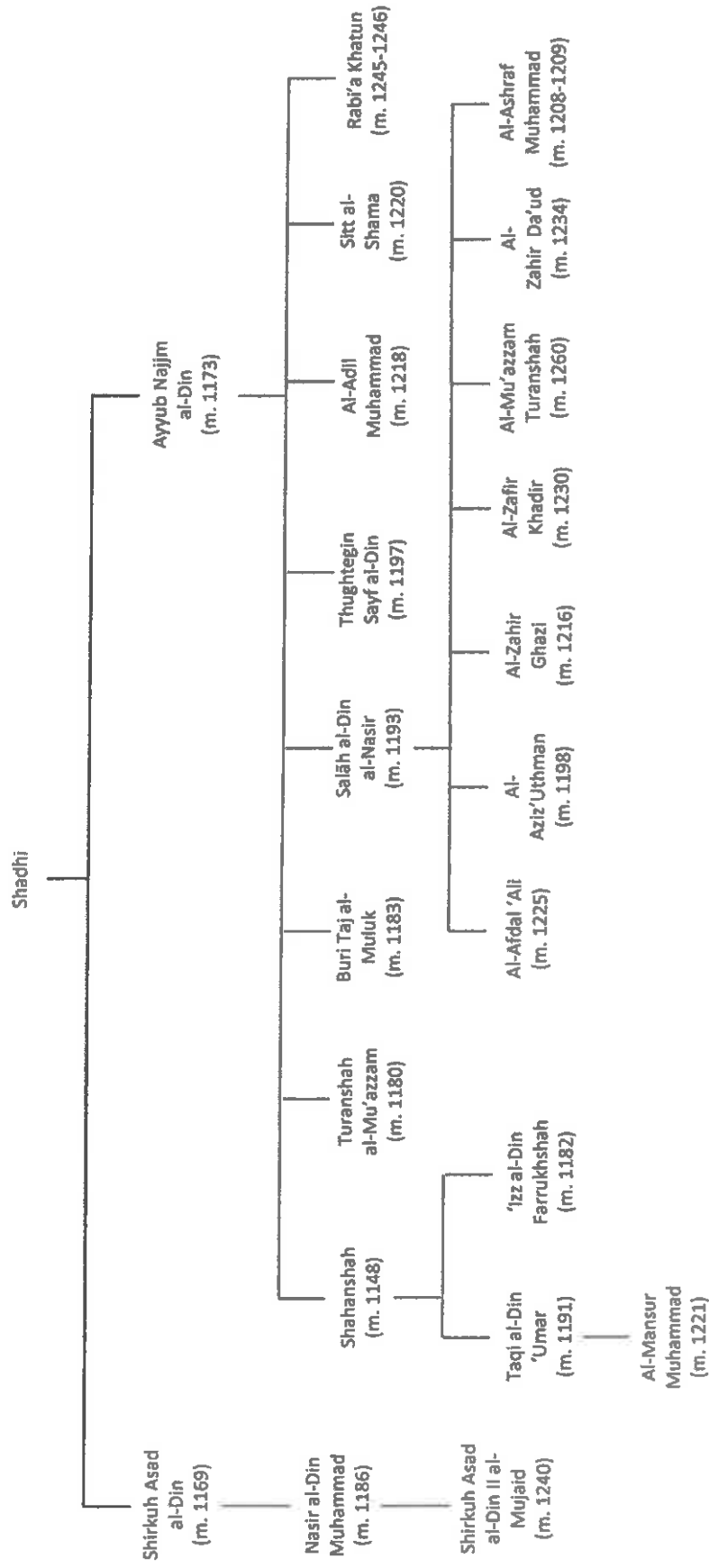
Região do Baixo Vale do Loire

Mapa 4 - ITINERÁRIO DE RICARDO I RUMO À PALESTINA



Fonte: AAVV, L'Empire des Plantagenêts, 2013, p. 58.

GENEALOGIA AIÚBIDA



Fonte: Eddé, A. M., *Saladin*, 2008, p. 145

Mapa 5 - OS ESTADOS DE OUTREMER

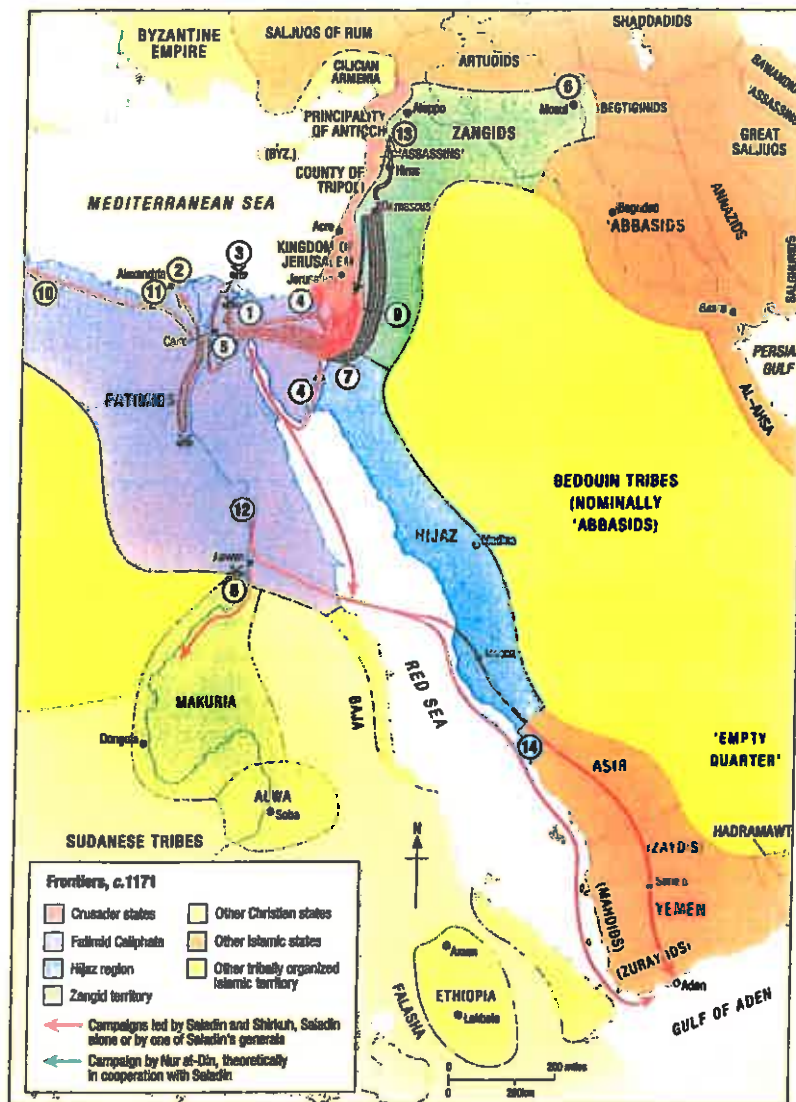


Os Estados de Outremer

A mais importante consequência da Primeira Cruzada (1096-1099) foi a criação de diversos estados cristãos latinos no Próximo Oriente, conhecidos por «estados francos» (franco, de francês) e na altura globalmente designados por **Outremer** (ultramar). Tratou-se da primeira manifestação do expansionismo europeu moderno

Fonte: AAVV, O Mundo das Cruzadas, in Revista Visão História, Dezembro 2014, p. 22

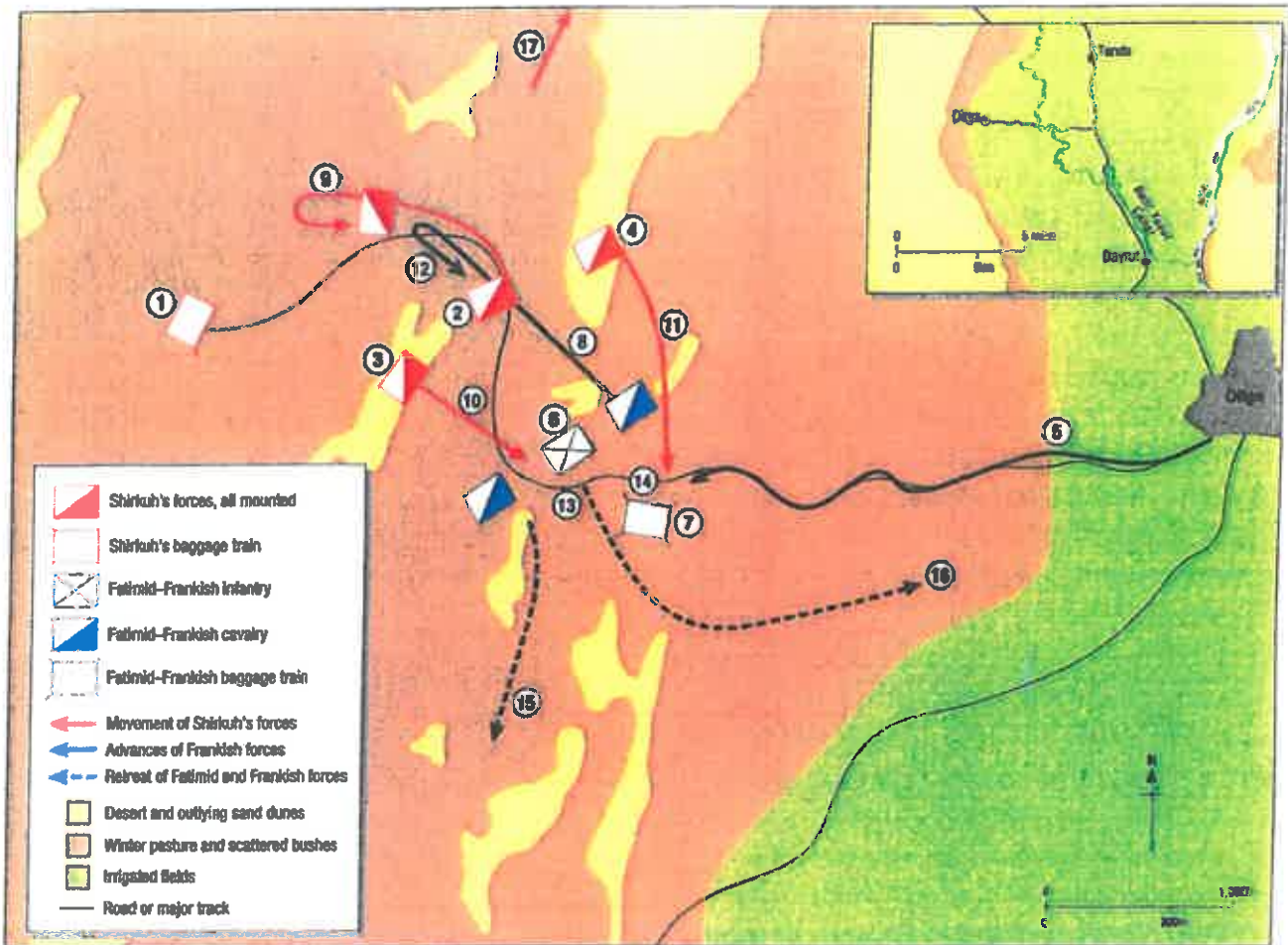
Mapa 6 - A ASCENSÃO DE SALADINO (1163 – 1171)



Opposite

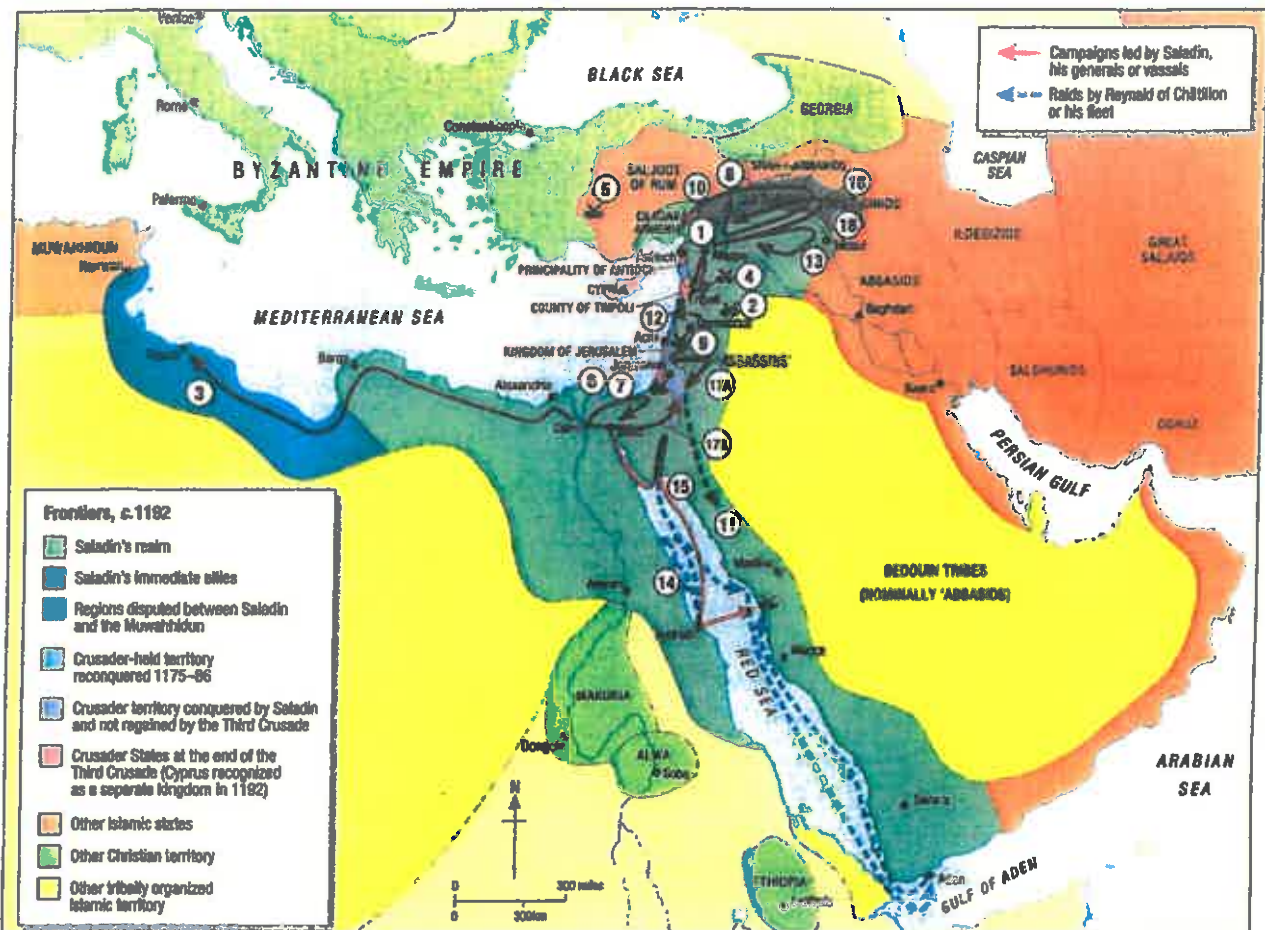
- 1164: Saladin accompanies Shirkuh with an army sent to the Fatimid Caliphate by Nur al-Din of Syria against King Amalric of Jerusalem's second intervention; he defeats the Fatimids at Qawn al-Rish on 18 July, but is besieged in Bilbays from August to November and withdraws to Syria.
- 1167: Saladin and Shirkuh campaign against King Amalric of Jerusalem's third intervention, defeating the Crusader-Fatimid alliance at al-Babayn on 18 March; Saladin leads the defence of Alexandria (May-June), then withdraws to Syria.
- 1169: Saladin and Shirkuh are invited to bring an army to Egypt to confront King Amalric's fifth intervention; Saladin takes over as commander of Nur al-Din's forces in Egypt after the death of Shirkuh and is appointed *wazir* of the Fatimid caliph (March); Saladin crushes a rebellion by Sudanese regiments of the Fatimid caliph's army (August) then defeats a Byzantine-Crusader siege of Dumyat (October-December).
- 1170: Saladin raids Darum and Gaza, and retakes Aylah from the Kingdom of Jerusalem (December).
- 1171: Saladin takes over as governor of Egypt on the death of the last Fatimid caliph, ruling in the name of Nur al-Din of Syria (September).
- 1171: Mosul recognizes the suzerainty of Nur al-Din.
- 1171: Aborted joint attack on Karak by Saladin and Nur al-Din (September-November).
- 1172: Nubians attack Aswan; retaliation by Saladin's brother Turan Shah installs a garrison in Qasr Ibrim (summer to December).
- 1173: Saladin leads an army against Bedouin tribes in Outrejoirdain to secure a route between Egypt and Syria, then raids Karak (summer).
- 1173: Saladin sends an army under Qaraqush on its first expedition into Libya.
- 1173: Sicilian-Norman fleet attacks Alexandria (July-August).
- 1173: Pro-Fatimid rising in Upper Egypt led by Kanz al-Dawla, the governor of Aswan, is crushed by Saladin's brother al-'Adil (August-September).
- 1174: Death of Nur al-Din (15 May); Saladin takes control of Damascus, Hims and Hama (October-December).
- 1174: Saladin sends Turan Shah with an army and supporting fleet to conquer Yemen (February-June).

Mapa 7 - AL BABAYN



- 1 Shirkuh's baggage train between the main desert and the sand hills.
- 2 Saladin almost certainly in command of the centre, largely consisting of Arab Bedouin troops, with orders to fall back towards the baggage train and then to counter-attack as the situation allowed.
- 3 Shirkuh probably in command of the traditionally offensive right wing, largely consisting of Turkish Ghuzz troops including Shirkuh's own Asadiyah personal regiment.
- 4 The traditionally defensive left wing, including or largely consisting of Kurdish troops under an unnamed commander.
- 5 Fatimid-Frankish army arrives from al-Ushmunayn, having crossed the Bahr Yusuf canal east of Dilga.
- 6 Fatimid-Frankish array probably with Frankish cavalry under Hughes of Caesara on the right, Fatimid cavalry under the *wazir* Shawar on the left and a mixed Fatimid and Frankish infantry and cavalry centre under King Amalric.
- 7 Fatimid-Frankish baggage train.
- 8 Frankish cavalry under Hughes of Caesarea attacks the enemy's centre, perhaps believing it to be commanded by Shirkuh.
- 9 The centre under Saladin falls back towards Shirkuh's baggage train, then counter-attacks after Shirkuh charges the main enemy line.
- 10 Shirkuh and the right wing close the gap behind Hughes of Caesarea and attack the main Fatimid-Frankish position.
- 11 Shirkuh's left wing probably also charges, perhaps heading for the enemy's baggage train.
- 12 Frankish cavalry under Hughes of Caesarea suffer severe losses, Hughes himself being captured while most of the knights probably flee.
- 13 The main Fatimid-Frankish force crumbles and abandons the field; Hugues of Creona and Eustache Cholet are killed while Arnulf of Tall Bashir and Bishop Raoul of Bethlehem are captured.
- 14 The Fatimid-Frankish baggage train is captured.
- 15 Scattered fighting continues in 'valleys' south of the battlefield.
- 16 Amalric rallies his men while the nearest enemy troops are preoccupied with other targets; he retreats across the Bahr Yusuf and then to Minyat Ibn al-Khasib (now al-Minya); Shawar probably retreats in the same direction and they are joined by Gerard of Pongi, Jocelin of Samosata and perhaps Shawar's son al-Kamil with the largely infantry force that has crossed the Nile.
- 17 Shirkuh's army returns north, keeping the Bahr Yusuf canal between themselves and the main enemy force.

Mapa 8 - CAMPANHAS DE SALADINO (1174 – 1187)

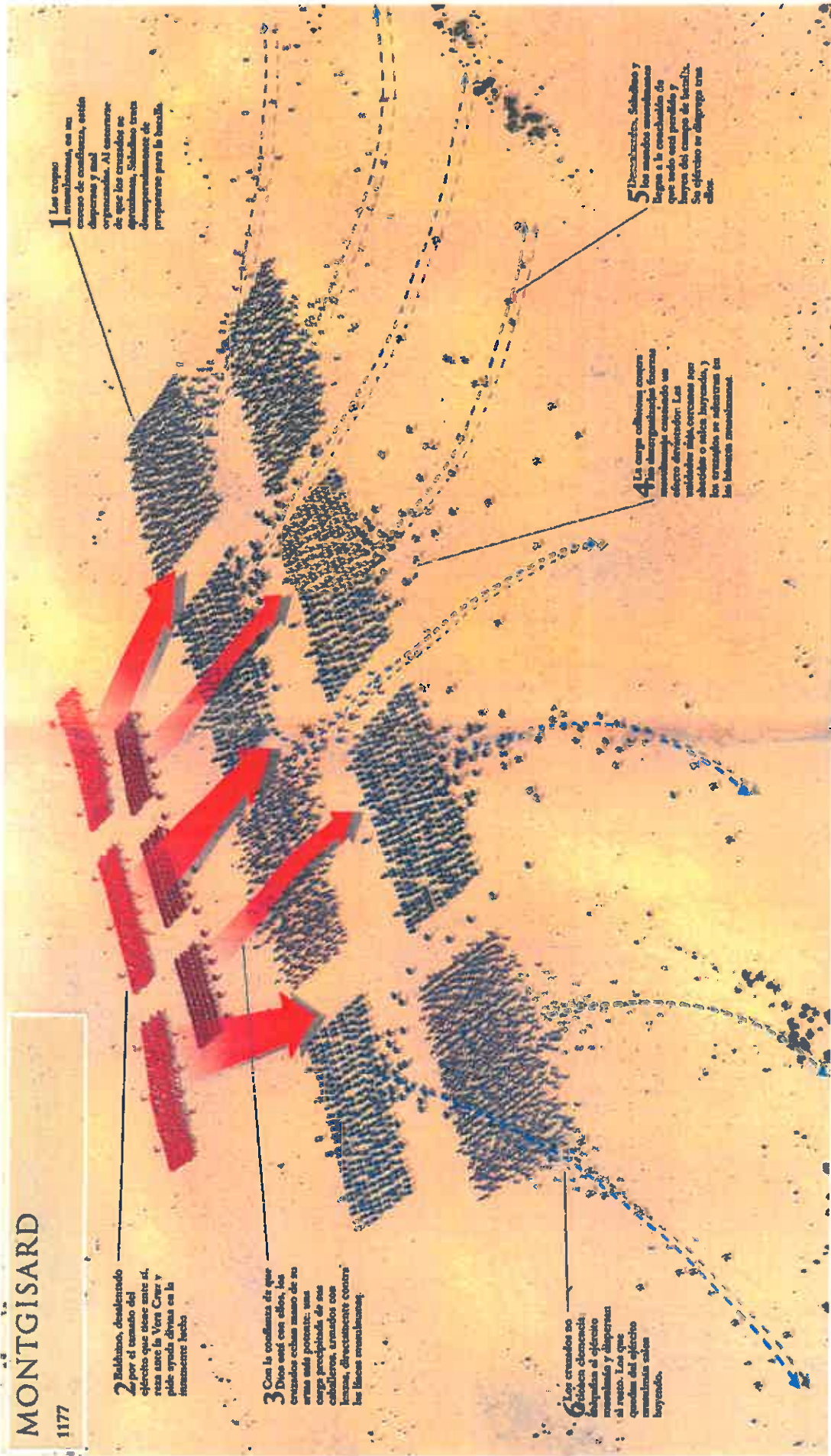


- 1174-75: Saladin unsuccessfully besieges Nur al-Din's successor in Aleppo; Assassins attempt to kill Saladin; Crusader raid against Saladin's forces still besieging Citadel of Hims; Saladin abandons siege of Aleppo, instead completes siege of Hims and takes Baalbak (December 1174 to March 1175).
- 1175: Saladin defeats Zangid counter-offensive by Aleppo and Mosul at Horns of Hama (13 April).
- 1175: Saladin sends Qaraqush as part of continued competition with Muwahhidun to control Libya (summer).
- 1176: Saladin defeats Zangids at Tall al-Sultan (22 April), then negotiates suzerainty over Aleppo (July).
- 1176: Byzantine Emperor Manuel defeated by Saljuqs of Rum at Myriokephalon (17 September).
- 1177: Sicilian-Norman fleet raids Tinnis (summer).
- 1177: Raid by Saladin into Kingdom of Jerusalem is defeated at Tall al-Safiya (25 November).
- 1178: Saladin defeats attempt by Saljuqs of Rum to besiege Raban (spring).
- 1179: Saladin defeats Kingdom of Jerusalem at Marj al-Uyun, takes the Templar castle at Bayt al-Ahzan (April-August).
- 1180: Saladin intervenes in quarrel between Zangids of Mosul and Artuqids of Hîsn Kayfa, convinces Saljuqs of Rum not to interfere, then raids Cilician Armenia.
- 1181: Reynald of Châtillon raids the northern Hijaz (summer).
- 1182: Saladin raids Kingdom of Jerusalem (July-August).
- 1182: Saladin fails to take Zangid Mosul but captures Sinjar (December).
- 1183: Reynald of Châtillon sends raiding fleet into the Red Sea (January-February), but penetration as far as Aden is unconfirmed.
- 1183: Reynald of Châtillon's fleet is destroyed by Husam al-Din Lu'lu' near Rabigh (February).
- 1183: Saladin takes Mayyafariqin, Mardin and Diyarbakir (May), imposes direct rule on Aleppo (June).
- 1183: [A] Saladin raids the Kingdom of Jerusalem (September-October) then [B] summons an army from Egypt under al-'Adil for an unsuccessful joint attack on Karak (November-December).
- 1186: Mosul recognizes Saladin's suzerainty (March).
- 1187: Reynald of Châtillon breaks truce by capturing Muslim caravan, including members of Saladin's family (January or February).
- 1187: Saladin establishes military camp at Ras al-Ma' and summons troops for jihad against Crusader states (March).
- 1187: Taqi al-Din takes over the defence of the northern frontiers (March).
- 1187: Saladin from Damascus and al-'Adil from Egypt join forces to raid Karak area (April).
- 1187: Muslim reconnaissance force defeats Crusader force at springs of Cresson (1 May).
- 1187: Saladin orders Ayyubid forces to muster at Tall 'Ashtarrah (27 May).

ESQUEMA 1 – BATALHA DE MONTGISARD

MONTGISARD

1177



1 Los cruza- dos, desfilando en un exceso de confianza, están desorganizados y mal preparados. Al encarnarse de que los cruzados se aproximan, Saladin trata de prepararlos para la batalla.

2 Balthazar, desfilando por el tamaño del ejército que tiene ante sí, reza ante la Virgen Cruz y pide ayuda divina en la inminente lucha.

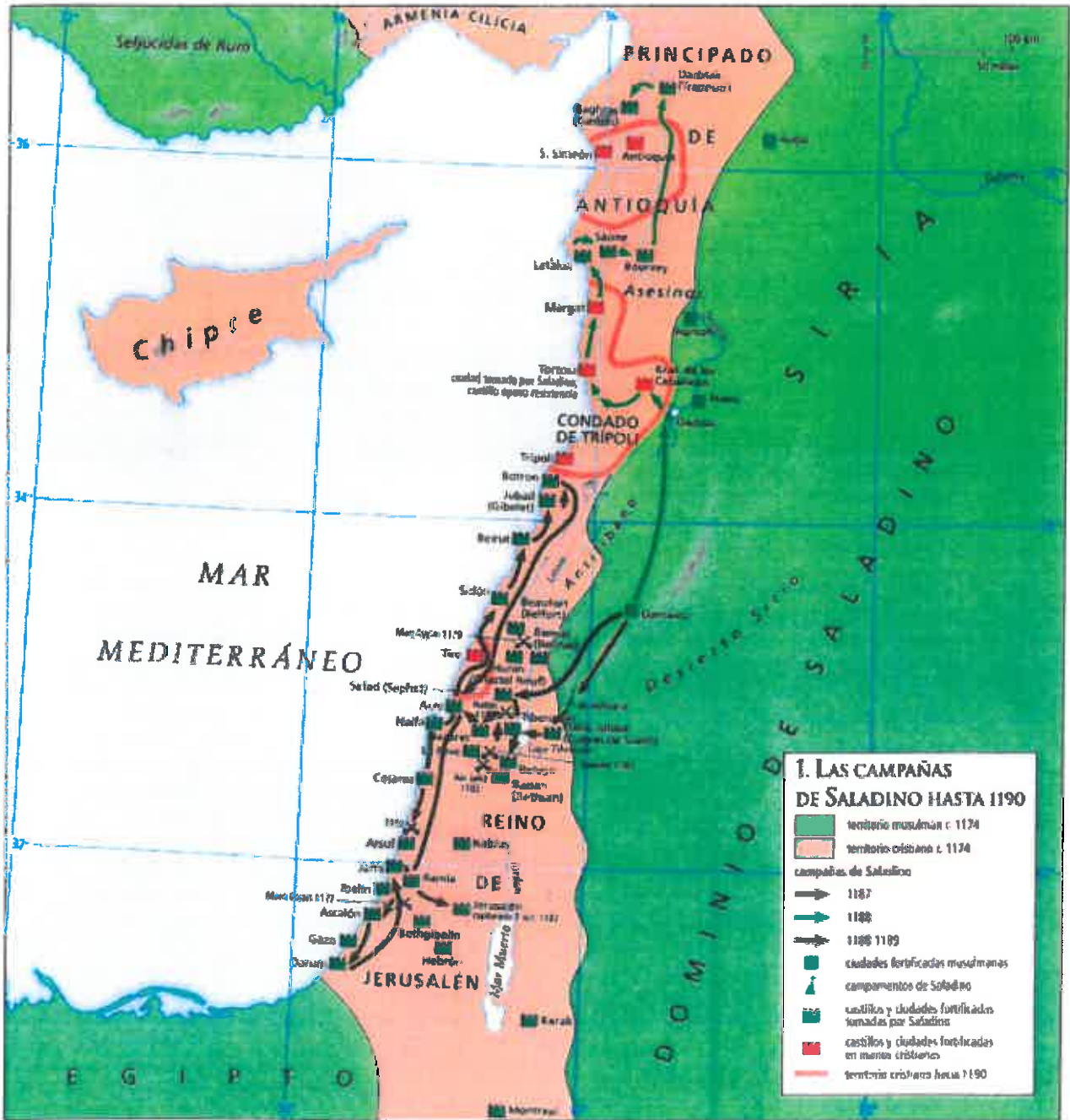
3 Con la confianza de que Dios está con ellos, los cruzados cubren mano de su arma más potente: una carga precipitada de sus caballeros, armados con lanzas, directamente contra las líneas musulmanas.

6 Los cruzados no habían olvidado la ayuda al ejército musulmán y dispersan al resto. Los que quedan del ejército musulmán salen huyendo.

4 La carga colapsa cuando los musulmanes cruzados se abren dividiendo. Los soldados de la izquierda se arrojan por las crestas y se abren en las líneas musulmanas.

5 Desorganizadas, Saladin y los musulmanes regresan a la cordillera de que todo está perdido y lejos del campo de batalla. Su ejército se dispersa tras ellos.

Mapa 9 - CAMPANHAS DE SALADINO (1187 – 1190)



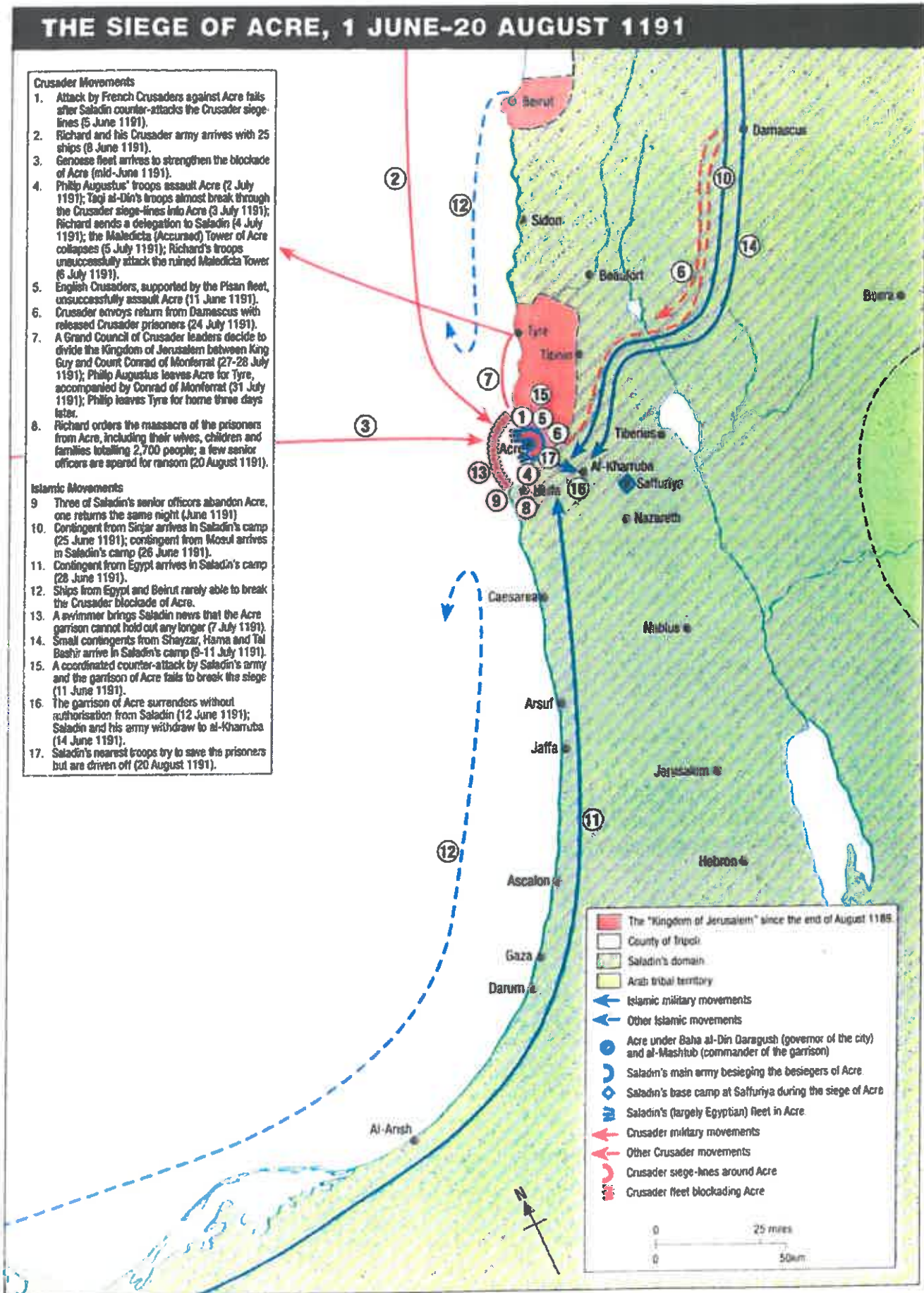
Fonte: Bennett and Hooper, *The medieval world at war*, Thames & Hudson, Londres, 2009, p. 97

Esquema 2 - CERCO DE ACRE



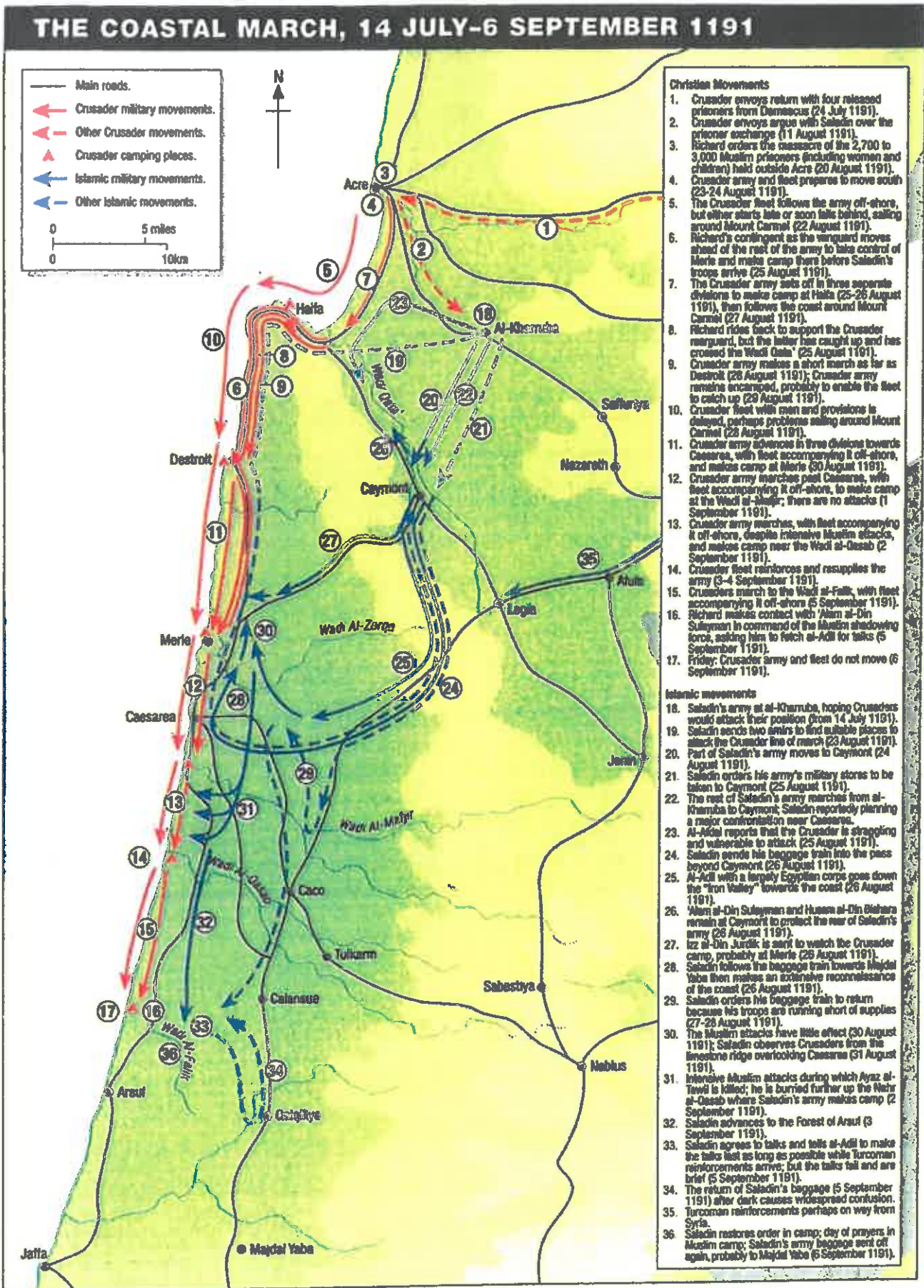
Fonte: AAVV, Batallas de las Cruzadas, pp. 112-113

Mapa 10 - CERCO DE ACRE



Fonte: Nicole, David, *The Third Cruzade*, 2005, pp. 112-113

Mapa 11 - MARCHA PARA ARSUF

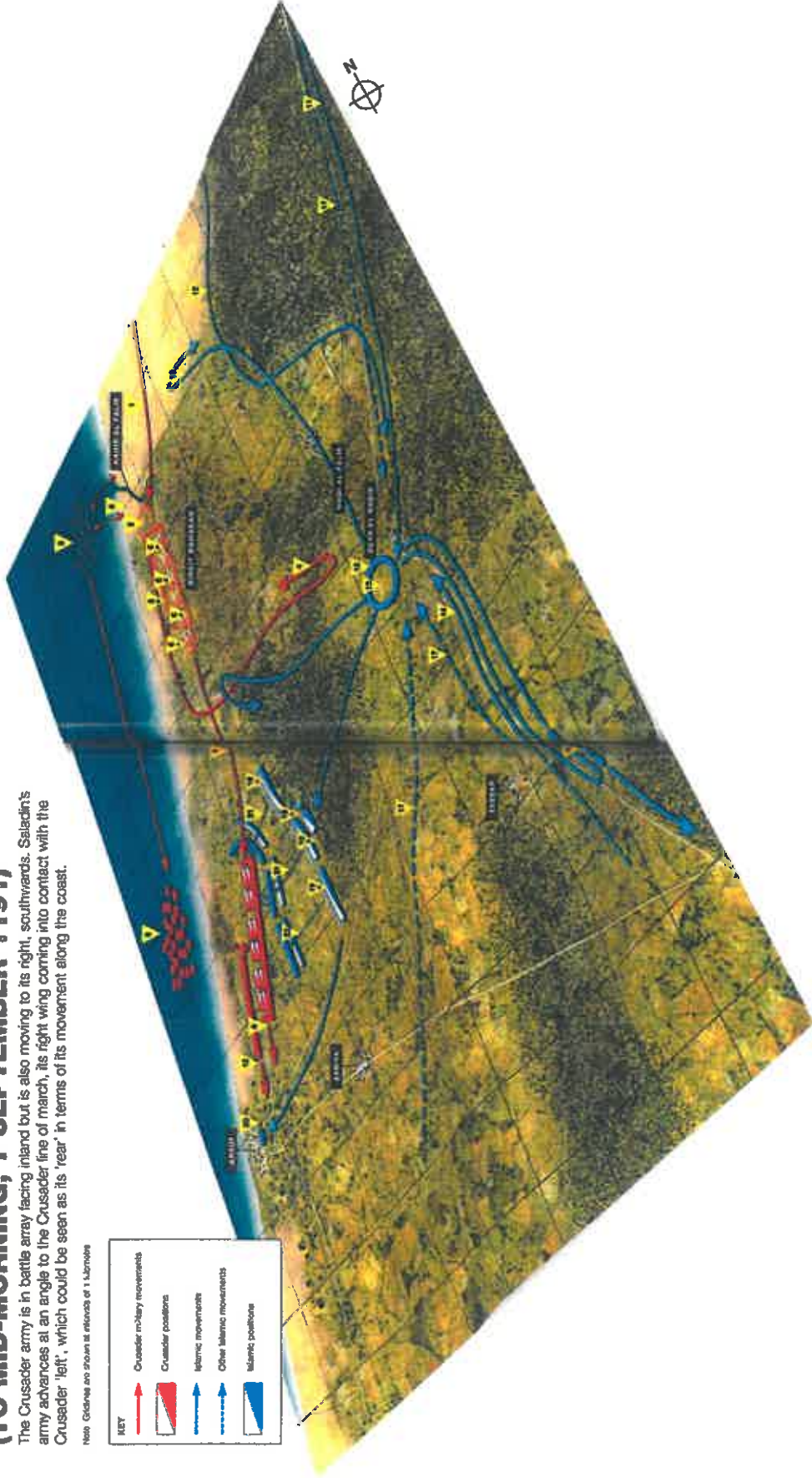
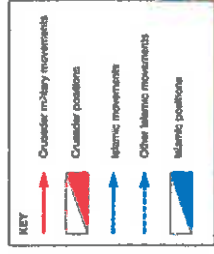


Mapa 12 - BATALHA DE ARSUF. PRIMEIROS MOVIMENTOS

INITIAL MOVEMENTS (TO MID-MORNING, 7 SEPTEMBER 1191)

The Crusader army is in battle array facing inland but is also moving to its right, southwards. Saladin's army advances at an angle to the Crusader line of march, its right wing coming into contact with the Crusader 'left', which could be seen as its 'rear' in terms of its movement along the coast.

Note: Origins are shown at intervals of 1 kilometre.



Fonte: Nicole, David, *The Third Crusade*, 2005, pp.56-57

Esquema 3 - BATALHA DE ARSUF



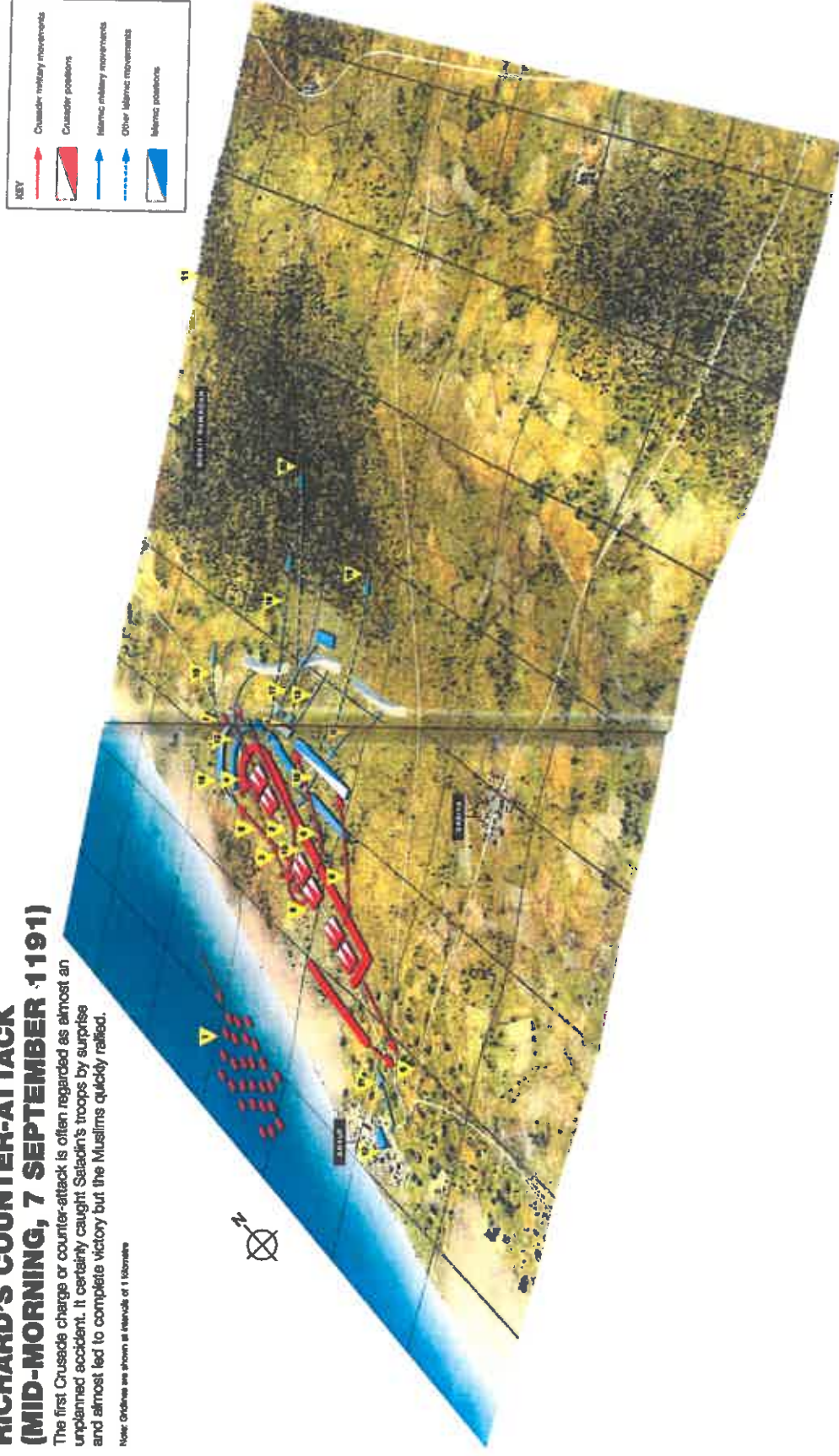
Fonte: AAVV, *Batallas Medievales 1000-1500*, pp. 54-55

Mapa 13 - BATALHA DE ARSUF. SEGUNDOS MOVIMENTOS

RICHARD'S COUNTER-ATTACK (MID-MORNING, 7 SEPTEMBER 1191)

The first Crusade charge or counter-attack is often regarded as almost an unplanned accident. It certainly caught Saladin's troops by surprise and almost led to complete victory but the Muslims quickly rallied.

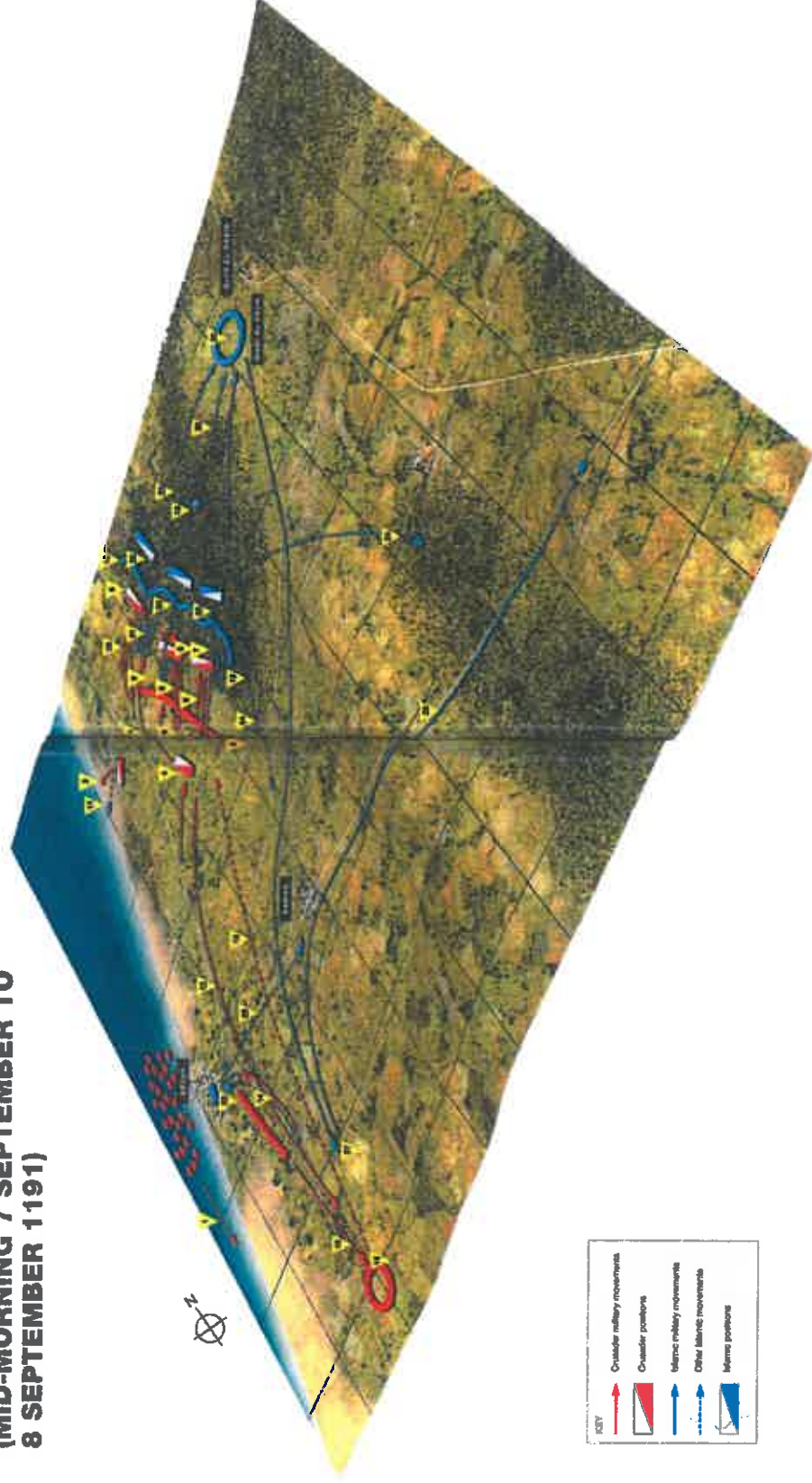
Note: Gridlines are shown at intervals of 1 kilometre



Fonte: Nicole, David, *The Third Crusade*, 2005, pp. 64-65

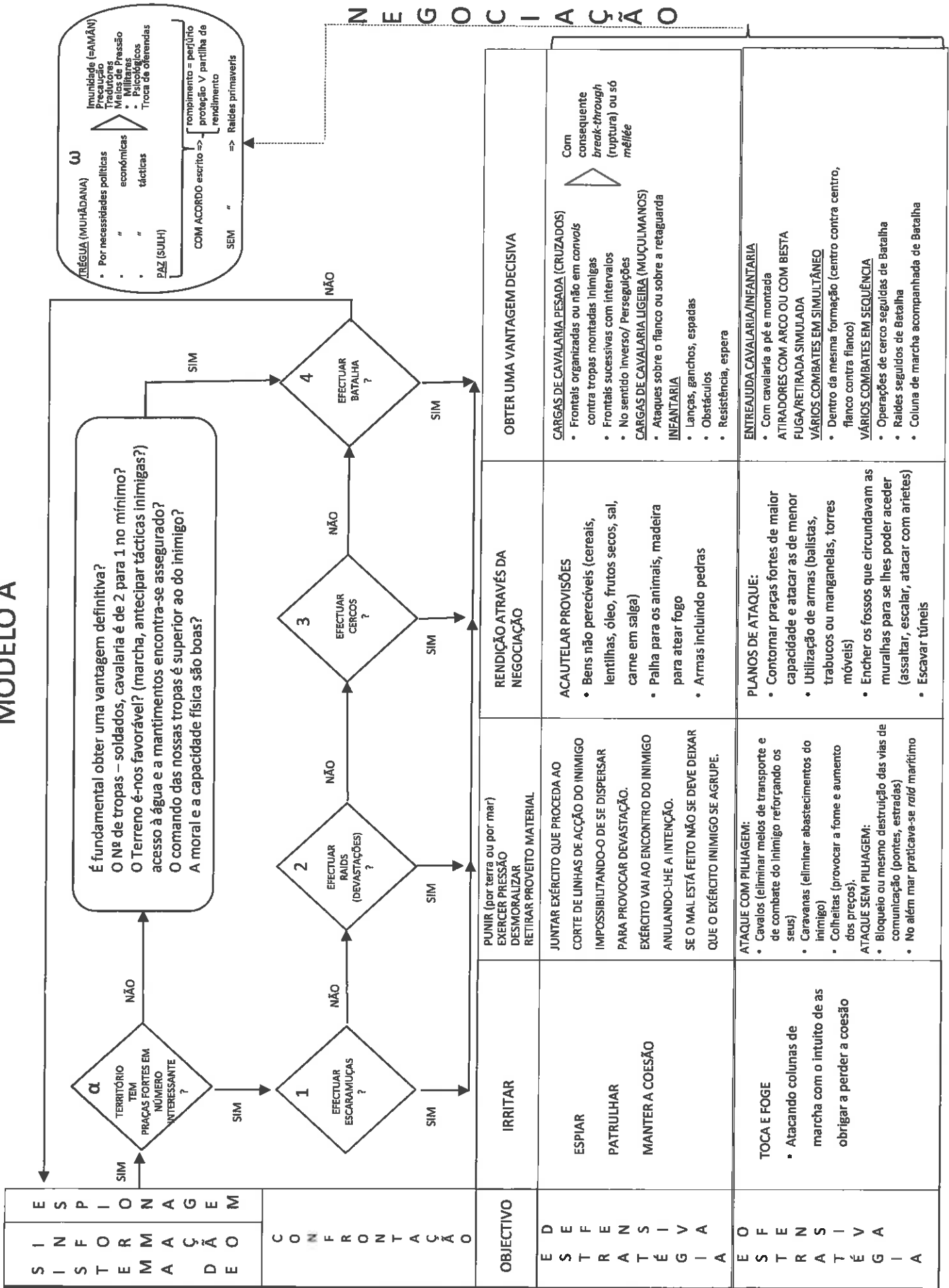
Mapa 14 - BATALHA DE ARSUF. TERCEIROS E ÚLTIMOS MOVIMENTOS

**THE LATER PHASES OF THE BATTLE
(MID-MORNING 7 SEPTEMBER TO
8 SEPTEMBER 1191)**

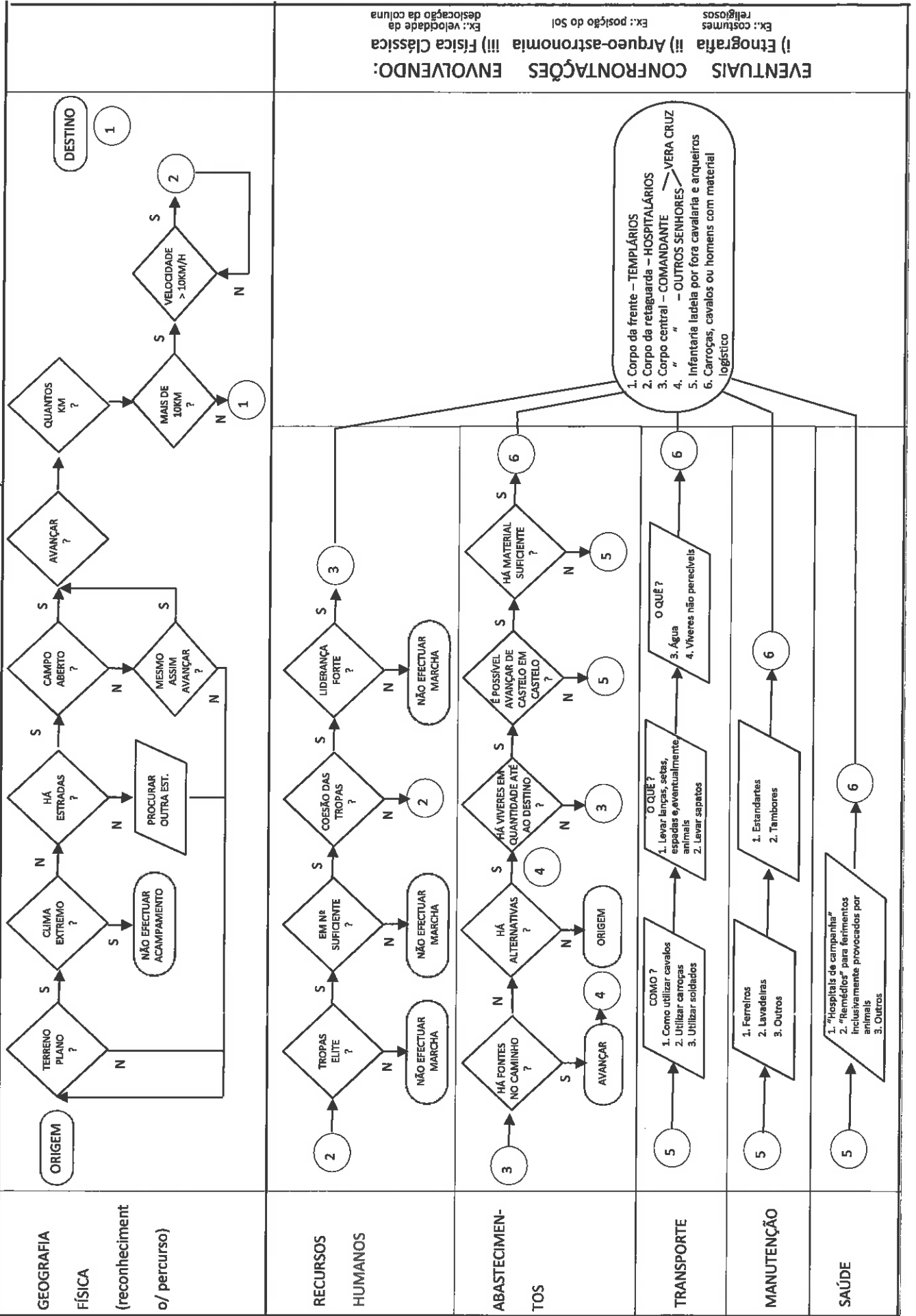


Fonte: Nicole, David, *The Third Crusade*, 2005, pp. 72-73

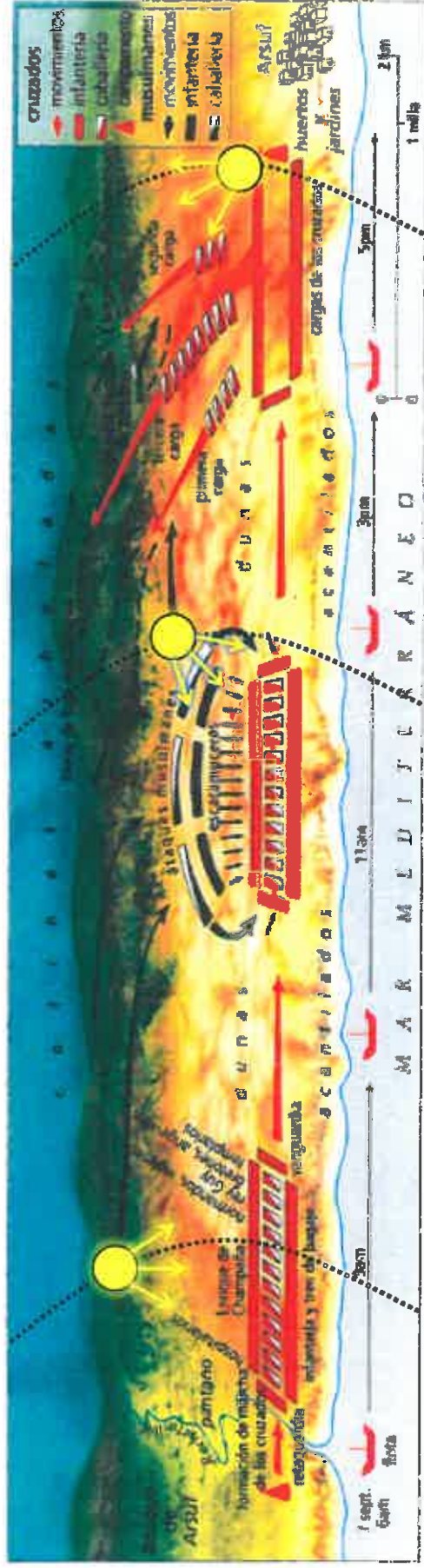
MODELO A



MODELO B FUNÇÃO LOGÍSTICA (SEM CENÁRIO DE GUERRA - CRUZADOS)



Mapa 15 - BATALHA DE ARSUJ. MOVIMENTO DAS TROPAS EM FUNÇÃO DAS HORAS DO DIA E DA EXPOSIÇÃO SOLAR



Fonte: Bennet, Hooper, *The medieval world at war*, Thames & Hudson, Londres, 2009, p. 101. (Adaptação do autor da tese)